



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

ADRIANA BASTOS SILVA CRUZ

**POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES PARA AS COMPRAS PÚBLICAS
SUSTENTÁVEIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**Belém
2014**

ADRIANA BASTOS SILVA CRUZ

**POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES PARA AS COMPRAS PÚBLICAS
SUSTENTÁVEIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de mestre em Gestão Pública.

Área de concentração: Gestão de Organizações Públicas

Orientador: José Heder Benatti

**Belém
2014**

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Cruz, Adriana Bastos Silva

Possibilidades e limitações para as compras públicas sustentáveis na Universidade Federal do Pará / Adriana Bastos Silva Cruz ; Orientador, José Heder Benatti. – 2014.

195 f.: il. ;29 cm.

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Belém, 2014.

1. Desenvolvimento organizacional. 2. Administração pública. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Compras (serviço público). 5. Política economia I. Benatti, José Heder, orientador. II. Título.

CDD 22 ed. 658.406

ADRIANA BASTOS SILVA CRUZ

**POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES PARA AS CONTRATAÇÕES
SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de mestre em Gestão Pública.

Área de concentração: Gestão de Organizações Públicas

Apresentado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Heder Benatti
Orientador - NAEA/UFPA

Profª. Dra. Rosana Pereira Fernandes
Examinadora Interna- NAEA

Prof. Msc. Edson Ortiz de Matos
Examinador Externo - UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois desde a seleção do mestrado até a conclusão, sempre entreguei esta escolha em Suas mãos. Ele me iluminou e me deu forças para a caminhada.

Em segundo lugar, ao meu filho Matheus, um verdadeiro presente de Deus. Matheus foi o maior incentivador. Participou das aulas quando estava na barriga e depois ficava no meu colo enquanto eu desenvolvia os trabalhos da disciplina. Dividir o tempo entre o mestrado, o trabalho e o bebê não foi tarefa fácil, porém, o amor por ele superou toda e qualquer dificuldade.

Ao meu marido Celso Murilo, aos meus pais Vital e Fátima, aos sogros Lília e Cristovam e à Ana Telma, pois além de cuidarem tão bem do Matheus, estavam sempre por perto, me incentivando.

Aos meus colegas e chefes de trabalho pela compreensão e estrutura para os estudos.

Aos meus colegas de mestrado, pela ajuda, pela troca de experiências, pelo aprendizado e pelas amizades que fizemos.

Ao meu orientador José Heder Benatti, pelo direcionamento tão tranquilo e objetivo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento, pelos ensinamentos e exigências que me ajudaram no amadurecimento, na aquisição de novos conceitos e fortaleceram a crença de que podemos colaborar para o aprimoramento da Gestão Pública.

À Universidade Federal do Pará, por abrir as portas para a realização dessa pesquisa e pelo incentivo ao crescimento profissional e intelectual dos seus servidores.

À minha família, que sempre me ofereceu carinho e suporte em todos os momentos. Ao meu esposo Celso Murilo, aos meus pais Vital e Fátima, aos sogros Lília e Cristovam e à Ana Telma, pois além de cuidarem tão bem do Matheus, estavam sempre por perto, me incentivando.

RESUMO

Os problemas econômicos, sociais e ambientais estão impulsionando à formulação de novos modelos de desenvolvimento. A escassez de água e o aquecimento global são apenas dois exemplos de diversas circunstâncias que nos alertam para a busca de soluções. Por esse motivo, os acordos internacionais estão propondo um modelo de produção e consumo que considere o melhor aproveitamento dos recursos, a qualidade de vida da população e a redução dos impactos ambientais, de forma que atendam as necessidades atuais sem impactar nas gerações futuras. Este propósito será mais facilmente alcançado quando as instituições públicas o incentivarem, devido à relevância e poder de indução destas organizações. O Governo Federal já está elaborando políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, exemplo disto é a exigência nas leis para inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas. Dessa forma, a pesquisa objetivou conhecer as principais possibilidades e limitações para as Compras Públicas Sustentáveis (CPS) na Universidade Federal do Pará (UFPA), o que propiciou sugerir melhorias no processo, que também servirá de base para as demais instituições públicas. Para embasar essa análise, utilizou-se referencial jurídico, administrativo e conceitual, além de pesquisa documental e aplicação de entrevistas, visando à convergência dos dados. Dentre as limitações, identificou-se: a dificuldade de especificação do produto no Sistema de Catalogação do Governo (CATMAT), a necessidade de diretrizes mais claras na legislação e melhor articulação das leis, a imprescindibilidade de mudança da cultura, de capacitação e do desenvolvimento da política interna de sustentabilidade na UFPA. As principais possibilidades dessa política são: a indução aos padrões de consumo e produção mais sustentáveis, a diminuição dos preços dos produtos por meio da economia de escala, a melhoria do sistema de compras governamentais, o fortalecimento da política de sustentabilidade dos órgãos públicos e a constante sensibilização e capacitação dos servidores. Por fim, concluiu-se que o mercado e preço não são mais impeditivos para a aplicação dessa política.

Palavras-chave: Novo modelo de desenvolvimento. Gestão Pública. Sustentabilidade. Compras Públicas Sustentáveis.

ABSTRACT

Economic, social and environmental problems are driving the formulation of new models of development. Water scarcity and global warming are just two examples of many circumstances that alert us towards the search for solutions. For this reason, the International agreements is proposing a model of production and consumption that considers the best use of resources, quality of life and reduction of environmental impacts, so that the model meets current needs without impacting on future generations. This purpose is best achieved when public institutions contribute with encouragement due to the relevance and power of these organizations. The Federal Government is now elaborating a policy for promoting sustainable development, example of this is the legal requirement to include sustainability criteria in public procurement. Thus, the research aimed to identify the main opportunities and challenges for Sustainable Public Procurement (SPP) at Universidade Federal do Pará (UFPA), which provided to suggest process improvements that will also serve as the basis for other public institutions. To support this analysis, we used the legal, administrative and conceptual referential, as well as desk research and interviews, targeting the convergence of data. Among the identified limitations, we cite: the difficulty of specifying product in the Government Cataloguing System (CATMAT), the need for clearer guidelines on legislation and better coordination of laws, the indispensability of changing the culture and the development of internal sustainability policy at UFPA. The main reasons for this policy are: induction standards for more sustainable consumption and production, declining prices of products through the scale, improving the government procurement system, strengthening the political sustainability at the public institutions and constant awareness and training of servers. Finally, it was concluded that the market and price are no longer impediments to the implementation of this policy.

Keywords: New model of development. Public Management. Sustainability. Sustainable Public Procurement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Etapas metodológicas.....	17
Esquema 1-	Estudo de caso sistêmico.....	18
Esquema 2-	Sete Forças-tarefa para a implementação do processo de Marrakesh.....	29
Organograma 1-	Organograma Diretoria de Compras e Serviços.....	65
Figura 2-	Níveis de Atuação do Planejamento na UFPA.....	66
Fluxograma 1-	Fluxograma vertical da Agenda de Compras.....	69
Fotografia 1 e 2-	Projeto captação da água das chuvas e projeto Caminhando no Reino Plantae.....	72
Fotografia 3-	Projeto de Coleta Seletiva Solidária da UFPA.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Percentuais das compras públicas em relação ao PIB.....	16
Quadro 2-	Lista de Materiais de Consumo.....	34
Quadro 3-	Linha do tempo da legislação relacionadas às práticas de sustentabilidade na administração pública.....	35
Quadro 4-	Semelhanças entre os eixos temáticos da A3P e do PLS.....	43
Quadro 5 -	Comparativo de como implantar a A3P e o Roteiro para a elaboração do PLS.....	44
Quadro 6 -	Modalidades de licitação.....	49
Quadro 7-	Critérios de sustentabilidade estabelecidos na Instrução Normativa nº 1/2010.....	57
Quadro 8-	Critérios de Sustentabilidade - Guia da Justiça do trabalho.....	58
Quadro 9 -	Exemplos de atividades potencialmente poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.....	62
Quadro 10 -	Objetivos estratégico estabelecidos no PDI 2011-2015.....	67
Quadro 11-	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis na UFPA.....	74
Quadro 12-	Ficha Técnica do Indicador.....	79
Quadro 13-	Similares no CATMAT.....	80
Quadro 13. 1-	Similares no CATMAT.....	81
Quadro 13. 2-	Similares no CATMAT.....	84
Quadro 13. 3-	Similares no CATMAT.....	85
Quadro 13. 4-	Similares no CATMAT.....	87
Quadro 14-	Resumo das licitações analisadas.....	93
Quadro 15-	Resumo da análise comparativa de preços.....	95
Quadro 16-	Possibilidades e Limitações para a CPS na UFPA.....	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das adesões à A3P: nacional.....	40
Gráfico 2 - Termo de Adesão à A3P: Distribuição por esfera de governo.....	41
Gráfico 3 - Evolução das adesões à Rede A3P: nacional.....	41
Gráfico 4 - Adesão à Rede A3P: distribuição por esfera de governo.....	42
Gráfico 5 - Prêmio A3P: Projetos Inscritos.....	43
Gráfico 6 - Quantitativo dos produtos adquiridos na Agenda de Compras.....	94
Gráfico 7 - Principais limitações para as CPS na UFPA.....	97

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACV	Análise de Ciclo de Vida
A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
AGU	Advocacia Geral da União
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANS	Agência Nacional de Saúde
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CATMAT	Sistema de Catalogação de Materiais do Governo Federal
CEFLOR	Programa Brasileiro de Certificação Florestal
CGU	Controladoria-Geral da União
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CMA	Coordenação de Meio Ambiente
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSAD	Conselho Superior de Administração
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN	Conselho Universitário
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CPS	Compras Públicas Sustentáveis
DINFRA	Diretoria de Espaço Físico e Diretoria de Infra Estrutura
DAP	Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio
DCC	Diretoria de Contratos e Convênios
DCS	Diretoria de Compras e Serviços
DFC	Diretoria de Finanças e Contabilidade
DOU	Diário Oficial da União
ENAP	Escola Nacional de Educação Pública
ENCE	Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
GEE	Gases de Efeito Estufa

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICLEI	Governos Locais pela Sustentabilidade
IFES	Instituto Federal de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	Organização Internacional de Padronização
ITEC	Instituto de Tecnologia
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEV'S	Locais de Entrega Voluntária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MARE	Ministério da Administração da Reforma do Estado
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida provisória
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPE	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAP	Nova Administração Pública
NSP	Novo Serviço Público
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCS	Produção e Consumo Sustentáveis
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Política Nacional de Desenvolvimento Produtivo
PDU	Plano de Desenvolvimento da Unidade
PEG	Programa de Eficiência do Gasto Público
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PGO	Plano de Gestão Orçamentária

PIB	Produto Interno Bruto
PLS	Planos de Gestão de Logística Sustentável
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNMC	Política Nacional de Mudanças Climáticas
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PPCS	Plano de Produção e Consumo Sustentável
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
RAC	Requisitos de Avaliação de Conformidade
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
RU	Restaurante Universitário
SDO	Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio
SE	Secretaria-Executiva
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIMA	Sistema de Informações de Materiais
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SOS	Serviço de Orientação Socioambiental
SRP	Sistema de Registro de Preços
TCU	Tribunal de Contas da União
UFPA	Universidade Federal do Pará
UJ	Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	GESTÃO PÚBLICA, PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE.....	20
2.1	Novo paradigma de desenvolvimento.....	23
2.2	Sustentabilidade na administração pública.....	27
2.3	Agenda Ambiental na Administração PÚBLICA (A3P) e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).....	38
2.4	Base legal das licitações e contratações públicas	45
3	O CONTEXTO DAS COMPRAS SUSTENTÁVEIS NA UFPA.....	63
3.1	Práticas sustentáveis na UFPA.....	71
3.2	Diagnóstico e identificação de similares.....	78
3.3	Análise comparativa de preços.....	95
3.4	Possibilidades e limitações para as CPS na UFPA.....	97
4	CONCLUSÕES.....	104
	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICES.....	116
	ANEXOS.....	188

1 INTRODUÇÃO

A consciência de que o planeta tem recursos limitados gerou uma crescente preocupação em desenvolver modelos contemporâneos de desenvolvimento, entre os quais se destaca o desenvolvimento sustentável. Este modelo propõe o desenvolvimento de produtos e serviços com melhor aproveitamento dos recursos, de forma que satisfaçam “às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987), gerando também qualidade de vida da população e redução dos impactos ambientais.

As questões voltadas ao desenvolvimento sustentável foram ratificadas pela Constituição Federal de 1988, que estabelece como princípio da ordem econômica “a busca pela defesa do meio ambiente, inclusive, mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental de produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, Art. 170, VI, 1988, não paginado).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em 1992, mais conhecida como Rio 92, resultou na Agenda 21 Global. Nesse contexto, vários países fomentaram iniciativas para a redução do desperdício ao mínimo e uso ótimo dos recursos, assim como desenvolveram uma estrutura política interna que estimule a adoção de padrões de produção e consumo mais sustentáveis (MMA, 2013).

Em 2003, foi concebido o processo de Marrakesh “para dar aplicabilidade e expressão concreta ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS)”. A adesão a este processo cria a obrigação para cada país membro das Nações Unidas e participantes do processo de desenvolver um Plano de Ação que considere os seguintes temas: construção sustentável, turismo sustentável, estilo de vida sustentável, educação para o consumo sustentável, cooperação com a África, produtos sustentáveis e compras públicas sustentáveis (MMA, 2013c, não paginado).

A administração pública revela uma grande demanda de recursos naturais, bens e serviços, motivo pelo qual o governo federal está assumindo o papel estratégico na indução desses novos referenciais de produção e consumo (MMA, 2014). É importante destacar duas ações do governo: a criação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no ano de 1999 e a publicação do Decreto 7.746/2012. Este decreto estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal e determina a elaboração e implementação dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), contendo, no mínimo: a atualização do

inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para a substituição; práticas de sustentabilidade e de racionalização de uso de materiais e serviços; responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano e; ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012a).

Segundo Yaker, Baceti e Enmanuel (2014, p. 26), “as compras governamentais correspondem a porcentagens significativas do PIB de um Estado, podendo variar entre 10 a 25% do PIB na maioria dos países”. Este número é significativo para que a inserção de critérios de sustentabilidade possa induzir mudanças nos padrões de consumo e produção. De acordo com Valente (2011, p. 4), dados consolidados no ano de 1999 espelham o forte potencial de indução contido nas compras públicas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1- Percentuais das compras públicas em relação ao PIB

Percentuais das compras públicas em relação ao PIB			
Canadá	17%	França	15%
Alemanha	13%	Itália	13%
Japão	7%	Inglaterra	17%
Estados Unidos	14%		

Fonte: (VALENTE, 2011, p.4).

Dessa forma, o edital de licitação é uma ferramenta importante e eficiente de promoção do desenvolvimento sustentável na esfera pública, com repercussão direta na iniciativa privada. Legislações como a Constituição Federal de 1988, a Instrução Normativa (IN) nº 01/2010 elaborada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento - MP, a Lei nº 12.349 de 15/12/2010 que incluiu na Lei 8.666/93 a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como finalidade das licitações, o Decreto 7.746/2012 e a IN nº 10/2012 SLTI/MP que estabelece regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, consolidam as Compras e Contratações Públicas Sustentáveis no Brasil. Para Valente (2011, p. 8), estas inovações legais “modificam o quadro jurídico e operacional das licitações públicas no Brasil, obrigando todos os entes da Federação a promoverem licitações públicas sustentáveis”.

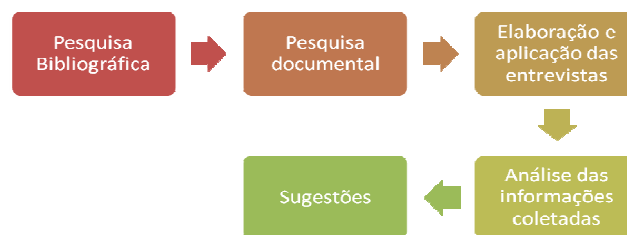
Essa pesquisa teve como objetivo geral identificar as principais possibilidades e limitações para as Compras Públicas Sustentáveis (CPS) na Universidade Federal do Pará. Os objetivos específicos são: a) descrever as características centrais dos instrumentos de CPS do Governo Federal; b) analisar as compras públicas sustentáveis no âmbito da Universidade

Federal do Pará (UFPA); c) sugerir melhorias no processo. Para isso, elegeu-se focalizar o estudo na análise dos materiais de consumo e permanente de uso geral, adquiridos pela Agenda de Compras da UFPA.

A metodologia privilegiou a abordagem qualitativa e a estratégia metodológica foi o estudo de caso, por analisar um caso particular da UFPA, sendo representativo de um grupo de casos semelhantes (SEVERINO, 2007).

O presente trabalho contou com as seguintes etapas metodológicas:

Figura 1- Etapas metodológicas



Fonte: Elaboração da autora.

Primeiramente, efetuou-se a pesquisa bibliográfica, em que foram consultados livros, dissertações e artigos científicos para o embasamento teórico conceitual. Em seguida, procedeu-se com a pesquisa documental como legislações (leis, decretos, portarias, instruções normativas etc.) e documentos institucionais relevantes, como os Relatórios de Gestão da UFPA referente ao período de 2010 a 2013, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 e os processos licitatórios da Agenda de Compras da UFPA realizados no ano de 2013, objetivando identificar se houve inserção de critérios de sustentabilidade nas compras da instituição. Com esse diagnóstico, foi possível eleger alguns itens para uma análise comparativa de preços entre produtos tradicionais e sustentáveis.

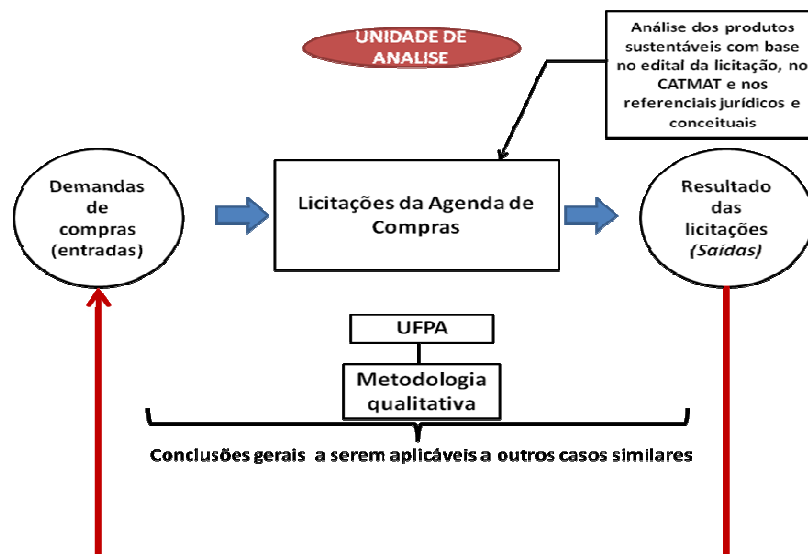
Após a análise documental, foram elaborados roteiros de entrevistas para identificar qual o fluxo da Agenda de Compras, quais as limitações para a realização das compras sustentáveis na UFPA e qual o posicionamento dos órgãos de controle para a implementação dessa política. A entrevista foi aplicada junto aos principais atores desse processo: Pró-reitor de Administração, Diretor de Compras e Serviços, pregoeiros (identificados como P1, P2, P3 e P4) e a Coordenadora da Agenda de Compras. Além disso, foi entrevistada a Auditora Interna desta Universidade para conhecer o posicionamento dos órgãos de controle externo

sobre a política de Compras Públicas Sustentáveis. As perguntas foram abertas, para possibilitar a liberdade nas respostas. Os roteiros das entrevistas estão no Apêndice A.

A análise foi feita utilizando-se a lógica sistêmica (esquema 1), sendo que a demanda de compras corresponde à entrada do processo, as licitações da Agenda de Compras referem-se ao processamento e os resultados dos certames são as saídas desse sistema, as quais possibilitarão a aquisição dos produtos. Dessa forma, tanto o edital de licitação quanto o CATMAT e os referenciais jurídicos e conceituais formaram as bases para a verificação dos critérios de sustentabilidade dos itens adquiridos.

Para Martins (2009, p. 42), “A ênfase desta abordagem é a manutenção do sistema”; portanto, ele deve ser retroalimentado para sua melhoria e conservação. Nesse caso específico, a pesquisa identificou o percentual dos produtos sustentáveis adquiridos pela Agenda de Compras da UFPA no período de um ano (2013 a 2014), assim como sugere o acréscimo desse quantitativo nas próximas licitações (retroalimentação do sistema).

Esquema 1-Estudo de caso sistêmico



Fonte: Adaptado de VIDAL (2013).

Objetivou-se também a qualidade da pesquisa na análise dos dados. Yin (2009, p. 55 - 56) afirma que quatro testes vêm sendo utilizados para “determinar a qualidade de qualquer pesquisa social empírica”. São eles:

- a) estabelecer medidas operacionais corretas para os conceitos que estão sob o estudo;
- b) estabelecer domínio ao qual as descobertas de um estudo podem ser generalizadas;
- c) estabelecer uma relação causal, por meio da qual são mostradas certas condições que levem a outras condições – apenas para estudos explanatórios ou causais; e

d) demonstrar que as operações de um estudo podem ser repetidas, apresentando os mesmos resultados.

Além das demandas normativas, o presente trabalho está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, PDI 2011-2015) contribuindo com a missão de “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável”, assim como alcançar o objetivo estratégico de “[...] aperfeiçoar processos de aquisição e contratação [...]” e, por fim, auxiliar na concretização da visão de futuro: “Ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2011, p. 27- 28, 31). Cabe destacar também que compete à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) “planejar, executar e acompanhar as atividades inerentes às áreas de finanças, bens e contratação de obras, serviços e compras da UFPA” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2009, não paginado).

Por essa razão, ressalta-se a importância da adoção da política de Compras e Contratações Públicas Sustentáveis pela administração pública, no intuito de melhorar a qualidade das aquisições e serviços, melhorar o desempenho institucional, otimizar recursos e promover a construção de uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

2 GESTÃO PÚBLICA, PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE

Para tratar das mudanças organizacionais no setor público, é importante citar alguns dos principais modelos de gestão na administração pública e sua transição. O modelo patrimonialista teve origem na colonização e se caracteriza por não haver distinções entre os limites do público e do privado. Nesse cenário, o modelo burocrático surgiu de uma necessidade de minimizar o modelo patrimonialista, instituindo princípios como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Porém, este tipo de modelo apresentou algumas disfunções devido à eficiência e a racionalização excessiva em detrimento de outros aspectos como a democracia e o humanismo (RÉUS, 2012).

Devido às críticas ao modelo burocrático, surgiram novas formas de gestão. A Nova Administração Pública (NAP) ou Gerencialismo foi um movimento para a “reinvenção do governo”, com o propósito de melhoria no funcionamento e redução de custos. A aplicação de estratégias da iniciativa privada à área pública tinha o objetivo de reestruturação do governo, focalizando o desempenho, produtividade, competitividade, *accountability* (responsabilização ou prestação de contas), e a redução do seu tamanho. A implantação do Ministério da Administração da Reforma do Estado (MARE) foi um fato histórico da iniciativa gerencialista no Brasil. Algumas dimensões da Reforma foram: políticas públicas voltadas à melhoria de gestão e políticas voltadas a Recursos Humanos e Tecnologia da Informação (RÉUS, 2012).

Contudo, surgiram também críticas para esse modelo, devido às diferenças entre a esfera pública e a esfera privada. Robert e Denhardt (2007) descreveram um modelo de administração pública voltada eminentemente ao cidadão, denominado Novo Serviço Público (NSP). Esse modelo surge para reafirmar valores da democracia, cidadania e interesse público. Os sete princípios-chave desse modelo são: 1) Servir cidadãos e não consumidores; 2) Perseguir interesse público; 3) Dar mais valor à cidadania e ao serviço público do que ao empreendedorismo; 4) Pensar estrategicamente, agir democraticamente; 5) Reconhecer que a *accountability* não é simples; 6) Servir em vez de dirigir; 7) Dar valor às pessoas, não apenas à produtividade.

Réus (2012) destaca que a realidade sempre se constitui pela “mistura” de vários modelos e a convivência deles vão se alternando quanto ao seu grau de predominância ao longo do tempo. Todavia, os vários modelos de gestão pública e de planejamentos aplicados na história do Brasil não foram capazes de atribuir ao Estado e ao Governo a imagem de eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, bem como não conseguiram alcançar índices relevantes de satisfação social.

Cardoso Junior (2011) aduz que planejamento governamental e gestão pública estão em dimensões cruciais inseparáveis da atuação do Estado contemporâneo. O referido autor indica que cabe ao Estado não apenas fazer as coisas de modo melhor e mais eficiente, mas, sobretudo, a tarefa de induzir e fomentar as condições de transformação das estruturas econômicas e sociais do país, se tornando imprescindível reequilibrar e ressignificar as dimensões de planejamento governamental e gestão pública para o cumprimento da missão civilizatória.

O planejamento é tido então como ferramenta para se organizar o Estado, devendo “ressurgir como um processo técnico e político de construção de futuro capaz de dar conta da complexidade do mundo contemporâneo” (BUARQUE 2002, p. 24). O planejamento governamental, de acordo com o art. 2º da lei 12.593/12, “é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas” (BRASIL, 2012, Art. 2º, não paginado).

Está expresso na Constituição Federal de 1988, art. 174, que o Estado deve exercer o planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. As diretrizes constitucionais de 1988 definem um novo tipo de planejamento governamental que objetiva transformá-lo em processo contínuo da ação estatal. A etapa do planejamento é então convertida em Planos Plurianuais (PPAs) de quatro anos que se organizam basicamente sob dois princípios norteadores (CARDOSO JUNIOR, 2011, p. 21):

- 1) A ideia de processo contínuo e pouco disruptivo: isso estaria garantido fazendo que o primeiro ano de gestão de determinado presidente tenha sempre de executar – programática e financeiramente – o último ano de planejamento previsto e orçado no PPA formulado pelo governante/governo imediatamente antecessor;
- 2) A ideia de junção entre orçamento do plano (recursos financeiros) e sua execução (gestão propriamente ditas), que seria feito por meio de um detalhamento do plano geral em programas e ações setorialmente organizados e coordenados. Assim, entre o PPA de quatro anos e o Orçamento Geral da União (OGU), criam-se dois instrumentos importantes para operacionalizar e materializar a junção plano-orçamento, a saber: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – responsável por definir as metas e as prioridades para o exercício financeiro subsequente – e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – responsável por consolidar a proposta orçamentária para o ano seguinte, em conjunto com os ministérios e as unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário.

No Plano Plurianual (PPA), são definidas todas as políticas públicas e ações do governo federal, estabelecendo assim os compromissos de um mandato presidencial. É o principal instrumento de planejamento do Governo Federal que se destina, entre outros, a promover a utilização eficiente dos recursos governamentais (BRASIL, 2014). O PPA atual (para o período de 2012 a 2015) foi instituído pela Lei 12.593/12 e de acordo com seu Art. 3º, é um instrumento de planejamento governamental, considerado de médio prazo (vigência de

quatro anos) e tem a função de estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública para “viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2012, não paginado). O PPA 2012-2015 tem como diretrizes (BRASIL, Art. 4º, 2012, não paginado):

Art. 4º - [...]

I - a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;

II - a ampliação da participação social;

III - a promoção da sustentabilidade ambiental;

IV - a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional;

V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;

VI - a garantia da soberania nacional;

VII - o aumento da eficiência dos gastos públicos;

VIII - o crescimento econômico sustentável; e

IX - o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia. **(Grifo nosso)**

O art. 5º, da lei em comento, aborda que a atuação governamental é organizada no PPA por meio dos Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O primeiro programa norteia a ação governamental para a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. O segundo é o programa que direciona as ações para o funcionamento da estrutura governamental (gestão, apoio e manutenção) (BRASIL, 2012, não paginado). O conceito de Programa pode ser entendido como: “um conjunto articulado de ações orçamentárias, na forma de projetos, atividades e operações especiais, e ações não orçamentárias, com intuito de alcançar um objetivo específico”. Tem como propósito promover mudanças em uma realidade concreta ou evitar situações que gerem resultados sociais indesejáveis. Ademais, o fato de todos os eventos do ciclo de gestão do Governo Federal estarem vinculados aos programas assegura uma maior eficácia à gestão pública (BRASIL, 2007, p. 41).

Para Cardoso Junior (2011), o Ciclo de Gestão está dividido em sete etapas: planejamento, formulação, orçamentação, implementação, monitoramento, avaliação e controle das ações expressas no PPA. Cabe destacar que o monitoramento é o acompanhamento da política pública pelo próprio órgão executor e também pelos órgãos de controle com vistas a comparar se as atividades, projetos, programas ou uma política estão sendo implementados de acordo com seus objetivos. A avaliação é feita pelos órgãos executores e de controle para analisar a execução das políticas e seus resultados, de modo a apreciar a relevância, a eficiência, a efetividade, o impacto e a sustentabilidade de determinada ação. Por sua vez, o controle é o acompanhamento das ações e dos gestores pela sociedade.

O sucesso na execução do PPA é expresso pela evolução de indicadores, os quais possibilitam “a avaliação da atuação governamental em cada programa, e do conjunto de programas por meio dos indicadores associados aos objetivos de governo” (BRASIL, 2007, p. 41). O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa (TREVISAN, 2008).

Para Costa e Castanhar (2003), os componentes de um programa, bem discutidos, são essenciais para avaliar sua execução. Os autores ressaltam também que o objetivo básico deste processo não é produzir números e sim melhorar os resultados, ou seja, praticar a administração por desempenho e não apenas a aferição do desempenho. Além disso, quanto melhor o planejamento, mais viável é a avaliação.

A gestão por programas proporciona, ainda, o trabalho de forma cooperativa, o intercâmbio entre os ministérios e a formação de equipes e de redes com um objetivo comum. Esse modelo fomenta também a transparência e o controle social. “Por meio da participação ativa, as demandas da sociedade podem ser incorporadas na definição do planejamento público, no aperfeiçoamento das políticas públicas e no controle social de sua implementação e resultados” (BRASIL, 2007, p. 44).

Considerando as diretrizes do PPA 2012-2015 sobre a promoção da sustentabilidade ambiental, o aumento da eficiência dos gastos públicos e o crescimento econômico sustentável, essa pesquisa está motivada pelo poder de indução do Governo ao novo padrão de desenvolvimento, que considera a produção e o consumo sustentáveis.

Para Buarque (2002, p. 23), o desenvolvimento sustentável é uma das propostas contemporâneas que propõe “aumentar a importância e necessidade do planejamento como o instrumento fundamental para orientar o futuro [...] e para a construção de um novo estilo de desenvolvimento que busca a conservação ambiental, crescimento econômico e equidade social”. O Estado deverá reforçar sua atuação nas áreas em que o mercado não consegue regular espontaneamente a economia, mais precisamente das dimensões social e ambiental e nos seguimentos estratégicos, numa perspectiva de médio e longo prazos (BUARQUE, 2002, p. 23).

2.1 Novo paradigma de desenvolvimento

O modelo de crescimento econômico do pós-guerra, denominado Fordismo, estava fundamentado sobre o tripé “abundância de recursos naturais e energéticos, aumento da

produtividade do trabalho e presença do Estado de Bem-Estar (ou do Estado desenvolvimentista)”. Com isso, a economia crescia de forma acelerada e estimulada pelo consumo de massas e ganhos de escala e rentabilidade das empresas. Este modelo se diferencia pela expansão do consumo da população, ampliando os mercados e a demanda por produtos das novas indústrias (BUARQUE, 2002, p. 15).

O Clube de Roma, fundado em 1968, reuniu um grupo de pessoas de todo o mundo das áreas de diplomacia, indústria, academia e sociedade civil para discutir acerca das preocupações em relação ao crescimento econômico e o consumo dos recursos ilimitados. Tais preocupações foram registradas no Relatório intitulado “Os limites do Crescimento”, que concluiu que o Planeta não suportaria a pressão sobre os recursos naturais e energéticos e o aumento da poluição consequentes do crescimento populacional (O CLUBE DE ROMA, 2014).

Na década de 1970, o modelo de desenvolvimento do Fordismo entra em declínio na medida em que seus postulados centrais se esgotam. Até então, predominava a convicção generalizada de que os recursos naturais eram abundantes e inesgotáveis. Uma fase de estancamento do ritmo de crescimento se inicia quando os economistas descobrem que os estoques de recursos naturais são finitos. A partir daí, novos processos e inovações são desenvolvidos para a formação de um novo paradigma de desenvolvimento, com respostas diferentes aos problemas e desafios do modelo em declínio. A aceleração da revolução tecnológica e organizacional foi a base das transformações (BUARQUE, 2002).

Dessa forma, o Estado tem tido que se adaptar a um novo modelo de produção, orientado para a pequena escala e um mercado segmentado, ao contrário do modelo de produção em larga escala, baseado no consumo de massa, no qual a quantidade e a padronização eram os componentes centrais (FARAH, 2000). Souza (2013, p. 124) defende que o governo brasileiro deve repensar tais modelos, incluindo critérios mais responsáveis e sustentáveis,

que garantam melhores indicadores econômicos e de qualidade de vida, refletindo sobre os fatores que contribuem para a ineficácia dos resultados alcançados, dos motivos para o atraso e da pobreza persistente, além da dificuldade de pôr fim aos prejuízos ambientais já conhecidos.

Nesse contexto, cabe refletir acerca do conceito de Sustentabilidade.

Para Marcovitch (2011, p. 280), “Sustentabilidade para uma empresa deve ser o contrário da baixa eficiência energética de seu modelo de produção, do uso irresponsável dos recursos naturais finitos e do esgarçamento em suas relações com a sociedade”, estando no

caminho certo a empresa que evita este perfil. Para Simonian (2007, p. 27), “a pensar-se em sustentabilidade, há de se tratar principalmente da relação entre os recursos naturais, o manejo adequado às especificidades das espécies e dos ecossistemas e as questões sociais envolvidas”.

A expressão Desenvolvimento Sustentável foi apresentada mundialmente em 1987, no Relatório Brundtland, no qual o conceito foi idealizado como “[...] o desenvolvimento que satisfaz às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1987). Este modelo foi ratificado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece como princípio da ordem econômica “a busca pela defesa do meio ambiente, inclusive, mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental de produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, 1988, Art. 170).

Ao longo da década de 1990, foram implantados nas empresas alguns instrumentos de gestão ambiental para o controle e preservação de danos ambientais, a fim de responder com maior eficiência as atuais demandas do mercado. Em 1994, foram criados no âmbito da *International Standard Organization* (ISO), grupos de trabalho para a elaboração de normas, contendo diretrizes aplicáveis aos diferentes setores produtivos e regiões, para promover uma gestão e um produto com “qualidade ambiental”.

Em 1996, as normas ISO 14001 e ISO 14004 foram aprovadas e publicadas. Estas normas se referem aos requisitos gerenciais para que os mais diversos tipos de organizações possam estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e obter uma certificação. O SGA contribuiu para a produção de bens e serviços mais úteis, com redução contínua do consumo de recursos e da poluição, tornando as empresas ecoeficientes e capazes de estabelecer a melhor relação entre atividade empresarial, necessidades humanas e meio ambiente. (BARATA, 2007).

Segundo Marcovitch (2011, p. 279), “o mercado internacional exige que exportadores apresentem certificações de suas práticas ambientais. Já houve ameaça de boicote comercial a produtos de origem comprometedora” como exemplo da carne bovina e soja, provenientes de áreas desmatadas na Amazônia. Hoje, cresce também uma consciência dos consumidores, os quais passaram a observar nas embalagens dos mais variados produtos a indicação de sua origem natural ou procedimentos tecnológicos ambientalmente apropriados, influenciando suas decisões de compra.

Para Barata (2007), os instrumentos desenvolvidos para melhorar o desempenho ambiental das empresas proporcionaram diversas vantagens econômicas como a redução de

custos, aumento da competitividade, abertura de novos mercados, adequação dos produtos às demandas etc. Tais vantagens econômicas já seriam argumentos suficientes para fundamentar a implantação de um sistema de gestão ambiental.

Por sua vez, Marcovitch (2011, p. 287) aponta que a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) “implantou um Índice de Sustentabilidade Empresarial, identificando corporações que mais positivamente responderam a um questionário focado neste item. O Ibmecc local, avaliando este *ranking*, apurou que 19% das empresas listadas tem um valor de mercado superior ao de outras” (MARCOVITCH, 2011, p. 287). Dessa forma, além de contribuir ao meio ambiente, as empresas recebem variados benefícios econômicos, tornando-as mais competitivas no mercado nacional e internacional.

A transição para o novo paradigma de desenvolvimento demanda novas percepções e novas propostas de organização da economia e da sociedade. Além disso, promovem uma expressiva economia de energia e recursos naturais (reduzindo a dependência destes), incluindo processos de reciclagem, do reprocessamento, do aprimoramento da tecnologia, das informações e do conhecimento no valor agregado dos produtos e da importância na qualificação dos recursos humanos e da educação. No novo modelo, a base da competitividade se desloca para “as vantagens em conhecimento e informação e para a qualidade e excelência do produto ou serviço [...] incluindo a qualidade do meio ambiente e os processos sustentáveis de produção como diferencial de competitividade” (BUARQUE, 2002, p. 21).

Farah (2000, p. 77) destaca que as empresas deveriam deixar de ser “meras cumpridoras da legislação, sob pena de punição, para serem percebidas e se perceberem como co-responsáveis pela situação ambiental em seus municípios”, assumindo também o compromisso na busca de soluções.

As vantagens do SGA também se aplicam à administração pública. Para Barata (2007, p. 169 - 170), “as empresas e instituições do setor público [...] deveriam ser as primeiras a tomar iniciativa de implantar um sistema eficiente de gestão ambiental”, principalmente aquelas que têm como missão direta promover o bem estar da sociedade. Nos próximos itens, será apresentado um breve contexto histórico da sustentabilidade na administração pública, assim como os programas e as legislações que norteiam a aplicação desta política.

2.2 Sustentabilidade na administração pública

O relatório de Brundtland constatou que atualmente os padrões de consumo e produção de bens estão incompatíveis com a noção de desenvolvimento sustentável, em função das consequências agressivas que esse padrão impõe ao sistema ambiental, propondo assim, medidas que levem em consideração a preservação ambiental e a utilização mais criteriosa dos recursos naturais.

As questões voltadas ao desenvolvimento sustentável foram ratificadas pela CF de 1988 que estabelece como princípio da ordem econômica “a busca pela defesa do meio ambiente, inclusive, mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental de produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, 1988, Art. 170, VI, não paginado). O caput do art. 225 do texto constitucional impõe ao Poder Público o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Em 1992, houve a CNUMAD, mais conhecida como Rio 92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, que resultou na Agenda 21 Global. Este documento reafirmou e ampliou as recomendações do Relatório Brundtland, visando promover um novo padrão de desenvolvimento considerando o tripé da sustentabilidade, ou seja, além dos indicadores de eficiência econômica, a justiça social e a proteção ambiental.

A Agenda 21 é um documento de 40 capítulos que aborda assuntos como: combate à pobreza; mudança dos padrões de consumo; proteção e promoção das condições da saúde humana; integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões; dentre outros, que teve adesão de 179 países participantes da Rio 92 (BRASIL, 2013). O item b do capítulo 4 deste documento trata do Desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo (DOU, 1994). Nesse contexto, vários países fomentaram iniciativas para a redução do desperdício ao mínimo e uso ótimo dos recursos, assim como desenvolveram uma estrutura política interna que estimule a adoção de padrões de produção e consumo mais sustentáveis (BRASIL, 2013).

Como exemplo de políticas internas voltadas à sustentabilidade, em 1999, iniciou-se no Brasil a A3P, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL), a qual tem como objetivo “estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão dos resíduos” (MMA, 2014a, p. 5). Segundo Valente (2001, p. 5), a A3P “foi o maior marco indutor de

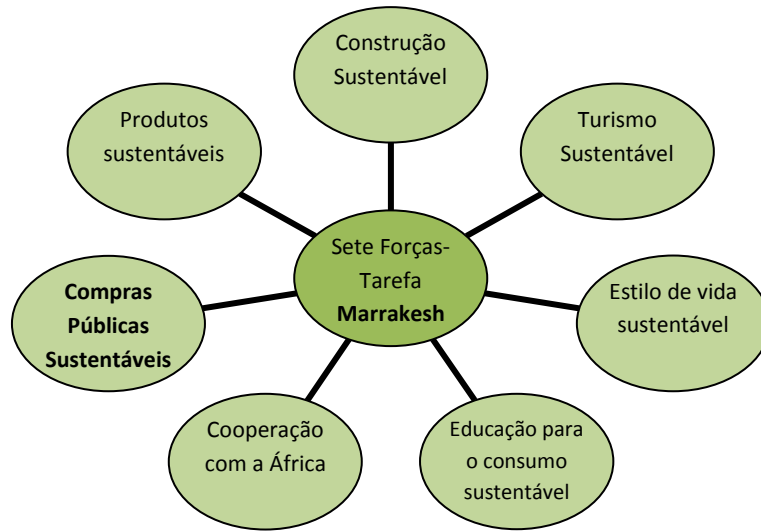
adoção da gestão socioambiental sustentável no âmbito da Administração Pública brasileira”; por esse motivo, o próximo item abordará brevemente acerca da evolução deste programa.

Em 2002, o Brasil publica a Agenda 21 Brasileira, que contém como objetivo nº1 a “Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício”; e o objetivo nº 2 a “Ecoeficiência e a responsabilidade socioambiental das empresas”, buscando apoio das tanto das instituições públicas e privadas quanto dos cidadãos (BRASIL, 2008, p. 16). No ano de 2003, a Agenda 21 Brasileira “foi elevada à condição de, (PPA, 2004-2007), pelo atual governo”, ganhando força política a institucional e essencial para o desenvolvimento do “Brasil Sustentável”, estando associadas às diretrizes da política ambiental do Governo (BRASIL, 2013f, não paginado).

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo, em dezembro de 2002, também fortaleceu a temática de produção e consumo sustentáveis, pois “propôs a elaboração de um conjunto de programas, com duração de dez anos, que apoiem e fortaleçam iniciativas regionais e nacionais para promoção de mudanças nos padrões de consumo e produção” (BRASIL, 2013c, não paginado).

O processo de Marrakesh teve início em 2003 e “foi concebido para dar aplicabilidade e expressão concreta ao conceito de PCS” (BRASIL, 2013c, não paginado). A adesão a este processo cria a obrigação, para cada país membro das Nações Unidas e participantes do processo, de desenvolver um programa de atividades que leve à elaboração de um Plano de Ação que deve incluir manuais metodológicos, a criação de forças-tarefas e de grupos de trabalho para identificar as experiências mais avançadas de PCS nos países para poder disseminá-las. Com isso, foram criados sete grupos de trabalho e as compras públicas sustentáveis correspondem a um destes grupos (BRASIL, 2013c):

Esquema 2- Sete Forças-tarefa para a implementação do processo de Marrakesh



Fonte: Adaptado de (MMA, 2013c).

A adesão do Brasil ao Processo de Marrakesh foi em 2007. Em 2008, a Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 44 instituiu o Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis, que tem a finalidade “a promoção de um Plano de Ação conjunta com diversos atores do governo, da iniciativa privada e organizações da sociedade civil, visando a Produção e Consumo Sustentável” (MDIC, 2014, não paginado).

Em Maio de 2008, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) disponibilizou a primeira versão do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável (PPCS), o qual já foi revisado e atualizado. As diretrizes desse plano são (PPCS, 2010, não paginado):

- Identificação, valorização e explicitação das **conexões entre as principais políticas, programas e planos nacionais afins**, como: Agenda21 (Global e Brasileira), Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e Política Nacional de Desenvolvimento Produtivo (PDP);
- Identificação de ações existentes em todo o Brasil, que, por suas características, possam vir a compor e enriquecer o PPCS, aproveitando para evidenciar os principais fatores que as tornam exitosas;
- Identificação de sinergias e confluências entre as prioridades e metodologias propostas no âmbito nacional e aquelas existentes no Processo de Marrakech, de modo a contribuir com o processo internacional e com a sustentabilidade no plano global;
- Envolvimento amplo da sociedade brasileira no processo, tanto por meio das organizações já engajadas no Comitê Gestor e seus grupos de trabalho, quanto por meio de outras organizações e redes que possam ser identificadas e motivadas a participar;
- Atenção às singularidades do Processo de Marrakech e do seu conceito de produção e consumo sustentáveis, de modo a disseminar seus significados e

implicações entre todos os participantes e, principalmente, refleti-los nos critérios de escolha e priorização das ações/objetivos do PPCS;

- Observar a variedade e a diversidade de públicos, culturas regionais e de grupos sociais, dentro do próprio País, bem como de interesses quanto ao engajamento na temática do PCS, de modo a ser mais eficaz e o mais abrangente possível (em termos de cobertura) nos seus programas, projetos e ações;
- Levar em conta os acordos internacionais assinados pelo Brasil, especialmente as Convenções da Biodiversidade e do Clima, bem como as demais que afetem direta ou indiretamente as prioridades eleitas pelo Plano de Ação.

Entre as diretrizes, cabe destaque a conexão com outros planos. Por exemplo, no ano de 2008, o MMA lançou o PNMC. Devido às conexões entre os planos PNMC e PPCS, decidiu-se rever o PPCS para compatibilizá-lo ao PNMC, “identificando sinergias e pontos de confluência de modo a permitir que as ações previstas em ambos os planos pudessem conjugar resultados no atingimento de objetivos iguais ou semelhantes” (PPCS, 2010, p. 29). Por esse motivo, o plano de ação foi revisado e anunciado em dezembro de 2011.

A PPCS está contido no PPA 2012-2015, mais especificamente no programa temático 2050 (Mudanças Climáticas e Reparação Ambiental). Este programa propõe-se à construção de “uma política nacional coesa e consistente capaz de preparar o país para os desafios advindos da mudança do clima”. Dentre os objetivos, está o de “Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional”. Uma das metas e iniciativas desse objetivo é a implementação do PPCS (BRASIL, 2014, não paginado).

O PPCS apresenta 17 prioridades (PPCS, 2011):

- 1) **Varejo e consumo sustentáveis** – Discutir a percepção do setor varejista a respeito da inserção de práticas de sustentabilidade nas suas operações e o seu papel na promoção do consumo sustentável por meio de ações condizentes com as premissas e objetivos do PPCS;
- 2) **Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P** – Consolidar a A3P como marco referencial de responsabilidade socioambiental no governo;
- 3) **Educação para o consumo sustentável** – Conceber e por em prática instrumentos como pesquisas, estudos de caso, guias e manuais, campanhas e outros, para sensibilizar e mobilizar o indivíduo/consumidor, visando a mudanças de comportamento por parte da população em geral;
- 4) **Aumento da reciclagem de resíduos sólidos** – Incentivar a reciclagem no País, tanto por parte do consumidor como por parte do setor produtivo, promovendo ações compatíveis com os princípios da responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos e da logística reversa, tal como se acha estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); neste quesito cabe também incentivar a indústria da reciclagem com inclusão social (inserção dos catadores);
- 5) **Compras públicas sustentáveis** – Impulsionar a adoção das compras públicas sustentáveis no âmbito da administração pública, nas três esferas de governo, incentivando setores industriais e empresas a ampliarem seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis, induzindo com essa dinâmica a ampliação de atividades reconhecidas como “economia verde” (*green economy*) ou de baixo carbono;
- 6) **Promoção de iniciativas de PCS em construção sustentável** – Induzir o setor da construção civil – e o de infraestrutura como estrada, portos e outros – a adotar

práticas que melhorem a *performance socioambiental* desde o projeto até a construção efetiva, passando por criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes ao ambiente e à saúde humana;

7) **Integração de políticas em PCS** – Integrar o PPCS às demais políticas de produção e consumo na área de desenvolvimento econômico, e atuar em cooperação internacional com o Plano de PCS do MERCOSUL e com o Processo de Marrakech;

8) **Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS** – Organizar iniciativas, para otimizar recursos e esforços, no sentido de promover e implementar ações articuladas de PCS em âmbito nacional;

9) **Inovação e difusão de tecnologias em PCS** – Promover a gestão do conhecimento em produção e consumo sustentáveis, com ações que visem desenvolver *design* inovador de serviços e soluções que considerem as variáveis da *ecoeficiência* e outros cenários, como a nanotecnologia ou “desmaterialização” da economia – como diferencial competitivo e estratégico para as empresas brasileiras;

10) **Desenvolvimento de indicadores em PCS** – Gerar informações que subsidiem o desenvolvimento de políticas públicas focadas em produção e consumo sustentáveis, mobilizando instituições produtoras de informação como o IBGE e o IPEA (âmbito governamental) e centros de excelência das universidades federais e estaduais, públicas e privadas;

11) **Divulgação e capacitação em PCS** – Divulgar conceitos, disseminar conhecimentos e informações relevantes ligados ao tema PCS, junto ao setor produtivo, governos e sociedade civil;

12) **Agricultura e pecuária sustentáveis** – Estimular a proteção da biodiversidade e a redução do desmatamento/emissão de gases de efeito estufa (GEE), por meio da expansão de possibilidades que valorizem a floresta em pé; e incentivar a adoção de práticas agrícolas e pecuárias visando a redução dos impactos ambientais e o desmatamento;

13) **Fomento a produção e consumo sustentáveis** – Promover iniciativas que levem os gastos públicos e o sistema bancário a se comprometerem cada vez mais a considerar na oferta de crédito e financiamento, bem como na compra de produtos e serviços, os critérios de sustentabilidade, contribuindo desta forma para induzir a correção, a mitigação, e também um crescente mercado de negócios sustentáveis;

14) **Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia** – Incentivar a adoção de práticas economizadoras de energia pelos consumidores (pessoa físicas e jurídicas), promovendo meios para escolhas mais eficientes; e promover o aprimoramento e a aplicação de tecnologias para a geração e aproveitamento de energia renovável;

15) **Rotulagem e análise do ciclo de vida** – Consolidar a rotulagem ambiental¹ como instrumento de desenvolvimento de novos padrões de consumo e produção sustentáveis mediante a mobilização das forças de mercado; aumentar o número de especialistas brasileiros em rotulagem ambiental; aumentar o número de produtos com análise de ciclo de vida (ACV), de forma que não seja apenas um rótulo midiático, mas orientador do consumo responsável;

16) **Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis** - Garantir que a expansão na produção e uso de biocombustíveis seja feita de modo econômica, social e ambientalmente sustentável, provendo aos consumidores condições para escolha adequada dos mesmos;

17) **Estímulo à criação e expansão de negócios/mercados com inclusão social e menor impacto ambiental** - Disseminar o conceito “mercados/negócios inclusivos” - novos modelos e práticas corporativas que promovam a inclusão social; criar e disseminar produtos e processos inovadores acessíveis a populações carentes; fornecer à população necessitada acesso a renda por meio de negócio, oportunidades, emprego, bens de consumo e serviços de forma a possibilitar uma melhoria na qualidade de vida; estimular o setor produtivo à inclusão social (gerando produtos, empregando e incluindo em sua cadeia produtiva) contribuindo

¹ Rotulagem Ambiental objetiva certificar o menor impacto ambiental de um produto se comparado com outros produtos disponíveis no mercado.

para o desenvolvimento social de populações carentes e incentivar o consumo de produtos que promovam inclusão social.

O enfoque desta pesquisa é no tema Compras Públicas Sustentáveis, todavia, convém destacar que as 17 prioridades estão interligadas e diretamente relacionadas. De acordo com este plano de ação, o maior desafio para as CPS é “levar aos 27 estados brasileiros e aos mais de 5.500 municípios a adoção da prática das compras públicas sustentáveis”. Por isso, as ações a serem implementadas no âmbito do Plano são as seguintes (PPCS, 2011, p. 19):

1. Consolidar a **base normativa** de suporte às compras públicas sustentáveis CPS, e converter as ações voluntárias em obrigatórias. Meta: editar Decreto com base na IN 01/2010 e estabelecer obrigatoriedade em pelo menos 30% de compras governamentais até 2014;
2. Assegurar que os mecanismos de **suporte** à realização de CPS, tais como cartilhas, portal, cadastro de fornecedores, registro de bens e serviços, etc., estejam disponíveis para os gestores públicos e mercado fornecedor;
3. Constituir um **banco de dados** de casos e exitosos em CPS, registrar inovações que possam ser universalizadas, para os tomadores de decisão e gestores públicos;
4. **Aumentar a oferta de fornecedores** ligados às políticas de compras inclusivas, integradas a políticas sociais de governo, possam se beneficiar das compras públicas sustentáveis, participando do cadastro de fornecedores e dos processos de credenciamento;
5. Curso - Meta de **capacitação** de 3000 servidores por ano;
6. Realizar **pesquisa nacional sobre o estado da arte** em compras públicas sustentáveis. (**grifo nosso**)

O PPCS (2010, p. 50) destaca também que “um dos desafios mais importantes na prática de compras sustentáveis é superar a judicialização das licitações públicas que questionam a adoção de critérios adicionais (além da qualidade e preço) na aquisição de bens e serviços”, motivo que desestimula na adoção, pelos gestores públicos, de critérios ambientais nas compras. O plano prevê que “o cenário de insegurança jurídica tende a mudar radicalmente” com a publicação da Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010 do MP e o lançamento do Portal de Contratações Públicas Sustentáveis, coordenado pelo mesmo Ministério (PPCS, 2010, p. 50). Esta Instrução Normativa será mais bem detalhada no item que trata da base legal das Compras Públicas Sustentáveis.

O primeiro ano de avaliação do PPA 2012-2015 (ano 2012) destacou que o objetivo inicial era “tornar o plano conhecido pela sociedade brasileira e disseminar o conceito de PCS de maneira a sensibilizar o consumidor institucional em ações exemplares e garantir adesão de todos” (BRASIL, 2013d, p. 133). A avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2013, ressalta que em 2010 “os critérios de sustentabilidade ambiental passaram a compor o rol de considerações observadas nos processos licitatórios”, os quais, progressivamente, vêm se integrando às compras públicas (BRASIL, 2014, p. 117).

Em 05 de junho de 2012, o governo publicou o Decreto 7.746. Dentre as inovações, determinou que a administração pública federal, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes devem elaborar e implementar os PLS contendo, no mínimo: a atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para a substituição; práticas de sustentabilidade e de racionalização de uso de materiais e serviços; responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e ações de divulgação, conscientização e capacitação (Art. 16º).

O referido decreto criou também a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP), que tem a competência de: propor à SLTI normas para a elaboração de ações de logística sustentável; regras para a elaboração dos PLS; planos de incentivo aos órgãos que se destacarem da execução de seus planos; dentre outras ações estabelecidas em seu artigo 11º (BRASIL, 2012a).

Esta comissão é formada por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e também pelos seguintes ministérios: Casa Civil; Meio Ambiente; Minas e Energia; Ciência Tecnologia e Inovação; Fazenda; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; e Controladoria-Geral da União. A competência de expedir normas complementares sobre critérios e práticas de sustentabilidade é da SLTI (como órgão central do Sistema de Serviços Gerais (SISG)), a partir das proposições da CISAP (BRASIL, 2012a, Art. 15º).

Na data de 14 de novembro de 2012 foi publicada a IN nº 10/2012 SLTI/MP, que estabelece as regras para a elaboração dos PLS. De acordo com o art. 3º da IN supracitada, os PLS são “ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública” (BRASIL, 2012c, Art. 3º).

O parágrafo único do art. 7º da referida IN informa que “O inventário de materiais deverá ser composto pela lista dos materiais de consumo para uso nas atividades administrativas, adquiridos pelo órgão ou entidade no período de um ano”, conforme tabela abaixo:

Quadro 2- Lista de Materiais de Consumo

Código¹	Descrição do item	Quantidade	Unidade de medida	Valor Total R\$²	Item Sustentável³

Obs.:
¹ Refere-se ao código do Sistema de Catalogação de Material (CATMAT) para as unidades integrantes do SIG. Para as demais, utilizar código de material usualmente empregado.
² Somatório do valor em Real dos itens adquiridos no período de 1 ano.
³ Informar sim ou não.

Fonte: Adaptado de IN 10/2012 SLTI/MP (BRASIL, 2012c).

Conforme o art. 8º (BRASIL, 2012c, não paginado), os PLS devem abranger os temas seguintes:

- **material de consumo** compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- energia elétrica;
- água e esgoto;
- coleta seletiva;
- qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- **compras e contratações sustentáveis**, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
- deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Para cada tema, deverá ser elaborado um plano de ação com: objetivos; detalhamento de implementações das ações; definição das unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis; metas a serem alcançadas para cada ação; cronograma de implantação das ações; e previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações. A IN nº 10/2012 também determina que o tema sustentabilidade seja incluído no Plano Anual de Capacitação de cada órgão (BRASIL, 2012c).

Cada entidade deverá formar a Comissão Gestora do PLS, composta por no mínimo três servidores, que será responsável por elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS. Estipulou-se o prazo de 30 dias para a formação da Comissão, a partir da publicação da normativa em questão. A comissão deve avaliar semestralmente os resultados alcançados, utilizando, no mínimo, os indicadores sugeridos na IN (Anexo A).

A IN nº 10/2012 determina, ainda, a criação de um sistema de informação que identifique as compras de produtos e serviços que possuam critérios de sustentabilidade, além de consistir em um instrumento de transparência e indução às práticas de sustentabilidade.

Ademais, o art. 12 estabelece o prazo de 180 dias a contar da publicação da supracitada IN para os órgãos públicos elaborarem e publicarem os PLS no site dos respectivos órgãos (BRASIL, 2012c). A Portaria nº 12, de maio de 2013, prorrogou esse prazo por mais 120 (cento e vinte) dias.

Portanto, desde a CF de 88 até o presente momento, diversas legislações e instrumentos foram criados para amparar legalmente a Sustentabilidade na Administração Pública e as Compras Públicas Sustentáveis, dentre as quais se destacam:

Quadro 3 - Linha do tempo da legislação relacionada às práticas de sustentabilidade na administração pública

ANO	LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
1988	CF 1988	Art 23 VI, 170 VI, 225
1990	Decreto nº 99.658	Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.
1993	Lei 8.666	Regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
1994	Decreto no 1.160, de 21 de junho de 1994	Cria a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável, e dá outras providências.
1994	Resolução Conama nº 20 1994	Dispõe sobre a instituição do selo ruído, de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento.
1997	Decreto de 26 de fevereiro 1997	Cria a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda XXI Nacional, e dá outras providências.
1998	Lei nº 9605/98	Lei de Crimes Ambientais
1998	Decreto nº 2.783/98	Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio.
1998	LEI 9.660	Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.
1999	CONAMA nº 257	Estabelece que pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, tenham os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados.
2001	Decreto nº 4.059	Regulamenta a Lei no 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências.
2001	Lei nº 10.295	Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.

2002	Lei nº 10.520	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
2002	Decreto nº 4131/02	Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.
2002	Resolução CONAMA nº 307, de 2002	Estabelece critérios e procedimentos para gestão de resíduos na construção civil.
2004	Portaria No. 221, de 14 de setembro – MMA	Institui a Comissão Gestora da A3P no Ministério do Meio Ambiente
2005	Decreto 5.450	Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
2006	Decreto nº 5.940	Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.
2006	Lei Complementar nº 123	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
2008	Portaria nº 44 – MMA	Instituiu o Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis, articulando vários ministérios e parceiros do setor privado e da sociedade civil, com a finalidade de realizar amplo debate e identificar ações que pudessem levar o Brasil, de forma planejada e monitorada, a buscar padrões mais sustentáveis de consumo e produção nos próximos anos.
2008	Portaria nº 61 – MMA	Estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências.
2008	Portaria Nº 217, de 30 de julho – MMA	Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Comitê de Implementação da A3P.
2009	Portaria nº 43- MMA	Dispõe sobre a vedação ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados de utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto e dá outras providências.
2009	Lei nº 12.187	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências
2010	IN nº 01 - SLTI/MP	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
2010	Portaria nº 02 SLTI /MP	Dispõe sobre as especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
2010	Lei 12.305	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos
2010	Lei 12.349	Inclui a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como finalidade da licitação.
2011	Decreto Nº 7.579	Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP, do Poder Executivo federal.
2011	Recomendação CONAMA Nº 12/2011	Indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA a adoção de normas e padrões de sustentabilidade.
2011	Lei nº 12.462	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC

2012	Lei nº 12.651, de 25 de maio	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
2012	Decreto Nº 7.746/12	Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.
2012	IN nº 10 - SLTI/MP	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.
2013	Decreto 7.892	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
2014	Decreto nº 8.250	Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
2014	IN nº 5 - SLTI/MP	Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
2014	IN nº 6 - SLTI/MP	Dispõe sobre o remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços.
2014	Portaria 86 - SLTI/MP	Dispõe sobre as orientações e especificações de referência para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Fonte: Elaboração da autora com base nas principais legislações existentes.

Além das legislações acima, convém citar as seguintes iniciativas:

a) Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG), desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP, MP) objetiva a melhoria da qualidade do gasto público mediante a eliminação do desperdício e o desenvolvimento contínuo da gestão dos processos para otimizar a prestação de bens e serviços aos cidadãos. As entidades participantes acordam metas e elaboram planos de ações para o alcance dos resultados esperados (BRASIL, 2014a);

b) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (SPE/MME), destina-se a “promover a racionalização da produção e do consumo de energia elétrica, para que se eliminem os desperdícios e se reduzam os custos e os investimentos setoriais” (ELETROBRÁS, 2014, não paginado);

c) Coleta Seletiva Solidária, desenvolvida no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SE/MDS), “visa fortalecer as

organizações de catadores de materiais recicláveis e contribuir para a inclusão socioeconômica do segmento” (BRASIL, 2014, não paginado);

d) Projeto Esplanada Sustentável (PES), coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SOF/MP, em articulação com o MMA, MME e MDS, objetiva estimular órgãos e instituições públicas a adotarem um modelo de gestão organizacional e de processos estrutural que contribua para a implementação de ações para promover o uso racional de recursos naturais e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal (BRASIL, 2014a).

Dentre as iniciativas, é válido analisar a trajetória da A3P, assim como suas semelhanças com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

2.3 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do MMA que oferece suporte técnico para a implantação da responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. A A3P pode ser aplicada em toda a administração pública, nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nas esferas de governo (municipal, estadual e federal); todavia, pode ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade. “É um programa de caráter voluntário, sem natureza impositiva e regulatória. O que se busca é uma ação exemplar do gestor público a partir da compreensão do que é a responsabilidade socioambiental” (BRASIL, 2013a, não paginado).

A justificativa para a adoção da A3P está no papel estratégico da Administração Pública na regulamentação e indução de novos referenciais de produção e consumo, orientados para o desenvolvimento sustentável, considerando que o Governo é um grande consumidor de recursos naturais, bens e serviços e também grande gerador de resíduos sólidos (BRASIL, 2013a).

A A3P foi criada em 1999 por iniciativa dos servidores do MMA e no ano de 2001 transformou-se no Programa Agenda Ambiental na Administração Pública. Em 2002, a Unesco reconheceu o programa devido seus resultados positivos, momento em que ganhou o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. No Ano de 2005, criou-se a Rede A3P, que é um canal de comunicação no qual as instituições parceiras do MMA divulgam suas ações de sustentabilidade. No mesmo ano foi criado o documento de adesão à

agenda, denominado Termo de Adesão (instrumento de compromisso para implantação da A3P) e o Fórum A3P, destinado à discussão das temáticas (BRASIL, 2013a).

A A3P se fundamenta: nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, que aponta aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”; no Princípio 8 da Declaração da Rio/92, que assegura que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”; e, ainda, na Declaração de Johannesburgo, que instaurou a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”.

Devido sua importância, a A3P integrou o PPA 2004/2007 como ação do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, tendo continuidade no PPA 2008/2011. Com isso, foram assegurados recursos para a implantação efetiva da A3P, transformando-se em um referencial de sustentabilidade nas atividades públicas (BRASIL, 2013a, não paginado).

Em 2008, foi instituído o prêmio A3P com o objetivo de estimular e divulgar as melhores práticas de sustentabilidade na Administração Pública. A última edição do prêmio (5ª edição) marca os 15 anos da existência do programa. Uma das últimas inovações foi a criação do Selo A3P em 2014, que objetiva reconhecer as práticas de sustentabilidade implantadas pelas Instituições Públicas. O Selo é composto por três categorias: o Selo Verde, o Selo Prata e o Selo Laranja. O Selo Verde reconhece as instituições que aderiram formalmente ao programa. O Selo Prata atesta o empenho das instituições no cumprimento da entrega do Relatório Anual de implementação da A3P. O Selo Laranja é concedido para as ganhadoras do prêmio de Melhores Práticas da A3P (BRASIL, 2013a, não paginado).

De acordo com a cartilha Como Implementar a A3P (BRASIL, 2014a, p. 9), os objetivos dessa Agenda são:

- Promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo decorrente das atividades públicas;
- Promover a produção e o consumo sustentável;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida do servidor;
- Sensibilizar e capacitar os gestores públicos para as questões socioambientais.

Para o cumprimento desses objetivos, o programa está dividido em seis eixos temáticos: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gerenciamento dos resíduos sólidos; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Contratações Públicas Sustentáveis e Construções Sustentáveis. Todos os eixos

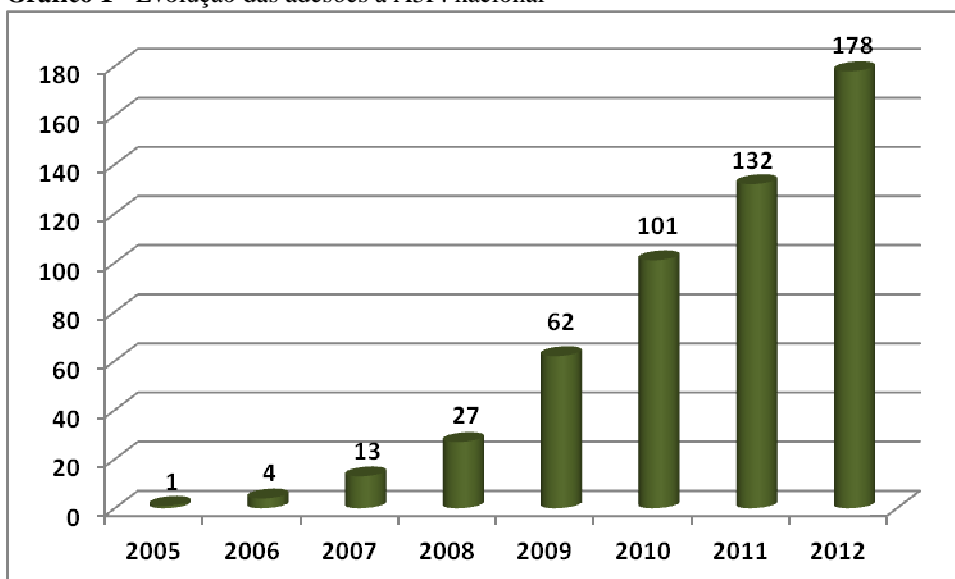
foram definidos com base na prática dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar, Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos (MMA, 2014a).

O eixo sobre Contratações Públicas Sustentáveis “compreende as aquisições de bens, contratações de serviços, obras e reformas com critérios de sustentabilidade, e devem ser planejadas e realizadas a partir de uma visão sistêmica do processo produtivo como, por exemplo, da Análise de ACV”. O eixo está respaldado pelo Decreto nº 7.746/2012, que estabeleceu critérios, práticas e diretrizes para promover o desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações públicas (BRASIL, 2014a, p. 13).

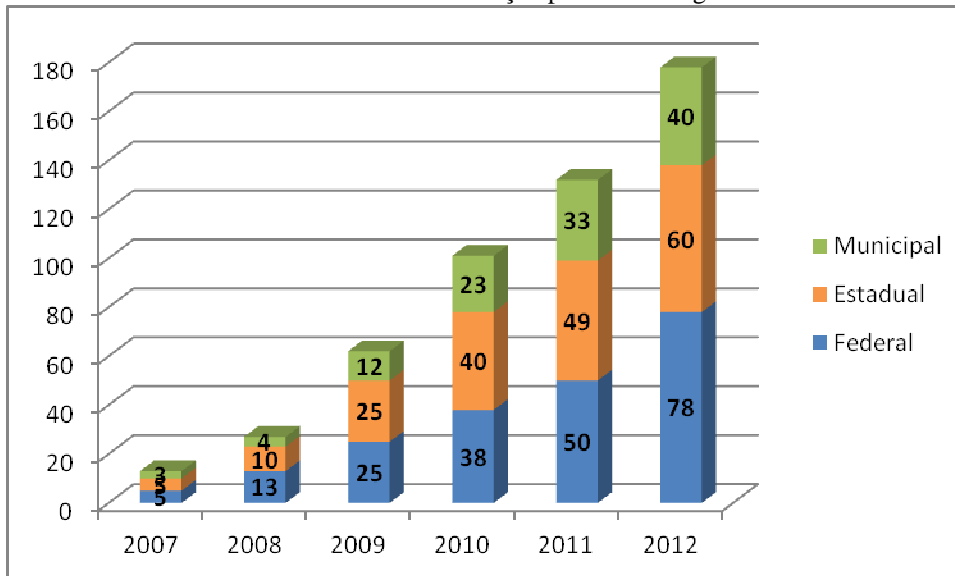
Para a implantação do programa, é necessário seguir cinco passos. São eles: 1) Criar a Comissão Gestora da A3P; 2) Realizar um diagnóstico da instituição; 3) Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental; 4) Promover a sensibilização e capacitação; e 5) Realizar a avaliação e o monitoramento das ações (BRASIL, 2014a, p. 16). É fundamental também o comprometimento da alta administração e o engajamento de todos os gestores, servidores e colaboradores da instituição para que o programa tenha sucesso na sua implementação. (BRASIL, 2014a).

O sítio do MMA apresenta cinco gráficos sobre a A3P, considerando os Termos de Adesão firmados, as adesões à Rede A3P, a participação das três esferas de governo e os projetos escritos no prêmio A3P. Seguem abaixo:

Gráfico 1 - Evolução das adesões à A3P: nacional

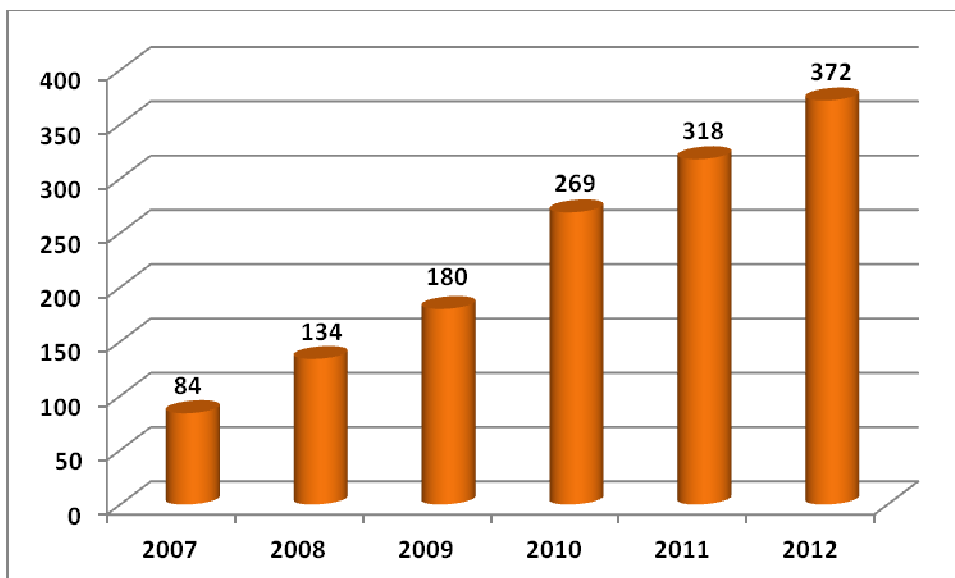


Fonte: Adaptado de MMA (2013a).

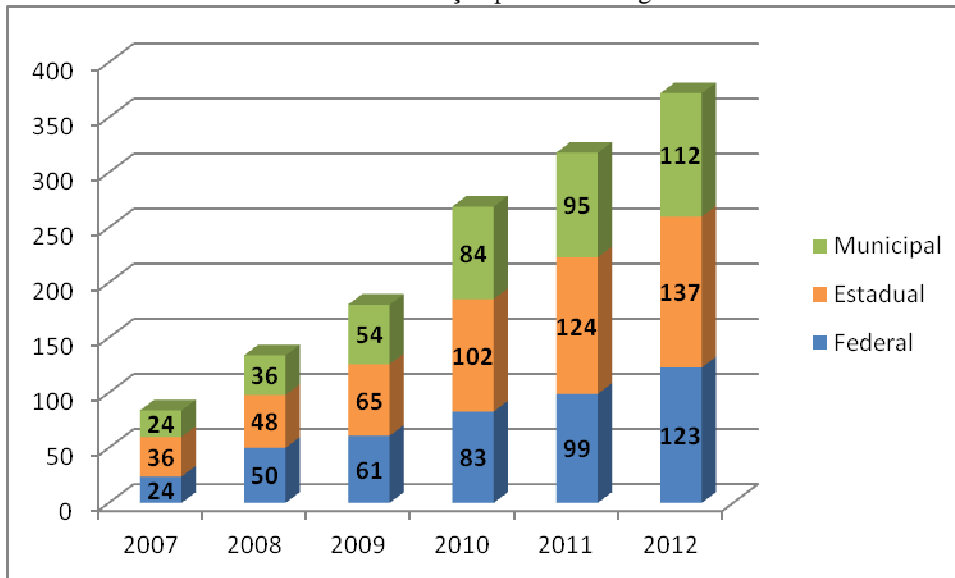
Gráfico 2 - Termo de Adesão à A3P: Distribuição por esfera de governo

Fonte: Adaptado de MMA (2013a). No ano de 2007 aderiram três órgãos da esfera municipal, cinco órgãos da esfera estadual e cinco órgãos da esfera federal.

Os gráficos 1 e 2 analisam a evolução das adesões formais dos órgãos públicos ao Programa A3P. Do ano de 2005 até 2012 foram firmadas 178 adesões, sendo 78 órgãos da esfera federal, 60 da esfera estadual e 40 da esfera municipal. De acordo com o MMA, atualmente, 134 instituições possuem termo adesão assinado (ou seja, houve decréscimo no número de termos assinados), pois a adesão dura quatro anos e depois é preciso renová-la.

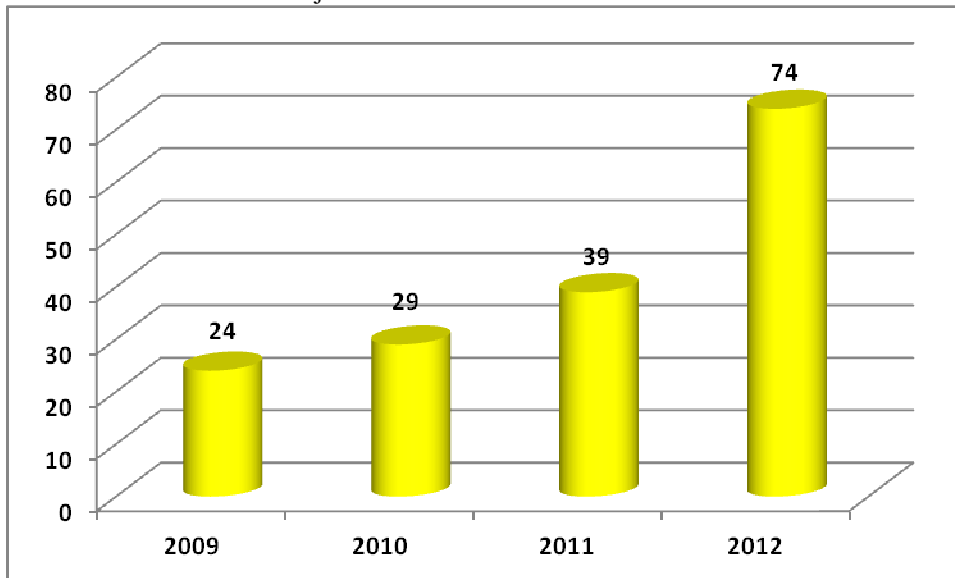
Gráfico 3 - Evolução das adesões à Rede A3P: nacional

Fonte: Adaptado de MMA (2013a).

Gráfico 4 - Adesão à Rede A3P: distribuição por esfera de governo

Fonte: Adaptado de MMA (2013a).

Os gráficos 3 e 4 analisam a evolução das adesões à Rede A3P, que corresponde ao canal de comunicação destinado para a troca de informações entre as instituições públicas. Do ano de 2007 até 2012, aderiram 372 instituições, sendo 123 órgãos da esfera Federal, 137 da esfera estadual e 112 da esfera municipal. Evidencia-se o dobro de adesões à Rede A3P se comparado ao número de Termos de Adesão assinados até 2012 (provavelmente pelo compromisso que as instituições assumem ao assinarem o termo). A participação dos órgãos da esfera estadual na Rede A3P também é um dado que merece destaque. Atualmente, 472 órgãos estão fazendo parte da Rede A3P, havendo um acréscimo de 100 adesões se comparado ao ano de 2012.

Gráfico 5 - Prêmio A3P: Projetos Inscritos

Fonte: Adaptado de MMA (2013a).

O gráfico 5 apresenta o número de projetos inscritos no prêmio da A3P. O número de inscrições em 2012, aproximadamente, dobrou se comparado ao ano de 2011. Porém, observa-se que a evolução do número de adesões e projetos ainda é embrionário se considerarmos o universo de órgãos públicos das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário).

Conforme já mencionado, a IN 10/2012 SLTI/MP determinou que os órgãos públicos elaborem seus Planos de Gestão de Logística Sustentável. O Quadro abaixo apresenta a correlação dos eixos temáticos da A3P e do PLS.

Quadro 4 - Semelhanças entre os eixos temáticos da A3P e do PLS

Eixos Temáticos da A3P	Eixos temáticos do PLS
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	1. Material de Consumo; 2. Energia Elétrica; 3. Água e esgoto; 4. Deslocamento de pessoal;
Gerenciamento dos resíduos sólidos	5. Coleta seletiva;
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	6. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
Sensibilização e capacitação dos servidores	7. Definida no Art. 10º da IN 10/2012;
Contratações Públicas Sustentáveis	8. Compras e Contratações Sustentáveis;
Construções Sustentáveis	9. Compras e Contratações Sustentáveis.

Fonte: Elaborado pela autora (2014). Adaptado de MMA (2014) e MP (2014).

Nota-se que existem algumas denominações diferentes, porém, o resultado que se pretende é o mesmo. Por exemplo, o uso racional dos recursos naturais e bens públicos estabelecidos na A3P objetiva planejar ações de economicidade dos recursos naturais (como

energia elétrica e água) e reduzir os desperdícios de gastos institucionais, como o material de consumo. O gerenciamento de resíduos sólidos está diretamente relacionado à Coleta Seletiva. Tanto a A3P quanto o PLS propõe a qualidade de vida no ambiente de trabalho e as compras e contratações sustentáveis (que incluem as construções). A Sensibilização e Capacitação dos servidores não fazem parte do eixo temático do PLS, porém, o art. 10 da IN 10/2012 SLTI/MOG determina que as iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade deverão ser incluídas no Plano Anual de Capacitação das unidades integrantes da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações.

O quadro abaixo apresenta o comparativo da metodologia de implantação da A3P e do PLS:

Quadro 5 - Comparativo de como implantar a A3P e o Roteiro para a elaboração do PLS

Passos para implantar a A3P	Roteiro para a elaboração do PLS
1. Criar a Comissão Gestora da A3P	1. Preparação (criar comissão gestora);
2. Realizar um diagnóstico da instituição	2. Diagnóstico e Medição;
3. Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental	3. Elaboração do PLS;
4. Promover a sensibilização e capacitação	4. Implementação do Plano;
5. Realizar a avaliação e o monitoramento das ações	5. Monitoramento do PLS;
	6. Verificação e Avaliação.

Fonte: Elaborado pela autora (2014). Adaptado de MMA (2014) e MP (2014).

Na A3P, a Instituição deve: criar uma comissão capaz de sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa; realizar o diagnóstico da instituição contendo informações sobre os seis eixos temáticos; planejar as ações por meio da elaboração do Plano de Gestão Socioambiental (estabelecendo os objetivos, as ações, as metas, as responsabilidades, as medidas de monitoramento e avaliação e os indicadores); implantar e operacionalizar as ações (promovendo a conscientização e sensibilização dos servidores); e promover a capacitação e a avaliação/monitoramento das ações (BRASIL, 2014a). Todas essas etapas são semelhantes ao roteiro estabelecido pelo Medida provisória (MP) para a elaboração dos PLS. Dessa forma, a IN 10/2012 SLTI/MP, em seu art. 10, parágrafo único, orienta que os Planos de Ação e instrumentos similares poderão ser incorporados aos PLS dos órgãos ou entidades; portanto, o Plano de Gestão Socioambiental pode ser substituído pelo PLS.

Convém destacar que no Programa da A3P os órgãos podem aderir voluntariamente, o que não ocorre no Decreto nº 7.746/12 que determina a elaboração do PLS aos órgãos da

administração pública direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes. Até o mês de outubro de 2014, existem 57 (cinquenta e sete) PLS catalogados no endereço eletrônico de Contratações Públicas Sustentáveis do MP, ou seja, aproximadamente a metade do número de adesões da A3P registradas até o presente momento. Em um ano, alcançou-se uma quantidade expressiva de Planos se comparado com a trajetória de 15 anos do programa A3P.

Tanto a A3P quanto o PLS apresentam as Compras e Contratações Sustentáveis como temática. Para Rossato (2011, p.31), a Administração Pública, além de regular a economia por meio das leis, incentivos e subvenções, também é parte do mercado quando compra produtos e contrata obras e serviços, por isso, “deve assumir sua parcela de responsabilidade quanto às questões ambientais”. Por esse motivo, o próximo item abordará o tema central deste estudo: as compras públicas sustentáveis.

2.4 Base legal para as Compras Públicas Sustentáveis (CPS)

Conforme já mencionado, o governo tem um elevado poder de indução para promover padrões mais sustentáveis de produção e consumo. O documento de contribuição do Brasil à Conferência Rio+20 comprova esse aspecto (BRASIL, 2011a, p.12):

[...] é fundamental que o Estado retome seu papel de indutor e regulador do desenvolvimento, favorecendo a adoção de práticas econômicas e processos produtivos inovadores, calcados no uso racional e na proteção dos recursos naturais e na incorporação de pessoas excluídas à economia, por meio do acesso ao emprego, ao trabalho decente e à renda. Por meio de instrumentos econômicos e políticas públicas, o Estado deve remover barreiras e criar incentivos positivos, que facilitem a adesão do setor produtivo a padrões mais sustentáveis sob as óticas econômica, ambiental e social [...]. O Estado pode ainda influenciar significativamente a adoção de modelos mais sustentáveis pela forma como aufer e aplica a receita. Os instrumentos de política fiscal, associados à valoração de serviços ambientais, desempenham, nesse sentido, papel central no repertório de políticas do Estado, por meio dos quais podem ser estabelecidos estímulos positivos para a adoção de padrões mais sustentáveis em toda a cadeia produtiva [...]. As compras públicas e investimentos também podem desempenhar papel nesse contexto.

Nesse sentido, confirma-se que as CPS agem diretamente sobre o cerne da questão: produção e consumo. De acordo com o MP (BRASIL, 2010b, p. 9), compreende-se por Compras Públicas Sustentáveis:

[...] uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todas as fases do processo de compra e contratação de governos, visando reduzir impactos sobre a saúde humana, o meio ambiente e os direitos humanos. A prática de CPS permite atender as necessidades específicas dos consumidores finais através da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e para a sociedade. São também conhecidas como licitações públicas sustentáveis, eco-aquisições, compras ambientalmente amigáveis, consumo responsável e licitação positiva.

O PPCS entende as Compras Públicas Sustentáveis como (PPCS 2010, p. 49):

[...] um conjunto de práticas que vai desde o estabelecimento de leis, da criação ou supressão de tributos específicos, do oferecimento de subsídios, por exemplo, para os reciclados e recicláveis, ao estabelecimento de um portfólio de produtos que vão ser incluídos prioritariamente nas licitações públicas. Ao escolher bens, obras e serviços mais sustentáveis, o governo estimula sua produção e dá o exemplo para toda a sociedade.

De acordo com o guia de compras públicas sustentáveis para administração federal (2010), as CPS pressupõem a responsabilidade de consumidor na escolha por produtos de melhor qualidade, elaborados de forma justa e com menor impacto ambiental; comprar somente o necessário, evitando o desperdício; promover a inovação, buscando tecnologias mais limpas e abordagem do ciclo de vida², observando os impactos em todas as fases de vida do produto (BRASIL, 2010b).

Para implementar as CPS, o ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade - principal associação de cidades e governos locais dedicados ao desenvolvimento sustentável) instituiu a Campanha Procura+, uma iniciativa criada para apoiar autoridades governamentais europeias na implementação de compras públicas sustentáveis. A Campanha foi desenvolvida para compradores, gestores de contratos e funcionários em contato com assuntos de sustentabilidade nos órgãos públicos. Sua experiência em Compras Públicas Sustentáveis é reconhecida mundialmente e, no Brasil, realizou o primeiro projeto para inclusão de critérios de sustentabilidade por meio do projeto Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil, junto aos Estados de Minas Gerais e São Paulo, e Município de São Paulo (BRASIL, 2013b).

Para a implementação das CPS no Brasil, utilizou-se a metodologia ICLEI (BRASIL, 2013b, não paginado):

1. **Mapeamento / perfil de consumo:** O primeiro passo é verificar como é o processo de compras e o que a autoridade compra atualmente;
2. **Seleção de produtos:** Eleger os produtos considerando seu impacto ambiental e sua relevância econômica;
3. **Levantamento das alternativas sustentáveis:** Desenvolvimento de critérios e recomendações de produtos, através de pesquisa de mercado, sobre as alternativas disponíveis;
4. **1º Inventário Base:** Inventário dos produtos selecionados detalhando quantidades compradas, critérios ambientais, gastos entre outros dados que oferecem um retrato das compras do governo;
5. **Inclusão dos produtos no catálogo / pregão:** Habilita a compra dos produtos levantados através da inclusão deles no Catálogo / Pregão;
6. **Termo de Referência e Processo Licitatório:** Desenvolvimento de editais que integrem critérios sustentáveis;

² A abordagem do ciclo de vida dos produtos procura identificar os impactos ambientais do produto no decorrer de sua existência, que vai desde a extração dos recursos naturais até sua disposição final (BRASIL, 2010b).

7. **Compra dos produtos:** Efetuação da compra de produtos mais sustentáveis;
8. **2º inventário base:** Possibilita a avaliação do desempenho dos governos na aquisição de produtos mais sustentáveis.

Dentre as etapas de implementação, está a elaboração do termo de referência e do processo licitatório. Com o objetivo de garantir maior eficiência para as contratações públicas, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Administração Pública tem o dever de licitar, conforme prevê em seu artigo nº 37, inciso XXI (BRASIL, 1998, não paginado):

Art. 37 - [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A regulamentação deste dispositivo constitucional está na Lei nº 8.666 de 8 de junho de 1993, que inclui também os serviços de publicidade, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros (BRASIL, art. 2º, 1993, não paginado). Segundo Di Pietro (2012, p. 369), licitação é “o procedimento prévio à celebração dos contratos administrativos, que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, promover o desenvolvimento nacional e garantir a isonomia entre os licitantes”.

Para o CGU (2011a, p. 11), licitação é:

[...] um procedimento administrativo formal, isonômico, de observância obrigatória pelos órgãos/entidades governamentais, realizado anteriormente à contratação, que, obedecendo à igualdade entre os participantes interessados, visa escolher a proposta mais vantajosa à Administração, com base em parâmetros e critérios antecipadamente definidos em ato próprio (instrumento convocatório).

Nos termos do art. 3º da Lei 8.666/93, “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável” (incluída pela Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010), sendo processada e julgada conforme os princípios da “legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos” (BRASIL, art. 3º, 1993).

Para Santos e Barki (2011, p. 53), com a inserção do desenvolvimento sustentável como finalidade nas contratações públicas, a vantajosidade para a Administração não pode ser considerada apenas sob o ponto de vista econômico, importando também o ambiental.

Costa (2011) afirma que, tradicionalmente, a seleção da proposta mais vantajosa para administração era sinônimo de menor preço, prática que se consolidou com a instituição da modalidade Pregão pela Lei 10.520/2002, uma vez que utiliza o menor preço para a aquisição de bens e serviços comuns. Cretella Junior (2006) explica que a proposta mais vantajosa não é a de menor preço, mas a que seja mais apropriada e condizente com os interesses da Administração Pública, devendo ser verificadas outras condições como a qualidade, prazo e rendimento. Considerando o Acórdão 1978/2009 do TCU, o Ministro Relator Marcos Bemquerer Costa discorreu (BRASIL, 2009, não paginado):

[...] o conceito da proposta mais vantajosa, inserido no caput do artigo 3º da Lei n. 8.666/1993, não se confunde com o de "mais barato", visto que sua compreensão pressuporia o atendimento das exigências constitucionais de economicidade e eficiência; em seguida, ampara o entendimento nos ensinamentos de Antônio Carlos Cintra do Amaral, textualmente: É comum considerar-se que a maior vantagem para a Administração está sempre no menor preço. Isso reflete o entendimento, equivocado, de que a lei consagra a tese de que o mais barato é sempre o melhor, sem contemplação com a técnica e a qualidade. Esse entendimento não corresponde ao disposto na Lei 8.666/93 e conflita com os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade, que regem os atos administrativos, inclusive os procedimentos licitatórios” (Acórdão 1978/2009 – Plenário). (informação verbal)

Justen Filho (2010, p. 65) comenta que a licitação busca “selecionar o contratante e a proposta que apresentem as melhores condições para atender a reclamos do interesse coletivo [...]” e o mesmo Justen Filho (2012, p.11) ainda ressalta que devido às “inovações legislativas” uma “contratação dotada de vantajosidade não é mais fundada apenas em critérios de eficiência econômica e imediata. É preciso haver também uma análise da contratação como um todo e dos impactos a serem produzidos a longo prazo”. Portanto, quando a Administração insere critérios de sustentabilidade no edital de licitação, objetiva contratações que garantam o equilíbrio econômico, ambiental e social para as gerações atuais e futuras.

Para se obter a proposta mais vantajosa na contratação de bens e serviços, é imprescindível eleger uma modalidade de licitação. O art. 22º da Lei 8.666/93 estabelece cinco modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. A sexta modalidade de licitação denominada Pregão foi instituída pela lei nº 10.520/2002 para a aquisição de bens e serviços comuns. O pregão na forma eletrônica foi regulamentado em 2005, por meio do decreto nº 5.450.

Conforme o Guia de CPS (BRASIL, 2010b, p. 20), o “procedimento a ser realizado em cada uma das modalidades de licitação difere conforme peculiaridades estabelecidas pela lei para cada uma, sendo a quantidade de recursos envolvidos e o objeto balizadores para

enquadramento nos tipos de licitação”. O quadro abaixo explica algumas diferenças das modalidades de licitação (BRASIL, 1993, não paginado):

Quadro 6 - Modalidades de licitação

MODALIDADES DE LICITAÇÃO		
Modalidade	Características	Valor
Concorrência	Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto. É cabível a qualquer valor do objeto. Deve ter ampla publicidade.	Obras e serviços de engenharia: Acima de R\$ 1.500.000,00 / Compras e serviços: Acima de R\$ 650.000,00
Tomada de Preços	Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.	Obras e serviços de engenharia: Até R\$ 1.500.000,00 / Compras e serviços: Até R\$ 650.000,00
Convite	Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das proposta.	Obras e serviços de engenharia: Até R\$ 150.000,00 / Compras e serviços: Até R\$ 80.000,00
Concurso	Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.	A lei não estabelece limite
Leilão	Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.	A lei não estabelece limite
Pregão Presencial ou Eletrônico	Modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns ³	A lei não estabelece limite

Fonte: Elaboração da autora. Adaptado de Brasil (1993).

A Lei 12.462/2011 instituiu uma nova modalidade de licitação denominada Regime Diferenciado de Contratações (RDC), para “ampliar a eficiência nas contratações públicas e competitividade entre os licitantes, promover a troca de experiências e tecnologia e incentivar a inovação tecnológica” (BRASIL, 2011, não paginado). Esta modalidade é aplicável

³ “Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (BRASIL, 2002, p.1).

exclusivamente para as licitações e contratos necessários à realização (BRASIL, 2011, não paginado):

- dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016;
- da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014,;
- de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos estados da federação distantes até 350 km das cidades sedes dos mundiais;
- das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;
- das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;
- das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativos.

Referente às inovações dessa modalidade, cabe destaque para o art. 4º, inciso III, que estabelece como diretriz a busca pela sustentabilidade e a relação de custos e benefícios como aspecto da vantajosidade para a administração pública (BRASIL, 2011, não paginado):

Art. 4º

III - busca da maior vantagem para a administração pública, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

Outra inovação é a possibilidade de exigir certificação do produto sob o aspecto ambiental para a aquisição de bens (BRASIL, Art. 7º, III, 2011, não paginado) e o estabelecimento de “remuneração variável vinculada ao desempenho da contratada, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato” (BRASIL, Art. 10º, 2011, não paginado).

Após ser definida a modalidade, a abertura de processo administrativo é o primeiro passo para o início do procedimento da licitação, o qual deverá ser devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e os documentos abaixo relacionados (BRASIL, art. 38, 1993, não paginado):

- ✓ edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;
- ✓ comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;
- ✓ ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;
- ✓ original das propostas e dos documentos que as instruírem;
- ✓ atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;
- ✓ pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- ✓ atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;
- ✓ recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;

- ✓ despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;
- ✓ termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- ✓ outros comprovantes de publicações;
- ✓ demais documentos relativos à licitação.

Por meio do edital ou convite, a administração leva ao conhecimento do público a abertura de licitação. As especificações devem dar aos fornecedores uma ideia clara do que o contratante procura e assegurar a comparabilidade das propostas apresentadas e a competição justa.

Por sua vez, as propostas serão julgadas de forma objetiva, “devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos” (BRASIL, art. 45, 1993, não paginado), de maneira a facilitar a avaliação pelos licitantes e pelos órgãos de controle. Os tipos de licitação, exceto na modalidade concurso, são: menor preço; melhor técnica; técnica e preço; e maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso (BRASIL, art. 45, § 1º, 1993, não paginado).

Após a finalização do procedimento licitatório, via de regra, a Administração celebrará um contrato com o vencedor do certame. Para fins da Lei 8.666/93, “considera-se **contrato** todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada” (BRASIL, art. 2º parágrafo único, 1993, não paginado). O contrato é obrigatório nas modalidades de concorrência e de tomada de preços, e nos casos de dispensa e inexigibilidade “cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas”, e opcional nos demais casos, em que a Administração pode substituí-lo “por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço” (BRASIL, art. 62, 1993, não paginado).

A Lei das Licitações prevê ainda, em seu artigo 24, trinta e dois incisos em que a licitação pode ser dispensável e no seu artigo 25, três incisos em que a licitação é inexigível. Conforme comenta Di Pietro (2012), a diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que na dispensa há possibilidade de competição que justifique a licitação de modo que a faculdade da dispensa é competência discricionária da Administração. Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, pois existe apenas um objeto, uma pessoa.

Cabe destacar também que a mesma lei dispõe, em seu art. 15º, que as compras governamentais devem ser processadas por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), o qual está regulamentado pelo Decreto 7.892/2013. De acordo com a Controladoria Geral da União (CGU, 2011b, p. 7), o SRP é:

[...] um procedimento com base em planejamento de um ou mais órgãos/entidades públicos para futura contratação de bens e serviços, por meio de licitação na modalidade de concorrência ou pregão, em que as empresas vencedoras assumem o compromisso de fornecer bens e serviços a preços e prazos registrados em uma ata específica. A contratação só é realizada quando melhor convier aos órgãos/entidades que integram essa Ata.

Para Justen Filho (2005), o SRP, conduzido por um órgão dotado de competência específica, determina critérios objetivos de seleção da proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia.

O SRP proporciona o controle informatizado sobre as aquisições e a redução de custos, pois o órgão emite a autorização de fornecimento conforme sua necessidade, sem precisar fazer estoques de bens e serviços. É efetuado um acordo com os fornecedores após o planejamento das necessidades de consumo e formalizado apenas uma espécie de termo de compromisso para contratação futura por meio da Ata de Registro de Preços. Dentre as principais vantagens estão (BRASIL, 2011b, p. 9):

- É formalizado apenas uma espécie de termo de compromisso para contratação futura por meio da Ata de Registro de Preços;
- A contratação ocorre quando surgir a necessidade da aquisição dos bens e serviços para consumo;
- A legislação não obriga a aquisição da totalidade dos bens/serviços estimados na licitação;
- O orçamento é apenas disponibilizado quando da efetiva contratação. Ou seja, a gestão orçamentária e financeira torna-se mais eficiente;
- Há uma otimização/redução dos estoques e contratações com a consequente redução de custos de armazenamento;
- Após assinatura da ata, as contratações são realizadas num tempo muito menor;
- O processo de compras se torna mais simples e concentrado e, assim, ocorre uma redução do número de licitações;
- Com a desburocratização, possibilita-se a ampliação do uso do poder de compra, viabilizando mais agilidade na hora de contratar e mais economia;
- A melhoria do planejamento induz ao aprendizado/ conscientização dos funcionários e ao maior controle;
- Padronização das especificações de bens e serviços, além da unificação dos preços.
- Outros órgãos públicos que não participaram do processo podem se habilitar para contratar os bens e serviços registrados na Ata, com a concordância do fornecedor;
- Maior transparência das aquisições por meio da Publicação da licitação e da publicação trimestral;
- Os fornecedores menores podem participar na medida em que não precisam ter grandes estoques para entrega imediata;
- Após a homologação da licitação e assinatura da ata, tem-se a garantia de um processo mais ágil para requisição, autorização de entrega, empenho e recebimento;

- Possibilidade eventual de fornecer quantidade maior, além do registrado e para órgãos não participantes do edital, mas que se habilitem como “carona”⁴ no processo.

Cabe destacar também uma iniciativa que ganhou o quarto lugar na 16ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Educação Pública (ENAP): as compras compartilhadas sustentáveis. Como o próprio nome já define, é o agrupamento de consumidores com o fim realizar as mesmas aquisições de produtos ou contratação de serviços. O objetivo é aumentar a demanda e, conseqüentemente, reduzir o valor unitário do produto, baseado na economia de escala (MADRUGA, 2012, p. 44). O Ministério do Planejamento destaca que as compras compartilhadas proporcionam “Economia de esforços através da redução de processos repetitivos, redução de custos através da compra concentrada com maiores volumes (ganho de escala), melhor planejamento das necessidades (contratações periódicas), padronização de equipamentos e soluções – facilidade de manutenção e uso” (BRASIL, 2014b, não paginado).

Na experiência das compras compartilhadas sustentáveis, coordenadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) (com a adesão de mais oito órgãos), observou-se que o ganho de escala permitiu a economia de R\$ 723.263,78, equivalente a 49,89% do valor estimado. “Ressalte-se que o JBRJ sozinho compraria a quantidade de 100 mil itens, e, com os órgãos participantes, a compra chegou a quase 800 mil, com uma economia de aproximadamente 50% na compra, pelo fato de ter sido compartilhada” (BARKI; SILVA, 2012, p. 167). Com essa iniciativa, abriu-se nova tendência de compras de material de expediente na administração pública.

Como se pode ver, “ao contrário do que se pressupõe, as compras públicas sustentáveis não são mais caras; pelo contrário, ao priorizarem eficiência e redução de desperdício, resultam em economias para o consumidor” (BRASIL, 2010b, p. 12).

Todavia, o SRP também apresenta desvantagens. Como todo “cadastro” o SRP pode apresentar obsolescência (entre os dados do registro e a realidade do mercado) e incompletude (reflexo da padronização de produtos com especificações e qualidade genérica). Cabe à Administração verificar, antes de cada aquisição, se o produto escolhido é o mais apropriado e se os preços de mercado estão compatíveis (JUSTEN FILHO, 2010).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibiliza alguns sistemas para “realização e acompanhamento de compras eletrônicas, cadastro de fornecedores e diversas

⁴ Entende-se por “carona” o órgão ou entidade da administração pública (Federal, Estadual ou Municipal) que adere à ata de registro de preços mesmo “não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma” (CGU, 2011b, p. 33).

informações sobre licitações, contratações, processos de aquisições de bens e passagens e diárias da Administração Pública Federal”. São eles (BRASIL, 2014b, não paginado):

- **Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg:** é o sistema informatizado de apoio às atividades operacionais do Sistema de Serviços Gerais (Sisg). Sua finalidade é integrar os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. O Siasg é o sistema onde são realizadas as operações das compras governamentais dos órgãos integrantes do Sisg (Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional). O Sistema é formado por subsistemas para as diferentes etapas do processo licitatório, como a divulgação e a realização das licitações, a emissão de notas de empenho, o registro dos contratos administrativos, a catalogação de materiais e serviços e o cadastro de fornecedores. Os órgãos que não integram o Sisg podem utilizar o Siasg, integralmente ou em módulos específicos, por meio de adesão formal para uso do sistema, mediante assinatura de termo de adesão. A solicitação para acesso aos módulos do Siasg é formalizada, conforme modelo constante do Anexo I da Portaria nº 31, de 18 de junho de 2012.
- **Portal de compras do Governo Federal – Comprasnet:** O portal Comprasnet, gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), é a plataforma para operar processos eletrônicos de aquisições e disponibilizar informações referentes às licitações e contratações promovidas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. No sítio podem ser consultados editais e atas e acompanhadas as licitações pela sociedade. São também disponibilizados os manuais, a legislação pertinente, o cadastro de fornecedores, dentre outras. Pelo Comprasnet podem ser realizadas as licitações previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (convites, tomadas de preço e concorrência), os pregões e as cotações eletrônicas, além das Intenções de Registro de Preços (IRP) e os contratos sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). No portal, os fornecedores podem ter acesso a diversos serviços, como o pedido de inscrição no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), a obtenção de editais, a participação em processos eletrônicos de aquisição de bens e contratações de serviços, dentre outros. Na tela principal do Comprasnet é possível realizar o cadastro, obter login e senha para utilizar os serviços disponíveis aos fornecedores, dentre os quais receber avisos de licitações e de cotações por e-mail. O pregão eletrônico, realizado pelo ambiente “sessão pública” do portal, é a modalidade de licitação instituída pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, e seu crescente uso tem colocado o Brasil como um dos líderes mundiais em governança eletrônica. É uma ferramenta econômica, eficiente e democrática, além de transparente, uma vez que permite melhor controle pelos órgãos responsáveis e a sociedade. Por sua vez, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei 12.462, de 5 de agosto de 2011, tornou mais céleres e competitivas as contratações de grandes obras, como as dos jogos olímpicos, as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as do sistema de ensino público e as do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf:** O Sicaf é sistema que tem por finalidade cadastrar e habilitar pessoas físicas ou jurídicas interessadas em participar de licitações promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Amplia as opções de compras do governo federal e permite o acompanhamento do desempenho dos fornecedores cadastrados. Para realizar o cadastramento, que é gratuito, deve-se acessar o sítio www.comprasnet.gov.br, clicar na aba “acesso livre” e na opção “Sicaf”. Na página inicial do Sicaf, o sistema disponibiliza as funcionalidades “Consulta”, “Publicações” e “Acesso Restrito”. Feito o cadastramento, é necessário validá-lo junto a qualquer unidade cadastradora da administração pública federal localizada nas diversas unidades da federação. O cadastramento no Sicaf dispensa a reapresentação da documentação encaminhada pelo fornecedor para renovação de cadastro, e permite atestar, por meio de consulta on-line automática, as certidões de regularidade fiscal e de seguridade social, que são condições para a participação nas licitações e tornam desnecessária a comprovação da documentação em papel.
- **Sistema de SCDP Concessão de Diárias e Passagens – SCDP:** O SCDP viabiliza o gerenciamento das solicitações e pagamentos de diárias e passagens de

servidores públicos a serviço. Dessa maneira, possibilita que as requisições sejam feitas por meio de terminais eletrônicos, diminuindo o tempo de emissão e melhorando as condições de atendimento e consulta dos usuários. O sistema, possibilita, ainda, o compartilhamento de uma base de dados única, administrada pelo Gestor Central do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelos Gestores Setoriais de cada Ministério, permitindo maior controle físico e financeiro das diárias e passagens emitidas no âmbito da Administração Pública Federal.

- **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – MPE:** Uma das estratégias que o Governo Federal tem usado para manter o crescimento econômico é o uso do seu poder de compras para alavancar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas (MPEs). A área, tida como fundamental para o desenvolvimento regional, é fruto de uma série de políticas. Entre elas, está a obrigatoriedade de contratação de MPEs para compras públicas de até R\$ 80 mil. No Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Governo Federal (Sicaf), as MPEs respondem, em média, por 54% do total de cadastros.

- **Contratações Públicas Sustentáveis:** Promover a compra de produtos que levam em conta critérios ambientais, econômicos e sociais em todas as etapas de seu ciclo de vida. Esta é a proposta do Governo Federal ao estabelecer o Programa de Contratações Públicas Sustentáveis. São exemplos dessas aquisições computadores, aparelhos de ar condicionado e resmas de papel A4. Estes e outros itens fazem parte do catálogo disponibilizado pelo Ministério do Planejamento (MP) no Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet).

Cabe destaque nesta pesquisa para o Sistema de Catalogação de Material (CATMAT), disponibilizado no portal de compras do governo. Nesse sistema, é possível pesquisar qualquer tipo de material, digitando o nome ou parte do nome do item desejado e também escolher a opção somente material sustentável e não sustentável (BRASIL, 2014b). Para as licitações dos órgãos integrantes do SISG, todos os materiais solicitados nos editais devem estar cadastrados no CATMAT. Dessa forma, a instituição necessita localizar o código do material desejado no sistema, caso ele não exista, o órgão deve solicitar a inclusão do item para a STLI/MP.

No pregão, que utiliza apenas o menor preço como critério de julgamento, “a diferença reside na especificação do objeto, tendo em vista que, após detalhadas as características no termo de referência, haverá a exclusão natural dos produtos que não atendem, *a priori*, à necessidade da administração” (COSTA, 2011, p. 31). Portanto, o produto ou serviço deverá se enquadrar nas exigências editalícias, para que seja eleito o vencedor com base no menor preço. Nascimento (2006, p. 18) afirma que “não há como se especificar um bem, serviço ou obra, sem que se façam restrições, uma vez que na especificação do objeto da licitação ou do contrato, se celebrado de forma direta, a Administração Pública passa a delimitar o universo do objeto pretendido”.

De acordo com a Guia de CPS para a Administração Federal (2010b, p. 56), são reconhecidas três fases nas quais podem ser incluídos os critérios ambientais, sociais ou éticos:

- Especificação do produto / serviço: exemplo onde é detalhado o tipo de produto que se deseja adquirir;
- Definição do Documento de Bases e Condições Particulares: momento no qual se explicam as características técnicas específicas do produto a ser adquirido;
- Avaliação, seleção e adjudicação: os critérios de avaliação dos ofertantes, os de seleção e os de adjudicação.

O art. 3º do Decreto 7.746/2012 dispõe que os critérios e práticas de sustentabilidade devem ser definidos e veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada. O parágrafo único do art. 2º ressalta que “a sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame”. As diretrizes de sustentabilidade estão listadas no artigo 4º, conforme abaixo (BRASIL, 2012^a, não paginado):

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

A IN 01/2010 SLTI/MP, em seu artigo 1º, dispõe (BRASIL, 2010c, não paginado):

Art. 1º-

[...] as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

Por sua vez, o art. 2º ressalta que “o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade”. Para as licitações que utilizam como critério de julgamento o tipo melhor técnica ou técnica e preço, o edital deverá estabelecer critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para possibilitar a avaliação e classificação das propostas (BRASIL, art. 3º, 2010c, não paginado). O quadro abaixo apresenta os critérios definidos na IN 01/2010 para bens, serviços e obras (BRASIL, 2010c):

Quadro 7- Critérios de sustentabilidade estabelecidos na Instrução Normativa nº 1/2010

Critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 1/2010 – SLTI/MP		
Obras Públicas	Bens	Serviços
<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência energética (incisos: I, II, III, IV, V); • Redução no consumo de água (incisos: V; VI; VII); • Uso de energia renovável (inciso IV); • Gestão de resíduos (incisos: VI; VIII; §§ 2º e 3º); • Biodegradabilidade (utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis) (inciso VIII); • Rastreabilidade (ou comprovação da origem da madeira a ser utilizada da execução da obra ou serviço) (IX); • Uso preferencial de mão de obra e fornecimento de material local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT; • Devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; • Sejam preferencialmente, acondicionados em embalagem individual, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e • Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). 	<ul style="list-style-type: none"> • Os produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados devem obedecer às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; • Adotem medidas para evitar o desperdício de água tratada; • Observem as orientações da resolução CONAMA nº 20/1994 quanto os ruídos gerados pelos equipamentos de limpeza no seu funcionamento; • Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; • Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; • Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis; • Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e • Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257/1999.

Fonte: Adaptado de Brasil (2010c).

No que tange à aquisição de bens, a comprovação dos critérios pode ser feita por meio de certificação “emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital” (BRASIL, Art. 5º, §1º, 2010c, não paginado).

Betiol et al. (2012, p. 111) apontam os cinco atributos que mais se sobressaem na literatura sobre compras sustentáveis. São eles:

- 1- **Ambientais:** Usar avaliação de ciclo de vida para verificar impactos ambientais de produtos e embalagens; Reduzir o material de embalagens; Incentivar a concepção de produtos recicláveis ou reutilizáveis; Considerar a toxicidade dos materiais e produtos, matéria prima renovável, eficiência energética, uso de água e redução de emissões de gases e desperdícios;
- 2- **Diversidade:** Comprar de empresas pertencentes a mulheres ou a minorias, como quilombolas e indígenas;
- 3- **Segurança:** Garantir o transporte seguro de insumos e produtos e garantir que as instalações dos fornecedores sejam operadas com segurança;
- 4- **Direitos Humanos:** Visitar instalações dos fornecedores para garantir que eles não estejam usando trabalho análogo ao escravo; Assegurar que os fornecedores cumpram com as leis de trabalho infantil; Solicitar os fornecedores a pagarem um salário digno;
- 5- **Compras de pequenas empresas locais:** Comprar de micro e pequenas empresas e comprar de fornecedores locais.

Com base na legislação e normas técnicas existentes, a Justiça do Trabalho elaborou um Guia de Contratações Sustentáveis. O quadro abaixo apresenta os critérios de sustentabilidade referente à aquisição de bens conforme disposto neste documento (BRASIL, 2014c):

Quadro 8 - Critérios de Sustentabilidade - Guia da Justiça do trabalho

Critérios de Sustentabilidade - Guia da Justiça do trabalho	
BENS	CRITÉRIOS
Material de expediente e de Gráfica	<p>As aquisições de produtos oriundos da madeira devem observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo Cerflor16, ou com o padrão FSC-STD-40-004 V2-1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC. Para produtos que utilizem papel reciclado deve ainda ser observada a conformidade com a norma ABNT NBR 15755:2009 que define esse material com base no conteúdo de fibras recicladas. São produtos oriundos da madeira, entre outros:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Papel, reciclado ou branco. b) Produtos de papel confeccionados em gráfica, tais como envelopes, pastas classificadoras, agendas, cartões de visita, panfletos, convites, livros de ponto, protocolo, etc. c) Envelopes reutilizáveis, confeccionados, preferencialmente, com papel reciclado. d) Lápis produzidos com madeira certificada ou com material reciclado.
Material de limpeza e de higiene	<ol style="list-style-type: none"> a) Materiais menos agressivos ao meio ambiente. b) Produtos concentrados, preferencialmente. c) Sabão em barra e detergentes em pó preferencialmente à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, exigência de comprovação de teor que respeite o limite máximo de concentração de fósforo, conforme Resolução CONAMA nº 359, de 29 de abril de 2005. d) Os produtos saneantes domissanitários de qualquer natureza devem utilizar substâncias tensoativas biodegradáveis. e) Esponjas fabricadas com solvente à base d'água. f) As aquisições de produtos oriundos da madeira, para fins sanitários, tais como, papel higiênico, toalha, guardanapo, lenço, devem observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo Cerflor, ou com o padrão FSC-STD-40-004 V2-1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado da Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC. g) Nas aquisições de produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões,

	<p>saponáceos, desinfetantes, inseticidas, devem ser observados os critérios de eficácia e segurança, comprovados pela regularidade (registro ou notificação) junto à ANVISA.</p> <p>I. A comprovação da regularização deve ser feita por meio de cópia da publicação do registro do produto no Diário Oficial da União (DOU), observada sua validade, ou a apresentação do Comunicado de Aceitação de Notificação, enviado à empresa pela ANVISA ou consulta à internet da divulgação de Aceitação de Notificação disponível no sítio da ANVISA na internet em <http://www.anvisa.gov.br/saneantes/index.htm>.</p> <p>h) Produtos que possuam comercialização em refil.</p>
Gêneros Alimentícios, Material de Copa e Cozinha	<p>a) Nas aquisições de café, açúcar, frutas, verduras e alimentos em geral convêm que sejam adquiridos produtos orgânicos (produzidos sem o uso de adubos químicos, defensivos ou agrotóxicos), sempre que disponíveis no mercado. Devem ser observados os critérios da origem e da qualidade do produto. A comprovação da conformidade com esses critérios deve ser feita por meio do selo “Produto Orgânico Brasil” do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG), aposto no rótulo e/ou na embalagem do produto.</p> <p>b) Copos e xícaras de material durável como vidro, cerâmica ou aço escovado em substituição ao copo plástico descartável.</p>
Máquinas e Aparelhos Consumidores de Energia	<p>a) Devem ser adquiridos produtos que apresentem menor consumo e maior eficiência energética dentro de cada categoria.</p> <p>b) Para refrigeradores, condicionadores de ar, forno microondas, ventiladores, televisores, lâmpadas e demais produtos aprovados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro23 a comprovação da conformidade com esses critérios dar-se-á pela Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), aposta ao produto e/ou em sua embalagem.</p> <p>c) Deve-se optar pela aquisição de produtos que possuam a ENCE da classe de maior eficiência, representada pela letra “A”, sempre que haja um número suficiente de produtos e fabricantes nessa classe. Podem ser aceitos produtos das demais classes quando as condições de mercado assim o exigirem.</p> <p>d) Nas aquisições de refrigeradores, condicionadores de ar e demais equipamentos de refrigeração, devem ser adquiridos produtos que utilizem gases refrigerantes ecológicos, sempre que disponíveis no mercado.</p> <p>e) Para a aquisição de aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído, como liquidificadores e aspiradores de pó, devem ser adquiridos produtos que apresentem nível de potência sonora menor ou igual a 88 dB(A), a ser comprovado pelo selo ruído aposto ao produto e/ou à sua embalagem, conforme Portaria Inmetro nº 430, de 16 de agosto de 2012, alterada pela Portaria Inmetro nº 388, de 06 de agosto de 2013.</p> <p>f) Optar, preferencialmente, pela aquisição de lâmpadas LED.</p> <p>g) As aquisições de bens de informática, como computadores de mesa (<i>desktops</i>) e computadores portáteis (<i>notebook, laptop e netbook</i>) devem observar os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética previstos na Portaria Inmetro nº 170/12. A comprovação da conformidade com esses critérios deve ser feita mediante apresentação de certificados e/ou relatórios de ensaios emitidos por instituição acreditada pelo Inmetro.</p> <p>h) Eletrodomésticos, equipamentos de informática e telecomunicações e demais produtos eletroeletrônicos não devem conter certas substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva RoHS27 (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>). O atendimento a essa diretiva deve ser comprovado por meio de certificado ou por declaração do fabricante.</p> <p>i) A destinação final de produtos eletroeletrônicos e seus componentes deve observar o disposto no item 5.4 - Resíduos com Logística Reversa.</p>
Cartuchos de Tinta e de Toner	<p>a) Cartuchos de marca diferente do equipamento a que se destinam devem possuir desempenho equivalente ao do original. A comprovação desse critério deve ser feita através de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas ABNT NBR ISO/IEC 24711:2011 e 24712:2011, para cartuchos de tinta e ABNT NBR ISO/IEC 19752:2006 e 19798:2011,</p>

	<p>para cartuchos de toner.</p> <p>b) A destinação final de cartuchos deve observar o disposto no item 5.4 - Resíduos com Logística Reversa.</p>
Pneus	<p>a) Na aquisição de pneus deve ser exigida como requisito prévio à assinatura do contrato ou empenho a regularidade do registro do fabricante ou importador no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, comprovada mediante a apresentação do certificado de regularidade emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) conforme Instrução Normativa IBAMA Nº 6 DE 15/03/2013.</p> <p>b) A destinação final de pneus deve observar o disposto no item 5.4 - Resíduos com Logística Reversa.</p>
Pilhas e Baterias	<p>a) Pilhas e baterias devem conter, no corpo do produto e/ou em sua embalagem, advertências quanto aos riscos à saúde humana e ao meio ambiente; identificação do fabricante ou deste e do importador no caso de produtos importados, a simbologia indicativa da destinação adequada e informação sobre a necessidade de, após seu uso, serem devolvidos aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada; conforme o art. 14, art. 16 e anexo I da Resolução CONAMA Nº 401 de 4 de novembro de 2008.</p> <p>b) Os teores de chumbo, cádmio e mercúrio devem estar em conformidade com os limites máximos estabelecidos pela Resolução CONAMA 401/2008, comprovado pela regularidade do registro do fabricante ou importador no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, mediante apresentação do certificado de regularidade emitido pelo IBAMA, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013.</p> <p>c) A destinação final de pilhas e baterias deve observar o disposto no item 5.4 - Resíduos com Logística Reversa.</p>
Mobiliário	<p>a) Todo mobiliário deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas. O Relatório de Ensaio deve vir acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial descritivo com informação necessária e suficiente para perfeita identificação do modelo ou da linha contendo o modelo do produto.</p> <p>b) O mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, utilizada pelo CERFLOR, ou com o padrão FSC-SDT-40-004 V2-1. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do CERFLOR ou do FSC.</p> <p>c) Devem ser observadas as especificações técnicas constantes no Anexo I da Resolução CSJT nº 54/2008, que institui o padrão de mobiliário ergonômico nos órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, compatibilizando-se as especificações com os critérios de sustentabilidade aqui estabelecidos, enfatizando-se, ainda:</p> <p>I. Para armários e gaveteiros a NBR 13961:2010;</p> <p>II. Para mesas e estações de trabalho (mesas autoportantes conjugadas com divisórias), a NBR 13966:2008.</p> <p>d) Cadeiras e poltronas, exceto longarinas e poltronas de auditório, devem estar em conformidade com a NBR 13962:2006. A espuma, quando existente, deve ser isenta de CFC e atender a NBR 9178:2003.</p> <p>e) O mobiliário dos postos de trabalho deve atender aos requisitos da norma regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A comprovação de atendimento deve ser feita por meio da apresentação, para linha e modelo, de laudo de ergonomia emitido por engenheiro de segurança do trabalho ou profissional com especialização em ergonomia devidamente habilitado para tal finalidade.</p>
Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves	<p>a) Os veículos leves de passageiros para uso oficial, adquiridos ou locados, devem ser movidos exclusivamente com combustível renovável²⁸ ou na forma da tecnologia "flex".</p> <p>b) Devem ser adquiridos veículos que apresentem maior eficiência energética e menor</p>

	<p>consumo de combustível²⁹ dentro de cada categoria, em conformidade com os requisitos constantes no Regulamento de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves³⁰. Para modelos das categorias subcompacto, compacto, médio e grande, a comprovação da conformidade com esses critérios deve ser feita pela ENCE das classes de maior eficiência, representadas pelas letras “A” ou “B”. Para as demais categorias previstas na Portaria Inmetro Nº 377, de 29 de setembro de 2011, alterada pela Portaria Inmetro Nº 522, de 31 de outubro de 2013, na ausência de classe de maior eficiência, podem ser aceitos veículos da classe representada pela letra “C”.</p> <p>c) Os veículos a serem adquiridos devem possuir nível de emissão de poluentes dentro dos limites do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE). A comprovação da conformidade deve ser feita pela ENCE com a presença de, no mínimo, uma estrela.</p>
Vestuário	a) Na aquisição de uniformes ou outras vestimentas devem ser utilizados, preferencialmente, produtos menos poluentes e agressivos ao meio ambiente que utilizem tecidos que tenham em sua composição fibras oriundas de material reciclável e/ou algodão orgânico.
Assinaturas de Jornais, Revistas e Periódicos	a) Nas aquisições de assinaturas de jornais, revistas e periódicos convém que sejam adquiridas versões eletrônicas, sempre que disponíveis no mercado.

Fonte: Adaptado de Brasil (2014c).

Outro documento utilizado para embasar esta pesquisa foi o Guia prático de licitações sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo / Advocacia Geral da União, o qual tem como objetivo aglomerar as informações e legislações ambientais mais relevantes, referentes aos objetos mais comuns de licitações e contratos de qualquer órgão público (BRASIL, 2013).

Este guia da AGU dispõe que as pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo II da Instrução Normativa do IBAMA nº 31/2009 são obrigadas ao Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instruído pelo Art. 17, inciso II da Lei 6.938/81. Seguem algumas atividades listadas no Anexo II da IN que têm relação direta com esta pesquisa (BRASIL, 2013):

Quadro 9 - Exemplos de atividades potencialmente poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	GRAU
Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos	Médio
Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática	Médio
Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores	Médio
Indústria de Papel e Celulose	Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada	Alto
Indústria de Madeira	Fabricação de estruturas de madeira e móveis	Médio
Indústria Química	Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas	Alto
Indústria Química	Fabricação de sabões, detergentes e velas	Alto

Fonte: Adaptado de Brasil (1981).

Com a inclusão dos critérios de sustentabilidade nas compras públicas é possível obter-se alguns benefícios como (BRASIL, 2013b, p.15):

- Promoção da **proteção socioambiental**;
- **Economia de dinheiro** ao observar todos os custos associados ao ciclo de vida do produto/serviço a adquirir;
- Oportunidade de promover a **inovação** para a economia verde e inclusiva;
- **Movimentação do mercado** e estímulo à economia, criando novos negócios e aumentando o número de postos de trabalho;
- Promoção do **desenvolvimento local**;
- Melhores produtos e serviços, trazendo **benefícios diretos para a população** usuária dos serviços públicos;
- Melhoria da **eficiência** organizacional do governo, permitindo melhor tomada de decisão sobre aquisições e contratações;
- **Aumento da conscientização** sobre temas socioambientais.

No anexo A estão alguns exemplos de ações concretas e benefícios das CPS.

Para Costa (2011, p. 16), “a observância de critérios sustentáveis nas licitações não é faculdade do gestor, mas sim, imposição constitucional e legal em respeito aos princípios da eficiência, da economicidade e do meio ambiente equilibrado”. O mesmo autor ressalta que “a discricionariedade do agente público não reside em decidir se deve realizar licitações sustentáveis ou não. Não se trata de dever moral, mas de respeito ao princípio da legalidade e da eficiência decorrentes do Estado de Direito”.

3 O CONTEXTO DAS COMPRAS SUSTENTÁVEIS NA UFPA

A UFPA é uma instituição pública de educação superior, vinculada ao Ministério da Educação, organizada sob a forma de autarquia especial, gozando de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, estruturada pelo Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, modificado pelo Decreto nº 81.520, de 4 de abril de 1978 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Estatuto, art. 1º, 2009). É composta por mais de 60 mil pessoas, entre professores, servidores técnico-administrativos e alunos, e oferta 497 cursos de graduação (na capital e interior), 58 cursos de mestrado, 28 cursos de doutorado, 53 cursos de especialização e 16 residências médicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, em números, 2014).

Caracteriza-se como universidade *multicampi* com atuação no Estado do Pará, sede e foro legal na cidade de Belém, composta de 14 institutos, 06 núcleos, 12 campi (Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí), 53 polos, 01 escola de aplicação e 02 hospitais universitários (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, em números, 2014).

De acordo com seu estatuto, tem como princípios (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Estatuto & Regimento, Art 2º, 2009, não paginado):

- I. a universalização do conhecimento;
- II. o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica;
- III. o pluralismo de idéias e de pensamento;
- IV. o ensino público e gratuito;
- V. a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- VI. a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos;
- VII. a excelência acadêmica;
- VIII. a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

Dentre as finalidades, destaca-se a cooperação para o “desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e às demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Estatuto & Regimento, art. 3º, 2009), ou seja, a UFPA objetiva a construção de uma Amazônia Sustentável.

O Estatuto, o Regimento e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) são instrumentos institucionais da UFPA. O Estatuto estabeleceu a estrutura organizacional desta universidade que está em vigor desde 2006. De acordo com o organograma constante no anexo D, a instituição está organizada em Conselhos Superiores, Reitoria, Pró-Reitorias,

Unidades Regionais, Unidades Acadêmicas (que inclui as Unidades Acadêmicas Especiais) e órgãos de assessoramento. “Os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA”. O CONSUN é o órgão máximo de consulta e deliberação, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão de consultoria, supervisão e deliberação em matéria acadêmica e o Conselho Superior de Administração (CONSAD) é o órgão que trata de matéria administrativa, patrimonial e financeira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Estatuto, 2009).

A Reitoria é um órgão executivo superior, responsável pela fiscalização, superintendência e o controle das atividades da Universidade. Atualmente na UFPA existem sete (7) Pró-Reitorias subordinadas ao Reitor: Ensino de Graduação; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão; Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Administração; Desenvolvimento e Gestão de Pessoal; e Relações Internacionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2013).

Os Órgãos Suplementares são unidades de natureza técnica voltadas “ao desenvolvimento de serviços especiais, com estrutura administrativa própria”. Os *campi* são unidades regionais da Universidade instaladas em determinadas áreas geográficas, com autonomia administrativa e acadêmica, atuando em “inter-relação mútua e em interação com a Administração Superior da UFPA na elaboração e consecução de projetos, planos e programas de interesse institucional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Estatuto, art. 51º e 26º, 2009).

As Unidades Acadêmicas são órgãos interdisciplinares que realizam “atividades de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo cursos regulares de graduação e/ou de pós-graduação que resultem na concessão de diplomas ou certificados acadêmicos”. São Unidades Acadêmicas, os Institutos e Núcleos, ambos com autonomia acadêmica e administrativa. As Unidades Acadêmicas Especiais são: a Escola de Aplicação e os Hospitais Universitários. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2013, p. 24).

Segundo o estatuto da UFPA, os órgãos da administração superior são responsáveis pela superintendência e definição de políticas gerais da Universidade, referentes às matérias acadêmicas e à administração. As políticas e diretrizes referentes aos macroprocessos finalísticos são definidas por seus CONSAD, CONSUN e CONSEPE e pelas Pró-reitorias das áreas-fins da Instituição. As políticas e diretrizes referentes aos macroprocessos de apoio são definidas por seus Conselhos Superiores: Conselho Universitário e Conselho Superior de Administração e pelas Pró-reitorias das áreas meio da Instituição (de Administração, de

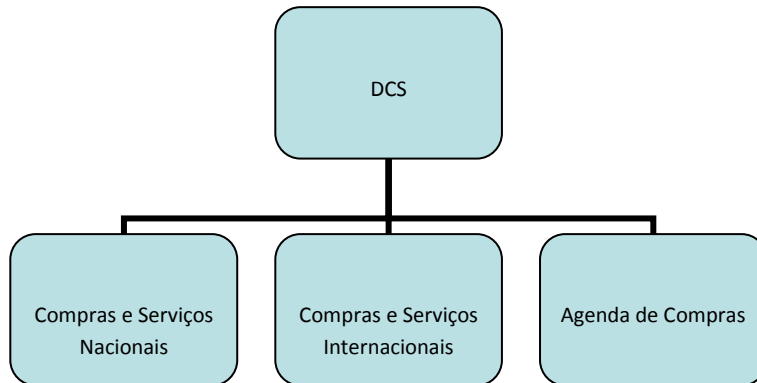
Planejamento e Desenvolvimento Institucional e de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Estatuto, 2009).

Convém destacar nessa pesquisa as competências da PROAD (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Art. 104, 2009, não paginado):

- I – elaborar a prestação de contas anual da UFPA e as prestações de contas referentes a recursos do orçamento geral da União e de fontes externas, junto aos órgãos financiadores, de acordo com a legislação vigente;
- II – efetuar a distribuição orçamentária, em consonância com as diretrizes contidas no Plano de Gestão Orçamentária – PGO da UFPA;
- III – planejar, executar e acompanhar as atividades inerentes às áreas de finanças, bens e contratação de obras, serviços e **compras** da UFPA; (**grifo nosso**)
- IV – exercer outras atividades que assegurem o desempenho eficaz do órgão.

A PROAD está dividida em: Secretaria Executiva (SE), Diretoria de Contratos e Convênios (DCC), Diretoria de Finanças e Contabilidade (DFC), Diretoria de Almojarifado e Patrimônio (DAP), Diretoria de Compras e de Serviços (DCS), Restaurante Universitário (RU) e Coordenadoria de Diárias, Passagens e Hospedagens (CDPH). A unidade da PROAD responsável por gerenciar a Agenda de Compras é a Diretoria de Compras e Serviços, subdividida em:

Organograma 1 - Organograma Diretoria de Compras e Serviços



Fonte: Elaboração da autora (2014). Adaptado do Site da PROAD (2014).

Além da estruturação, é válido demonstrar como são divididos os níveis de atuação do planejamento na UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2013):

Figura 2 - Níveis de Atuação do Planejamento na UFPA



Fonte: Universidade Federal do Pará (2013).

O PDI vincula as ações institucionais com as competências legais e com o Plano Plurianual do Governo Federal. Propõe desenhar o futuro da instituição, por meio de definição de objetivos estratégicos e de indicadores de resultados para um determinado período. A metodologia utilizada para a elaboração do PDI é o BSC (Balanced Scorecard), que “propicia o alinhamento da missão, da visão e dos objetivos estratégicos aos processos internos, ao orçamento, aos recursos humanos, à tecnologia da informação e aos resultados institucionais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, PDI 2011-2015, 2011, p. 26).

A missão, visão e princípios representam a identidade institucional da UFPA e norteiam os “comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais”. O PDI referente ao período de 2011 a 2015 apresenta a missão de “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável” e a seguinte visão de futuro: “ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, PDI 2011-2015, 2011, p. 37 - 38).

Para a melhor visualização das estratégias da UFPA, foi construído um mapa que traduz (em um diagrama) a missão, visão e os objetivos estratégicos referentes às quatro perspectivas: Resultados Institucionais, Processos Internos, Pessoas e Tecnologia e Orçamento, conforme anexo E. Para essa pesquisa, cabe destacar as seguintes perspectivas e objetivos estratégicos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, PDI 2011-2015, 2011, p. 41 - 44):

Quadro 10 - Objetivos estratégico estabelecidos no PDI 2011-2015

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Resultados Institucionais	Formar cidadãos capazes de transformar a realidade social.	Produzir e transferir conhecimentos, técnicas e habilidades embasadas em preceitos éticos e científicos focados na formação de cidadãos com capacidade crítica para a promoção do desenvolvimento regional sustentável.
	Produzir conhecimento de valor para a sociedade.	Produzir conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, que possam resultar em produtos e ações que beneficiem e atendam às diversas demandas sociais.
Processos Internos	Promover maior interação da Universidade com empresas e comunidade.	Fortalecer a integração entre a Universidade, empresas e a sociedade agregando valor a produtos e processos, disseminando a cultura do protagonismo e da inovação.
	Aperfeiçoar processos de aquisição, contratação e de elaboração de projetos.	Planejar, sistematizar e agilizar os processos de contratação de bens e serviços, antecipando demandas e garantindo a simplificação, de modo a assegurar maior agilidade e eficiência com foco no resultado final.
	Fortalecer a atividade de controle interno	Fortalecer os mecanismos de controle interno visando à melhoria do processo de gestão nos seus diversos aspectos de forma a prevenir eventuais desconformidades e vulnerabilidades às quais está sujeita a instituição.
Orçamentária	Assegurar recursos orçamentários necessários para a implantação da estratégia.	Assegurar recursos para viabilizar a execução orçamentária dos projetos estratégicos estruturantes.

Fonte: Adaptado do PDI 2011-2015 da UFPA.

Os planos tático e o operacional são elaborados com base no PDI e correspondem ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) e o Plano de Gestão Orçamentária (PGO), respectivamente. O PDU é um planejamento de médio prazo no qual as unidades definem suas ações para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI. “O PDU é o plano de como atingir os objetivos estratégicos institucionais, quais os projetos que serão desenvolvidos, equipes, recursos, orçamento, atividades a serem implementadas, responsabilidades de cada um” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2013, p. 31).

O PGO é o planejamento de curto prazo que orienta a elaboração, aprovação e controle do orçamento da Instituição e articula o Plano de Desenvolvimento Institucional ao

Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), alinhando também os PDU's às disponibilidades financeiras.

O planejamento do orçamento auxilia na avaliação das ações (projetos e atividades) e objetiva otimizar a aplicação dos recursos e conseqüentemente melhorar a qualidade dos gastos públicos e servir de instrumento de transparência para a comunidade universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, PGO, 2014). De acordo com o PDI 2011-2015, “Os desafios impostos atualmente para uma melhor utilização dos recursos públicos, inclusive no âmbito das contratações sustentáveis, são de fundamental importância investimentos constantes na melhoria de processos de trabalho [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, PDI, 2011, p. 203).

O Orçamento Executado em 2013 foi de R\$ 1.164.346.818,42 (um bilhão, cento e sessenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos). Para o exercício de 2014, o PGO previu a aplicação de R\$ 1.011.481.527,00 (um bilhão, onze milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e quinhentos e vinte e sete reais) disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), em que R\$721.128.837,00 refere-se à pessoal e encargos, R\$29.315.773,00 refere-se a Benefícios aos Servidores e R\$261.036.917,00 são recursos destinados para outras despesas correntes de Custeio e Capital, divididos em R\$ 190.781.487,00 para outras despesas de custeio e R\$70.255.430,00 para outras despesas de capital (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2014).

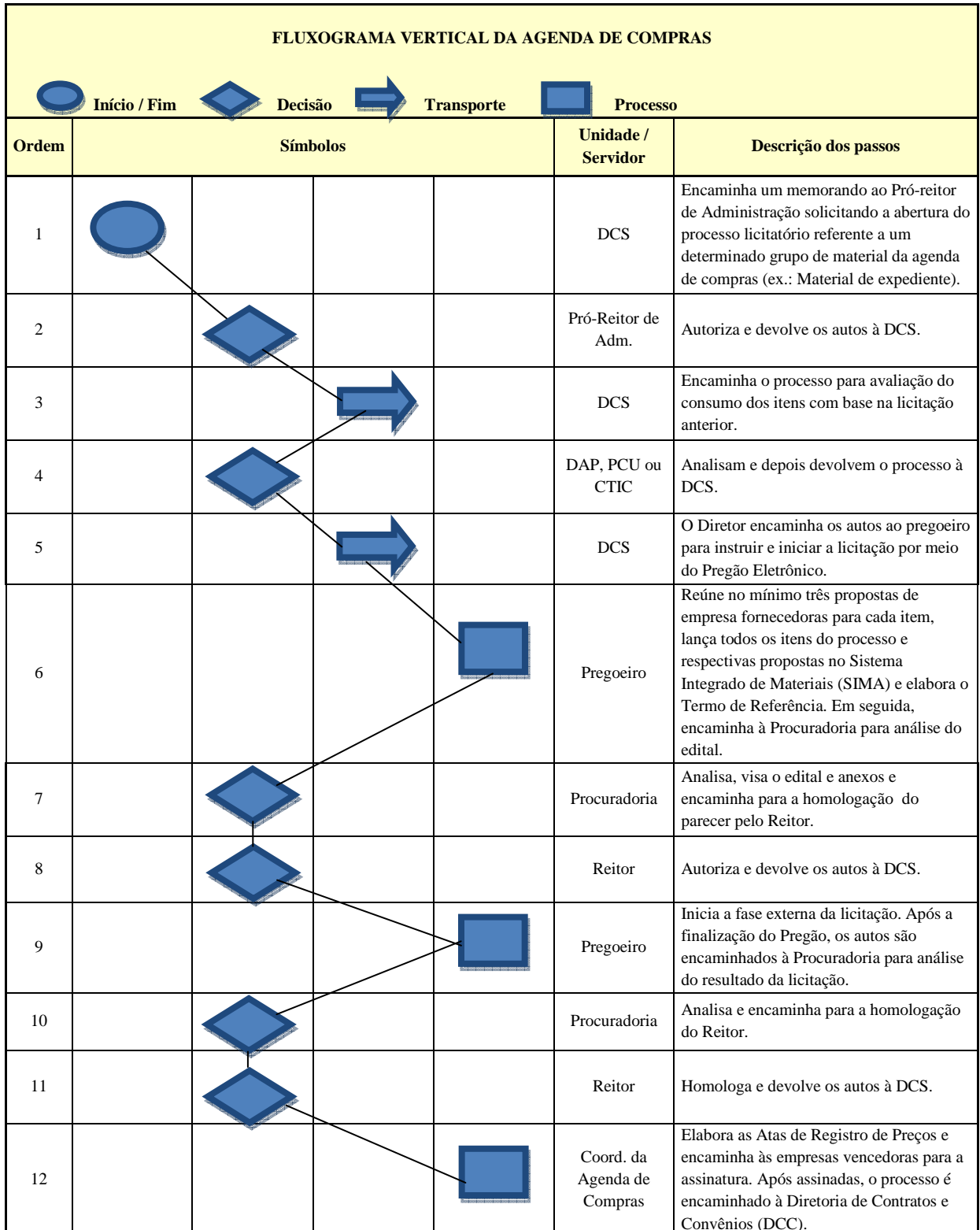
Embora o orçamento seja descentralizado para as diversas unidades, as contratações de bens e serviços comuns são centralizadas na PROAD por meio da Agenda de compras. A padronização do procedimento de compras tem como objetivo otimizar as compras em preço e qualidade, diminuir prazo entre o pedido de material pelas unidades e seu recebimento, bem como, evitar o fracionamento de despesas e reduzir a ocorrência de falhas constatadas em auditorias realizadas na UFPA. A Agenda de Compras foi consolidada em 2006, promovendo uma licitação única para o mesmo tipo de demanda, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Agenda de Compras, 2014).

A Agenda de Compras está dividida em Material de Consumo e Material Permanente. São considerados materiais de consumo: Papel, materiais de expediente diversos (ex.: copos, lápis, caneta, borracha, cliques, grampos etc.), cartuchos para impressoras a jato de tinta, toner para impressoras a laser, periféricos de informática (Placa-mãe, processador, memória, fonte, HD, placa de vídeo, placa de rede etc.), material hidráulico, elétrico e de refrigeração. São considerados permanentes: equipamentos de informática (computadores, notebooks,

projetores multimídia, impressoras, no-breaks etc.), equipamentos eletro-eletrônicos (televisão, telefone, microondas etc.), equipamentos de refrigeração (ar condicionado, central de ar, geladeira, freezer etc.) e mobiliário em geral.

Para melhor entendimento da Agenda de Compras, segue o fluxo desse processo:

Fluxograma 1 - Fluxograma vertical da Agenda de Compras



13					DCC	Elabora o documento de extrato de atas e encaminha ao Reitor para assinatura das Atas de Registro de preço e respectivo extrato.
14					Reitor	Assina as atas e extrato e devolve os autos à DCC.
15					DCC	Encaminha ao Pró-Reitor para homologar o Pregão no SIASG e solicita a publicação do extrato de ata.
16					Pró-Reitor de Adm.	Homologa o pregão no SIASG.
17					Secretaria PROAD	Publica o extrato de ata e devolve os autos à DCC.
18					DCC	Registra, arquiva uma via de cada ata e encaminha os autos à DCS.
19					Coord. da Agenda de Compras	Semestralmente abre a agenda de compras (por sete dias) para as unidades descentralizadas e administração.
20					Diretor DCS	Após o encerramento do período da Agenda de Compras, encaminha um memorando ao Pró-Reitor de Administração anexando todos os pedidos registrados e homologados no SIMA, os Pré-empenhos, além de um Relatório com o Mapa do Fornecedor por PTRES e a Certidão de Regularidade Fiscal do Fornecedor (SICAF).
21					Pró-Reitor de Adm.	Autoriza a despesa e encaminha à DFC para emissão de empenhos.
22					DFC	Emite os empenhos e devolve os autos à DCS.
23					DCS	Encaminham a Autorização de Fornecimento às empresas, juntamente com a cópia do empenho.
24					Fornecedor	Assina a Autorização de Fornecimento.
25					DCS	Encaminha um memorando à DAP anexando os pedidos das unidades, as Autorizações de fornecimento e os empenhos.
26					DAP	Recebe os materiais, confere e distribui para as unidades.

Fonte: Elaboração da autora com base na entrevista realizada com a Coordenadora da Agenda de Compras.

O fluxo de compras acima demonstra desde a fase da licitação até a entrega dos materiais às unidades. A licitação para bens e serviços comuns é realizada por pregoeiros da Diretoria de Compras e Serviços. A UFPA também tem uma Comissão Permanente de Licitação (CPL) e uma comissão do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para as licitações de obras, reformas e serviços continuados.

3.1 Práticas sustentáveis na UFPA

A sustentabilidade é um compromisso Institucional formalizado pelos documentos institucionais desta universidade. De acordo com o PDI 2011-2015, alguns projetos e ações encontram-se em fase de implementação e outros a implementar, os quais tornam-se fundamentais para cumprir o objetivo de transformar a UFPA em uma cidade universitária solidária, ética e sustentável (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, PDI 2011-2015, p. 79):

- Modernização da gestão de resíduos sólidos e perigosos (ambientes sociais, acadêmicos, laboratórios e hospitais), que contemple o manejo adequado, intensificando e estimulando a prática da coleta seletiva de lixo;
- Recuperação de bosques e áreas verdes por meio de projetos paisagísticos e de ações que potencializem o melhor uso das paisagens naturais que fazem parte do ambiente da Universidade e que garantam a preservação da sua biodiversidade;
- Criação do Prêmio Camilo Viana com objetivo de estimular e premiar iniciativas de utilização sustentável de recursos ambientais, visando à melhor gestão de recursos renováveis ou não, a redução de consumo e uso racional de: papel, água, energia, combustível, uso de transportes alternativos e demais insumos visando um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado;
- **Definição de uma política de licitações e compras que contemple a utilização de insumos, materiais e equipamentos ecologicamente corretos, que preservem o meio ambiente e a saúde da comunidade; (grifo nosso)**
- Definição do Plano Diretor e de Projetos de Expansão e Urbanização ambientalmente sustentáveis, em sintonia com o Código Florestal e legislação pertinente, que priorizem a preservação do ambiente natural, no qual a UFPA encontra-se inserida;
- Projeto e execução de obras de baixo impacto ambiental e adequado às características climáticas da região, com aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na região, como luz solar e água da chuva;
- Manutenção de uma agenda de debate que trate da questão da sustentabilidade sócio-ambiental como estratégica;
- Manutenção de intercâmbio e cooperação com instituições e sociedade visando compartilhar políticas e ações vinculadas ao desenvolvimento sócio-ambiental.

Dentre os exemplos de práticas de sustentabilidade, vale citar o Espaço ITEC Cidadão, inaugurado no ano de 2011 e gerenciado pelo Instituto de Tecnologia (ITEC) da UFPA. A área do ITEC Cidadão compreende os Bosques Camilo Viana e Benito Calzavara, entre o Campus Básico e o Profissional da UFPA. A finalidade do local é ser “Um espaço para contemplar a natureza, mas também para refletir sobre as questões ambientais e humanas [...] local onde as atividades de extensão da UFPA vão acontecer de forma integrada, envolvendo a comunidade acadêmica e do entorno da Instituição” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, Espaço ITEC Cidadão, 2014, não paginado).

Nesse espaço, há também o projeto de Captação de Água das Chuvas, a qual é “utilizada na manutenção da área, para regar as plantas do jardim, do bosque, do pomar e para a limpeza do ambiente” e o projeto “Caminhando no Reino Plantae”, em parceria com a

Faculdade de Biologia. “O objetivo é mostrar, em escala evolutiva, os diferentes filos de plantas em uma exposição permanente dessas espécies existentes na natureza, priorizando espécies nativas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Espaço ITEC Cidadão, 2014, não paginado).

Fotografia 1 e 2 - Projeto de captação da água das chuvas e projeto Caminhando no Reino Plantae



Fonte: Espaço ITEC Cidadão. Foto 1: Projeto de captação de água das chuvas e Projeto “Caminhando no Reino Plantae” (SITE UFPA – Espaço ITEC Cidadão).

A Prefeitura do Campus Universitário “é a unidade da Universidade Federal do Pará responsável pelo planejamento, operação e controle da infraestrutura e do espaço físico”. Está dividida em: Secretaria Executiva; Assessoria Técnica; Diretoria de Segurança; Diretoria de Espaço Físico; e Diretoria de Infraestrutura (DINFRA). Subordinada à DINFRA está a Coordenação de Meio Ambiente (CMA), que possui a competência de (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Regimento prefeitura, 2014, não paginado):

- Desenvolver ações que favoreçam a implantação do projeto de gerenciamento ambiental.
- Fiscalizar serviços contratados com terceiros.
- Determinar e acompanhar os serviços de poda.
- Produzir mudas.
- Urbanizar os campi.
- Executar Programas de Educação Ambiental a usuários dos campi.
- Elaborar e executar projetos paisagísticos.
- Gerenciar os resíduos produzidos pela instituição.
- Avaliar os impactos ambientais a serem produzidos com as obras e serviços solicitados.
- Fiscalizar o cumprimento do Código de postura.
- Administrar a coleta seletiva dos resíduos.
- Coordenar o gerenciamento de resíduos perigosos de cada unidade.
- Elaborar relatório mensal das atividades da gerência.

De acordo com o sítio da UFPA, idealizou-se a CMA para ser um setor de articulação entre Unidades Acadêmicas e Administrativas, “a fim de promover e incentivar práticas que

resultem na redução de custos, de desperdícios, na utilização racional dos recursos e de efeitos negativos provocados pelas inúmeras atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão na UFPA” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, Site, 2014, não paginado).

Um dos projetos realizados por essa coordenadoria é a Coleta Seletiva, criada no ano de 2006. Inicialmente, eram recolhidos apenas materiais de papel e papelão. Com a promulgação do Decreto Presidencial nº 5.940/2006, criou-se uma comissão para implantar a Coleta Seletiva Solidária na UFPA. Em 2009, efetivou-se a iniciativa, com a coleta de materiais de metal, plástico e vidro. Para o recolhimento dos materiais, a universidade assina um termo de compromisso com uma Associação ou Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis aptas a receber os resíduos recicláveis descartados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ SITE, Coleta Seletiva Solidária).

Fotografia 3 - Projeto de Coleta Seletiva Solidária da UFPA



Fonte: Projeto de Coleta Seletiva Solidária da UFPA (SITE).

Em 2013, a CMA lançou o Serviço de Orientação Socioambiental (SOS) “que visa estabelecer um espaço de comunicação e divulgação, que facilite e estimule a corresponsabilidade para a ampliação do Programa Coleta Seletiva Solidária nas Unidades Acadêmicas e Administrativas da Instituição” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, 2014, SERVIÇO ..., não paginado).

Algumas ações de sustentabilidade são presentes nos procedimentos de licitação, como: Impressão frente e verso de documentos e editais; Impressão em Ecofont⁵, que economiza toner; Solicitação, para fins de habilitação da empresa vencedora, de uma declaração de compromisso com critérios de sustentabilidade; Observação no final do edital

⁵ A Ecofont é um estilo de fonte para economizar tinta nas impressões. Por exemplo, a fonte Times New Roman utiliza 12% menos de tinta.

para a impressão do documento apenas se necessário, bem como ensina a baixar a ecofont (Relatado na entrevista da pregoeira Janaína).

Cabe ressaltar que as ações e práticas de sustentabilidades são cobradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2010. Exemplo disso é a Decisão Normativa do TCU nº 107/27/07/2010, que exige o preenchimento do questionário referente aos aspectos de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis nos Relatórios de Gestão. Dessa forma, segue abaixo o quadro consolidado com a avaliação da UFPA no período de 2010 a 2013 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, Relatórios de Gestão, 2010-2013).

Quadro 11- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis na UFPA

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis				
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação			
Licitações Sustentáveis	2010	2011	2012	2013
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	4	4	4	4
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	3	4	4	4
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	3	3	3	4
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	4	4	4	4
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	5	4	4	5
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	5	1	4	1
7. No último exercício a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Obs.: Item excluído do relatório de 2013.	5	1	4	-
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	3	3	4	1

9. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13). Obs.: Incluído no Relatório de 2013.	-	-	-	3
10. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. Obs.: Incluído no Relatório de 2013.	-	-	-	4
11. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	5	5	5	4
12. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	5	3	1	4
13. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	5	4	4	4
14. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Obs.: Item excluído do relatório de 2013.	4	2	4	-
15. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Obs.: Item excluído do relatório de 2013.	5	4	4	-

Fonte: Relatórios de Gestão 2010, 2011, 2012 e 2013. Obs.: Os níveis de avaliação são: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ; (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria; (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ; (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria; (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

De acordo com o Relatório de Gestão 2011, a UFPA tem incluído em suas licitações critérios de sustentabilidade ambiental que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas, como na compra de mobiliário e papel, nas quais são exigidas certificações que comprovem a origem das matérias primas utilizadas.

No momento da elaboração do termo de referência, é verificada se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras é predominante no mercado, avaliando se é pertinente incluir como condição para a aquisição do produto ou serviço. A UFPA também inclui certificações na compra de mobiliário e equipamentos de informática, como exemplo da ISO, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), NBR-ABNT (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2011).

Além disso, esta IFES compra lâmpadas econômicas, equipamentos com tecnologia de maior eficiência energética (ex.: SPLITS e refrigeradores), SPLITS com gás ecológico, porém ainda não avaliou o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia. A unidade separa e destina os resíduos recicláveis descartados, como referido no Decreto nº 5.940/2006, nos Locais de Entrega Voluntária (LEV'S) distribuídos pela Cidade Universitária.

O Relatório de 2011 aponta ainda que a Unidade Jurisdicionada (UJ) promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica, realizadas parcialmente com lembretes, aplicados nos setores da Prefeitura da UFPA. Promoveu também campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores, “em todos os eventos promovidos pela Coordenadoria de Meio Ambiente ou em parcerias com outros setores da UFPA, sempre buscando prevenir e minimizar os impactos causados por suas atividades ao meio ambiente” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2011).

Considerando o Relatório de Gestão referente ao ano de 2012, a UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas por meio do aproveitamento de água, descarte de combustível, exigência da Certificação da madeira (papel e móveis), Tonner e Cartucho de tinta reciclados. Para esses produtos, a licitação foi aberta para as empresas fornecedoras concorrerem com as empresas que fornecem os produtos originais. As campanhas foram por meio de mídia interna (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2012).

O Relatório de Gestão do ano de 2013 informa que a UFPA instituiu a Comissão⁶ Gestora do Plano de Logística Sustentável por meio da Portaria Nº. 4.018/2013, que iniciou a elaboração do Plano de Logística Sustentável⁷ desta IFES em cumprimento à Instrução Normativa nº.10/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Desta forma, em 2014, serão levantadas as boas

⁶ Registra-se que existe atualmente a Comissão da Coleta Seletiva e a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável. Além disso, este IFES está pretendendo aderir ao Programa A3P do MMA e conseqüentemente criar a comissão Gestora da A3P, com integrantes de várias unidades da UFPA (Pró-Reitorias, Institutos etc.), no intuito de articular as políticas referentes a esta temática. Após a análise dos programas e na experiência do próprio MMA, é possível formar uma única Comissão de Sustentabilidade.

⁷ O prazo para a elaboração e publicação do PLS terminou em 10/09/2013. Conforme relato da Pró-Reitora de Planejamento (presidente da comissão do PLS), o item referente à atualização do inventário de bens e materiais e identificação de congêneres de menor impacto ambiental para substituição (BRASIL, 2012c) ainda está pendente.

práticas adotadas pela instituição, a partir das quais novas ações serão planejadas com base nas sugestões da normativa supracitada (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2013).

O Relatório de Gestão do ano de 2013 aponta ainda que atualmente a UFPA não possui política para estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água. Todavia, em 2013, “a UFPA aderiu ao PES, assim foram pactuadas metas de redução dos itens relacionados a seguir com seus respectivos planos de ação e resultados mensais registrados no SIMEC” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2013, p. 175):

- 1) Água: Realizar campanhas de conscientização a fim de evitar desperdícios, principalmente em prédios que ainda não tenham realizado mudanças em seus sistemas hidráulicos e, revisão total do sistema de abastecimento de água do Campus Sede em Belém;
- 2) Energia Elétrica: Realização de estudos sobre a viabilidade de implementação de sistema de automação predial para redução no consumo dos sistemas elétricos e, monitoramento das demandas das unidades e instalação de medidores de energia elétrica;
- 3) Telefone: Regulamenta-se o uso de telefonia em relação ao limite de custeio, à distribuição de aparelhos e ao uso particular dos aparelhos;
- 4) Material de expediente: Realizar campanhas de conscientização a fim de evitar desperdícios de materiais de expediente, como papel, copos descartáveis, canetas etc., para diminuição do consumo desnecessário. Há também estudos de adoção de sistemas que diminuam o gasto com tonner e material gráfico.

O relatório de Gestão do ano de 2013 também apresentou o decréscimo no quantitativo consumido de Papel, Energia Elétrica e Água (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Relatório de Gestão, 2013):

Tabela 1 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	41.487	53.860	60.784	867.309,13	448.159,08	494.781,76
Água	62.526	71.234	69.936	361.677,34	370.598,36	372.258,83
Energia Elétrica	31.667.819	38.088.426	28.720.568	15.911.007,13	13.973.404,57	11.565.417,77
Total				17.139.993,60	14.792.162,01	12.432.458,36

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do Relatório de Gestão 2013 da UFPA.

O item 10 da Portaria nº 90/2014 de 16/04/2014 do TCU (referente aos Relatórios de Gestão do ano de 2014) estabelece o novo modelo de quadro para a avaliação do “nível de adesão da unidade jurisdicionada a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis”, conforme anexo F (TCU, 2014,

p.173). Para Souza (2014, p. 82), “os julgados do Tribunal de Contas relacionados à preservação do meio ambiente e, em especial das licitações, podem servir de guia ao administrador público na condução de políticas para dar efetividade às normas relacionadas a este mister do Estado”, efetivando, assim, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

3.2 Diagnóstico e identificação de similares

O diagnóstico objetiva analisar se existem critérios de sustentabilidade nas compras de material de consumo e permanente da Agenda de Compras da UFPA. Este diagnóstico foi construído com base no anexo I da IN 10/2012 SLTI/MP, que determina a elaboração de uma lista dos materiais de consumo para uso nas atividades administrativas, adquiridos pelo órgão ou entidade, pelo período de um ano, indicando o código do Sistema de Catalogação de Materiais (CATMAT) do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), a descrição do item, a quantidade, a unidade de medida, o somatório do valor em Real dos itens adquiridos no período de 1 (um) ano e a informação se o item é sustentável ou não, conforme Quadro 2, já apresentado.

Todos os dados foram pesquisados no sistema administrativo interno da UFPA, denominado Sistema de Informações de Materiais (SIMA), com exceção do número do código do CATMAT, o qual foi pesquisado no SIASG. Considerou-se o início da vigência da Ata de Registro de Preços a partir da data da publicação do extrato de Atas no Diário Oficial da União.

Além da análise dos produtos, conforme a ferramenta do CATMAT, também foram identificados os critérios de sustentabilidade existentes no edital. Tais critérios de sustentabilidade foram sugeridos com base na legislação, no Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Núcleo de Assessoramento Jurídico em São Paulo (NAJ/SP/CGU – Advocacia Geral da União (AGU)) e no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho. Ressalta-se que tais sugestões são apenas as mais relevantes para cada licitação, ou seja, as principais definições da literatura e legislações pesquisadas.

Conforme orienta o Guia do NAJ/SP, “no caso concreto, certamente se fará necessária a análise mais aprofundada de cada diploma, sobretudo por parte de um profissional com conhecimento técnico sobre a matéria, a fim de definir seus exatos limites de interpretação e aplicação” (AGU, 2013, p. 5). Por esse motivo, a decisão pela aquisição é do setor competente, o qual possui a expertise no assunto.

Para a obtenção do percentual de itens sustentáveis adquiridos, utilizou-se o seguinte indicador:

Quadro 12- Ficha Técnica do Indicador

FICHA TÉCNICA DO INDICADOR	
Nome do Indicador	Porcentagem de produtos sustentáveis adquiridos pela UFPA no período de um ano
Definição	Quantidade de produtos sustentáveis adquiridos no período de 1 (um) ano, com base no CATMAT e nos critérios de sustentabilidade definidos na legislação.
Interpretação e uso	O indicador irá resultar o nº de itens sustentáveis adquiridos pela UFPA, no formato de porcentagem. A porcentagem acima de 60% pode ser resultado da política de compras da UFPA. A porcentagem abaixo de 30% pode ser resultado das limitações encontradas no processo.
Limitações	Divergência entre CATMAT e os critérios de sustentabilidade existentes no edital.
Metodologia de cálculo simplificada	$\text{N}^\circ \text{ Itens Sustentáveis adquiridos} \times 100 / \text{Total de itens adquiridos (período de 1 ano)}.$
Desagregação geográfica	Universidade Federal do Pará / Pró-reitora de Administração e Diretoria de Compras e Serviços.
Periodicidade	2013 a 2014 (exceto Pregão 06/2012).
Categorias disponíveis (subgrupos)	Material de consumo e permanente da Agenda de Compras.
Parâmetros e recomendações	<p>● Crítico ● Aceitável ● Excelente</p> <p>Excelente: acima de 60%</p> <p>Aceitável: 30 a 60%</p> <p>Crítico: abaixo de 30%</p>

Fonte: Elaboração da autora. Adaptado de SESI (2010).

O indicador acima sugerido tem como objetivo identificar a porcentagem de produtos sustentáveis adquiridos pela Agenda de Compras da UFPA no período de um ano. O

porcentual acima de 60% corresponde a um índice excelente. O percentual de 30 a 60% equivale ao parâmetro aceitável. O resultado abaixo de 30% aponta em um índice crítico.

A Agenda de Compras é dividida em doze licitações, as quais serão analisadas separadamente.

Análise do processo nº 044965/2012, cujo objeto é a aquisição de material de consumo Papeis. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 20/2013, processada através do SRP. Vigência da Ata: 06/08/2013 a 05/08/2014.

Conforme apêndice B, este pregão foi composto de 15 itens. Foram adquiridos 64.110 produtos, equivalente ao valor de R\$ 409.939,40 (quatrocentos e nove mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos).

De acordo com o CATMAT, nenhum item foi considerado sustentável. Todavia, o edital do referido pregão exige a Certificação de Proteção e Manejo Florestal e Ambiental, como por exemplo: ISO 14001, ISO 9000, FSC ou Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CEFLOR) e a apresentação de Certificação de Não utilização de cloro no estado elementar na fabricação do papeis (Certificação ECF) para os itens: 01, 03, e 06. Portanto, propõe-se que esses três itens sejam cadastrados como sustentáveis.

Com base nessa informação, foram adquiridos 36.179 produtos sustentáveis que corresponde ao valor de R\$ 348.085,51 (trezentos e quarenta e oito mil, oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), ou seja, 56% da quantidade total de produtos deste pregão.

O CATMAT disponibiliza os seguintes similares classificados como sustentáveis:

Quadro 13 – Similares no CATMAT

SIMILARES NO CATMAT		
Nº	Código	Descrição
1	301873	PAPEL A4, MATERIAL PAPEL RECICLADO, APLICAÇÃO IMPRESSORA LASER E JATO DE TINTA, GRAMATURA 75 G/M2, COR BRANCA
2	403461	PAPEL OFÍCIO, MATERIAL CELULOSE RECICLADO, COMPRIMENTO 330, LARGURA 216, GRAMATURA 75, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO 2
3	391450	Pode ser cadastrado / PAPEL SULFITE, MATERIAL CELULOSE RECICLADA, COR NATURAL, GRAMATURA 75, COMPRIMENTO 420, LARGURA 297

Fonte: Elaboração da autora com base no CATMAT (MP, 2014b).

Considerando que cada resma contém 500 folhas, conclui-se que foi consumido 18.089.500 folhas de papel. De acordo com dados da Organização Camaleão, uma resma de papel gasta 23,3 litros de água e 11,6kw de energia. Ademais, 26 pacotes de 500 folhas equivalem a uma árvore de eucalipto adulto, que demora em média sete anos para crescer

(CAMALEÃO, 2014). Em contrapartida, a resma de papel reciclado consome 4,3 litros de água, 5,8kw de energia e nenhuma árvore é extraída para o processo de fabricação. Portanto, cabe aqui uma reflexão acerca da substituição do papel branco pelo papel reciclado.

É válido pensar em tecnologias para transformar os processos físicos em eletrônicos ou virtuais, o que promoveria a diminuição do consumo de papel e a celeridade processual. Espera-se que o software de Sistema Integrado de Gestão – SIG, adquirido pela UFPA recentemente, apresente resultados positivos para a melhoria da gestão em todos os seus aspectos.

Além disso, sugere-se também a adoção de algumas ações, conforme disposto na IN 10/2012 SLTI/MP (BRASIL, 2012c, não paginado):

1. Dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação evitando o uso do papel;
2. Substituir o uso de documento impresso por documento digital;
3. Imprimir apenas se necessário;
4. Revisar os documentos antes de imprimir;
5. Controlar o consumo de papel para impressão e cópias;
6. Programar manutenção ou substituição das impressoras, em razão de eficiência;
7. Imprimir documentos no modo frente e verso;
8. Reaproveitar o papel impresso em apenas um lado, para a confecção de blocos de rascunho;
9. Utilizar papel reciclado ou papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente; e
10. Realizar campanhas de sensibilização para redução do consumo de papel.

Análise do processo nº 044966/2012, cujo objeto é a aquisição de material de expediente diversos. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 25/2013, processada através do SRP. Vigência da Ata: 27/08/13 a 26/08/2014.

Conforme apêndice B, este pregão foi composto por 100 itens. Foram adquiridos 457.577 produtos, correspondente ao valor de R\$574.761,50 (quinhentos e setenta e quatro mil, setecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). De acordo com o CATMAT, os itens adquiridos pela UFPA não são sustentáveis. Com base nesse sistema, identificaram-se os similares abaixo:

Quadro 13. 1- Similares no CATMAT

SIMILARES NO CATMAT		
Nº	Código	Descrição
1	405278	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, MATERIAL PONTA ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA MÉDIA, COR TINTA AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICA, CORPO CILÍNDRICO.
2	405279	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, MATERIAL PONTA ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA MÉDIA, COR TINTA PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICA, CORPO CILÍNDRICO.

3	411944	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, MATERIAL PONTA ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA MÉDIA, COR TINTA VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICA, CORPO CILÍNDRICO.
4	413172	CANETA MARCA-TEXTO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, TIPO PONTA FACETADA, COR AMARELA, TIPO NÃO RECARREGÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRAÇO 1 A 4 MM / FLUORESCENTE.
5	390560	ENVELOPE, MATERIAL PAPEL RECICLADO, GRAMATURA 90, TIPO SACO COMUM, COMPRIMENTO 340, COR NATURAL, LARGURA 240, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 TIMBRADO.
6	425330	APAGADOR QUADRO BRANCO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO RECICLADO, COMPRIMENTO 15,50, LARGURA 5, ALTURA 3,30.
7	275514	CAIXA EMBALAGEM, MATERIAL PAPELÃO, TIPO ONDA SIMPLES, COMPRIMENTO 370, LARGURA 185, ALTURA 355, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS KRAFT P/FORA E RECICLADO POR DENTRO.
8	391443	CARTOLINA, MATERIAL CELULOSE RECICLADA, GRAMATURA 150, COMPRIMENTO 660, LARGURA 500, COR NATURAL.
9	389266	CLASSIFICADOR, MATERIAL PAPELÃO RECICLADO, COMPRIMENTO 200, LARGURA 275, CAPACIDADE 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FERRAGEM METÁLICA.
10	424882	PASTA ARQUIVO, MATERIAL CARTÃO KRAFT RECICLADO, TIPO ABAS E ELÁSTICO, LARGURA 230, ALTURA 330, LOMBADA 20, COR NATURAL, GRAMATURA 420.
11	389269	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO RECICLADO, TIPO SUSPensa PENDULAR, LARGURA 240, ALTURA 360, COR NATURAL, GRAMATURA 350, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3 VISOR / HASTE PLÁSTICA / ETIQUETA.
12	390014	PASTA ARQUIVO, MATERIAL POLIETILENO RECICLADO, TIPO L, LARGURA 240, ALTURA 340, COR INCOLOR.
13	428584	BORRACHA APAGADORA ESCRITA, MATERIAL BORRACHA LIVRE DE PVC, COMPRIMENTO 42, LARGURA 21, ALTURA 11, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPA PLÁSTICA PROTETORA, APLICAÇÃO PARA LÁPIS.
14	394475	CORRETIVO LÍQUIDO, MATERIAL BASE D'ÁGUA - SECAGEM RÁPIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO, LAVÁVEL, INODORO.
15	388429	ETIQUETA ADESIVA, MATERIAL PAPEL RECICLADO, COMPRIMENTO 101,60, FORMATO CARTA, LARGURA 133,90.
16	409001	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO POLIESTIRENO RECICLADO, DUREZA CARGA HB, MATERIAL CARGA GRAFITE Nº 2.
17	389781	LIVRO PROTOCOLO, QUANTIDADE FOLHAS 100, COMPRIMENTO 210, LARGURA 150, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NUMERADAS SEQUENCIALMENTE, MATERIAL CAPA PAPEL RECICLADO, GRAMATURA FOLHAS 56, MATERIAL FOLHAS PAPEL RECICLADO.
18	406522	RÉGUA COMUM, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, COMPRIMENTO 30, GRADUAÇÃO MILIMETRADA.
19	407921	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL AMIDO DE MILHO (ÁCIDO POLIÁTICO), CAPACIDADE 180, APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO E BIODEGRADÁVEL.
20	409926	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL BAGAÇO DE CANA, CAPACIDADE 50, APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO E BIODEGRADÁVEL.
21	425310	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, DIÂMETRO 12, COMPRIMENTO 330, COR PRETA.
22	425338	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, DIÂMETRO 14, COMPRIMENTO 330, COR PRETA.
23	425311	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, DIÂMETRO 25, COMPRIMENTO 330, COR PRETA.
24	425314	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, DIÂMETRO 29, COMPRIMENTO 330, COR PRETA.
25	425315	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, DIÂMETRO 33, COMPRIMENTO 330, COR PRETA.
26	425316	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, DIÂMETRO 40, COMPRIMENTO 330, COR PRETA.

Fonte: Elaboração da autora com base no CATMAT (MP, 2014b).

Para essa licitação, sugere-se a substituição dos itens adquiridos atualmente, por itens sustentáveis, em especial os que são adquiridos em grande quantidade como: canetas esferográficas (74.795 unidades), envelopes (127.282 unidades), apagador de quadro magnético (4.989 unidades), caixa para arquivo (11.721 unidades), pasta arquivo e suspensa (46.790 unidades), lápis (13.544 unidades) e copos descartáveis (44.093 unidades, cada uma contendo 100 copos, ou seja, foram adquiridos 4.409.300 copos). Com a substituição dos itens sugeridos, a UFPA irá adquirir 345.537 produtos sustentáveis, correspondente a 70,64% do total dos produtos deste pregão.

De acordo com a A3P, um copo descartável pode levar até 100 anos para se decompor na natureza. Um durável evita o uso de 2.000 descartáveis por ano. Por esse motivo, é válido realizar campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis, dando preferência para os copos produzidos com materiais que assegurem a reutilização ou a reciclagem, conforme sugere a IN 10/2012 SLTI/MP.

Análise do processo nº 028659/2012, cujo objeto é a aquisição de produtos de limpeza e descartáveis destinados ao Restaurante Universitário. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 51/2012, processada através do Sistema de Registro de Preços (SRP). Vigência da Ata: 27/05/2013 a 26/05/2014.

Conforme apêndice B, esta licitação foi composta por 83 itens. Foram adquiridos 129.644 produtos, correspondente ao valor de R\$192.036,85. Registra-se que os itens 59 a 67 foram cancelados na aceitação. Do total dos itens, identificou-se 01 item sustentável correspondente ao nº 50 (detergente líquido biodegradável neutro). Portanto, do total dos produtos adquiridos neste pregão, 1.850 unidades são sustentáveis, ou seja, 1, 43%.

Alguns itens podem ser redefinidos para sustentáveis, adicionando a característica de biodegradável na descrição. São eles: pano de prato, toalha de papel, detergente, desengraxante, desincrostante, sabonete e sacola plástica. A vassoura pode ser com cerdas de material pet reciclado. Os copos podem ser elaborados com amido de milho (ácido poliático) ou bagaço de cana, além da característica de atóxico e biodegradável. Segue abaixo a listagem dos similares, localizados no CATMAT.

Quadro 13. 2- Similares no CATMAT

SIMILARES NO CATMAT		
Nº	Código	Descrição
1	229372	PANO PRATO, MATERIAL ESPONJA VEGETAL, COMPRIMENTO 60, LARGURA 33, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABSORVENTE/LAVÁVEL E BIODEGRADÁVEL.
2	385090	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PET (RECICLADO), MATERIAL CEPA MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA 20, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO ROSQUEÁVEL/CERDAS PLUMADAS: 58/26 FIOS, LARGURA CEPA 4.
3	407921	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL AMIDO DE MILHO (ÁCIDO POLIÁTICO), CAPACIDADE 180, APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO E BIODEGRADÁVEL.
4	397424	SABONETE, ASPECTO FÍSICO ESPUMA 'FOAM', PESO 5,50, AROMA SUAVE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ANTI-RESSECAMENTO MÃOS, REFIL 800ML, BIODEGRADÁVEL.
5	403318	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 100, LARGURA 75, ALTURA 105, APLICAÇÃO COLETA DE LIXO, MATERIAL PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL.
6	301134	DESINCROSTANTE, COMPOSIÇÃO HIDRÓXIDOS, SEQUESTRANTES E UMECTANTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ODOR CARACTERÍSTICO, BIODEGRADÁVEL, PESO ESPECÍFI, APLICAÇÃO REMOÇÃO DE GORDURAS CARBONIZADAS EM CHAPAS E EQUI, TEOR ACIDEZ PH 1: 12,00 A 13,00, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COR INCOLOR, PRINCÍPIO ATIVO SODA CÁUSTICA.
7	319706	DESENGRAXANTE, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO AVERMELHADO, COMPOSIÇÃO HIDROCARBONETOS, ÁCIDOS ORGÂNICOS, TENSOATIVOS,NEU, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VALIDADE 18 MESES, NEUTRO, ANTIOXIDANTE,BIODEGRADÁ, APLICAÇÃO LIMPEZA PESADA.

Fonte: Elaboração da autora com base no CATMAT (2014b).

Cabe novamente destaque para o consumo dos copos descartáveis. Neste pregão, foram consumidos 19.750 centenas de copos, ou seja, 1.975.000 copos, aproximadamente 2 milhões de copos. Se somarmos com o número consumido no Pregão 25/2013 (material de expediente), temos o consumo anual correspondente a 6.384.300 (seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e trezentos) copos. Apesar de essa licitação ser exclusiva para o Restaurante Universitário, a análise foi relevante devido à quantidade copos descartáveis consumidos.

Além disso, convém observar as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, constantes no Quadro 8.

Análise do processo nº 44963/2012, cujo objeto é a aquisição de suprimentos de informática (cartuchos de toner) e do processo 044964/2012, cujo objeto é a aquisição de cartucho de tinta para impressoras. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 28/13 e nº 29/2013 respectivamente, processada através do Sistema de Registro de Preços (SRP). Vigência das Atas: 03/10/2013 a 02/10/2014 e 05/09/2013 a 04/09/2014 (respectivamente).

Conforme apêndice B, a licitação nº 28/13 foi composta por 142 itens. Foram adquiridos 21.588 produtos, correspondente ao valor de R\$ 1.347.922,72 (um milhão, trezentos e quarenta e sete mil, novecentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos).

Nenhum item deste pregão foi considerado sustentável de acordo com o CATMAT. Devido à quantidade elevada de itens, o apêndice B apresentou apenas os itens consumidos pela UFPA.

O pregão 29/2013 foi composto de 86 itens. Foram adquiridos 9.388 produtos, correspondente ao valor de R\$ 394.486,60. Nenhum item foi considerado sustentável, de acordo com o CATMAT.

Somando a quantidade de cartuchos de toner e tinta, no período de um ano, foram comprados 30.976 cartuchos, com uma despesa aproximada de R\$ 1.731.543,92 (um milhão, setecentos e trinta e um mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos). Este é um valor expressivo para se pensar em alternativas sustentáveis.

No CATMAT, os seguintes similares foram localizados:

Quadro 13. 3- Similares no CATMAT

SIMILARES NO CATMAT		
Nº	Código	Descrição
1	139343	CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP, REFERÊNCIA CARTUCHO Q2612A, REFERÊNCIA IMPRESSORA LASERJET 1010, TIPO CARTUCHO RECICLADO, COR TINTA PRETA.
2	139343	CARTUCHO TINTA IMPRESSORA HP, REFERÊNCIA CARTUCHO HP 51629-A, REFERÊNCIA IMPRESSORA DESKJET 600/600C660C/670C/680C/690C/692C/693C/695C, TIPO CARTUCHO RECICLADO, COR TINTA PRETA, CAPACIDADE 40.

Fonte: Elaboração da autora com base no CATMAT (MP, 2014b).

De acordo com esse Sistema de Catalogação, os cartuchos reciclados são classificados como sustentáveis. No próximo item, será demonstrado que o cartucho reciclado é, em média, a metade do preço do cartucho tradicional. A qualidade permanece a mesma, pois a tinta continua sendo original. O que muda é que a fabricante utiliza plásticos reciclados para a composição dos cartuchos.

Verificou-se que alguns dos cartuchos comprados são da marca HP. Esta empresa possui um programa denominado *Planet Partners*, HP, que oferece a coleta de cartuchos HP no local (a partir de 5 cartuchos). Para solicitar o recolhimento basta preencher alguns dados no endereço eletrônico da HP. A transportadora recolherá os pacotes em um prazo médio de 10 dias úteis. Todos os cartuchos são encaminhados ao Centro de Reciclagem da HP Brasil que seleciona e processa as matérias-primas para produzir novos cartuchos, partes e peças de impressoras HP e outros itens para diversos segmentos industriais. Nenhum cartucho HP devolvido mediante o Programa de Reciclagem HP Planet Partners é enviado a aterros sanitários e a HP não recarrega ou remanufatura os cartuchos. Vale ressaltar que esse procedimento não tem custo para o cliente (HP, 2014). As empresas Samsung, Epson e Lexmark também possuem política para recolhimento dos cartuchos usados, garantindo assim a logística reversa.

De acordo com o art. 3º, inciso XII, da Lei nº 12.305/10 (que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos), a logística reversa é (BRASIL, 2010, não paginado):

[...] um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Além disso, estabelece como princípio a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, ou seja, dos fabricantes aos consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana, todos são responsáveis em minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados (BRASIL, 2010).

Outra opção é trocar a compra do produto pela contratação do serviço. As empresas de locação de impressoras já incluem a logística reversa para os cartuchos. A IN 10/2012 SLTI/MP sugere ainda dar preferência à utilização de impressão com estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta ou toner. Além disso, é válido observar as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, constantes no Quadro 8.

A boa notícia é que os novos editais da UFPA para aquisição de cartucho de toner e tinta em andamento, pregões 53 e 54/2014, já informam que a licitação observará os critérios da IN 01/2010 SLTI/MP e do Decreto 7.746/2012. O item 23 do edital é voltado à Sustentabilidade e prevê a responsabilidade da contratada no recolhimento e descarte do produto ou embalagem, para fins de destinação final ambientalmente adequada. Ademais, o fornecedor deve apresentar os documentos físicos, copiados ou impressos, preferencialmente em papel reciclado, e assinar uma declaração de compromisso com os critérios de Sustentabilidade, conforme anexo II do Edital. Indica-se também que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Edital pregões 53 - 54, 2014).

Outro ponto abordado no edital é sobre a remanufatura dos cartuchos, informando que esse procedimento não está alinhado à melhor prática de sustentabilidade ambiental, pois após o máximo de recargas realizadas no cartucho, é comum serem descartados em lixos convencionais e aterros sanitários, ao contrário do que propõe a logística reversa, em que os inservíveis retornam ao fabricante para a reciclagem do material e geração de novo produto, reduzindo assim o consumo de recursos naturais como água e energia.

Todavia, convém destacar que não é suficiente existir cláusulas no edital. É importante a universidade definir como será o recolhimento desses cartuchos, assim como sensibilizar os

servidores para a separação e destinação dos mesmos. De acordo com a Assessora de Orientação Normativa em Tecnologia da Informação da UFPA, falta definição da política interna para o recolhimento dos materiais (informação verbal).

Análise do processo nº 044961/2012, cujo objeto é a aquisição de produtos material elétrico, hidráulico e refrigeração. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 24/13, processada através do SRP. Vigência da Ata: 21/08/2013 a 20/08/2014.

O pregão 24/2013 foi composto de 68 itens. Foram adquiridos 35.247 produtos, correspondente à despesa de R\$ 483.371,22 (quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos), conforme apêndice B. De acordo com o CATMAT, nenhum item é sustentável. Porém, foram identificados cinco itens que podem ser cadastrados como sustentáveis, são eles: o item 50 (limpador neutro industrial), por ter na sua descrição a característica de biodegradável e os itens 2,3,4 e 7 por ter na sua descrição “PL” (Purpose Lamps) que está relacionado ao baixo consumo de energia. Os itens 59, 60 e 61 foram cancelados na aceitação. Considerando esses critérios, a UFPA comprou 3.231 produtos sustentáveis, ou seja, 9,17% do total da licitação.

Verificou-se que as lâmpadas adquiridas possuem certificação INMETRO e ISO 9002, porém, para ser considerada sustentável no CATMAT, é necessário exigir na descrição do produto o selo PROCEL ou Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos termos na Portaria INMETRO, “que comprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade (RAC) do produto e trata da etiquetagem compulsória” (AGU, 2014, p. 11). Dessa forma, os seguintes similares foram localizados no CATMAT:

Quadro 13. 4- Similares no CATMAT

SIMILARES NO CATMAT		
Nº	Código	Descrição
1	429871	TORNEIRA, MATERIAL CORPO METAL, TIPO AUTOMÁTICA, DIÂMETRO 1/2, ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACIONAMENTO HIDROMECAÂNICO COM LEVE PRESSÃO MANUAL, APLICAÇÃO MESA.
2	403984	PILHA, TAMANHO PALITO, MODELO AAA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO CONTÉM MERCÚRIO E CÁDMIO, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5.
3	403983	PILHA, TAMANHO PEQUENA, MODELO AA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CARTELA C/2 UNIDADES/NÃO CONTÉM MERCÚRIO E CÁDMIO, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5.

Fonte: Elaboração da autora com base no CATMAT (MP, 2014b).

As torneiras devem ter acionamento hidromecânico com leve pressão manual e fechamento automático e arejado. Por sua vez, as pilhas devem respeitar os limites máximos

de chumbo, mercúrio e cádmio admitidos na Resolução CONAMA 401/2008. Além disso, de acordo com o art. 22 da referida resolução (BRASIL, art. 22º, 2008, não paginado):

Art. 22

Não serão permitidas formas inadequadas de disposição ou destinação final de pilhas e baterias usadas, de quaisquer tipos ou características, tais como:

I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Além disso, convém observar as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, constantes no Quadro 8. Uma das orientações é pela aquisição de lâmpadas LED, que “possuem alta eficiência energética, elevada vida útil e ausência de metais pesados como o mercúrio presente nas lâmpadas fluorescentes” (BRASIL, 2014c, p. 9).

Análise do processo nº 044960/2012, cujo objeto é a aquisição de Água, Açúcar, Café e filtro de papel para café. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 15/13, processada através do Sistema de Registro de Preços (SRP). Vigência da Ata: 11/06/2013 a 10/06/2014.

O Pregão 15/2013 foi composto por 7 itens, porém o item 1 foi cancelado na aceitação. Foram adquiridos 35.164 produtos, correspondente ao valor de R\$ 109.119,02 (cento e nove mil, cento e dezenove reais e dois centavos), conforme apêndice B. Nenhum item foi considerado sustentável e não há registro no CATMAT de itens similares que resultem em um menor impacto ambiental.

De acordo com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, sugere-se a aquisição de café e açúcar orgânicos, ou seja, “produzidos sem o uso de adubos químicos, defensivos ou agrotóxicos. A comprovação da conformidade com esses critérios deve ser feita por meio do selo “Produto Orgânico Brasil” do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)”. Outra orientação deste guia é que os critérios de origem e qualidade do produto também devem ser observados (BRASIL, 2014c, p. 9). Cabe destacar que é solicitado no edital da UFPA o selo de Pureza da ABIC para o café.

Análise do processo nº 044962/2012, cujo objeto é a aquisição de periféricos de informática e do processo nº 15096/2013, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de informática. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 38/2013 e 80/2013, respectivamente, processada através do Sistema de Registro de Preços (SRP). Vigência da Ata: 03/09/2013 a 02/09/2014 e 22/11/2013 a 21/11/2014 (respectivamente).

O Pregão 38/2013 conteve 22 itens, conforme apêndice B. Foram adquiridos 8.338 produtos, correspondente ao valor de R\$472.679,08 (quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e setenta e nove reais e oito centavos). Com base no código do CATMAT, todos os produtos foram considerados como não sustentável, pois foram utilizados códigos gerais. A especificação do produto foi feita na descrição detalhada.

O edital da licitação informa que o Termo de Referência considerou algumas legislações, incluindo a IN 01/2010 SLTI/MP que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Uma característica de sustentabilidade é a eficiência 80% e certificação 80 plus presentes nos itens 5,6,7.

Porém, não houve exigência das condicionais RoHs (Restriction of Certain Hazardous Substances)⁸ para os produtos, evitando assim que os equipamentos fornecidos contenham substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada. Além disso, conforme Portaria 02/2010 SLTI/MP, os equipamentos devem observar a norma NBR 10152 quanto à emissão de ruído ambiente em Escritórios de atividades diversas, conforme laudo técnico gerado por entidade especializada, que deverá acompanhar a proposta e “deverá vir acondicionado em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem” (BRASIL, 2010d, não paginado).

⁸ Existe um edital para aquisição de periféricos de informática em andamento (Pregão Eletrônico 52/2014). Este edital observa os critérios de sustentabilidade, conforme elencados na IN 10/2010 SLTI/MPOG e as diretrizes estabelecidas no Decreto 7.746/2012. Além disso, indica a observância dos requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares e informa que a comprovação da sustentabilidade pode ser feita mediante apresentação de qualquer meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital podendo ser utilizada a declaração de compromisso de sustentabilidade conforme o modelo constante no anexo II do edital do referido pregão. Porém, também não foi localizada a exigência das condicionais RoHs.

O item 22 (bateria) deve observar as orientações constantes no Quadro 8, referente ao Guia de contratações da Justiça do Trabalho.

O Pregão 80/2013 foi composto de 20 itens, conforme apêndice B. Foram adquiridos 1.795 produtos, que corresponderam à despesa aproximada de 5.227.464,75 (cinco milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). Da mesma forma que os periféricos de informática, os itens foram considerados como não sustentáveis pelo CATMAT, devido os códigos genéricos utilizados no Edital.

O edital informa que observa a IN 01/2010 SLTI/MP para a elaboração das especificações constantes no termo de referência e exige que nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (itens 1 a 6), além de exigir certificação do INMETRO, sendo aceito ainda “a comprovação deste requisito por intermédio da certificação EPEAT, desde que esta apresente explicitamente tal informação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Edital do Pregão 80/2013, p.31).

O edital solicita também que “As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Edital do Pregão 80/2013, p. 31). Outra característica de sustentabilidade é a Impressão Duplex (frente e verso), constante na descrição das impressoras laser (exceto item 8). Todavia, convém destacar que apenas o item 7 (impressora laser monocromática) possui a capacidade de impressão em papel reciclado.

O Guia de Contratações da Justiça do Trabalho orienta que as aquisições de bens de informática devem observar os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética previstos na Portaria Inmetro nº 170/12. (BRASIL, 2014). Para estas licitações, é válido verificar as recomendações da Portaria 86/2014 SLTI/MP e as especificações técnicas de soluções de Tecnologia da Informação disponíveis no endereço eletrônico <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/nucleo-de-contratacoes-de-ti> (BRASIL, 2014d, não paginado).

Convém ressaltar aqui o conflito existente entre o cadastro do CATMAT e as informações constantes no edital. Para as duas licitações, utilizaram-se códigos gerais, que impedem a emissão de relatórios reais pelo Portal de Compras Governamentais. Também não foram localizados similares cadastrados no CATMAT para os referidos produtos.

Com base na análise do edital, infere-se que o Pregão 38/2013 possui critérios de sustentabilidade apenas para três itens, que corresponde a 9% dos produtos, enquanto o Pregão 80/2013 possui 81% dos seus produtos sustentáveis.

Análise do processo nº 01526/2012, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de refrigeração. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 06/12, processada através do Sistema de Registro de Preços (SRP). Vigência da Ata: 11/09/12 a 10/09/13.

O pregão 06/2012⁹ foi composto de 54 itens, conforme apêndice B. Foram adquiridos 1.323 que correspondem a R\$ 2.718.219,93 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezenove reais e noventa e três centavos). Os itens foram considerados como não sustentáveis pelo CATMAT devido os códigos genéricos utilizados. Todavia, analisando o Edital, 41 itens possuem critérios de sustentabilidade por exigir o consumo máximo de acordo com determinações do INMETRO e por conter o Gás refrigerante: R410 ou ecológico.

Com base nessa informação, foram adquiridos 1.012 produtos sustentáveis que correspondem ao valor de R\$ 2.608.110,65 (dois milhões, seiscentos e oito mil, cento e dez reais e sessenta e cinco centavos), ou seja, 76,49% da quantidade total dos produtos.

Sugere-se inserir no edital a observação ao Decreto nº 2.783/1998, que dispõe sobre proibição de aquisição de “produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO)”, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional (AGU, 2013, p.70).

Análise do processo nº 044959/12, cujo objeto é a aquisição de equipamentos eletro-eletrônicos. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 23/2013, processada através do SRP. Vigência da Ata: 14/10/2013 a 13/10/2014.

O Pregão 23/2013 conteve 29 itens, conforme apêndice B. Adquiriu-se 1.563 produtos, correspondentes a R\$804.361,05 (oitocentos e quatro mil, trezentos e sessenta e um reais e cinco centavos). Nenhum item foi considerado sustentável. Dos similares sustentáveis pesquisados no CATMAT, localizou-se apenas televisor e fogão exigindo o selo PROCEL, ENCE ou Selo INMETRO Categoria A. Portanto, sugere-se a exigência dessa etiquetagem no

⁹ Pesquisou-se o pregão referente ao ano de 2012-2013, pois não houve licitação para o período de 2013-2014, apenas uma adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão, com itens restritos.

edital. Além disso, os produtos eletroeletrônicos e seus componentes devem atentar para a logística reversa e a diretiva RoHS.

Análise do processo nº 044382/2012, cujo objeto é a aquisição de mobiliário em geral. A modalidade de licitação foi Pregão Eletrônico, nº 09/2013, processada através do SRP. Vigência da Ata: 16/09/2013 a 15/09/2014.

O Pregão 09/2013 foi composto de 324 itens, conforme apêndice B. Adquiriu-se 11.483 produtos que corresponderam ao valor de R\$7.592.763,73 (sete milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos). Esta é a licitação de maior valor dentre os processos da Agenda de Compras. Nenhum item foi considerado sustentável no CATMAT, devido à utilização de códigos genéricos. Todavia, os itens foram considerados sustentáveis, por apresentarem características de sustentabilidade nos produtos e exigirem algumas certificações no edital.

O item 6.6.13 do edital do referido pregão solicita a apresentação de certificado de licença para uso da marca ABNT de Qualidade Ambiental – Rótulo Ecológico ABNT – específico para mobiliário de escritório (itens fabricados em madeira), conquistado por meio do programa de Rotulagem Ambiental Tipo I da ABNT, que indica a preferência ambiental do produto dentro de sua categoria. Tal programa é baseado em critérios de avaliação do ciclo de vida do produto, conforme estabelecido pela norma ABNT NBR ISO 14020:2002 e 14024:2004, que visa melhorar a qualidade ambiental dos produtos por meio do controle de procedência de matérias-primas, da redução do consumo de energia e de materiais, bem como na minimização dos impactos de poluição gerados pela produção, utilização e disposição de produtos e serviços (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Edital pregões 53 e 54, Disponível em MP, 2014, 2014b)

O referido edital apresenta alguns produtos que utilizam material reciclado na sua composição e produtos elaborados com materiais 100% recicláveis. Convém destacar também para o sofá fabricado com couro ecológico. Para os lotes 10 e 11, é requerida uma carta do fornecedor de tinta, informando que o produto atende à diretiva internacional da RoHs, isenta de metais pesados.

Para os itens 287 a 290 e 310 a 340, foi exigida a comprovação da procedência da madeira que se dará pela apresentação de Certificado Florestal de Cadeia de Custódia, emitida pelo fabricante da madeira utilizada, comprovando que o produto não degrada o meio ambiente e contribui para o desenvolvimento social e econômico das comunidades florestais,

assegurando a manutenção da floresta. Além disso, a empresa apresentou licença ambiental para atividades potencialmente poluidoras, em nome do fabricante dos produtos ofertados, emitida pelo órgão responsável pelo licenciamento do Estado da Federação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Edital pregões 53 e 54, 2014) (UFPA – Disponível em MP, 2014b).

O quadro abaixo resume as informações das doze licitações¹⁰ analisadas:

Quadro 14 – Resumo das licitações analisadas

Nº	Objeto	Nº Processo / Nº do Pregão Eletrônico	Vigência	Quant. de itens	Quant. de produtos adquiridos	Valor estimado (R\$)	Valor consumido (R\$)	Crítérios de Sustentab.
1	Expediente - Papel	044965/2012 PE 20/2013	06/08/2013 a 05/08/2014	15	64.110	1.374.130,00	409.939,40	Parcial
2	Expediente - Diversos	44966/2012 PE 25/13	27/08/13 a 26/08/2014	100	457.577	8.226.065,00	574.761,50	Não
3	Limpeza e Descartáveis (Exclusivo RU)	028659/2012 PE 51/2012	27/05/2013 a 26/05/2014	83	129.664	271.120,92	192.036,85	Não
4	Expediente – Toner	44963/2012 PE 28/13	03/10/2013 a 02/10/2014	142	21.588	6.397.870,00	1.347.922,72	Não
5	Expediente – Cartuchos	44964/2012 PE 29/13	05/09/2013 a 04/09/2014	86	9.388	1.699.175,50	394.486,60	Não
6	Hidráulico, Elétrico e Refrigeração	44961/2012 – PE 24/13	21/08/2013 a 20/08/2014	68	35.247	1.018.543,75	483.371,22	Parcial
7	Água, Café e Açúcar	044960/2012– PE 15/2013	11/06/2013 a 10/06/2014	7	35.164	219.890,00	109.119,02	Não
8	Periféricos de Informática	44962/2012 – PE 38/13	03/09/2013 a 02/09/2014	22	8.338	525.307,00	472.679,08	Parcial
9	Equipamentos de Informática	15096/2013 – PE 80/13	22/11/2013 a 21/11/2014	20	1.795	7.643.103,80	5.227.464,75	Sim
10	Equipamentos de Refrigeração	001526/2012 – PE 6/12	11/09/12 a 10/09/13	54	1.323	8.673.618,10	2.718.219,93	Sim
11	Equipamentos Eletroeletrônicos	44959/2012 – PE 23/13	14/10/2013 a 13/10/2014	29	1.563	1.568.502,00	804.361,05	Não
12	Mobiliário	44382/2012 – PE 09/13	16/09/2013 a 15/09/2014	324	11.483	190.564.516,50	7.592.763,73	Sim
TOTAL				950	776.865	228.181.842,57	20.327.125,85	
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL					55.951		15.617.918,24	
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT					0		0,00	
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO					428.431			

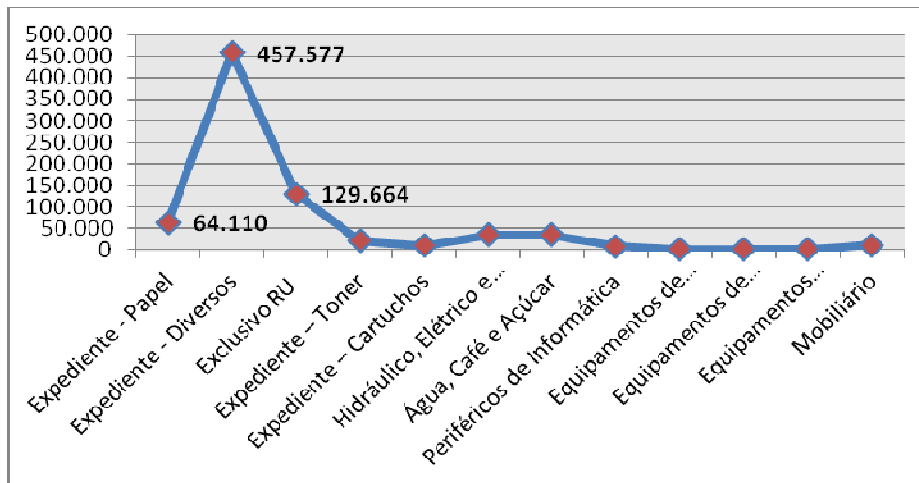
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema de Informações de Materiais (SIMA) e nos dados do Portal de Compras Governamentais. O detalhamento das tabelas está nos anexos.

Considerando os critérios de sustentabilidade constantes no edital de licitação, do total de produtos adquiridos pela UFPA, apenas 7% foram sustentáveis (55.951 unidades), ou seja,

¹⁰ Vale lembrar que não foi possível considerar as três licitações em andamento (cartuchos de toner, tinta e periféricos de informática) que incluem requisitos de sustentabilidade no edital, pois ainda não foram finalizadas e nem houve entrega dos produtos. Elegeram-se processos já finalizados para observar a quantidade consumida, conforme orientação da IN 10/2012 SLTI/MP.

um índice crítico conforme o indicador sugerido. Mesmo assim, sugere-se o cadastramento desses itens sustentáveis no CATMAT. Apesar de seis licitações apresentarem critérios de sustentabilidade, o maior número de produtos comprados corresponde às licitações de materiais de expediente, materiais de limpeza e descartáveis para o Restaurante Universitário, e Papel, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Quantitativo dos produtos adquiridos na Agenda de Compras



Fonte: Elaboração da autora a partir do resultado da coleta de dados.

Portanto, deduz-se que caso houvesse a substituição dos itens tradicionais pelos similares de menor impacto ambiental identificados no CATMAT, a UFPA passaria a comprar 428.431 produtos sustentáveis, ou seja, 55% do total adquirido, sendo um índice aceitável conforme indicador utilizado na pesquisa. Convém lembrar que cabe à Diretoria de Compras e Serviços e à PROAD a decisão da substituição dos produtos devido o caráter técnico da matéria.

O dado mais relevante dessa análise foi descobrir que, de acordo com o CATMAT, nenhuma licitação foi considerada sustentável. Portanto, é fundamental atualizar e ampliar as opções de cadastramento nesse sistema, para que essa ferramenta tenha condições de emitir relatórios com dados mais reais no que se refere a Compras Sustentáveis.

Outra constatação é a diferença entre o valor estimado e o valor consumido. Convém aqui expor a opinião do Diretor de Compras e Serviços da UFPA:

O certo é você estimar aproximadamente aquilo que você consome. A gente sempre verifica o histórico. A cada licitação é feita uma análise dos itens que foram consumidos. Algumas coisas é preciso se estimar com uma certa sobra, pois tem casos que você não sabe (o que vai consumir), como no caso do mobiliário.

Portanto, anualmente é feita uma revisão dos itens consumidos, objetivando a atualização dos produtos. De acordo com o entrevistado, alguns materiais devem ser planejados com um excedente por não ser possível prever a necessidade exata da instituição.

3.3 Análise comparativa de preços

Com base nos produtos “não sustentáveis” adquiridos pela UFPA, no CATMAT localizaram-se itens similares sustentáveis para sugerir a substituição. Além disso, realizou-se uma pesquisa para descobrir se tais itens foram comprados por outros órgãos e qual o preço desses produtos, o que possibilitou fazer uma análise comparativa de preços entre os produtos sustentáveis e não sustentáveis para 23 itens.

O intuito foi verificar se os preços dos produtos sustentáveis estão competitivos no mercado e se existe um número suficiente de empresas participantes dos certames, auxiliando também na tomada de decisão dos gestores da Administração Pública. Os preços foram pesquisados no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br em Atas de Registros de Preços de outras instituições, considerando o mesmo período de vigência das Atas da UFPA.

Conforme apêndice C, dos 23 itens analisados, sete produtos tiveram preços mais caros registrados em ata, de acordo com o resumo abaixo:

Quadro 15 - Resumo da análise comparativa de preços

PRODUTO		Preço item tradicional	Preço item sustentável
1	COPO DESCARTÁVEL – 180 ML	R\$ 2,20	R\$ 1,71
2	COPO DESCARTÁVEL – 50 ML	R\$ 0,98	R\$ 0,89
3	PAPEL A-4	R\$ 9,57	R\$ 8,88
4	TONER	R\$ 28,43	R\$ 15,00
5	CARTUCHO	R\$ 75,00	R\$ 46,60
6	CANETA	R\$ 0,45	R\$ 0,45
7	CANETA MARCA-TEXTO	R\$ 1,00	R\$ 0,50
8	ENVELOPE BRANCO	R\$ 0,09	R\$ 0,09
9	ENVELOPE KRAFT	R\$ 0,11	R\$ 0,22
10	APAGADOR	R\$ 2,40	R\$ 2,50
11	CAIXA ARQUIVO	R\$ 5,90	R\$ 1,09
12	CARTOLINA	R\$ 0,26	R\$ 0,30
13	CLASSIFICADOR	R\$ 0,64	R\$ 0,80

14	PASTA SUSPensa	R\$ 0,73	R\$ 0,50
15	CORRETIVO	R\$ 0,55	R\$ 0,59
16	ETIQUETA	R\$ 4,90	R\$ 13,99
17	LAPIS	R\$ 0,12	R\$ 0,09
18	LIVRO DE PROTOCOLO	R\$ 4,25	R\$ 3,48
19	REGUA	R\$ 0,35	R\$ 0,35
20	ESPIRAL	R\$ 0,05	R\$ 0,05
21	PANO DE PRATO	R\$ 0,70	R\$ 1,47
22	SACO P/ LIXO	R\$ 2,14	R\$ 1,05
23	PILHA	R\$ 4,50	R\$ 0,92

Fonte: Elaboração da autora. A partir da coleta de dados.

Obs.: Os itens em negritos são os que apresentaram os preços mais elevados. A caneta marca texto sustentável é R\$ 0,50 centavos a unidade, portanto, mais cara do que o produto tradicional que custa R\$1,00 - jogo composto de 6 unidades).

É válido ressaltar que o consumo da UFPA é bem maior do que a quantidade solicitada pelos outros órgãos, ou seja, provavelmente haveria uma diminuição nos preços dos produtos sustentáveis, caso fossem solicitados conforme a demanda da UFPA. Além disso, a diferença é muito pequena para que seja um impeditivo para a substituição dos produtos. Os resultados produzidos a longo prazo também podem justificar a escolha.

O importante foi descobrir que a maioria dos itens sustentáveis são mais baratos do que os itens tradicionais. A UFPA economizaria R\$ 26.272,42 (vinte e seis mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos) caso substituísse os copos descartáveis tradicionais por sustentáveis e R\$24.326,64 (vinte e quatro mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos) no caso da troca do papel convencional para o reciclado.

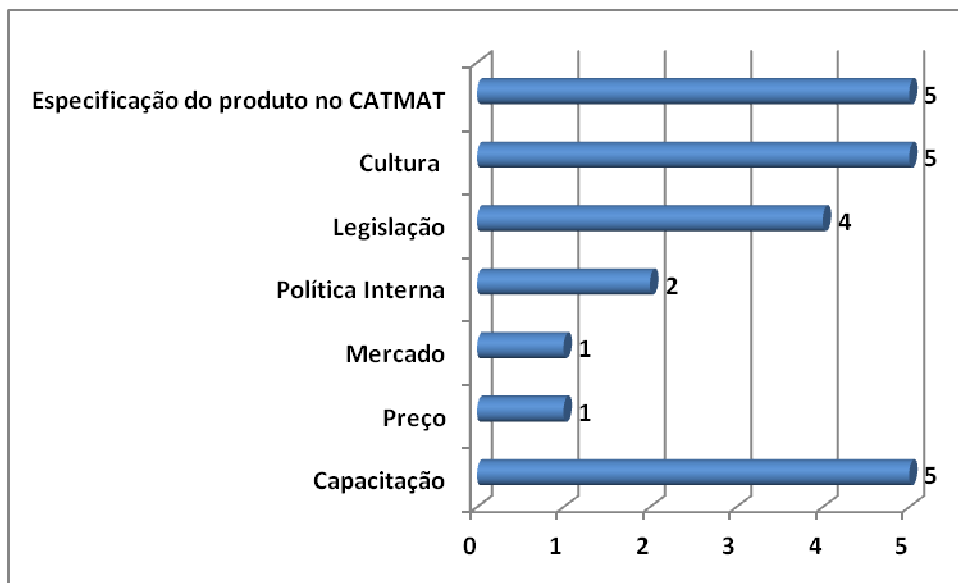
Ademais, observa-se que a competitividade não foi prejudicada nas licitações dos órgãos analisados, pois houve uma considerável participação dos fornecedores na competição, conforme demonstrado no apêndice C. Esse dado comprova que as empresas estão se adequando às demandas do mercado, garantindo assim o princípio da isonomia nos certames.

Convém ainda observar a possibilidade de redução de preços com a realização das Compras Compartilhadas Sustentáveis. De acordo com Madruga (2012), o objetivo dessa prática é incrementar a demanda e, conseqüentemente, reduzir o valor unitário do produto, baseado na economia de escala.

3.4 Possibilidades e limitações para as CPS na UFPA

O foco das entrevistas foi identificar as limitações centrais para as CPS na UFPA. Segue abaixo alguns fatores que limitam a inserção de critérios de sustentabilidade nas licitações desta universidade, de acordo com os entrevistados.

Gráfico 7 - Principais limitações para as CPS na UFPA



Fonte: Elaboração da autora. Com base nas respostas das entrevistas.

Considerando as informações obtidas, a análise das dificuldades foi dividida em sete categorias: especificação do produto; cultura; legislação; política interna; mercado e preço; e capacitação. Além dessas variáveis, será abordada neste tópico a questão do posicionamento dos órgãos de controle externos.

a) Especificação do Produto:

De acordo com os entrevistados, a maior dificuldade está na especificação do produto, que, por sua vez, está atrelada à legislação e aos sistemas de informação. O Pró-Reitor de Administração destaca que “quando você faz uma especificação, a primeira coisa que você tem que se preocupar é que o objeto que você está comprando atenda as suas necessidades”. Todavia, os entrevistados apontam que nem sempre os itens cadastrados no sistema de catalogação de materiais do governo CATMAT atendem as reais necessidades da universidade.

Por esse motivo, utilizam-se códigos genéricos (ex.: toner para impressora, microcomputador etc.) e o detalhamento do produto é feito no campo “descrição

complementar” e no edital. Na opinião do Diretor de Compras e Serviços, não há problemas em utilizar códigos genéricos, porém, não deveria ser assim, pois “a intenção do site de compras governamentais é dar transparência” para as informações.

A dificuldade para a inclusão do item no CATMAT é o principal motivo para a utilização desses códigos genéricos. A licitação exige o cumprimento de prazos e por isso não é possível esperar dias para a resposta acerca da solicitação de inclusão de itens no sistema. Como sugestão dos entrevistados, o sistema poderia ter mais opções de busca e facilidade na inclusão dos itens.

Outro ponto levantado é a questão de que as pessoas não estão acostumadas a especificar corretamente, pois exige uma dedicação bem maior para isso. Além disso, é importante que todos os setores da instituição e os tomadores de decisão elaborem e analisem a motivação da aquisição, as características dos produtos e os impactos de sua utilização.

b) Cultura:

No que se refere à cultura, quatro dos entrevistados falaram acerca da resistência a mudanças. As falas evidenciam que as mudanças se efetivam devido às determinações legais. Toda mudança gera trabalho, porém não há opção, é necessário se adaptar. Convém destacar o entendimento do Pró-reitor, pois na opinião dele não há resistências a mudanças, e sim, desconhecimento do assunto.

c) Legislação:

Quanto à legislação, o Diretor de Compras e Serviços ressalta a necessidade de diretrizes mais claras. Na opinião dele, o governo deveria sinalizar as exigências de forma mais objetiva, pois cada órgão (ex.: Agência Nacional de Saúde (ANS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL etc.) estabelece suas regras e o pregoeiro nem sempre consegue acompanhar todas as mudanças. Por esse motivo, é importante haver a articulação entre os órgãos para unificar as informações e determinações.

Percebeu-se também que a inserção de critérios de sustentabilidade na licitação ainda gera o receio de se restringir a competição e de haver questionamentos quanto à legalidade do processo licitatório. Além disso, a pregoeira P3 registra que UFPA não possui uma área técnica para ajudar a acompanhar as mudanças na legislação.

d) Política Interna

Na visão dos entrevistados, é fundamental fortalecer a política interna de sustentabilidade. O pregoeiro P4 destaca que “a ausência de uma política/apoio interno tanto de divulgação quanto de apoio financeiro impede uma correta aplicação de política interna de sustentabilidade”. Além disso, na opinião da Auditora Interna, a Prefeitura do Campus poderia desenvolver políticas nessa temática, uma vez que é de sua competência a manutenção do meio físico e da infraestrutura e ainda possuir uma Coordenadoria para essa finalidade.

e) Preço e Mercado:

A maioria dos entrevistados não vê o preço como um impedimento para a inserção dos critérios de sustentabilidade nas compras. Apenas um dos entrevistados acredita que os preços dos produtos sustentáveis são mais caros do que os produtos tradicionais. A variável mercado também não é dificuldade para as CPS, visto que as empresas necessitam estar em constante atualização. De acordo com o Pró-Reitor de Administração, “o mercado se modernizou demais [...] a indústria já tem condições de fornecer os melhores produtos, inclusive considerando a sustentabilidade”.

O Diretor de Compras e Serviços aponta que a certificação de sustentabilidade inicialmente ocasionará um aumento dos custos para as empresas, porém, devido à tendência mundial, as empresas necessariamente deverão se adaptar às exigências para se manterem competitivas. Biderman (2008, p. 41) afirma que “um programa de licitação sustentável é uma estratégia que combina diversas soluções inovadoras de compras. Se implementado adequadamente, não deve envolver custos adicionais. Além disso, tal programa melhora o custo-eficiência geral de operações licitatórias”.

Na opinião dos entrevistados, não há dificuldade em encontrar fornecedores, pois as licitações possibilitam a participação nacional. Todavia, nesse quesito, o Diretor de Compras e Serviços alerta para a possibilidade das Micro e Pequenas Empresas¹¹ não estarem preparadas para participarem dos processos licitatórios que exija critérios de sustentabilidade e certificações. Ademais, não é possível dar preferência à indústria local devido o centro produtor estar concentrado no Sul e Sudeste.

¹¹ O Relatório de CPS do Ministério do Planejamento aponta que no ano de 2013, 83% das compras sustentáveis foram efetuadas pelas MPE (BRASIL, 2013 [2014d?]).

Apenas um dos entrevistados citou que a principal barreira para as CPS é a escassez de produtos no mercado devido à dificuldade de encontrar propostas para a pesquisa de preço.

f) Capacitação

Encerrando as categorias que refletem as principais dificuldades, um aspecto imprescindível para aplicar as CPS na UFPA é a capacitação. Na visão dos entrevistados, ela é fundamental em qualquer área. O Pró-Reitor de Administração destaca que “nenhum processo consegue se efetivar se não houver capacitação. Quando se fala em capacitação você está procurando mudar hábitos”. Com isso, podem especificar bem melhor os produtos e conhecer a legislação.

O Diretor de Compras e Serviços informa que as capacitações não são frequentes. A pregoeira P1 ressalta a Lei 8.666/93 “se modifica mais do que a informática”, por esse motivo eles precisam estar sempre se atualizando. A pregoeira P3 sugere o aumento das capacitações e na opinião do pregoeiro P4 “a falta de capacitação/orientação dos setores da Administração dificulta a realização de compras sustentáveis”.

Quanto às **recomendações dos órgãos de controle**, além da exigência de informações sobre Gestão Ambiental e Licitação Sustentável nos Relatórios de Gestão, atualmente o TCU está realizando uma auditoria operacional, visando elaborar um diagnóstico nacional sobre a temática de governança e sustentabilidade. De acordo com a Auditora Interna da UFPA, “eles analisam o que está sendo mais relevante e comum entre órgãos federais”. O Diretor de Compras e Serviços atenta que, no momento, o objetivo dos órgãos de controle sobre as questões de sustentabilidade é mais de caráter orientador, para que se “possa avançar nessa área”.

É importante destacar também a observação da Auditora Interna sobre a fragilidade dos nossos controles internos administrativos. O investimento em sistemas gerenciais é essencial para a transparência nas informações e para auxiliar os gestores na tomada de decisão.

O quadro abaixo apresenta, resumidamente, os principais pontos resultantes da pesquisa:

Quadro 16 – Possibilidades e Limitações para a CPS na UFPA

CATEGORIAS	LIMITAÇÕES	POSSIBILIDADES
Especificação do produto	Dificuldade de atualização do Sistema de Catalogação do governo denominado CATMAT, que resulta em divergências entre o banco de dados do governo e as necessidades da UFPA.	Melhoria do sistema de Compras Governamentais.
Cultura	Resistência às mudanças.	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento das legislações.
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de diretrizes mais claras; • Falta de articulação das normativas emitidas pelos diversos órgãos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior divulgação do amparo legal para as CPS; • Melhor articulação entre os órgãos (conforme definido no PPA 2012-2015).
Política Interna	<ul style="list-style-type: none"> • Na UFPA existem duas comissões com finalidades complementares; • Falta definição da política de logística reversa para o recolhimento dos materiais. 	Fortalecimento da política de sustentabilidade da UFPA que pode servir de referência para outros órgãos públicos.
Mercado	Necessidade de mais opções de produtos no mercado.	Indução à padrões de consumo e produção mais sustentáveis.
Preço	Não há registros significativos de limitação quanto ao preço.	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição dos preços por meio da economia de escala. • Economia a longo prazo.
Capacitação	As capacitações não são frequentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das capacitações para os servidores.
SUGESTÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Formar uma única Comissão de Sustentabilidade e fortalecer a Coordenadoria de Meio Ambiente da UFPA; • Definir a política de sustentabilidade da UFPA e articular os setores para a concretização da logística reversa; • Aumentar o quantitativo de produtos sustentáveis adquiridos pela UFPA; • Realizar as Compras Sustentáveis Compartilhadas; • Verificar a possibilidade de integração entre os sistemas administrativo da UFPA e o sistema de compras do governo; • Efetuar anualmente a atualização produtos adquiridos, considerando os critérios de sustentabilidade; • Elaborar de indicadores para o acompanhamento das políticas de sustentabilidade da UFPA; • Utilizar de Ecofont nos documentos da instituição e definir a impressão frente e verso na normatização dos trabalhos acadêmicos; • Sensibilizar os servidores para a impressão frente e verso e redução no consumo de papel e copos descartáveis; • Verificar a alternativa de trocar a compra de um produto pela contratação do serviço (ex. impressão); • Estudar a possibilidade de transformar os processos físicos em eletrônicos; • Verificar as demais sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais constantes na IN 10/2012 SLTI/MP. 	

Fonte: Elaboração da autora a partir dos resultados obtidos na pesquisa.

A coleta de dados localizou uma divergência entre o Sistema de Catalogação de Materiais (CATMAT) e o edital de licitação. O governo não possui um sistema de gestão administrativa. Cada órgão tem seu próprio sistema, que por sua vez não é integrado e atualizado simultaneamente aos sistemas do governo. O ponto positivo dessa análise é incentivar a melhoria do sistema de compras governamentais.

Considerando a variável cultura, os entrevistados afirmaram que toda mudança ocasiona resistências, porém, faz-se necessário o cumprimento das novas legislações. A terceira categoria verificada é a legislação, pois ao mesmo tempo em que ela precisa ter diretrizes mais claras, existem leis, decretos etc. que amparam a realização das CPS. Sobre a articulação das políticas, apesar do PPA 2012-2015 estabelecer essa conexão, é necessário também o encadeamento das normativas. A capacitação é uma ferramenta essencial para a mudança da cultura e para a realização das CPS nesta universidade.

Um ponto interessante foi a análise da política interna da UFPA. Cabe destacar que a política de sustentabilidade está estabelecida no PDI 2011-2015 e que esta universidade já está desenvolvendo ações para ser uma Cidade Universitária mais sustentável. Porém, sugere-se o fortalecimento da Coordenadoria de Meio Ambiente da Prefeitura do Campus Universitário, para que esta unidade crie políticas de sustentabilidade para a UFPA. Além disso, propõe-se a formação de uma única Comissão de Sustentabilidade na UFPA e, conseqüentemente, a elaboração de um único Plano de Ação nessa temática, evitando assim, planos duplicados e comissões trabalhando com a mesma finalidade. Além de que, uma única comissão pode se tornar mais fortalecida para planejar, executar, monitorar, avaliar e capacitar os servidores e gestores públicos.

Tomando como referência o diagnóstico, a pesquisa identificou alguns itens tradicionais que podem ser substituídos por produtos considerados sustentáveis. Ademais, por meio da análise comparativa, foi possível constatar que os preços de alguns produtos sustentáveis são mais baratos ou possuem uma pequena diferença se comparado aos itens tradicionais. Portanto, o preço não é mais o impeditivo para as aquisições sustentáveis.

A coleta e análise de dados (análise comparativa e entrevistas) confirmou também que mercado não é empecilho para as CPS, pois está cada vez mais adaptado às demandas. Porém, é de suma importância estimular os fornecedores a aumentar seu portfólio de produtos.

Além das categorias de análises apresentadas, convém ressaltar que além de inserir os critérios de sustentabilidade no edital, é fundamental acompanhar o ciclo de vida do produto, sua destinação final, ou a logística reversa. Nos novos editais de toner e cartuchos foram incluídas as exigências da logística reversa para os fornecedores, porém, até o presente momento, não há um plano (inclusive de divulgação) para a separação e o recolhimento dos materiais. Caso essas estratégias não sejam elaboradas, é possível que a logística reversa não tenha sucesso. A Comissão de Sustentabilidade da UFPA poderia ser responsável por consolidar todas as ações referentes a este tema e articular esta política na universidade.

É de extrema importância também a conferência dos materiais que são recebidos pela Instituição. Os critérios constantes no edital de licitação não são verificados no recebimento (pois o recebedor considera apenas a especificação do produto no SIMA, por isso é tão relevante fazer uma adequada descrição dos produtos em todos os sistemas. Identificou-se também que os códigos do CATMAT são diferentes dos códigos SIMA, o que resulta em um retrabalho na localização dos materiais nos sistemas. Como a UFPA está implantando um novo Sistema de Gestão denominado Sistema Integrado de Gestão (SIG), aspectos operacionais como este podem ser reconfigurados.

De acordo com o Relatório Gerencial do Ministério do Planejamento, as CPS movimentaram 40,4 milhões em 2013, ou seja, representaram 0,06% do total das compras públicas. Cresceu 1% em relação a 2012 (MP, 2013). Esse percentual ainda é pequeno e distante da meta do PPCS de 30% para o ano de 2014. Contudo, caso este relatório esteja considerando apenas os produtos cadastrados no CATMAT, a probabilidade é que esse resultado seja bem maior.

4 CONCLUSÕES

Dentro da nova visão de mundo está a consciência de que o planeta tem recursos limitados. Assim, o propósito global é desenvolver de forma sustentável. Este objetivo será mais facilmente alcançado quando as instituições públicas o incentivarem, devido à relevância e poder de indução destas organizações. O Governo Federal já está elaborando políticas de promoção do desenvolvimento sustentável. Exemplo disto é a exigência nas leis para inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas.

Dessa forma, a pesquisa objetivou identificar as principais possibilidades e limitações para as CPS na Universidade Federal do Pará. Por esse motivo, elegeu-se focalizar a pesquisa na análise dos materiais de consumo e permanente de uso geral, adquiridos pela Agenda de Compras da UFPA. Para embasar essa análise, utilizou-se referencial jurídico, administrativo e conceitual, além de pesquisa documental e aplicação de entrevistas, visando à convergência dos dados.

O diagnóstico sobre os produtos adquiridos pela Agenda de Compras foi elaborado de acordo com as diretrizes do Decreto nº 7.746/2012 e das Instruções Normativas nº 01/2010 e 10/2012 da SLTI do MP, o qual poderá subsidiar a elaboração do PLS desta universidade, referente aos temas: material de consumo e compras de equipamentos.

De acordo com o CATMAT, nenhum produto adquirido foi considerado sustentável. Esse fato é resultado da utilização de códigos genéricos para a classificação dos materiais. A falta de opção no sistema que contemple as necessidades da UFPA e a dificuldade para a inclusão do item no CATMAT são os principais motivos para a adoção desses códigos gerais. Justen Filho (2010) ressalta que esse cadastro é uma desvantagem do SRP, pois pode apresentar obsolescência e incompletude, reflexo da padronização de produtos.

De acordo com o Relatório Gerencial do Ministério do Planejamento, as CPS movimentaram 40,4 milhões em 2013, ou seja, representaram 0,06% do total das compras públicas (MP, 2013 [2014?]). Esse percentual ainda é pequeno e distante da meta do PPCS de 30% para o ano de 2014. Contudo, caso este relatório esteja considerando apenas os produtos cadastrados no CATMAT, a probabilidade é que esse resultado seja bem maior.

Considerando os critérios de sustentabilidade exigidos no edital, a UFPA adquiriu 55.642 produtos sustentáveis, correspondentes a 7% do total dos produtos, ou seja, um índice crítico conforme o indicador sugerido na pesquisa. Mesmo assim, propõe-se o cadastramento desses itens sustentáveis no CATMAT.

Com base nos produtos tradicionais comprados pela UFPA, localizaram-se itens similares de menor impacto ambiental no CATMAT. Infere-se que caso houvesse a substituição dos materiais, a UFPA passaria a comprar 428.431 produtos sustentáveis, ou seja, 55% do total adquirido, sendo um índice aceitável conforme indicador utilizado.

Tendo em vista a relevância da despesa da Agenda de Compras (aproximadamente 20 milhões de reais no período de um ano), é válido refletir acerca do aumento do quantitativo desses produtos. Sugere-se a prioridade para a licitação de material de expediente, por ser o processo com o maior número de produtos adquiridos.

Para complementar a análise e auxiliar na tomada de decisão dos gestores, foi elaborado um quadro para comparar os preços dos produtos sustentáveis e não sustentáveis. Dos 23 itens analisados, sete produtos tiveram preços mais caros. É válido ressaltar que o consumo da UFPA é bem maior do que a quantidade solicitada pelos outros órgãos, ou seja, provavelmente haveria uma diminuição nos preços dos produtos sustentáveis, caso fossem solicitados conforme a demanda da UFPA. Além disso, a diferença é muito pequena para que seja um impeditivo para a substituição dos produtos. Os resultados produzidos a longo prazo também podem justificar a escolha.

Na análise desses itens, observou-se também que a competitividade não foi prejudicada, pois houve uma considerável participação dos fornecedores na competição, conforme demonstrado no apêndice C. Esse dado comprova que as empresas estão se adequando às demandas do mercado.

O foco das entrevistas foi identificar as principais limitações para as CPS na UFPA. Dentre elas, destacam-se: a dificuldade de especificação do produto no CATMAT; a necessidade de diretrizes mais claras na legislação e melhor articulação das leis; a imprescindibilidade de mudança da cultura, de capacitação e do desenvolvimento da Política Interna de Sustentabilidade na UFPA.

Quanto às recomendações dos órgãos de controle, além da exigência de informações sobre Gestão Ambiental e Licitação Sustentável nos Relatórios de Gestão, atualmente o TCU está realizando uma auditoria operacional visando elaborar um diagnóstico nacional sobre a temática de governança e sustentabilidade. O Diretor de Compras e Serviços entende que, no momento, o objetivo dos órgãos de controle sobre as questões de sustentabilidade é mais de caráter orientador para que se “possa avançar nessa área”. Na opinião da Auditora Interna da UFPA, o investimento em sistemas gerenciais é essencial para a transparência nas informações e para auxiliar os gestores na tomada de decisão.

Portanto, a análise das Compras Públicas Sustentáveis na UFPA possibilitou sugerir algumas melhorias:

- a) Formar uma única Comissão de Sustentabilidade e fortalecer a Coordenadoria de Meio Ambiente da UFPA;
- b) Definir a política de sustentabilidade da UFPA e articular os setores para a concretização da logística reversa;
- c) Aumentar o quantitativo de produtos sustentáveis adquiridos pela UFPA;
- d) Realizar as Compras Sustentáveis Compartilhadas;
- e) Verificar a possibilidade de integração entre os sistemas administrativo da UFPA e o sistema de compras do governo;
- f) Efetuar anualmente a atualização produtos adquiridos, considerando os critérios de sustentabilidade;
- g) Elaborar indicadores para o acompanhamento das políticas de sustentabilidade da UFPA;
- h) Utilizar Ecofont nos documentos da instituição e definir a impressão frente e verso na normatização dos trabalhos acadêmicos;
- i) Sensibilizar os servidores para a impressão frente e verso e redução no consumo de papel e copos descartáveis;
- j) Verificar a opção de trocar a compra de um produto pela contratação do serviço (ex. impressão);
- k) Estudar a possibilidade de transformar os processos físicos em eletrônicos.

Dessa forma, conclui-se que as principais possibilidades dessa política são: a indução aos padrões de consumo e produção mais sustentáveis; a diminuição dos preços dos produtos por meio da economia de escala; a melhoria do sistema de compras governamentais; o fortalecimento da política de sustentabilidade dos órgãos públicos; e a constante sensibilização e capacitação dos servidores.

Constata-se, portanto, a importância da implementação das compras sustentáveis nos órgãos públicos, uma vez que é um excelente instrumento para que o governo exerça o consumo consciente, cooperando, assim, para um novo modelo de desenvolvimento mais sustentável.

REFERÊNCIAS

AGENDA, **Agenda ambiental na Administração Pública**. Brasília, DF: MA; SDS; PNEA, 80 p. 2001. Disponível em: < <http://www.prt20.mpt.gov.br/ambiental/04-AgendaAmbiental.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

AGU, Advocacia Geral da União. **Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo – AGU**. 3. ed. mar. 2013.

BARATA. M.M. de L.; KLIGERMAN, D.C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência e Saúde Coletiva, Opinião**, v. 12, n. 1, p. 165-170, 2007.

BARSKI, Teresa Villac Pinheiro; SILVA, Renato Cader da. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 63, n. 2, 2012.

BETIOL, L. S. et al. **Compra sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. 1. ed. São Paulo: FGV, 2012.

BIDERMAN, R. , L. Betiol, L. Macedo, M. Monzoni, R. Mazon (Org.) ICLEI (2008). **Guia de compras públicas sustentáveis**. Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. ICLEI.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 15-56; 81-94.

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 1981.

_____. Constituição (1988) da República Federativa do Brasil **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Estatuto das Licitações e Contratos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jun. 1993;

_____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jul. 2002.

_____. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 jun. 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de ação para produção e consumo sustentáveis - PPCS**. Brasília, DF. 2008;

_____. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 2008-11**. Brasília, DF. 2007.

_____. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1978/2009. Plenário. Relator: Ministro José Jorge. Sessão de 02/09/2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 4 set. 2009;

_____. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

_____. Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 2010a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Guia de compras públicas sustentáveis para administração federal**. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Cartilha.pdf>> Acesso em: 24 maio. 2012.

_____. _____. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 19 jan. 2010c.

_____. _____. **Portaria nº 2, de 16 de março de 2010**. Brasília, DF, 16 mar. 2010d.

_____. Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 ago. de 2011.

_____. Lei nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jan. 2012.

_____. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jun. 2012a.

_____. **Relatório RIO + 20: O Modelo Brasileiro**. Brasília, 2012b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/relatorio-rio20>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 nov. 2012c.

_____. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de jan. de 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Apresentação de metodologia para a elaboração do plano de gestão de logística sustentável**. Brasília, DF, 2013b. 92 Slides. Disponível em: < http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/PPT_Compras_Inovacao_ago13_final_baixa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório de diretrizes aos planos de gestão de logística sustentável**. Ago. 2013c. Disponível em: < http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/Relatorio_Diretrizes_MP_Final_30set13.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: relatório anual da avaliação : ano base 2012**. Brasília, DF: SPI; MP; SPI, 2013d.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013**. Brasília, DF: SPI; MP, 2014

_____. Disponível em:< <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/nucleo-de-contratacoes-de-ti>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. Governo Eletrônico. **Regime diferenciado de contratações públicas – RDC**. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/compras-eletronicas/regime-diferenciado-de-contratacoes-2013-rdc>. Acesso em: 19 out. 2014a.

_____. Ministério do Planejamento. **Capacitação em Logística Sustentável**. Brasília, 2014. 158 slides. Disponível em: < <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/gestor-de-compras/sustentabilidade/capacitacao-pls-dia-do-meio-ambiente-2-1.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2014b.

_____. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. **Guia de contrataçõess da Justiça do trabalho/Brasil**. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. 2. ed. rev. atual. e ampl. Brasília, DF, 2014c.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Portaria nº 86, de 24 de setembro de 2014. Dispõe sobre as orientações e especificações de referência para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 set. 2014d.

CAMALEÃO.ORG. Papel novo ou papel reciclado, qual é mais sustentável ?. Disponível em <<http://camaleao.org/dicas-uteis/papel-novo-ou-papel-reciclado-qual-e-mais-sustentavel/>>. Acesso em: 15 set. 2014.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. **Textos para discussão**, Brasília, DF, IPEA, n. 1574, mar. 2011.

O CLUBE DE ROMA. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=4764>>. Acesso em: 2 set. 2014.

COMISSÃO mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU. **Licitações e contratos administrativos: perguntas e respostas**. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaGestaoRecursosFederais/Arquivos/LicitacoesContratos.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. **Sistema de registro de preços: perguntas e respostas**. Brasília, 2011b, Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/SistemaRegistroPrecos/Arquivos/SistemaRegistroPrecos.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

COSTA, Carlos Eduardo Lustosa da. **As licitações sustentáveis na ótica do controle externo**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2435919.PDF>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

COSTA, Frederico; CASTANHAR, José César. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 37, p. 969-992, set./out. 2003.

DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. **The new public service: serving, not steering**. Expanded Ed. New York: Armonk, 2007. Disponível em: <http://www.untag-smd.ac.id/files/Perpustakaan_Digital_2/PUBLIC%20ADMINISTRATION%20The%20new%20public%20service%20serving,%20not%20steering.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: agenda 21. Tradução do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2 ago. 1994.

ELETOBRÁS; PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - PROCEL. Disponível em: <<http://www.eletobras.com/elb/procel/main.asp?TeamID={67469FA5-276E-431F-B9C0-6F40630498EE}>>. Acesso em: 18 set. 2014.

FARAH, M. F. S. Políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. **O&S**, v.7, p. 59-86, jan./jun. 2000.

HP, **Programa de Reciclagem HP Planet Partners**. Disponível em <<http://www.hp.com/latam/br/reciclar/>>. Acesso em: 1 out. 2014.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENTAL INITIATIVES - ICLEI. GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE. **Programa de compras públicas sustentáveis - CPS**. Disponível em: <<http://www.iclei.org/index.php?id=7089>> Acesso em: 15 maio, 2012.

JÚNIOR, José Cretella. **Das licitações públicas**. 18. ed. Rio de Janeiro: forense, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentário à lei de licitações e contratos**. 11. 14. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2005, 2010 e 2012.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LIMA, Andréa Cavalcanti Correia; CAVALCANTI, Arlei Antonio e PONTE, Vera. Da onda da gestão da qualidade a uma filosofia da qualidade da gestão: Balanced Scorecard promovendo mudanças. **Rev. contab. finanç.** 2004, v. 15, numero especial, p. 79-94.

MADRUGA, Érico de Avila, et al. **Compras compartilhadas através do sistema de registro de preços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**. 13 Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas>. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/113187>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCOVITCH, J. **A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas**. São Paulo: EDUSP: 2011. 312 p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável. **Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3854>>**. Acesso em: 18 out. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Resolução CONAMA 401/2008. Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas em território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, n 215, 05 nov./2008, p. 108-109.

_____. **Plano de Ação para produção e consumo sustentáveis - PPCS**. Brasília, DF. 2011;

_____. Documento de contribuição brasileira à Conferência Rio+20, ONU, 1, Brasília, DF. nov. 2011a, p. 12-13. Disponível em: <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/BRASIL_Rio_20_portugues.pdf>. Acesso em: 2 set. 2014.

_____. **Agenda 21 global**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>> Acesso em: 31 maio, 2013.

_____. **Agenda ambiental na administração pública – A3P.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/item/8852>>. Acesso em: 26 jul. 2013d a;

_____. **Agenda 21 brasileira.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 21 dez. 2013b;

_____. **Processo de Marrakesh.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional/processo-de-marrakesh>>. Acesso em: 12 nov. 2013c;

_____. **Programa 2050: mudanças climáticas e Reparação ambiental.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-plurianual-20122015>. Acesso em: 12 jul. 2014.

_____. **Cartilha intermediária: Como implantar a A3P.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/item/9142>>. Brasília, DF, 2014a. Acesso em: 31 ago. 2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP. **Roteiro para Elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentáveis – PLS.** Disponível em <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/ROTEIRO-PARA-PLS.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. **Programa de Eficiência do Gasto / Esplanada Sustentável.** Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/programa-de-eficiencia-do-gasto>>. Acesso em: 18 set. 2014.

_____. **Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais.** Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>>. Acesso em 10 de out. de 2014b.

_____. **Compras Públicas.** Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=7&ler=s895>>. Acesso em: 20 jul. de 2014c.

_____. **Informações Gerenciais de Contratações Públicas Sustentáveis – janeiro a dezembro de 2013.** Disponível em <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/cidadao/informacoes-gerenciais>>. Acesso em: 13 nov. 2014d.

MINISTÉRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS; COMBATE À FOME. **Cartilha da Coleta Seletiva Solidária.** 2008. Disponível em <www.agu.gov.br/page/download/index/id/10726067> .Acesso em: 18 set. 2014.

NASCIMENTO, Sílvia Helena Nogueira. Parecer CJ/SMA nº 683/2006. Disponível em: <www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/.../p-683-06_licitacao_sustentavel.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.

RÉUS, Iuana Silva. **Gestão municipal e desenvolvimento sustentável: um panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses.** 2012. Dissertação (Mestrado em

Administração)- Centro de Ciências Socioeconômicas e da Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ROSSATO, Jaqueline. **Compras públicas sustentáveis**: estudo nas instituições de ensino superior a partir das comissões permanente de licitação. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2011.

SANTOS, Murillo; BARKI, Teresa (Org.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SANTOS, R. M. T. **Compras públicas sustentáveis**: a utilização do poder de compra do Estado no fomento de produtos ecologicamente corretos na Fiocruz. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2011.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA- SESI. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. **Construção e análise de indicadores**. Curitiba: [s.n.], 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez,, 2007.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN-VAGA, L. E. (Org.). **Populações e meio ambiente na pan-Amazônica**. Belém: NAEA; UNESCO, 2007. p. 25-44.

SOUZA, Lilian Castro de. As Compras Públicas Sustentáveis na visão dos Tribunais de Conta da União. In: **Panorama de licitações sustentáveis**. Direito e Gestão Pública. [S.n.]: Fórum, 2014.

SOUZA, Narda M. C. G. de. **Gestão ambiental pública na Amazônia brasileira**: uma análise do projeto de gestão ambiental integrada no Estado do Pará. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **DN TCU 107 de 27/07/2010**. Publicada no DOU de 1/11/2010, Seção 1, p. 73.

_____. Portaria nº 90/2014 de 16/04/2014 do TCU. Publicada no DOU de 13/06/2014.

TEIXEIRA, Maria Fernanda de Faria Barbosa. **Desafios e oportunidades para a inserção do tripé da sustentabilidade nas contratações públicas**: um estudo dos casos do Governo Federal Brasileiro e do Governo do Estado de São Paulo. 2013 Dissertação (Mestrado)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

TREVISAN, Andrei; VAN BELLEN, Hans. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, p- 529-50, maio/jun. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. **Estatuto & Regimento geral da UFPA.** Belém: EDUFPA, 2009.

_____. Estatuto da Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal do Pará. **Diário Oficial [da] União.** 12 jul. 2006. Disponível em: < <http://proad.ufpa.br/v2/images/documentos/Regimento%20Proad.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

_____. **Resolução n. 662**, de 31 de março de 2009. Aprova o Regimento dos Órgãos Executivos da Administração Superior. Seção V. Da Pró-reitoria de Administração. Disponível em: < <http://proad.ufpa.br/v2/images/documentos/Regimento%20Proad.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará: 2011-2015.** Belém: 2011. Disponível em < <http://www.portal.ufpa.br/docs> >. Acesso em: 3 jul. 2012.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Relatórios de Gestão 2010, 2011, 2012 e 2013.** Disponível em< <http://www.proplan.ufpa.br/site/>>. Acesso em 10 de jul. de 2014.

_____. **Plano de Gestão Orçamentária - PGO 2014.** Disponível em< <http://www.proplan.ufpa.br/site/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. **UFPA em números.** Disponível em< <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/>>. Acesso em: 13 out. 2014.

_____. Pró-reitoria de Administração (PROAD) da UFPA. Disponível em <<http://proad.ufpa.br/v2/>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

_____. **Agenda de Compras.** Disponível em: <http://proad.ufpa.br/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=6>. Acesso em: 18 jul. 2014.

_____. **Coleta Seletiva Solidária.** Disponível em < <http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=4495>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. **Espaço ITEC Cidadão.** Disponível em: < <http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=4486>>. Acesso em: 6 de set. 2014.

_____. **Prefeitura da UFPA.** Disponível em: < http://www.portal.ufpa.br/prefeitura_infgeral.php>. Acesso em: 1 de out. 2014.

_____. Coordenadoria de Meio Ambiente - CMA; Serviço de Orientação Socioambiental da UFPA. Disponível em < <http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=7709>> e <http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=7683>. Acesso em: 2 set. 2014.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na administração pública.** Consultoria Legislativa, Estudo, 2011. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema1/2011_1723.pdf > Acesso em: 1 ago. 2012.

VIDAL, Josep Pont. **Metodologia da pesquisa**. Belém, 2013. 18 slides

YAKER, Farid; BACETI, Camila Moraes; ENMANUEL, Carlos-Andrés. O trabalho do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente na promoção das compras públicas sustentáveis. in: **Panorama de licitações sustentáveis**. Direito e Gestão Pública. [S.n.]: Fórum, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** . Porto Alegre: Bookman, 2009. xviii, 248 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevistas

Entrevista – Pró-Reitor de Administração

Data: 09/10/14

Nome do Respondente: Edson Ortiz de Matos

Função exercida: Pró-Reitor de Administração

Tempo na Função: 5 anos

Perguntas:

1) O Sr. já ouviu falar de Compras Públicas Sustentáveis (CPS)? O que acha do programa?

Eu acho que é um programa interessante. Acho que não é simplesmente você comprar. Você tem que comprar produtos que sejam eficientes e que tenham um selo de sustentabilidade. Porque às vezes você compra muitos equipamentos e depois tem um descarte desses materiais. Por exemplo, compra de papel. Eu acho que você tem que saber da onde é o fornecedor que você compra o papel, ou seja, a tua ação sempre vai prejudicar um outro ponto ou não. Acho que é fundamental que a gente se preocupe com a sustentabilidade, principalmente do planeta.

2) Em sua opinião quais as principais dificuldades para as Compras Públicas Sustentáveis? (Falta de capacitação / Preço / Descrição do produto sustentável / Escassez de opções no mercado (produtos e fornecedores) / Legislação / cultura organizacional / articulação de políticas / Outros)?

É porque na realidade a gente sabe que é uma responsabilidade. Quando você faz um processo licitatório, se as coisas não tiverem todas normatizadas ou amparadas por lei, o licitante pode questionar que você tá colocando algumas cláusulas restritivas ao seu processo para ele participar do certame. Ou seja, ao invés de fazer um processo amplamente democrático, livre, com publicidade, você pode ser acusado de estar conduzindo o teu certame à um determinado fornecedor. Por isso precisa ter uma licitação para dar suporte ao certame.

Algumas coisas não estão amarradas na lei. O que existe são recomendações que podem ser questionadas. Então, quando você faz um processo licitatório, você tem que abrir o

processo para que o maior número de pessoas possa participar. Quando você coloca algumas restrições, não só em termos de sustentabilidade, a legislação não permite. Pra você fazer isso, você tem que fazer um processo licitatório muito maior e nem sempre nós temos as especificações que estejam de acordo com a legislação.

Não vejo muita dificuldade no preço, vejo mais na qualidade. Quando você faz uma especificação, a primeira coisa que você tem que se preocupar é que o objeto que você está comprando atenda as suas necessidades. E suas especificações técnicas têm que ser as melhores que levem em consideração a sustentabilidade.

Por exemplo, quando se compra um aparelho de ar condicionado você tem que se preocupar se o consumo de energia. Precisa observar a eficiência energética.

Quando aumenta o consumo, o aumento da conta de energia elétrica vai ser mais caro, além de aumentar a produção de energia e, conseqüentemente, haver um maior impacto ambiental. Hoje já tem muitos fornecedores com selo de garantia e PROCEL.

Nenhum processo consegue se efetivar se não houver capacitação. Quando se fala em capacitação você está procurando mudar hábitos. Quando você faz o processo de capacitação, as pessoas têm condições de especificar muito melhor os produtos, conhecer a legislação. Então é um processo mais transparente possível. É fundamental em qualquer área, independente se você estiver preocupado com sustentabilidade ou não.

Não vejo resistência, o que ocorre é desconhecimento. As pessoas às vezes não fazem o que devem fazer por desconhecimento. Quando faz a capacitação, você coloca as pessoas no meio das discussões e quando você discute você clareia os seus objetivos.

O mercado se modernizou demais. O problema não é o mercado. E principalmente só tem que se estabelecer quem tem competência no mercado. Não vejo dificuldade no mercado naquilo que a gente compra em termo de instituição. Há um mercado vasto, grandes empresas, e elas também precisam se atualizar. A indústria já tem condições de fornecer os melhores produtos, inclusive considerando a sustentabilidade. Não há tanta diferença de preço, em pouco tempo ele se paga devido à redução de energia. O governo federal tem se preocupado com isso. O MEC tem um programa de sustentabilidade onde eles fazem premiações para experiências inovadoras não só em termos de compra, mas de sustentabilidade.

A UFPA já está se preocupando com o consumo de energia elétrica, energia hidráulica. A priori estamos preocupados com o bolso, mas no fundo estamos contribuindo para a sustentabilidade.

3) Existe algum projeto pra padronizar a aquisição de impressoras / toners? (estações de impressão) (ganho de escala); Ilhas de impressão.

A importância é criar um controle. As pessoas usam de qualquer jeito e depois descartam. Quando você tem uma ilha de impressão, você tem um controle. A proposta é ser por unidade. Você tem a direito a “n” impressões. Manutenção e cartuchos serão por conta da empresa, onde a unidade pode dizer que você tem direito a 1000 cópias, onde se você quiser mais terá que justificar. É como se você tivesse uma franquía, onde quando você ultrapassar aquele número de 1000 cópias, você pagará um valor maior. Tanto a instituição quanto a empresa terá o controle.

O contrato não cobre a manutenção de máquina. Você contrata a empresa, ela traz as máquinas novas, você faz o contrato do equipamento com cópia e com tudo. Ela que fornece tudo disso aí. Você não tem custo. As impressoras com o tempo saem de linha, dessa forma, os cartuchos também. Essa atualização passa a ser de responsabilidade da empresa contratada.

Entrevista – Diretor de Compras e Serviços

Data: 08/10/2014

Nome do Respondente: Francineuto Guedes

Função exercida: Diretor de Compras e Serviços

Tempo na Função: Pregoeiro desde o ano 2000 (primeira turma de pregoeiros da UFPA) e Diretor desde 2009

1) Qual a dinâmica para a aquisição de material de consumo e permanente de uso geral? (como ocorre? Quais períodos?)

Têm duas formas de aquisição: nós atendemos pela agenda de compras que são elencados lá vários itens que a gente chama de uso comum, geral, que todo mundo usa; nós temos permanente: equipamento de refrigeração, informática, mobiliário e eletroeletrônico. Consumo é bem maior, que são material de expediente, papeis, cartucho de tinta (esse tá acabando devido o custo benefício), o de toner, de materiais elétrico, hidráulico e de refrigeração. Na verdade esses são alguns materiais para pronto atendimento. Nós temos o preção de manutenção predial. Além desses, há periféricos de informática (que nós minimizamos - depois de comprar computadores mais estáveis, a manutenção caiu

vertiginosamente). Ainda compramos memória, fonte, cabo de rede, algumas coisas que estão nesse processo de materiais de consumo de material de informática. Além desses, água, café e coisas assim. Então como é que funciona? Nós fazemos o processo licitatório normal e ata de registro de preços estimando o consumo anual. E aí estamos trabalhando com duas datas: mais ou menos pelo mês de abril e a outra pelo mês de agosto. Através das demandas das unidades para fazer empenhos consolidados. A logística da ata de preços é essa. Os demais processos que são aqueles de materiais que não constam na agenda de compras são feitos através de processos licitatórios específicos para aqueles materiais. E tem também o caso de pronto atendimento. As dispensas que na maioria são feitas através de cotação eletrônica.

A cotação eletrônica dá maior conhecimento aos participantes a não ser em caso bem específico (mobiliário). Quando se faz uma cotação eletrônica o conhecimento é nacional, todo mundo tem conhecimento.

Há duas formas: uma é feita dispensa de licitação onde se convoca uma empresa para lhe mandar propostas via e-mail ou fax ou então faz a cotação eletrônica, onde é uma coisa de conhecimento do Brasil todo, onde se tem um tempo pra se mandar a proposta.

Agenda de compras é pregão eletrônico. A pesquisa de mercado é de diversas formas. Para a maioria dos materiais que são comuns, são feitas as pesquisas pela internet. Ou então no *Comprasnet*, que lá têm preços registrados ou sites especializados em pesquisa de preços como o site Negócios Públicos. Mas há uma mudança onde a IN 05 dá uma ordem de pesquisa para os processos licitatórios. São uns 7 ou 8 itens. E tem que ir justificando.

Nós, como todo o Brasil, ainda estamos nos adaptando. Porque não é fácil. Às vezes têm alguns materiais que a gente compra que são muito específicos, e não está muito claro. Nem sempre usa um item específico, geralmente procura um genérico. Então a gente vai justificando no processo. Fazendo a pesquisa através de sites especializados ou da própria internet é uma representação de preços de mercado.

Alguns materiais você não vai encontrar e aí vai ter de recorrer com outros fornecedores. O de mobiliário a gente tem muita dificuldade. Mesma coisa com o nosso caso de equipamento de refrigeração, pois são comprados com instalação. Então, dificilmente conseguimos em nível nacional os preços com instalação, pois o cara em São Paulo não sabe como é a logística aqui para fazer essa instalação.

A gente tem um problema aqui. Como a gente não é o centro produtor, a gente depende das indústrias do Sul e Sudeste. E até mesmo empresas locais vencem licitações vendendo materiais de lá. Temos pouca produção local. Então você não tem como dar uma preferência para a indústria local.

2) Quantos servidores participam no fluxo de compras da UFPA? Este número é suficiente?

Num processo primeiro nós temos que fazer a fase de Instrução processual toda (pesquisa de preço e etc.) e uma pessoa pode fazer isso aí. Depois o processo vai ter os trâmites internos: vai passar pelo Pró-Reitor; DFC para que seja feito o empenho ou indicação dos recursos; Procuradoria também para análise do edital porque todos têm que ser visados; Gabinete do Reitor para autorizar. Volta para o pregoeiro conduzir a parte externa do pregão (publicação, abertura, acompanhamento até o encerramento). Encerrado o processo licitatório volta à Procuradoria, Reitor homologa o resultado. Termina a licitação. Agora vai começar o processo do registro de preços que vai à agenda de compras para que eles assinem as atas para os fornecedores e depois vai à DCC para fazer o extrato e encaminha para assinatura do Reitor, publica, e a partir daí começa a vigor a ata. A partir desse momento ela já está disponível para àquelas duas aberturas que falamos anteriormente.

Às vezes me perguntam por que a agenda de compras não fica permanentemente aberta. Porque a gente vai correr aquele perigo da gente estar fazendo vários empenhozinhos (5 canetas, borrachas).

As aberturas da agenda são separadas para os campi, institutos e núcleos e da administração.

São quatro aberturas, duas para núcleos, institutos e campi, e duas para a administração. É uma questão de a gente separar porque os recursos dessa primeira agenda são todos deles mesmo e o restante da própria administração (centralizado). Dava muito problema fazer junto. Toda vez quando termina o da administração eu vou lá com pró-reitor de administração para que ele analise e veja se está tudo ok. O que tem dinheiro sabe o quanto tem e o quanto vai pedir. Para o recurso da administração é feita uma análise referente aos pedidos, analisando os pedidos anteriores, baseado na experiência histórica. Nosso primeiro registro de preço foi de concorrência e só de material de concorrência e era tudo junto.

3) Quem decide os itens as serem adquiridos pela UFPA? Se uma unidade quiser comprar algum item sustentável, é possível?

A gente faz um levantamento de materiais que são de uso geral, e também a gente vai se “*antenido*” com as inovações tecnológicas. O importante disso aí é que o registro de preços é para bens e serviços comuns. Procura-se ver os itens que são comuns a todos. Toda

vez disparo e-mail para todo mundo, mando a lista atual das impressoras, para cada instituto atualizar a cada licitação.

No caso do mobiliário é padrão. Não dá pra saber quais prédios vão ficar prontos, por isso temos que deixar um leque de opções de mobiliários que geralmente são comuns (mesa, armário, cadeira [...]).

Não dá para padronizar as impressoras, devido a inovação tecnológica na área da informática. No meio da gestão da ata, o equipamento pode ficar descontinuado. Já conversamos com o pessoal do CTIC para fazer um pregão para manutenção de equipamento, porém, não há.

Ninguém pediu itens sustentáveis da agenda de compras. Mas nós temos nosso pregão de papel, tem umas exigências que são nessa área sustentável. Como a madeira de onde se tira a origem do papel, onde se exige selos, exatamente para que esse papel esteja desses quesitos de sustentabilidade. Tem que comprar a parte e justificar caso não esteja na agenda de compras.

As próprias empresas têm seus processos de sustentabilidade. A gente exige para alguns processos licitatórios, como o mobiliário.

Achamos que os itens que incluímos no edital são suficientes para ser considerado sustentável.

4) É priorizado materiais e matérias primas de origem local?

Como a gente não é o centro produtor, a gente depende das indústrias do Sul e Sudeste. E até mesmo empresas locais vencem licitações vendendo materiais de lá. Temos pouca produção local. Então você não tem como dar uma preferência para a indústria local. [...] Às vezes o governo quer dar prioridade para as MPES, por outro lado, pelo fato de ser pequena, ela não está preparada para atender as certificações. E acaba que as que se preparam mesmo são as grandes empresas e as de médio padrão.

5) É comum a adesão de outros órgãos nas Atas de Registro de Preços da UFPA? Caso sim, quais são mais solicitadas?

Existem muitas solicitações de adesões, sendo as principais as de equipamentos de informática, mobiliário e papel. Tentou-se fazer uma compra compartilhada pelos integrantes do MEC. Eles queriam para todos, mas houve problemas pela logística de entrega. Fazer uma

logística de entrega para o Acre e outra pra São Paulo é totalmente diferente a logística. Então foi dada uma sugestão para compras compartilhadas que ao invés de serem nacionais que fossem regionais. No FORPLAD, IFES da região norte, estamos implantando um grupo nosso onde a gente vai conversar sobre isso aí. Será divulgado que no mês tal a IFES irá comprar tal itens. Isso funciona mais através da intenção de registro de preços. Antes de você publicar a licitação você tem que registrar a intenção de registro de preço onde todo mundo vê, e qualquer órgão do país pode participar. Já fizemos várias vezes e deu certo.

Eu acredito que no custo benefício, pelo fato de ter um volume maior, é mais atrativo para a empresa. Isso faz com que haja uma briga maior para ganhar.

O registro de preços abre a possibilidade de não comprar, mas quando não se compra nada você começa a ficar desacreditado. O certo é você estimar aproximadamente aquilo que você consome. A gente sempre verifica o histórico. A cada licitação é feita uma análise dos itens que foram consumidos. Algumas coisas é preciso se estimar com uma certa sobra, pois tem casos que você não sabe, como no caso do mobiliário.

6) Na sua opinião, quais as principais dificuldades para as Compras Públicas Sustentáveis? (Falta de capacitação / Preço / Descrição do produto sustentável / Escassez de opções no mercado (produtos e fornecedores) / Legislação / cultura organizacional / articulação de políticas / Outros)? Por que não se compra papel reciclado?

Quando a empresa tem um certificado de sustentabilidade, ela tem um custo interno e isso com certeza vai onerar no preço final. Mas acredito que como é uma necessidade de todas, ele vai ter de cortar custos de algum lugar para ser competitivo. Isso é uma tendência mundial, não podemos recuar disso, é muito salutar e muito positivo. Caminhar para tentar salvar o planeta. É preciso que o governo tivesse diretrizes mais claras. A gente só pode comprar equipamentos que tenham isso assim... Às vezes é uma confusão, pois a ANS exige uma coisa, a Anel exige outra. O pregoeiro fica meio perdido no meio disso. Era preciso que o governo sinalizasse de uma forma mais contundente pra quem não faz todo o tempo atualização. Tem gente que fica “logado” o tempo todo. Aqui a gente longe, com o volume alto de trabalho, nem sempre tá acompanhando isso o tempo todo.

De repente você é surpreendido. Ai vem o cara e diz: “*você deveria ter exigido tal coisa*”. Tem que sentar e estudar as normas.

Estamos fazendo um pregão de toner que tem várias normas, para evitar que entre os picaretas. Para fazer exigências tem que estar baseadas num instrumento legal. O *comprasnet* sempre mostra alguma instrução normativa, um decreto novo. Mas às vezes são outras

agências reguladoras e você vai ver com o comentário de alguém. Aí você tem que estar atento.

As capacitações não são frequentes: 3, 4 no ano. A gente elenca aquelas que estão mais atualizadas e produtivas pra gente.

À medida que as pessoas vão operacionalizando o sistema, as pessoas vão encontrando formas de resolver. Os usuários do sistema vão arranjando formas de resolver.

Em qualquer lugar que você vai, indicam usar o código genérico para que se possa complementar a especificação lá dentro. Não tem problema usar o código genérico, mas não deveria ser assim. A intenção do site de *comprasgovernamentais* é dar transparência pra isso, pois quando for fazer uma pesquisa não vai encontrar o item. Há uma dificuldade muito grande dentro do CATMAT. Às vezes eles mandam uma resposta onde você pode usar os itens tal e tal.

Às vezes o governo quer dar prioridade para a MPEs, por outro lado, pelo fato de ser pequena, ela não está preparada para atender as certificações. E acaba que as que se preparam mesmo são as grandes empresas. As de médio padrão. Agora saiu uma lei alterando a lei 123, que antes o governo dizia o seguinte: que a administração poderia fazer uma licitação com itens específicos para MPEs. Agora não é mais poderia, é deverá. Tem algumas exigências que eu vou fazer que eu não sei se a MPEs vai conseguir atender.

As mudanças de cara dão trabalho. Estão acostumados a fazer de tal jeito. Mas você tem de se adequar à legislação. Antes você poderia pegar a carona indefinidamente. Agora tem o limite de 5 vezes. Quem tem mais interesse são os fornecedores. Por conta disso, temos um controle interno, criar umas planilhas. Porque o site do governo não tem mecanismo de controlar quantas vezes são dadas caronas. O fornecedor não tem acesso. Além de dar carona para os usuários do SIASG, tem outros que não são usuários do SIASG como algumas prefeituras e alguns estados e você não tem como controlar isso a não ser que seja controle interno. Por exemplo, o órgão tem 90 dias para empenhar e quando terminar esses 90 dias eu não sei se ele empenhou ou não. No federal é possível consultar, porém, no estado e município não há como consultar. Quando o TCU mandou suspender achei ótimo.

TCU: Tem muitas coisas que estão relacionadas a essa área da sustentabilidade. Eles estão fazendo um diagnóstico, no Brasil todo. Eles vão depois ao MEC para sugerir, orientar. Mais em caráter de orientação para que a gente possa avançar nessa área.

Entrevista – Pregoeira (P1)

Data: 09/10/2014

Nome do Respondente: Eliana Meriam Miranda de Brito

Função exercida: Pregoeira

Tempo na Função: Desde 1997

Perguntas e respostas

1) Na sua opinião, quais as principais dificuldades para as Compras Públicas Sustentáveis? (Falta de capacitação / Preço / Descrição do produto sustentável / Escassez de opções no mercado (produtos e fornecedores) / Legislação / cultura organizacional / articulação de políticas / Outros)?

Normalmente são os pedidos, as especificações do produto, pois a especificação que precisamos não corresponde ao do CATMAT. Para solicitar a inclusão demora dias, e acaba perdendo prazo e tempo.

Porque a agenda tem vários processos. O que eu faço é material de expediente. Eletroeletrônico da agenda quem faz é o Francineuto. O que eu posso te responder é o de expediente que é o DAP que faz. Então ultimamente nós fomos adequando às especificações, pedindo auxílio de algum fornecedor. A gente já pediu muito para que as pessoas façam um documento e mandem para o almoxarifado quando uma caneta ou qualquer ou produto não funcione.

Nós não temos dificuldades de encontrar fornecedores até porque as nossas licitações são jogadas para o Brasil. Hoje em dia todos eles sabem. É público e notório que todos têm que saber. Sempre é bom haver capacitação. É um trabalho que a gente tem que estar à todo tempo se reciclando, se atualizando. Porque ela (lei 8.666/93) se modifica mais do que a informática.

Olha, eu acredito que não tem muita diferença de preço entre um produto sustentável e não sustentável.

Toda mudança incomoda. Até porque todo mundo é resistente à mudança, a gente aceita, a gente faz, mas porque existe uma legislação.

O nosso (sistema) é fácil. Se não vem, vou com a Francisca e a gente encerra. O problema é o SIASG porque as especificações que eles têm lá não batem com a nossa. Então

pra gente achar um produto, muitas vezes a gente pega um como válvula de escape. Um genérico.

O SIASG pra mim é o pior. Eles querem ter os catálogos deles. Então nem sempre o que eles têm lá é o que a gente está pedindo. Então é melhor solicitar a inclusão da especificação no sistema.

A gente há de convir que é muito melhor a integração desses produtos sustentáveis para o meio ambiente e para gerações futuras.

2) Na sua opinião, existem vantagens nas licitações/compras sustentáveis?

Importante para o meio ambiente e para as futuras gerações

3) Por favor, descreva de forma resumida suas sugestões para melhorar a operacionalização das licitações/compras sustentáveis.

a) É necessário participar de capacitação constantemente devido às atualizações na legislação

b) É necessário maior agilidade para a inclusão de itens no CATMAT, em que pudesse solicitar a inclusão do item no sistema e no dia seguinte obter a resposta.

Entrevista – Pregoeira (P2)

Data: 09/10/2014

Nome do Respondente: Janaina do Nascimento Rocha

Função exercida: Pregoeira

Tempo na Função: 1 ano e meio

1) Na sua opinião, quais as principais dificuldades para as Compras Públicas Sustentáveis? (Falta de capacitação / Preço / Descrição do produto sustentável / Escassez de opções no mercado (produtos e fornecedores) / Legislação / cultura organizacional / articulação de políticas / Outros)?

A principal dificuldade é o preço, uma vez que o pregão considera o menor preço e, em geral, materiais sustentáveis são mais caros.

2) Na sua opinião, existem vantagens nas licitações/compras sustentáveis?

Importante para o meio ambiente e para as futuras gerações. Acredito que existe a vantagem ambiental

3) Por favor, descreva de forma resumida suas sugestões para melhorar a operacionalização das licitações/compras sustentáveis.

A princípio a administração superior deve autorizar licitações apenas de produtos sustentáveis para os materiais mais utilizados, a exemplo do papel.

Obs.: O que já é realidade na Ufpa

- 1) Impressão frente e verso de documentos e editais
- 2) Impressão em Ecofont que economiza toner;
- 3) Solicita da empresa vencedora para fins de habilitação uma declaração de compromisso com critérios de sustentabilidade;
- 4) Ao final do edital chama atenção para a impressão do documento apeas se necessário, bem como ensina a baixar a ecofont.

Entrevista – Pregoeira (P3)

Data: 10/10/2014

Nome do Respondente: Aline Marques Casimiro

Função exercida: Pregoeira

Tempo na Função: 2 anos

1) Na sua opinião, quais as principais dificuldades para as Compras Públicas Sustentáveis? (Falta de capacitação / Preço / Descrição do produto sustentável / Escassez de opções no mercado (produtos e fornecedores) / Legislação / cultura organizacional / articulação de políticas / Outros)?

A principal dificuldade é a escassez de produtos e fornecedores. Precisa-se fazer a pesquisa de mercado, e existe uma dificuldade de encontrar propostas. A instrução processual é deficiente e as pessoas não estão tão acostumadas a especificar, já que exige uma dedicação que vai além da sua função. É algo peculiar.

Para a instrução processual, sempre consideramos a licitação passada.

Não temos ninguém da área técnica para ajudar. Há dificuldade de acompanhar as mudanças que são muito rápidas.

2) Na sua opinião, existem vantagens nas licitações/compras sustentáveis?

Sim.

3) Por favor, descreva de forma resumida suas sugestões para melhorar a operacionalização das licitações/compras sustentáveis.

Alguém para gerir prazos das atas e um aumento de capacitações.

Entrevista – Pregoeira (P4)

Data: 09/10/2014

Nome do Respondente: Edson Furtado Louzada

Função exercida: Pregoeiro

Tempo na Função: 09 anos (Esse tempo de função na área de Compras dividido entre UFPA e UFOPA)

1) Na sua opinião, quais as principais dificuldades para as Compras Públicas Sustentáveis? (Falta de capacitação / Preço / Descrição do produto sustentável / Escassez de opções no mercado (produtos e fornecedores) / Legislação / cultura organizacional / articulação de políticas / Outros)?

a) A falta de capacitação/orientação dos setores da Administração dificulta a realização de compras sustentáveis, pois, qualquer setor de compras atua na organização como setor “meio” para atender ao setor “fim” do órgão.

b) A ausência de uma política/Apoio interno tanto de divulgação quanto de apoio financeiro impede uma correta aplicação de política interna de sustentabilidade.

c) Já existe implantada uma cultura de desperdício do dinheiro e má aplicação de recursos humanos. (ex: muita gente não faz nada e pouca gente faz tudo)

d) O sistema do *comprasnet*. A forma que é disposta para a utilização não é agradável. O sistema poderia ter mais opções de busca, maior facilidade de incluir ou de solicitar a inclusão dos itens.

2) Na sua opinião, existem vantagens nas licitações/compras sustentáveis?

Sim, na medida em que cresce a degradação ao meio ambiente, afetamos negativamente a qualidade de vida das pessoas e colocamos em risco nossas futuras gerações e, através das licitações sustentáveis forçaremos o mercado nacional a adotar medidas menos poluidoras e mais voltada à economia dos recursos naturais (abundantes atualmente em nossa região). A administração pública tem papel fundamental nesse cenário, como ator principal.

Cito pra você um artigo da constituição de 1988 que vincula o papel da Administração no cenário do meio ambiente/sustentabilidade: *“Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*

3) Por favor, descreva de forma resumida suas sugestões para melhorar a operacionalização das licitações/compras sustentáveis.

Bem, temos que considerar que a ideia deve partir do topo da pirâmide administrativa da instituição, criando um órgão suplementar que fomentará uma política pública interna através de capacitações tanto de servidores quanto de alunos motivando todos a estimularem ideais (pesquisa, extensão) em busca de sugestões para melhor utilizando do meio ambiente sem degradação. As contratações públicas sustentáveis constituem instrumentos relevantes de contribuição para a reorganização da economia local coma quebra de antigos paradigmas e a criação de novos paradigmas estimulando a mudança no pensamento cultural da comunidade universitária.

Com o foco nas contratações, os critérios de sustentabilidade, a serem estabelecidos nos termos de referência, tornam todos os setores da instituição responsáveis em especificá-los, além de exigir do agente tomador de decisão, na elaboração, uma análise acurada de todos os aspectos que envolvem a contratação, tais como motivação da aquisição, características do produto ou serviço, impactos da utilização e descarte, etc.

Sem duvida aparenta ser uma coisa espantosa, porém, penso que após pô-las em pratica todos se sentirão mais participativos e se preocuparão com a economia dos recursos naturais.

Entrevista – Auditora Interna da UFPA

Data: 10/10/2014

Nome do Respondente: Ângela Maria Rodrigues Santos

Função exercida: Auditor-geral

Tempo na Função: 11 anos

1) Caso exista, quais as recomendações dos órgãos de controle para o cumprimento das legislações sobre Contratações Sustentáveis?

Se você olhar no Relatório de Gestão da UFPA, temos um formulário que eles direcionam para as unidades jurisdicionadas, para que elas respondam aqueles questionamentos. Quais são os tipos de providências, se já temos, quais os mecanismos para a observância de questões de sustentabilidade.

Orientação do TCU, que por sua vez, a CGU procura observar se a universidade está atendendo isso. É uma lei que chama os gestores públicos para a responsabilidade social. Que obriga você desenvolver práticas em cumprimento que é exigido em normas. Ainda não temos todos os procedimentos formalizados, eu acho que a UFPA tem de tratar disso desde a licitação. Elaborar um manual de orientações para toda comunidade conhecer.

A universidade não tem fiscalização, ou um controle administrativo interno da UFPA, que não significa que é o papel da AUDIN. Quem é responsável pela infraestrutura e meio ambiente é a prefeitura, então você não observa isso, também de lá tinha que sair uma política pensando estrategicamente como mobilizar a comunidade interna e externa.

A UFPA poderia investir mais recursos em projetos desse tema em geral, como o exemplo do espaço de convivência da “Gina”.

Nesse aspecto é muito carente a atuação da prefeitura em toda comunidade. Precisa sair políticas de lá. Ser gestor hoje em dia é pensar estrategicamente, e isso é uma característica um pouco ausente na administração pública.

O meio físico e a infraestrutura é de competência da prefeitura. A coordenadoria do meio ambiente poderia estar implementando políticas e dar orientações, inclusive para as licitações.

A CGU faz recomendações para que a universidade implemente providências. Se essas providências nesse primeiro momento não forem tomadas, ela são reportadas ao TCU, ele como órgão externo e julgador, ele que tem competência de julgar. Se ele achar que aquela constatação traz impacto na gestão, o TCU determina que seja implementado. Caso o órgão não atenda a determinação, o dirigente é passível de multa ou apurar responsabilidade dele. No caso da sustentabilidade já houve

recomendações. Nós só vamos saber do resultado dessa avaliação no ano que vem. O exercício de 2014 só será avaliado em 2013, após a apresentação do seu processo de contas e do relatório de gestão.

O TCU leva em média de 4 a 5 anos para julgar o exercício financeiro. Eles alegam que o efetivo deles é muito pequeno e o número de processos para ser avaliado por essa corte é imenso.

Existe a auditoria de avaliação, monitoramento e a operacional. A operacional é a que eles estão fazendo agora. Eles analisam o que está sendo mais relevante e comum entre órgãos federais. Ai eles focam em cima daquela questão e fazem o tratamento em vários órgãos. Ela é focalizada. Geralmente quem faz a avaliação da gestão é a GCU. Esse relatório é encaminhado depois da avaliação para o TCU. É em cima dos relatórios da CGU que eles vão começar a analisar as contas da instituição. A CGU vem geralmente em março. Em outubro eles retornam para monitorar as recomendações. Eles verificam as recomendações pendentes de outros anos, eles dizem que é reincidência e reiteram, até chegar a TCU para determinar o cumprimento.

A gente esbarra aqui nas informações. Quando eles solicitam uma coisa que a gente encaminha para as unidades. Existe uma fragilidade dos nossos controles internos administrativos. Por exemplo, eles vão querer saber quanto foi consumido pelos campi do interior e eles não vão me dar em tempo hábil. Podem ter todos os sistemas do mundo, mas a unidade usuária dos sistemas precisam se comprometer.

A função da auditoria é assessorar a administração. Nos não temos o poder de aplicar penalidade, a nossa função é assessorar, orientar e fazer com que os gestores observem o dever que eles têm. Estamos aqui para ajudar nas boas práticas de gestão. Isso é um bônus pra eles.

É muito difícil de acontecer regularidade plena. Enquanto isso, o gestor não fica livre porque entregou o processo de contas. Ele pode ser a qualquer momento chamado pra apresentar justificado ou ser multado. Porque o nosso próprio regime político tem um caput de servidor em alcance.

Quando o TCU aprova as contas com ressalvas, estas ressalvas são determinações, que terão que ser respondidas pela UFPA. Se precisar demitir, demiti. Se precisar fazer um processo administrativo tem que fazer. A AUDIN encaminha as ressalvas para que os gestores respondam. Os sistemas que vão as informações gerenciais para tomada de decisões, as pessoas têm que tomar mais à sério isso. As pessoas acham que tem que reter informação, e

tudo tem que estar à transparência. É claro que existem coisas que são confidenciais, mas a gente sabe fazer a distinção disso.

Pelo princípio da transparência, quando chegava o relatório da CGU eu encaminhava cópias para os dirigentes (reitor, pró-reitorias, institutos), mas quando chegou próximo há um momento de escolha político da universidade, esse relatório vazou para a imprensa páginas inteiras do relatório. Então dessa forma, por questão políticas, as pessoas agiram de má fé. Então agora os pontos que dizem respeito a determinado gestor, é encaminhado ao próprio gestor. Existe uma cultura e resistência a mudanças e “tudo muda o tempo todo”.

Quando eu assumi a contabilidade no DEFIN, aí eu fiz um manual de suprimento de fundo, que aqui era distribuído como bombom. Então sobrava suprimento de fundo. A cada servidor tem o suprimento de 2 suprimentos e teria que prestar conta na visão da lei. Mas não existia nenhum sistema para fiscalizar isso. Então cada colega pedia pra prestar em nome de outro colega. Então eu fiz uma raspagem. Olhei para o caput do artigo “a critério do ordenador de despesa”. Mas aqui não estabelece o critério. Então eu fiz uma minuta que vigora até hoje no DEFIN, a 971, e encaminhei para o gabinete para o reitor e foi aprovada e saiu a portaria. Se era critério dele, dentro daquele artigo tinha que estabelecer os critérios que o ordenador de despesa tinha que conceder suprimento de fundo. E também na lei você até tinha 60 dias pra aplicar e até 30 dias pra comprovar. Então aí você tinha 1/3 do exercício financeiro. 90 dias. E isso se alongava porque não prestavam conta ou quando prestavam tinha problema. Refiz o formulário de concessão, porque lá embaixo eu coloquei as regras da legislação que era pertinente e você quando assinasse estava sabendo que estava assinando. Se era no campus Belém eu ei 30 dias pra gastar e 15 pra comprovar.

APÊNDICE B – Diagnóstico

PAPEL - Processo 44965/2012 – PE 20/13								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust. CATMAT	Item Sust. Edital
1	965	PAPEL P/ IMPRESSÃO TAM. A-4 - 75G - PAPEL ALCALINO A4 ALTA ALVURA (MATERIAL SERÁ COMPARADO COM REFERÊNCIAS DA CONTRATANTE); FORMATO A4 210 X 297 MM; GRAMATURA 75 G/M2; NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS APROVEITADOS DE OUTRA PRODUÇÃO; À BASE DE CELULOSE LIVRE DE CLORO ELEMENTAR (ECF); ESTA INFORMAÇÃO DEVERÁ ESTAR INDICADA NA EMBALAGEM (PACOTE); QUE PRODUZA ALTA QUALIDADE EM CÓPIAS REPROGRÁFICAS, IMPRESSÕES EM JATO DE TINTA E LASER, QUE NÃO DEIXE RESÍDUOS NA MÁQUINA; RESMAS BEM GUILHOTINADAS, SEM IRREGULARIDADES, SEM RESÍDUOS DE COLA (DO FECHAMENTO DO PACOTE) OU OUTROS; EMBALAGEM ANTIMOFO, BEM PROTEGIDA QUE MINIMIZE AÇÃO DA UMIDADE (BOPP; BOPP/PAPEL; PAPEL COM LAMINAÇÃO). CAIXAS COM 10 PACOTES COM 500 FOLHAS CADA; TOLERÂNCIA PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE MÉDIA DO MATERIAL: - GRAMATURA DE 75 G/M2 ($\pm 3,0$), - ESPESURA 97,0 MICRA ($\pm 5,0$), - FORMATO A4 210 X 297 MM ($\pm 1\%$), - OPACIDADE 90% (? 88,0%), - BRANCO Nº 160 (± 3 N°), - ALVURA 100% (? 97,0%),- ASPEREZA 145 ML/MIN (± 85 ML/MIN) - RESMAS DE 500 FOLHAS ($\pm 0,2\%$);	35.256	RMA	9,57	337.399,92	Não	Sim
2	965	PAPEL ALMAÇO PAUTADO CAD. C/ 10 FLS	14.771	CAD	0,35	5.169,85	Não	Não
3	965	PAPEL P/ FOTOCOPIADORA OFÍCIO II 75G - PAPEL ALCALINO OFÍCIO II ALTA ALVURA (MATERIAL SERÁ COMPARADO COM REFERÊNCIAS DA CONTRATANTE); FORMATO OFÍCIO II 216 X 330 MM; GRAMATURA 75 G/M2; NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS APROVEITADOS DE OUTRA PRODUÇÃO; À BASE DE CELULOSE LIVRE DE CLORO ELEMENTAR (ECF); ESTA INFORMAÇÃO DEVERÁ ESTAR INDICADA NA EMBALAGEM (PACOTE); QUE PRODUZA ALTA QUALIDADE EM CÓPIAS REPROGRÁFICAS, IMPRESSÕES EM JATO DE TINTA E LASER, QUE NÃO DEIXE RESÍDUOS NA MÁQUINA; RESMAS BEM GUILHOTINADAS, SEM IRREGULARIDADES, SEM RESÍDUOS DE COLA (DO FECHAMENTO DO PACOTE) OU OUTROS; EMBALAGEM ANTIMOFO, BEM PROTEGIDA QUE MINIMIZE AÇÃO DA UMIDADE (BOPP; BOPP/PAPEL; PAPEL COM LAMINAÇÃO). CAIXAS COM 10 PACOTES COM 500 FOLHAS CADA; TOLERÂNCIA PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE MÉDIA DO MATERIAL: - GRAMATURA DE 75 G/M2 ($\pm 3,0$), - ESPESURA 97,0 MICRA ($\pm 5,0$), - FORMATO OFÍCIO II 216 X 330 MM ($\pm 1\%$), - OPACIDADE 90% (? 88,0%), - BRANCO Nº 160 (± 3 N°), - ALVURA 100% (? 97,0%), - ASPEREZA 145 ML/MIN (± 85 ML/MIN) - RESMAS DE 500 FOLHAS ($\pm 0,2\%$);	791	RMA	11,69	9.246,79	Não	Sim
4	965	PAPEL MANILHA CAD. C/ 20 FLS	179	CAD	3,90	698,10	Não	Não
5	965	PAPEL KRAFT 60 X 90	8.356	FLS	0,19	1.587,64	Não	Não

6	965	PAPEL P/ IMPRESSÃO TAM. CARTA - 75G - PAPEL ALCALINO CARTA ALTA ALVURA (MATERIAL SERÁ COMPARADO COM REFERÊNCIAS DA CONTRATANTE); FORMATO CARTA 216 X 279 MM; GRAMATURA 75 G/M2; NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS APROVEITADOS DE OUTRA PRODUÇÃO; À BASE DE CELULOSE LIVRE DE CLORO LEMENTAR (ECF); ESTA INFORMAÇÃO DEVERÁ ESTAR INDICADA NA EMBALAGEM (PACOTE); QUE PRODUZA ALTA QUALIDADE EM CÓPIAS REPROGRÁFICAS, MPRESSÕES EM JATO DE TINTA E LASER, QUE NÃO DEIXE RESÍDUOS NA MÁQUINA; RESMAS BEM GUILHOTINADAS, SEM IRREGULARIDADES, SEM RESÍDUOS DE COLA (DO FECHAMENTO DO PACOTE) OU OUTROS; EMBALAGEM ANTIMOFO, BEM PROTEGIDA QUE MINIMIZE AÇÃO DA UMIDADE (BOPP; BOPP/PAPEL; PAPEL COM AMINAÇÃO). CAIXAS COM 10 PACOTES COM 500 FOLHAS CADA; TOLERÂNCIA PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE MÉDIA DO MATERIAL: - GRAMATURA DE 75 G/M2 (± 3,0),- ESPESSURA 97,0 MICRA (± 5,0),- FORMATO CARTA 216 X 279 MM (± 1%),- OPACIDADE 90% (? 88,0%),- BRANCO Nº 160 (± 3 N°),- ALVURA 100% (? 97,0%),- ASPEREZA 145 ML/MIN (±85 ML/MIN) - RESMAS DE 500 FOLHAS (± 0,2%);	132	RMA	10,90	1.438,80	Não	Sim
7	965	PAPEL JORNAL RASCUNHO OFÍCIO BLC C/ 100 FLS	247	BLC	2,30	568,10	Não	Não
8	965	PAPEL SULFITE PARA PLOTER 75G - 914MM X 50M	102	ROLO	18,50	1.887,00	Não	Não
9	965	PAPEL SULFITE PARA PLOTER 75G - 610 MM X 50M	89	ROLO	14,00	1.246,00	Não	Não
10	965	BOBINA DE PAPEL ACETINADO 2 VIAS AUTOCOPY, DIMENSÕES (L X D) 76 X 65MM (CAIXA C/ 30 UNIDADES)	120	CX	68,00	8.160,00	Não	Não
11	965	PAPEL VERGE 120 GR - TAM. 210 X 297 MM (A4) CAIXA COM 100 FOLHAS - COR BRANCO	1.301	CX	9,90	12.879,90	Não	Não
12	965	PAPEL VERGE 180 GR - TAM. 210 X 297 MM (A4) CAIXA COM 100 FOLHAS - COR BRANCO	2.487	CX	11,00	27.357,00	Não	Não
13	965	PAPEL DEBET P/DESENHO-500X650mm PAPEL DEBET (TIPO: CANSON OU SIMILAR - PARA DESENHOS ARTISTICO E TECNICOS) 160G/M² - 500 X 650 MM - COR: BRANCO - BLOCO COM 20 FLS	77	BLC	10,50	808,50	Não	Não
14	965	PAPEL DEBET P/DESENHO 210x297mm PAPEL DEBET (TIPO: CANSON OU SIMILAR - PARA DESENHOS ARTISTICO E TECNICOS) TAM. A4, 80 G/M² , 210 X 297 MM, COR BRANCO - BLOCO COM 20 FLS	136	BLC	5,00	680,00	Não	Não
15	965	PAPEL DEBET P/DESENHO 200 G PAPEL DEBET (TIPO: CANSON OU SIMILAR - PARA DESENHOS ARTISTICO E TECNICOS) 200G/M² - TAM. A2 - COR:BRANCO - BLOCO COM 20 FLS	66	BLC	12,30	811,80	Não	Não
TOTAL			64.110			409.939,40		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL			36.179			348.085,51		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			36.370			0,00		

MATERIAL DE EXPEDIENTE DIVERSOS - Processo 44966/2012 – PE 25/13								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust. CATMAT	Item Sust. Edital
1	293368	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA GROSSA, COR TINTA AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE C/ RESPIRADOURO DE 1	35486	Und.	0,45	15.968,70	Não	Não
2	293373	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA GROSSA, COR TINTA PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE C/ RESPIRADOURO DE 1	28978	Und.	0,45	13.040,10	Não	Não
3	293369	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA GROSSA, COR TINTA VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE C/ RESPIRADOURO DE 1	10331	Und.	0,30	3.099,30	Não	Não
4	279488	CANETA HIDROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, ESPESSURA ESCRITA GROSSA, COR CARGA VARIADA	211	Jogo	1,80	379,80	Não	Não
5	338120	CANETA MARCA-TEXTO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA CHANFRADA, COR FLUORESCENTE / DIVERSAS	487	Jogo com 6 und.	1,00	487,00	Não	Não
6	279491	CANETA HIDROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, ESPESSURA ESCRITA FINA, COR CARGA VARIADA, APLICAÇÃO TRANSPARÊNCIA	332	Embalag. 6 und.	6,00	1.992,00	Não	Não
7	139343	REDE INFORMÁTICA - PEÇA / ACESSÓRIO, NOME REDE INFORMATICA - PEÇA / ACESSORIO TONALIZADOR P/FOTOCÓP.SHARP AR-201 CARTUCHO DE TONER P/COPIADORA SHARP SÉRIE AR-201NT COR PRETA CONT.475G/16.75OZ NÃO RECICLADO/REINDUSTRIALIZADO VAL. 1 ANO	0	Und.	394,00	0,00	Não	Não
8	139343	REDE INFORMÁTICA - PEÇA / ACESSÓRIO, NOME REDE INFORMATICA - PEÇA / ACESSORIO REVELADOR P/FOTOCOPIADORA SHARP AR-201 MOD./SÉRIE AR-201ND CONT.400G/14.10OZ NÃO RECICLDO/REINDUSTRIALIZADO VAL. 1 ANO	0	Und.	383,00	0,00	Não	Não
9	150881	ENVELOPE BRANCO MEMO - TAM. 114 X 162 MM TIMBRADO COM O LOGOTIPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. 63 G/M2	10740	Und.	0,08	859,20	Não	Não
10	150881	ENVELOPE BRANCO OFÍCIO - TAM. 114 X 229 MM TIMBRADO COM O LOGOTIPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.63 G/M2	10802	Und.	0,09	972,18	Não	Não
11	150881	ENVELOPE, NOME ENVELOPE ENVELOPE KRAFT TAM. 185 X 248 - PEQUENO TIMBRADO COM O LOGOTIPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-80 G/M2	12065	Und.	0,11	1.327,15	Não	Não
12	150881	ENVELOPE KRAFT TAM. 242 X 336 - MEDIO TIMBRADO COM O LOGOTIPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-80 G/M2	75125	Und.	0,18	13.522,50	Não	Não

13	150881	ENVELOPE KRAFT TAM. 310 X 410 - GRANDE TIMBRADO COM O LOGOTIPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-80 G/M2	18550	Und.	0,22	4.081,00	Não	Não
14	240962	APAGADOR QUADRO MAGNÉTICO, COMPRIMENTO 15	4989	Und.	2,40	11.973,60	Não	Não
15	202049	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA NÁILON, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA PRETA	2073	Und.	0,65	1.347,45	Não	Não
16	256749	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA CHANFRADA, TIPO CARGA DESCARTÁVEL	1879	Und.	0,65	1.221,35	Não	Não
17	233845	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR AZUL	8595	Und.	0,95	8.165,25	Não	Não
18	233847	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR PRETO	6646	Und.	0,95	6.313,70	Não	Não
19	233846	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR VERDE	2363	Und.	0,95	2.244,85	Não	Não
20	233848	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR VERMELHO	5014	Und.	0,95	4.763,30	Não	Não
21	122637	TINTA PINCEL ATÔMICO, NOME TINTA PINCEL ATOMICO REABASTECEDOR P/ PINCEL ATOMICO PRETO 40 ML.	420	Und.	2,00	840,00	Não	Não
22	122637	TINTA PINCEL ATÔMICO, NOME TINTA PINCEL ATOMICO REABASTECEDOR PINCEL ATOMICO VERM. 40 ML	316	Und.	2,00	632,00	Não	Não
23	288739	TINTA PARA CARIMBO, COR AZUL, COMPONENTES BASE ÓLEO, APLICAÇÃO ALMOFADA, CAPACIDADE FRASCO 40	280	Und.	1,20	336,00	Não	Não
24	150632	CAIXA ARQUIVO EM PAPELÃO DUPLEX, CONFECCIONADA COM CARTÃO TIPO MICRONDULADO RÍGIDO DE 03 MM DE ESPESSURA, MIOLO DURO, COM DUPLO REVESTIMENTO EM CARTÃO KRAFT, COM GRAMATURA DE 250GR, SEM IMPRESSÃO NEHUMA (LISA), SEM TIMBRE NENHUM, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: - 37 CM DE PROFUNDIDADE (CUMPRIMENTO) - 25 CM DE ALTURA - 14 CM DE LARGURA (37 X 25 X 14). SOMENTE COM OS FUIROS NAS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO.	11721	Und.	5,90	69.153,90	Não	Não
25	1023	CARTOLINA, NOME CARTOLINA A GRANEL CARTOLINA COR BRANCA 500X660MM 150G	3541	Fls	0,26	920,66	Não	Não
26	150596	PASTA EVENTOS, NOME PASTA EVENTOS CLASSIFICADOR EM CARTAO COM FERRAGEM	4437	Und.	0,64	2.839,68	Não	Não
27	283073	PASTA ARQUIVO, MATERIAL CARTOLINA PLASTIFICADA, TIPO DOCUMENTO, LARGURA 230, ALTURA 340, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ABA E ELÁSTICO	35502	Und.	0,71	25.206,42	Não	Não
28	150596	PASTA EVENTOS, NOME PASTA EVENTOS PASTA SUSPENSIVA P/ ARQUIVO C/ VISOR E C/ PRENDIDOR EM PAPELÃO C/ GRAMATURA MIN. DE 300G. PONTA PLÁSTICA	7338	Und.	0,73	5.356,74	Não	Não

29	295886	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO Prensado, TIPO REGISTRADORA AZ, LARGURA 280, ALTURA 350, LOMBADA 55, COR PRETA, APLICAÇÃO ARQUIVO DE DOCUMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 PRENDEDOR INTERNO E VISOR NA LOMBADA	1753	Und.	4,50	7.888,50	Não	Não
30	335296	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO Prensado, TIPO REGISTRADORA AZ, LARGURA 285, ALTURA 340, LOMBADA 85, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FERRAGEM TIPO ALAVANCA/COM DOIS FUROS	2197	Und.	4,50	9.886,50	Não	Não
31	32700	GRAMPO PASTA, NOME GRAMPO - PASTA ARQUIVO GRAMPO P/ PASTAEM PLÁSTICO FLEXÍVEL, COMPOSTO DE DUAS PEÇAS DE ENCAIXE (BASE E HASTE), COM ENGASTES DAS HASTES POR PRESSÃO EM DIFERENTES ALTURAS DE ACORDO COM A CAPACIDADE DE ARQUIVAMENTO PARA ATÉ 500 FOLHAS, COM SISTEMA DE FIXAÇÃO FRONTAL QUE PERMITA O MANUSEIO DOS DOCUMENTOS SEM QUE O GRAMPO ABRA E SEM QUE HAJA DESLOCAMENTO NOS PONTOS DE FECHAMENTO. TP. CLICK TELOS- PCT. C/50	3968	Pct.	4,50	17.856,00	Não	Não
32	203283	ALMOFADA CARIMBO, MATERIAL CAIXA PLÁSTICO, MATERIAL ALMOFADA ESPONJA ABSORVENTE REVESTIDA DE TECIDO, TAMANHO MÉDIO, COR AZUL, TIPO ENTINTADA	218	Und.	1,65	359,70	Não	Não
33	287639	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO ESCOLAR, TAMANHO PEQUENO, QUANTIDADE FUROS 1	1700	Und.	0,10	170,00	Não	Não
34	206995	BARBANTE ALGODÃO, QUANTIDADE FIOS 8, ACABAMENTO SUPERFICIAL CRÚ	845	Rolo	1,60	1.352,00	Não	Não
35	140171	BOBINA MÁQUINA CALCULAR, NOME BOBINA MAQUINA CALCULAR BOBINA DE PAPEL P/ CALCULADORA 57X60MM	85	Und.	0,60	51,00	Não	Não
36	286272	BORRACHA APAGADORA ESCRITA, MATERIAL BORRACHA, COMPRIMENTO 50, LARGURA 18, ALTURA 6, COR AZUL E VERMELHA, APLICAÇÃO PARA LÁPIS E TINTA	2052	Und.	0,15	307,80	Não	Não
37	230831	BORRACHA APAGADORA ESCRITA, MATERIAL BORRACHA, COMPRIMENTO 56, LARGURA 33, ALTURA 11, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPA PLÁSTICA PROTETORA	2879	Und.	0,50	1.439,50	Não	Não
38	271777	CLIPE, TAMANHO 3/0, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELO	3208	Caixa 50 und.	0,80	2.566,40	Não	Não
39	271778	CLIPE, TAMANHO 4/0, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELO	3223	Caixa 50 und.	0,80	2.578,40	Não	Não
40	271780	CLIPE, TAMANHO 6/0, MATERIAL METAL, FORMATO PARALELO	2954	Caixa 50 und.	0,85	2.510,90	Não	Não
41	386956	COLA, COMPOSIÇÃO ACETATO DE POLIVINILA, COR BRANCA, APLICAÇÃO PAPEL, MADEIRA, TECIDO, COURO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BICO APLICADOR, AMPA FIXA, ATÓXICA, LAVÁVEL, TIPO LÍQUIDO	2414	Frasco 40 g	0,35	844,90	Não	Não
42	377170	COLA, COMPOSIÇÃO ADESIVO À BASE RESINA EPÓXI, COR INCOLOR, APLICAÇÃO CONCRETO, BORRACHA, VIDRO, PLÁSTICO, METAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 TUBO RESINA 1 TUBO ENDURECEDOR, CURA 24 HORAS, TIPOLÍQUIDO VISCOSO	301	Caixa 2 und.	6,50	1.956,50	Não	Não
43	201129	CORRETIVO LÍQUIDO, MATERIAL BASE D'ÁGUA - SECAGEM RÁPIDA, APRESENTAÇÃO FRASCO, APLICAÇÃO PAPEL COMUM, VOLUME 18	1705	Frasco 18ml	0,55	937,75	Não	Não
44	238683	ESTILETE, TIPO LARGO, ESPESSURA 18, APLICAÇÃO ESCRITÓRIO	1875	Und.	0,75	1.406,25	Não	Não

45	400	ETIQUETA ADESIVA, NOME ETIQUETA AUTO - ADESIVA IMPRESSA ETIQUETA GOM. P/ JATO TINTA 33,9 X 101,6 CAIXA COM 25 FOLHAS-(350 ETIQUETAS)	793	Caixa	4,90	3.885,70	Não	Não
46	353225	EXTRATOR GRAMPO, MATERIAL METAL, TIPO ESPÁTULA, TRATAMENTO SUPERFICIAL ZINCADO, PRIMENTO 145, LARGURA 15	1223	Und.	0,60	733,80	Não	Não
47	272348	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA, DIÂMETRO CARGA 2, DUREZA CARGA HB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM BORRACHA APAGADORA, MATERIAL CARGA GRAFITE	13544	Und.	0,12	1.625,28	Não	Não
48	150058	LIVRO PROTOCOLO, NOME LIVRO PROTOCOLO LIVRO DE PROTOCOLO C/ 100 CAPA DURA	300	Und.	4,25	1.275,00	Não	Não
49	150058	LIVRO PROTOCOLO, NOME LIVRO PROTOCOLO - LIVRO PAUTADO C/ 100 FLS TAM. OFÍCIO CAPA DURA	527	Und.	4,75	2.503,25	Não	Não
50	250706	PAPEL BOBINADO, MATERIAL PAPEL TÉRMICO, APLICAÇÃO APARELHOS DE FAC-SÍMILE, COMPRIMENTO 30, LARGURA 216, COR BRANCA	102	Und.	4,25	433,50	Não	Não
51	33189	RÉGUA COMUM, NOME REGUA COMUM REGUA PLASTICA DE 30 CM TRANSPARENTE	1907	Und.	0,35	667,45	Não	Não
52	203190	RÉGUA ESCRITÓRIO, MATERIAL PLÁSTICO, COMPRIMENTO 60, GRADUAÇÃO CENTÍMETRO, TIPO MATERIAL FLEXÍVEL	704	Und.	0,90	633,60	Não	Não
53	111678	LATEX DE BORRACHA, NOME LATEX DE BORRACHA LIGA AMARELA DE BORRACHA, PARA USO EM DINHEIRO, PACOTES ETC...- CX. OU PCTS C/ 100G	929	CX	1,65	1.532,85	Não	Não
54	279045	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, LARGURA 19, COMPRIMENTO 50, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO	3126	Rolo 50 m	0,90	2.813,40	Não	Não
55	278973	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, LARGURA 50, COMPRIMENTO 50, COR BRANCA, APLICAÇÃO MULTIUSO	1526	Rolo 50 m	1,90	2.899,40	Não	Não
56	351402	FITA ADESIVA EMBALAGEM, MATERIAL PAPEL KRAFT, COMPRIMENTO 50, LARGURA 80, APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO EM GERAL, TIPO GOMADA, COR MARROM	3492	Und.	2,00	6.984,00	Não	Não
57	288921	GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TIPO MESA, CAPACIDADE 30, TAMANHO GRAMPO 26/6, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PINTURA EPÓXI	949	Und.	13,90	13.191,10	Não	Não
58	203138	GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, TAMANHO 9/10	354	Cx. 5.000 und.	5,45	1.929,30	Não	Não
59	243205	GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO, TAMANHO 24/6	369	Cx. 1.000 und.	1,50	553,50	Não	Não
60	203137	GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, TAMANHO 26/6	3262	Cx. 1.000 und.	1,00	3.262,00	Não	Não
61	251750	PERFURADOR PAPEL, MATERIAL METAL, TIPO GRANDE, TRATAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, CAPACIDADE PERFURAÇÃO 60, FUNCIONAMENTO MANUAL	278	Und.	21,90	6.088,20	Não	Não
62	111007	BASE FITA ADESIVA, NOME SUPORTE PARA FITA ADESIVA SUPORTE P/ FITA ADESIVA TAM. GRANDE	201	Und.	11,90	2.391,90	Não	Não
63	23116	FILME PARA TRANSPARENCIA, NOME FILME PARA TRANSPARENCIA TRANSP. IMPRES. JATO DE TINTA A-4 C/ 50 TAM. 210X297 MM.	0	Cx.	28,50	0,00	Não	Não
64	231948	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 180	32234	Centena	2,20	70.914,80	Não	Não

65	377254	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 50, APLICAÇÃO CAFÉ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO, DE ACORDO C/ NORMA ABNT, NBR 14865, COR CREME	11859	Centena	0,98	11.621,82	Não	Não
66	150596	PASTA EVENTOS, NOME PASTA EVENTOS PASTA POLIONDA C/ABA E ELÁSTICO-BRANCA EM POLIONDA UNIV.380X276X40 NA COR BRANCA	4036	Und.	1,30	5.246,80	Não	Não
67	150596	PASTA EVENTOS, NOME PASTA EVENTOS PASTA C/ABA E ELÁSTICO-BRANCA EM POLIONDA UNIV.380X276X40 NA COR AZUL	4003	Und.	1,30	5.203,90	Não	Não
68	150596	PASTA EVENTOS, NOME PASTA EVENTOS PASTA C/ABA E ELÁSTICO-BRANCA EM POLIONDA UNIV.380X276X40 NA COR VERMELHA	2311	Und.	1,30	3.004,30	Não	Não
69	150452	CAPA, NOME CAPA CAPA P/ENCADERNAÇÃO EM POLIPROPILENO TAM. A4 TRANSPARENTE	4815	Und.	0,18	866,70	Não	Não
70	150790	CAPA, NOME CAPA CONTRA CAPA P/ENCADERNAÇÃO EM POLIPROPILENO TAM. A4 NA COR AZUL	3195	Und.	0,18	575,10	Não	Não
71	150790	CAPA, NOME CAPA CONTRA CAPA P/ENCADERNAÇÃO EM POLIPROPILENO TAM. A4 NA COR VERMELHA	1376	Und.	0,18	247,68	Não	Não
72	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 07MM NA COR PRETA	1260	Und.	0,02	25,20	Não	Não
73	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 09MM NA COR PRETA	953	Und.	0,03	28,59	Não	Não
74	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 12MM NA COR PRETA	1000	Und.	0,05	50,00	Não	Não
75	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 14MM NA COR PRETA	1000	Und.	0,06	60,00	Não	Não
76	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 17MM NA COR PRETA	500	Und.	0,07	35,00	Não	Não
77	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 20MM NA COR PRETA	500	Und.	0,09	45,00	Não	Não
78	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 23MM NA COR PRETA	360	Und.	0,12	43,20	Não	Não
79	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 25MM NA COR PRETA	180	Und.	0,15	27,00	Não	Não
80	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 29MM NA COR PRETA	115	Und.	0,22	25,30	Não	Não
81	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 33MM NA COR PRETA	165	Und.	0,36	59,40	Não	Não
82	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 40MM NA COR PRETA	260	Und.	0,44	114,40	Não	Não

83	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 45MM NA COR PRETA	170	Und.	0,52	88,40	Não	Não
84	114502	ACESSORIO / COMPONENTE / ENCADERNAÇÃO PROCESSO, NOME TRILHO PLASTICO - ENCADERNACAO / PROCESS - ESPIRAL DE 50MM NA COR PRETA	190	Und.	0,66	125,40	Não	Não
85	317713	TESOURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO PROPILENO, COMPRIMENTO 5, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COR PRETA/EXTRA CORTE/USO ESCOLAR	2862	Und.	0,70	2.003,40	Não	Não
86	392076	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA ACRÍLICO, TIPO CARGA RECARREGÁVEL, COR PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESPESSURA ESCRITA 2,3MM	3477	Und.	4,49	15.611,73	Não	Não
87	392075	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA ACRÍLICO, TIPO CARGA RECARREGÁVEL, COR AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESPESSURA ESCRITA 2,3MM	3496	Und.	4,49	15.697,04	Não	Não
88	337761	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, TIPO CARGA RECARREGÁVEL, COR VERDE	1216	Und.	3,99	4.851,84	Não	Não
89	392077	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA ACRÍLICO, TIPO CARGA RECARREGÁVEL, COR VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESPESSURA ESCRITA 2,3MM	1968	Und.	4,49	8.836,32	Não	Não
90	392221	REFIL TINTA, MATERIAL TINTA, COR PRETA, CAPACIDADE 5,50, APLICAÇÃO PINCEL QUADRO BRANCO	2154	Und.	2,19	4.717,26	Não	Não
91	392220	REFIL TINTA, MATERIAL TINTA, COR AZUL, CAPACIDADE 5,50, APLICAÇÃO PINCEL QUADRO BRANCO	1961	Und.	2,19	4.294,59	Não	Não
92	400311	REFIL TINTA, MATERIAL TINTA, COR VERDE, CAPACIDADE 5,50, APLICAÇÃO PINCEL QUADRO BRANCO	802	Und.	1,99	1.595,98	Não	Não
93	392222	REFIL TINTA, MATERIAL TINTA, COR VERMELHO, CAPACIDADE 5,50, APLICAÇÃO PINCEL QUADRO BRANCO	1185	Und.	2,19	2.595,15	Não	Não
94	341664	TINTA, COMPONENTE BÁSICO ÓLEO E CORANTE LÍQUIDO, COR PRETA, APLICAÇÃO NUMERADOR-DATADOR AUTOMÁTICO	73	Frasco 40ml	4,50	328,50	Não	Não
95	150374	CESTO LIXO, NOME CESTO LIXO CESTO EM PVC, CAPACIDADE 14 LITROS, NA COR PRETA, FUNDO EM ALUMINIO E PERFIL DE BORRACHA PARA ACABAMENTO.SIMILAR ATRPLAN OU MELHOR QUALIDADE	1156	Und.	43,50	50.286,00	Não	Não
96	965	PAPEL, NOME PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO DE 50 METROS (LAMINADO DE PVC AUTO ADESIVO, PROTEGIDO NO VERSO POR PAPEL SILICONADO)	211	Rolo	60,00	12.660,00	Não	Não
97	965	PAPEL, NOME PAPEL CONTACT VERMELHO ROLO DE 50 METROS (LAMINADO DE PVC AUTO ADESIVO, PROTEGIDO NO VERSO POR PAPEL SILICONADO)	54	Rolo	60,00	3.240,00	Não	Não
98	396399	FITA ADESIVA, MATERIAL ESPUMA ACRÍLICA, TIPO DUPLA FACE, LARGURA 19, COMPRIMENTO 10, ESPESSURA 1,50, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALTA RESISTÊNCIA	807	Rolo 10m	24,50	19.771,50	Não	Não

99	385112	MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL, MATERIAL FIBRA DE POLIÉSTER, TIPO FIXAÇÃO TIRA ELÁSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GRAMPO AJUSTE NASAL EM ALUMÍNIO	583	PCT 100 und.	7,80	4.547,40	Não	Não
100	351497	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO CANO MÍNIMO 80	1906	Cx. 100 und.	11,94	22.757,64	Não	Não
TOTAL			457.577			574.761,50		
TOTAL SUSTENTÁVEIS - EDITAL			0			0,00		
TOTAL SUSTENTÁVEIS - CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			345.527			0,00		

Material de consumo - RU - Processo 028659/2012 – PE 51/12								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust.	Item Sust. Edital
1	150817	ESCOVÃO DE PIAÇAVA	30	Und.	2,83	84,90	Não	Não
2	150817	ESCOVINHA C/ CERDAS DE NYLON E CABO PLÁSTICO	30	Und.	1,64	49,20	Não	Não
3	137057	ESPONJA DUPLA FACE - PACT. C/ 3 UNID.	1320	Pct.	0,78	1.029,60	Não	Não
4	137057	FLANELA AMARELA (40 x 60 cm)	60	Und.	0,98	58,80	Não	Não
5	3271	FÓSFORO, NOME FOSFORO	120	pact.	1,65	198,00	Não	Não
6	54976	LÃ DE AÇO, abrasividade mínima (pact. c/ 8 unid)	1200	Pct.	0,74	888,00	Não	Não
7	125016	LUVA DE BORRACHA P/ LIMPEZA PESADA	720	Par	1,90	1.368,00	Não	Não
8	331523	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR AÇO INOX, MATERIAL CABO AÇO INOX, COMPRIMENTO CABO 18 CM, COMPRIMENTO 20 CM, LARGURA 16 CM, APLICAÇÃO COZINHA	0	Und.	2,50	0,00	Não	Não
9	241726	PALHA AÇO, MATERIAL AÇO CARBONO, ABRASIVIDADE ALTA, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL	360	Und.	0,68	244,80	Não	Não
10	304925	PALHA AÇO, MATERIAL AÇO CARBONO, ABRASIVIDADE MÉDIA, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS Nº 1	120	Und.	0,68	81,60	Não	Não
11	226959	PANO LIMPEZA, MATERIAL 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO 67 CM, LARGURA 47 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTAMPADO CORES COM BAINHA	270	Und.	1,60	432,00	Não	Não
12	137057	PANO DESCARTÁVEL DE LIMPEZA-ROLO COM 300 METROS- 45 GRAMAS-MULTIUSO-COM 600 PANOS DE 50CM. POR 33CM.	12	Rolo	205,00	2.460,00	Não	Não
13	137057	PANO DE PRATO BRANCO, LAVÁVEL, DURÁVEL, ABSORVENTE 60 X 40 CM - 1ª QUALIDADE	150	Und.	1,70	255,00	Não	Não
14	232390	VASSOURINHA, MATERIAL CERDA PIAÇAVA, MATERIAL CABO MADEIRA, FORMATO CORPO CILÍNDRICO	200	Und.	2,60	520,00	Não	Não

15	278323	VASSOURINHA, MATERIAL CERDA NÁILON, MATERIAL CABO PLÁSTICO, APLICAÇÃO LIMPEZA SANITÁRIO	50	Und.	1,85	92,50	Não	Não
16	28673	BANDEJA DE PAPELÃO LAMINADO REDONDA C/ 48 CM DIÂMETRO	10	Und.	1,80	18,00	Não	Não
17	28673	BANDEJA DE PAPELÃO LAMINADO RETANGULAR C/ 27,5 x 33,5 CM	20	Und.	1,00	20,00	Não	Não
18	28673	BANDEJA DE PAPELÃO LAMINADO RETANGULAR C/ 33 x 40 CM	20	Und.	1,50	30,00	Não	Não
19	28673	BANDEJA DE PAPELÃO LAMINADO RETANGULAR C/ 38 x 47 CM	20	Und.	1,50	30,00	Não	Não
20	28789	CANUDINHO FLEXIVEL - PACTE C/ 100 UNID.	0	Pct. (100)	1,50	0,00	Não	Não
21	231926	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIESTIRENO, CAPACIDADE 100 ML, APLICAÇÃO SOBREMESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TAMPA	550	Pct. (100)	5,25	2.887,50	Não	Não
22	232730	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 100 ML	0	Pct. (100)	2,29	0,00	Não	Não
23	226343	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIESTIRENO, CAPACIDADE 180 ML, APLICAÇÃO ÁGUA/ SUCO E REFRIGERENTE	19200	Pct. (100)	1,63	31.296,00	Não	Não
24	28061	EMBALAGEM P/ SOBREMESA em polietileno transparente - redonda c/ tampa c/ 8 cm de diâmetro	12000	Und.	0,16	1.920,00	Não	Não
25	28363	FILTRO DE PAPEL DESCARTÁVEL P/ CAFÉ Nº 103 (caixa x/ 40 unid.)	0	Cxa	1,80	0,00	Não	Não
26	27332	GUARDANAPO DESCARTÁVEL (PACT. C/ 500 fls)	7200	Pct	1,95	14.040,00	Não	Não
27	252642	PAPEL ALUMÍNIO, MATERIAL ALUMÍNIO, COMPRIMENTO 100 M, LARGURA 30 CM, APRESENTAÇÃO ROLO, APLICAÇÃO USO DOMÉSTICO	0	Rolo 100 m	12,00	0,00	Não	Não
28	221390	PAPEL ALUMÍNIO, MATERIAL ALUMÍNIO, COMPRIMENTO 7,50 M, LARGURA 30 CM, APRESENTAÇÃO ROLO	0	Rolo 7,5m	1,40	0,00	Não	Não
29	411281	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL 100% FIBRA CELULOSE VIRGEM, TIPO FOLHA 3 DOBRAS, COMPRIMENTO 27 CM, LARGURA 23 CM, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GRAMATURA: 36 G/M2; ALTO NÍVEL DE ABSORVEÇÃO, APLICAÇÃO HIGIENE PESSOAL	1800	Pct 1000 fl	6,90	12.420,00	Não	Não
30	150279	PRATO DESCARTÁVEL FUNDO - TAM. 15 CM DIÂMETRO (PACT. C/ 10 UNID.)	150	Pct 10 und.	0,45	67,50	Não	Não
31	150279	PRATO DESCARTÁVEL RASO - TAM. 15 CM DIÂMETRO (PACT. C/ 10 UNID.)	150	Pct 10 und.	0,39	58,50	Não	Não
32	150279	PRATO DESCARTÁVEL RASO - TAM. 18 CM DIÂMETRO (PACT. C/ 10 UNID.)	300	Pct 10 und.	0,55	165,00	Não	Não
33	150279	PRATO DESCARTÁVEL RASO - TAM. 21 CM DIÂMETRO (PACT. C/ 10 UNID.)	300	Pct 10 und.	0,68	204,00	Não	Não
34	247444	SUPORTE FILTRO CAFÉ, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO TRADICIONAL, COR MARROM, TAMANHO REFERÊNCIA Nº 103, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CORTA-PINGOS	0	Und.	4,50	0,00	Não	Não
35	28550	TALHER DESCARTÁVEL DE MESA REFORÇADO NA COR CINZA - GARFO (PACT. C/ 1000 UNID.)	10	Pct 1000 und.	60,00	600,00	Não	Não
36	28541	TALHER DESCARTÁVEL DE MESA REFORÇADO NA COR CINZA - COLHER (PACT. C/ 1000 UNID.)	5	Pct 1000 und.	33,00	165,00	Não	Não
37	28568	TALHER DESCARTÁVEL DE MESA REFORÇADO NA COR CINZA - FACA (PACT. C/ 1000 UNID.)	5	Pct 1000 und.	60,00	300,00	Não	Não
38	297672	DEDEIRA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO Nº 4	60	Pct 100 und.	13,00	780,00	Não	Não
39	125016	LUVA DESCARTÁVEL EM PVC PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS (PACTE C/ 100 UNID)	1200	Pct 100 und.	1,80	2.160,00	Não	Não
40	385112	MÁSCARA DESCARTÁVEL USO GERAL, MATERIAL FIBRA DE POLIÉSTER, TIPO FIXAÇÃO TIRA ELÁSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GRAMPO AJUSTE NASAL EM ALUMÍNIO	1440	Pct 100 und.	7,90	11.376,00	Não	Não

41	369561	TOUCA, TIPO DESCARTÁVEL, MATERIAL TNT, COR BRANCA, APLICAÇÃO COZINHA INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMANHO ÚNICO COM ELÁSTICO	480	Caixa 100 und.	6,50	3.120,00	Não	Não
42	299605	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO VARIA DE 2 A 2,50%, COR INCOLOR, APLICAÇÃO LAVAGEM EALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS	960	Litro	1,00	960,00	Não	Não
43	128953	ÁLCOOL À 70°C - LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO (LÍQUIDO)	1620	Litro	4,00	6.480,00	Não	Não
44	128953	ÁLCOOL GEL SANITIZANTE P/ LAVAGEM DE MÃOS e SUPERFÍCIES DIVERSAS CONTENDO GLICERINA, NEUTRALIZANTE E ANTIOXIDANTE (BHT)- embal. 500 ml. Com registro no	650	Garrafa	3,40	2.210,00	Não	Não
45	66893	DESINCRUSTANTE, DENGRAXANTE E DESENGORDURANTE PARA FORNOS, CHAPAS E FOGÕES. Composto de tensoativos e hidróxidos de metais alcalino-terrosos. pH alcalino (13 a 14) e densidade 1,2 g/mL. Bombonas c/ 5 litros e registro em órgão competente.	360	Litro	6,00	2.160,00	Não	Não
46	66893	DESENGRAXANTE SINTÉTICO UNIVERSAL POLIVALENTE. Composto de tensoativos iônicos e não iônicos, hidróxido de sódio e potássio. Solventes sintéticos oxitilenados inibidores de corrosão. pH alcalino (9-12) e densidade 0,98 a 1,06g/mL. Bombonas c/ 5 litros e registro em órgão competente.	360	Litro	6,00	2.160,00	Não	Não
47	128953	DESINCROSTANTE ORTOFOSFÓRICO (utilizado p/ remoção de incrustações ferruginosas, silicosas e calcárias em equipamentos como máq. de lavar utensílios), Bombona c/ 5 Litros e c/ registro no órgão competente. pH de 0 a 2 % e densidade de 1,2 a 1,3 g/L.T	145	Litro	9,00	1.305,00	Não	Não
48	128953	DESINFETANTE-GERMICIDA ANTI-SEPTICO A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO. pH NEUTRO (6,5 A 7,5). BOMBONA C/ 5 litros e registro em órgão competente.	360	Litro	6,50	2.340,00	Não	Não
49	128953	DETERGENTE CLORADO À BASE DE NAOH PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DE CONTATO (PISO, PAREDES, EQUIPAMENTOS ETC.)- Com registro no órgão competente. Embalagem	360	Litro	4,00	1.440,00	Não	Não
50	128953	DETERGENTE LÍQUIDO BIODEGRADÁVEL NEUTRO, contendo linear alquil sulfatos de alcanolaminas, dietanolamida de ácido graxo de óleo de côco natural, sequestrantes a base de fosfanatos e emulsionantes (500ml.)	1850	Und.	0,80	1.480,00	Não	Sim
51	128953	DETERGENTE LÍQUIDO DE ALTA ALCALINIDADE , INODOR, PARA LIMPEZA DE UTENSÍLIOS DE ALUMÍNIO contendo tensoativos catiônicos fluorados, ácido ortofosfórico e inibidores de corrosão, isento de ácido muriático ou clorídrico(gf c/ 500 mL). Com registro no órgão competente.	2400	Und.	1,00	2.400,00	Não	Não
52	128953	LIMPADOR A BASE DE ÁCIDOS PIROFOSFÓRICO E FOSFÔNICO PARA LIMPEZA DE PEDRAS E METAIS . Ph ácido (1 a 2,2) e densidade 1,10 a 1,16 g/mL. BOMBONA C/ 5 LITROS e registro no órgão competente.	240	Und.	6,00	1.440,00	Não	Não
53	102407	SABONETE BACTERICIDA P/ ASSEPSIA DAS MÃOS. Contendo triclosan, linear alquil sulfonato de dietanolamina, glicerina alcalonamida de ácido graxo de coco. Com registro no órgão competente.	0	Litro	5,00	0,00	Não	Não
54	112011	SANITIZANTE À BASE DE BIGUANIDA POLIMÉRICA. EMBALAGEM COM 5 LT. Com registro no órgão competente. pH (puro): 6,0 - 8,0; densidade (25°C) : 0,99 a 1,03 g/ml	180	Litro	20,00	3.600,00	Não	Não

55	112011	SANITIZANTE DE VEGETAIS BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO À 1%. EMBALAGEM COM 5 LT - pH : 6,0 - 8,0; TEOR DE CLORO ATIVO (% c12) : 6,0 % mínimo	240	Litro	8,00	1.920,00	Não	Não
56	66893	DESENGRAXANTE ALCALINO EM PÓ GRANULADO, contendo hidróxido de sódio e potássio, silicatos e carbonatos inorgânicos. - EMBALAGEM C/ APROX. 300 g	0	Pote (300g)	3,00	0,00	Não	Não
57	112011	DETERGENTE EM PÓ (cx c/ 500g). Com notificação no MS/ANVISA	2400	Caixa 500g	1,80	4.320,00	Não	Não
58	128953	LIMPA INOX, COM MÉDIA ALCALINIDADE/INODOR a base de ácido pirofosfórico, cítrico e bórico, monilfenoletoxilato, glicóis, inibidores de corrosão. EMBALAGEM c/ 500 ml. Com registro no órgão competente.	440	Garrafa 500 ml	1,80	792,00	Não	Não
68	150725	EMBALAGEM PLÁSTICA P/ 5 KG DE ALIMENTOS (30 X 40 cm) - BOBINA C/ 1000 unid.	2	Bobina	20,00	40,00	Não	Não
69	120804	FILME PVC (BOBINA C/ 28 cm x 300 metros)	50	Bobina	17,00	850,00	Não	Não
70	150725	MARMITEX c/ 3 DIVISÓRIAS (Alumínio 60) C/ TAMPALUMÍNIZADA	60000	Und.	0,49	29.400,00	Não	Não
71	150725	MARMITEX EM POLIESTIRENO ESTENDIDO C/ TAMPALUMÍNIZADA E 3 DIVISÓRIAS. Dimensões aprox. 5 x 21 x 16 cm. Capac. 900 ml	0	Und.	0,70	0,00	Não	Não
72	150725	MARMITEX EM POLIESTIRENO ESTENDIDO C/ TAMPALUMÍNIZADA E 3 DIVISÓRIAS. Dimensões aprox. 5,2 x 27,5 x 21,5 cm. Capac. 1.200 ml	0	Und.	1,17	0,00	Não	Não
73	150725	MARMITEX REDONDA EM POLIESTIRENO ESTENDIDO C/ TAMPALUMÍNIZADA. Dimensões aprox. 5,6 x 11,8 cm. Capac. 300 ml	50	Und.	0,18	9,00	Não	Não
74	267605	SACO, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO USO GERAL, COR TRANSPARENTE, CAPACIDADE 60 L, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS	0	Und.	0,60	0,00	Não	Não
75	150725	SACO P/ FAROFA - capac. 250 g	60	Milheiro	7,05	423,00	Não	Não
76	150725	SACO P/ LANCHE 17 x 17 cm	60	Milheiro	8,20	492,00	Não	Não
77	150725	SACO P/ LIXO (100LT.) - PACT C/ 5 UNID.	640	Pct 5 und.	2,14	1.369,60	Não	Não
78	150725	SACO P/ LIXO (200LT.) - PACT C/ 5 UNID.	2800	Pct 5 und.	3,07	8.596,00	Não	Não
79	150725	SACO PLÁST. TRANSP. P/ ALIMENTOS, CAPAC. 2 KG	0	Cento	3,00	0,00	Não	Não
80	150725	SACO PLÁSTICO COM ZIPPER E ESPAÇO PRÓPRIO PARA IDENTIFICAR CONTEÚDO, DIMENSÕES APROX. 18 X 23 CM (PARA COLETA DE AMOSTRA) - caixa c/ 15 unid	215	Caixa 15 und.	5,89	1.266,35	Não	Não
81	150725	SACOLA P/ MARMITEX BRANCA - capac. 5 kg (30 x 45 cm)	60	Milheiro	27,00	1.620,00	Não	Não
82	112011	DETERGENTE CLORADO LÍQUIDO P/ DESINFECÇÃO DE LOUÇAS EM MÁQUINA AUTOMÁTICA C/ DOSADOR (dosador em regime de comodato). Contendo hidróxido de sódio e potássio, linear alquil sulfonato de dietanolamina, antioxidante, inibidor corrosivo e veículo aquoso deionizado. Com registro no órgão competente.	2400	Litro	6,20	14.880,00	Não	Não

83	112011	PRODUTO P/ SECAGEM DE LOUÇAS EM MÁQUINA AUTOMÁTICA. Contendo agentes tensoativos etoxilados e propoxidados, incolor, isopropanol, baixíssimo teor de espumação, agente anti-irritante e abrillantador. Embalagem c/ 5 litros. Com registro no órgão competente. (dosador em regime de comodato).	1200	Litro	7,22	8.664,00	Não	Não
TOTAL			129.664			192.036,85		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL			1.850			1.480,00		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			27.910			0,00		

Toner - Processo 044963/2012 – PE 28/13								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust.	Item Sust. Edital
1	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LEXMARK E 230 / 232 - 2.500 PÁGINAS - 24018SL	14	Und.	50,00	700,00	Não	Não
2	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LEXMARK E 330 - 6.000 PÁGINAS - 34018HL	10	Und.	50,00	500,00	Não	Não
3	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LEXMARK E 340 - 6.000 PÁGINAS - 34018HL	113	Und.	50,00	5.650,00	Não	Não
4	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LEXMARK E120N 2.000 CÓPIAS - 12018SL	137	Und.	54,00	7.398,00	Não	Não
5	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LEXMARK X 215 - 3.200 PÁGINAS - 18S0090	5	Und.	295,00	1.475,00	Não	Não
6	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LEXMARK T640/T642 21.000 COPIAS - 64018HL	4	Und.	690,00	2.760,00	Não	Não
7	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LEXMARK T650 25.000 COPIAS - T650H11L	43	Und.	470,00	20.210,00	Não	Não
12	139343	TONER PARA IMPRESSORA TONER PARA IMPRESSORA LEXMARK C510 CYAN TONER CARTRIDGE 3000 PÁGINAS - 20K0500	4	Und.	333,07	1.332,28	Não	Não
13	139343	TONER PARA IMPRESSORA LEXMARK C510 MAGENTA TONER CARTRIDGE 3000 PÁGINAS - 20K0501	4	Und.	370,76	1.483,04	Não	Não
14	139343	TONER PARA IMPRESSORA LEXMARK C510 YELLOW TONER CARTRIDGE 3000 PÁGINAS - 20K0502	4	Und.	370,76	1.483,04	Não	Não
15	139343	TONER PARA IMPRESSORA LEXMARK C510 BLACK TONER CARTRIDGE 5000 PÁGINAS - 20K0503	4	Und.	327,71	1.310,84	Não	Não
16	139343	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA LASER MONO - HP P1606DN - 2100 PÁGINAS - CE278A	276	Und.	26,13	7.211,88	Não	Não
17	139343	TONER P / IMPRESSORA HP LASER 1010 / 1012 / 1015 / 1018 / 1020 / 1022 / 3015 / 3020 / 3050 / 3055 / M1005 2.000 PÁGINAS - Q2612A	819	Und.	28,43	23.284,17	Não	Não
18	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET P1005 - 1.500 PÁGINAS - CB435A	260	Und.	29,16	7.581,60	Não	Não
19	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET M1120 / P1505 2.000 PÁGINAS - CB436A	656	Und.	29,20	19.155,20	Não	Não
20	139343	TONER P / IMPRESSORA HP LASERJET 1000 / 1200 / 3300 - 3.500 PÁGINAS - C7115X	43	Und.	167,45	7.200,35	Não	Não
21	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 1300 - 4.000 PÁGINAS - Q2613X	24	Und.	224,04	5.376,96	Não	Não
22	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 1320 - 6.000 PÁGINAS - Q5949X	38	Und.	327,94	12.461,72	Não	Não
23	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 1160 / 1160N 2.500 PAGINAS - Q5949A	52	Und.	186,34	9.689,68	Não	Não

24	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 2015 / 2015N 7.000 PAGINAS - Q7553X	25	Und.	336,12	8.403,00	Não	Não
25	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LASERJET HP 4515 10.000 PÁGINAS - CC364A	90	Und.	349,90	31.491,00	Não	Não
26	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASER - 1102W 1600 PÁGINAS - CE285A	456	Und.	139,10	63.429,60	Não	Não
27	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP P3015 12500 PÁGINAS - CE255X	62	Und.	381,00	23.622,00	Não	Não
28	139343	TONER P / IMPRESSORA HP LASERJET 2550 / 2500 / 2820 - PRETO - 5.000 PÁGINAS	30	Und.	185,00	5.550,00	Não	Não
29	139343	TONER P / IMPRESSORA HP LASERJET 2550 / 2500 / 2820 - CIANO - 4.000 PÁGINAS - Q3961A	30	Und.	185,00	5.550,00	Não	Não
30	139343	TONER P / IMPRESSORA HP LASERJET 2550 / 2500 / 2820 - MAGENTA - 4.000 PÁGINAS - Q3963A	30	Und.	185,00	5.550,00	Não	Não
31	139343	TONER P / IMPRESSORA HP LASERJET 2550 / 2500 / 2820 - AMARELO - 4.000 PÁGINAS - Q3962A	30	Und.	185,00	5.550,00	Não	Não
32	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 2600N - PRETO - 2.500 PÁGINAS - Q6000A	126	Und.	149,00	18.774,00	Não	Não
33	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 2600N - CIANO - 2.000 PÁGINAS - Q6001A	111	Und.	149,00	16.539,00	Não	Não
34	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 2600N - MAGENTA - 2.000 PÁGINAS - Q6003A	121	Und.	149,00	18.029,00	Não	Não
35	139343	REDE INFORMÁTICA - PEÇA / ACESSÓRIO, NOME REDE INFORMÁTICA - PEÇA / ACESSÓRIO - CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 2600N - AMARELO - 2.000 PÁGINAS - Q6002A	111	Und.	149,10	16.550,10	Não	Não
36	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 5550 / 5550 DTN - PRETO 13.000 PÁGINAS - C9730A	4	Und.	427,19	1.708,76	Não	Não
37	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 5550 / 5550 DTN - CIANO - 12.000 PÁGINAS - C9731A	3	Und.	568,05	1.704,15	Não	Não
38	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 5550 / 5550 DTN - MAGENTA - 12.000 PÁGINAS C9733A	4	Und.	568,05	2.272,20	Não	Não
39	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET 5550 / 5550 DTN - AMARELO - 12.000 PÁGINAS C9732A	3	Und.	508,05	1.524,15	Não	Não
40	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LASERJET HP 2020/2025 / CM2320NF - PRETO 3.500 PÁGINAS CC530A	114	Und.	218,50	24.909,00	Não	Não
41	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LASERJET HP 2020/2025 / CM2320NF - CIANO 2.800 PÁGINAS CC531A	74	Und.	179,63	13.292,62	Não	Não
42	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LASERJET HP 2020/2025 / CM2320NF - MAGENTA 2.800 PÁGINAS CC533A	72	Und.	179,63	12.933,36	Não	Não
43	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LASERJET HP 2020/2025 / CM2320NF - AMARELO 2.800 PÁGINAS CC532A	68	Und.	179,63	12.214,84	Não	Não
44	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LASERJET HP CP1215N / CP1515N - PRETO 2200 PÁGINAS CB540A	274	Und.	160,30	43.922,20	Não	Não
45	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LASERJET HP CP1215N / CP1515N - CIANO 1400 PÁGINAS CB541A	240	Und.	146,51	35.162,40	Não	Não
46	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LASERJET HP CP1215N / CP1515N - MAGENTA - 1400 PÁGINAS CB543A	238	Und.	146,51	34.869,38	Não	Não

47	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA LASERJET HP CP1215N / CP1515N - AMARELO - 1400 PÁGINAS CB542A	240	Und.	146,51	35.162,40	Não	Não
48	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP CP 3525 - PRETO 7000 PÁGINAS CE250A	30	Und.	382,98	11.489,40	Não	Não
49	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP CP 3525 - CIANO 7000 PÁGINAS CE251A	14	Und.	390,44	5.466,16	Não	Não
50	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP CP 3525 - AMARELO 7000 PÁGINAS CE252A	14	Und.	390,44	5.466,16	Não	Não
51	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP CP 3525 - MAGENTA 7000 PÁGINAS CE253A	15	Und.	390,44	5.856,60	Não	Não
52	139343	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO CP 1025 - 1200 PÁGINAS - PRETO CE310A	36	Und.	104,34	3.756,24	Não	Não
53	139343	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO CP 1025 - 1000 PÁGINAS - CIANO CE311A	35	Und.	112,72	3.945,20	Não	Não
54	139343	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO CP 1025 - 1000 PÁGINAS - AMARELO CE312A	35	Und.	112,72	3.945,20	Não	Não
55	139343	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO CP 1025 - 1000 PÁGINAS - MAGENTA CE313A	35	Und.	112,72	3.945,20	Não	Não
56	139343	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET CP 1525 NW - 1000 PÁGINAS - PRETO CE320A	40	Und.	139,03	5.561,20	Não	Não
57	139343	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET CP 1525 NW - 1000 PÁGINAS - CIANO CE321A	37	Und.	132,01	4.884,37	Não	Não
58	139343	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET CP 1525 NW - 1000 PÁGINAS - AMARELO CE321A	34	Und.	132,01	4.488,34	Não	Não
59	139343	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET CP 1525 NW - 1000 PÁGINAS - MAGENTA CE321A	34	Und.	132,01	4.488,34	Não	Não
60	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA OKIDATA C5500 / C5800 PRETO - 5.000 PÁGINAS 43324404	3	Und.	359,00	1.077,00	Não	Não
61	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA OKIDATA C5500 / C5800 AMARELO 5.000 PÁGINAS 43324401	3	Und.	370,00	1.110,00	Não	Não
62	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA OKIDATA C5500 / C5800 CIANO 5.000 PÁGINAS 43324403	6	Und.	380,00	2.280,00	Não	Não
63	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA OKIDATA C5500 / C5800 MAGENTA 5.000 PÁGINAS 43324402	3	Und.	390,00	1.170,00	Não	Não
68	139343	TONER / IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL SAMSUNG SCX 4200 - 3.000 PÁGINAS SCX-D4200A	41	Und.	67,00	2.747,00	Não	Não
69	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG ML-1610 - 2.000 PÁGINAS ML-1610/D2	10	Und.	64,00	640,00	Não	Não
70	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG ML-2010 - 3.000 PÁGINAS ML-2010D3	2	Und.	64,00	128,00	Não	Não
71	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG ML-3051 -4.000 PÁGINAS ML-D3050B/SEE	139	Und.	70,00	9.730,00	Não	Não
72	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG ML-3470/3471 -10.000 PÁGINAS ML-D3470B	194	Und.	69,00	13.386,00	Não	Não
73	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG SCX-4521 -3.000 PÁGINAS SCX-4521D3	15	Und.	129,00	1.935,00	Não	Não
74	139343	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONO SAMSUNG SCX-4833FD MLT-D205L	888	Und.	158,90	141.103,20	Não	Não
75	139343	CARTUCHO DE TONER SAMSUNG SCX 4600 1500 PÁGINAS MLT-D105S	92	Und.	129,00	11.868,00	Não	Não
76	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG CLX 3170FN PRETO CLT-K409S	9	Und.	100,00	900,00	Não	Não
77	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG CLX 3170FN CIANO CLT-C409S	6	Und.	100,00	600,00	Não	Não
78	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG CLX 3170FN AMARELO CLT-Y409S	6	Und.	100,00	600,00	Não	Não
79	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG CLX 3170FN - MAGENTA	6	Und.	100,00	600,00	Não	Não
84	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA XEROX PHASER 3200 3000 PAGINAS 113R00730	17	Und.	72,00	1.224,00	Não	Não
85	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA XEROX PHASER 3125 3000 PAGINAS 106R01159	11	Und.	85,00	935,00	Não	Não
86	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA XEROX PHASER 3250DN 5.000 PÁGINAS 106R01374	946	Und.	71,00	67.166,00	Não	Não
87	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA XEROX M-4118 8.000 PÁGINAS 006R01278	32	Und.	230,00	7.360,00	Não	Não

88	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA XEROX PHASER 3100 MFP/X 4000 PAGINAS 106R01379	165	Und.	248,00	40.920,00	Não	Não
90	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA XEROX 4110 006R01237	20	Und.	429,00	8.580,00	Não	Não
91	139343	TONER P/ XEROX DOCH TECH REF 6R75206 6R75206	20	Und.	744,99	14.899,80	Não	Não
96	139343	TONER PARA IMPRESSORA XEROX PHASER 6500 -PRETO - 3000 PÁGINAS 106R01604	79	Und.	300,00	23.700,00	Não	Não
97	139343	TONER PARA IMPRESSORA XEROX PHASER 6500 - CIANO - 2500 PÁGINAS 106R01601	66	Und.	270,00	17.820,00	Não	Não
98	139343	TONER PARA IMPRESSORA XEROX PHASER 6500 - MAGENTA - 2500 PÁGINAS 106R01602	64	Und.	270,00	17.280,00	Não	Não
99	139343	TONER PARA IMPRESSORA XEROX PHASER 6500 - AMARELO - 2500 PÁGINAS 106R01603	68	Und.	275,00	18.700,00	Não	Não
100	139343	TONER PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 8080 DN PRETA - 8000 PÁGINAS TN650	5	Und.	206,00	1.030,00	Não	Não
101	139343	TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 9010 CN - PRETO - 2200 PÁGINAS TN-210BK	25	Und.	150,00	3.750,00	Não	Não
102	139343	TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 9010 CN - CIANO - 1400 PÁGINAS TN-210C	5	Und.	145,50	727,50	Não	Não
103	139343	TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 9010 CN - AMARELO - 1400 PÁGINAS TN-210Y	5	Und.	145,50	727,50	Não	Não
104	139343	TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 9010 CN - MAGENTA - 1400 PÁGINAS TN-210M	5	Und.	139,80	699,00	Não	Não
105	139343	LEXMARK C510 FOTO REVELADOR 20K0504	3	Und.	1350,00	4.050,00	Não	Não
106	139343	LEXMARK E330 - KIT FOTOCONDUTOR 12A8302	3	Und.	290,00	870,00	Não	Não
107	139343	TAMBOR P/ IMPRESSORA XEROX M4118 20.000 PÁGINAS	18	Und.	525,00	9.450,00	Não	Não
108	139343	KIT PHOTOCONDUCTOR P/ IMPRESSORA LEXMARK E120N (12026XW)	5	Und.	190,00	950,00	Não	Não
109	139343	TAMBOR DE TRANSFERÊNCIA DE IMAGENS P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP COLOR LASER 2820 REF. Q3964A	4	Und.	825,00	3.300,00	Não	Não
112	139343	FITA P/ IMPRESSORA EPSON FX 2190	30	Und.	14,90	447,00	Não	Não
113	139343	FITA P/ IMPRESSORA EPSON LQ 570/LX300	5	Und.	5,90	29,50	Não	Não
115	139343	FITA P/ IMPRESSORA BEMATECH MP 20CI EM FIBRA DE NYLON, MODELO DP600 OU IR61	102	Und.	7,49	763,98	Não	Não
116	139343	DISCO DE CD-R VIRGEM CAPACIDADE 700 MB - 80 MINUTOS - VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 1-52X - C/ ESTOJO EM ACRÍLICO 140X123X10MM E ENCARTE	3363	Und.	1,49	5.010,87	Não	Não
117	139343	DISCO DE CD-RW - REGRAVÁVEL 700MB - 80 MINUTOS - VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 1-24X - S C/ ESTOJO EM ACRÍLICO 140X123X10MM E ENCARTE	3512	Und.	3,40	11.940,80	Não	Não
118	139343	DISCO DE DVD-R VIRGEM COM CAPACIDADE DE 4.7 GB - 120 MINUTOS - VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 8X - C/ ESTOJO EM ACRÍLICO 140X123X10MM E ENCARTE	2299	Und.	1,88	4.322,12	Não	Não
119	139343	DISCO DE DVD RW VIRGEM REGRAVÁVELCOM CAPACIDADE DE 4.7 GB - 120 MINUTOS - VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 8X - C/ ESTOJO EM ACRÍLICO 140X123X10MM E ENCARTE	2410	Und.	3,70	8.917,00	Não	Não
120	139343	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA/COPIADORA SHARP AL 1642/1645 CS AL-100DR	13	Und.	344,95	4.484,35	Não	Não
121	139343	TONER P/ IMPRE HP LASERJET PRO 400 COLOR MFP M475DN PRETO 4000 PÁGINAS CE410X	37	Und.	217,43	8.044,91	Não	Não
122	139343	TONER P/ IMPRE HP LASERJET PRO 400 COLOR MFP M475DN - CIANO 2600 PÁGINAS CE411A	22	Und.	243,79	5.363,38	Não	Não
123	139343	TONER P/ IMPRE HP LASERJET PRO 400 COLOR MFP M475DN - AMARELO 2600 PÁGINAS CE412A	22	Und.	243,79	5.363,38	Não	Não
124	139343	TONER P/ IMPRE HP LASERJET PRO 400 COLOR MFP M475DN - MAGENTA 2600 PÁGINAS CE413A	22	Und.	243,79	5.363,38	Não	Não
125	139343	TONER P/ IMPRESSORA HP LASER COLOR M551 - PRETO 11000 PÁGINAS CE400X	25	Und.	299,20	7.480,00	Não	Não
126	139343	TONER P/ IMPRESSORA HP LASER COLOR M551 - CIANO 6000 PÁGINAS CE401A	20	Und.	319,44	6.388,80	Não	Não

127	139343	TONER P/ IMPRESSORA HP LASER COLOR M551 - AMARELO 6000 PÁGINAS CE402A	21	Und.	319,44	6.708,24	Não	Não
128	139343	TONER P/ IMPRESSORA HP LASER COLOR M551 - MAGENTA 6000 PÁGINAS CE403A	22	Und.	319,44	7.027,68	Não	Não
129	139343	TONER P IMPRESSORA HP LASER P2035 / P2055 / P2055DN 2300 PÁGINAS CE505A	285	Und.	52,00	14.820,00	Não	Não
130	139343	TONER P/ IMPRESSORA HP LASERJET P4010 /P4015 / P4510 10000 PÁGINAS CC3644	12	Und.	130,00	1.560,00	Não	Não
131	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3175N - PRETO K409	14	Und.	105,00	1.470,00	Não	Não
132	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3175N - CIANO C409	12	Und.	105,00	1.260,00	Não	Não
133	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3175N - AMARELO Y409	12	Und.	105,00	1.260,00	Não	Não
134	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3175N - MAGENTA M409	12	Und.	105,00	1.260,00	Não	Não
135	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3185N - PRETO K407	8	Und.	105,00	840,00	Não	Não
136	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3185N - CIANO C407	8	Und.	105,00	840,00	Não	Não
137	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3185N - AMARELO Y407	8	Und.	105,00	840,00	Não	Não
138	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET CLX-3185N - MAGENTA M407	8	Und.	105,00	840,00	Não	Não
139	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET SCX-3200 MLT-D104S	50	Und.	149,00	7.450,00	Não	Não
140	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET ML-3750ND ML-D3050B	315	Und.	270,00	85.050,00	Não	Não
141	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET SCX-4729 FD MLT-D103L	500	Und.	139,00	69.500,00	Não	Não
142	139343	TONER P/ IMPRESSORA SAMSUNG LASERJET SCX-4216F SCX4216D3	5	Und.	199,00	995,00	Não	Não
TOTAL			21.588			1.347.922,72		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL			0			0,00		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			5.608			0,00		

Cartuchos - Processo 44964/2012 – PE 29/13								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust.	Item Sust. Edital
3	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS COLOR 777 - PRETO 420 PÁGINAS T017201	5	Und.	72,50	362,50	Não	Não
4	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS COLOR 777 - COLOR 300 PÁGINAS T018201	5	Und.	72,50	362,50	Não	Não
5	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS C67 / CX 4100 / CX4700 - PRETO TO63120	5	Und.	37,50	187,50	Não	Não
6	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS C67 / CX 4100 / CX4700 CIANO TO63220	3	Und.	36,50	109,50	Não	Não
7	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS C67 / CX 4100 / CX4700 MAGENTA T063320	3	Und.	36,50	109,50	Não	Não

8	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS C67 / CX 4100 / CX4700 AMARELO T063420	18	Und.	36,50	657,00	Não	Não
9	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS CX 4900 C73 PRETO 350 PAGINAS T073120	30	Und.	32,50	975,00	Não	Não
10	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS CX 4900 C73 CIANO - 350 PAGINAS T073220	12	Und.	36,90	442,80	Não	Não
11	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS CX 4900 C73 MAGENTA - 350 PAGINAS T073320	13	Und.	37,50	487,50	Não	Não
12	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS CX 4900 C73 AMARELO - 350 PAGINAS T073420	12	Und.	37,50	450,00	Não	Não
13	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS CX 5600 PRETO 350 PAGINAS T090120	34	Und.	27,50	935,00	Não	Não
14	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS CX 5600 CIANO - 350 PAGINAS T073220	19	Und.	37,50	712,50	Não	Não
15	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS CX 5600 MAGENTA - 350 PAGINAS T073320	19	Und.	37,50	712,50	Não	Não
16	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA EPSON STYLUS CX 5600 AMARELO - 350 PAGINAS T073420	19	Und.	37,50	712,50	Não	Não
17	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP 5550 / 5650 / PSC 1210 / PSC 1350 / C4255 / PSC 2175 C4200 - PRETO 520 PÁGINAS C6656AL	48	Und.	35,00	1.680,00	Não	Não
18	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP5550 / 5650 / PSC 1210 / PSC 1350 / C4255 / PSC 2175 C-4200 - COLOR 500 PÁGINAS C6657AL	44	Und.	70,00	3.080,00	Não	Não
19	139343	CARTUCHO DE TINTA P / IMPRESSORA HP 1315 / 3420 / 3535 / 3745 / 3845 / 3550 / 3650 / 3740 / 3745 - PRETO 280 PAGINAS C8727AL	113	Und.	35,00	3.955,00	Não	Não
20	139343	CARTUCHO DE TINTA P / IMPRESSORA HP 1315 / 3420 / 3535 / 3550 / 3745 / 3845 COLOR - 240 PAGINAS C8728AL	103	Und.	40,00	4.120,00	Não	Não
21	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP 1410/3920/D1360/D1560 /D2460/D2360/F380/ F4180 / J3680 / OFFICEJET 4355 - PRETO 190 PAGINAS C9351AL	482	Und.	35,00	16.870,00	Não	Não
22	139343	CARTUCHO DE TINTA P / IMPRESSORA HP 1410/3920 / D1360/D1560/D2360/D2460/F380/F4180 / J3680 / OFFICEJET 4355 - COLOR 165 PAGINAS C9352ALT	410	Und.	40,00	16.400,00	Não	Não
25	139343	CARTUCHO P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL C3180 / HP 1510 / C3100 PRETO 220 PAGINAS C9362WL	211	Und.	40,00	8.440,00	Não	Não
26	139343	CARTUCHO P/ IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL C3180 / HP1510 / C3100 - COLOR 230 PAGINAS C9361WL	171	Und.	40,00	6.840,00	Não	Não
27	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET J5780 / C4280 / C4480 / D 4260 - PRETO 200 PAGINAS CB335WL	270	Und.	35,00	9.450,00	Não	Não
28	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET J5780 / C4280 / C4480 / D 4260 - COLOR 170 PAGINAS CB337WL	264	Und.	40,00	10.560,00	Não	Não
29	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP C4180 / D4160 COLOR 230 PAGINAS C9361WL	14	Und.	40,00	560,00	Não	Não
30	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP 2610 / 6540 / 9800 PRETO 860 PAGINAS C8767WL	20	Und.	40,00	800,00	Não	Não

31	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP 2610 / /6540 / 9800 COLOR 580 PAGINAS C9363WL	26	Und.	40,00	1.040,00	Não	Não
32	139343	CARTUCHO DE TINTA P / IMPRESSORA HP 3820 / 810 / 845 - PRETO - 500M PAGINAS C6615DL	20	Und.	75,00	1.500,00	Não	Não
33	139343	CARTUCHO DE TINTA P / IMPRESSORA HP 3820 / 930 / 950 / 9300 COLOR - 450 PAGINAS C6578DL	13	Und.	75,00	975,00	Não	Não
34	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP 600, 660 A 697 - PRETO 720 PAGINAS 51629A	9	Und.	75,00	675,00	Não	Não
35	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP 600, 610, 640, 656, 660 A 697 COLOR 350 PAGINAS 51649ª	8	Und.	75,00	600,00	Não	Não
37	139343	CARTUCHO DE TINTA P / IMPRESSORA HP 700 / 800 / 820 / 895 / 930 / 950 / 9300 - PRETO - 830 PAGINAS 51645AL	24	Und.	75,00	1.800,00	Não	Não
38	139343	CARTUCHO DE TINTA P / IMPRESSORA HP 700 / 710 / 720 / 810 / 895 COLOR 620 PAGINAS C1823DL	7	Und.	75,00	525,00	Não	Não
41	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP F4280 /F4580 PRETO 200 PAGINAS CC640WL	1788	Und.	40,00	71.520,00	Não	Não
42	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP F4280 / F4580 COLORIDO 165 PAGINAS CC643WL	1502	Und.	40,00	60.080,00	Não	Não
43	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP C4180 / D4160 PRETO 420 PAGINAS C9364WL	5	Und.	40,00	200,00	Não	Não
44	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP 2000 / 2050 PRETO 120 PAGINAS CH561HB	500	Und.	29,50	14.750,00	Não	Não
45	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP 2000 / 2050 COLOR 100 PAGINAS CH562HB	500	Und.	29,50	14.750,00	Não	Não
46	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP PHOTOSMART C4680 PRETO 200 PAGINAS CC640WB	82	Und.	31,50	2.583,00	Não	Não
47	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP PHOTOSMART C4680 COLOR 165 PAGINAS CC643WB	56	Und.	52,90	2.962,40	Não	Não
48	139343	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA - HP 4500 PRETO CC654AL	849	Und.	41,90	35.573,10	Não	Não
49	139343	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA - HP 4500 - COLORIDO CC656AL	595	Und.	64,50	38.377,50	Não	Não
50	139343	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA DESKJET HP 3050 PRETO CH563HB	313	Und.	36,40	11.393,20	Não	Não
51	139343	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA DESKJET HP 3050 - COLORIDO CH564HB	237	Und.	42,50	10.072,50	Não	Não
52	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K8600 PRETO 900 PAGINAS C9385AL	58	Und.	54,90	3.184,20	Não	Não
53	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K8600 CIANO 940 PAGINAS C9386AL	56	Und.	45,00	2.520,00	Não	Não
54	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K8600 MAGENTA 1.130 PAGINAS C9387AL	56	Und.	45,00	2.520,00	Não	Não
55	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K8600 AMARELO 900 PAGINAS C9388AL	56	Und.	45,00	2.520,00	Não	Não
56	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8000 PRETO 2200 PAGINAS C4906AL	30	Und.	85,00	2.550,00	Não	Não
57	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8000 CIANO 1400 PAGINAS C4907AL	18	Und.	62,00	1.116,00	Não	Não
58	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8000 MAGENTA 1400 PAGINAS C4908AL	18	Und.	62,00	1.116,00	Não	Não
59	139343	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8000 –AMARELO – 1400 PAGINAS	18	Und.	62,00	1.116,00	Não	Não
60	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET 500 / 800 PRETO 1.750 PAGINAS C4844A	6	Und.	90,00	540,00	Não	Não
61	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET 500 / 800 CIANO 1.650 PAGINAS C4911A	6	Und.	145,00	870,00	Não	Não
62	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET 500 / 800 MAGENTA 1.650 PAGINAS C4912A	6	Und.	145,00	870,00	Não	Não
63	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET 500 / 800 AMARELO 1.650 PAGINAS C4913A	6	Und.	135,00	810,00	Não	Não
68	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET T610 PRETO FOSCO C9403A	3	Und.	170,00	510,00	Não	Não

69	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET T610 PRETO FOTOGRÁFICO C9370A	3	Und.	195,00	585,00	Não	Não
70	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET T610 CIANO C9371A	3	Und.	235,00	705,00	Não	Não
71	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET T610 MAGENTA C9372A	3	Und.	235,00	705,00	Não	Não
72	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET T610 AMARELO C9373A	3	Und.	235,00	705,00	Não	Não
73	139343	CARTUCHO DE TINTA P / PLOTER HP DESIGNJET T610 CINZA C9374A	3	Und.	235,00	705,00	Não	Não
74	139343	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO P / PLOTER HP DESIGNJET 500 PRETO C4810A	1	Und.	125,00	125,00	Não	Não
75	139343	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO P / PLOTER HP DESIGNJET 500 CIANO C4811A	1	Und.	125,00	125,00	Não	Não
76	139343	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO P / PLOTER HP DESIGNJET 500 MAGENTA C4812A	1	Und.	125,00	125,00	Não	Não
77	139343	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO P / PLOTER HP DESIGNJET 500 AMARELO C4813A	1	Und.	125,00	125,00	Não	Não
78	139343	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO P / PLOTER HP DESIGNJET T610 CINZA E PRETO FOTOGRÁFICO C9380A	1	Und.	245,00	245,00	Não	Não
79	139343	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO P / PLOTER HP DESIGNJET T610 MAGENTA E CIANO C9383A	1	Und.	245,00	245,00	Não	Não
80	139343	CABEÇOTE DE IMPRESSÃO P / PLOTER HP DESIGNJET T610 PRETO FOSCO E AMARELO C9384A	1	Und.	245,00	245,00	Não	Não
83	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA LEXMARK X1250 / X1270 PRETO 10N1183	23	Und.	65,00	1.495,00	Não	Não
84	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA LEXMARK X1250 / X1270 COLOR 10N1193	12	Und.	75,00	900,00	Não	Não
85	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA CANON IP 1300 PRETO PG40	64	Und.	62,35	3.990,40	Não	Não
86	139343	CARTUCHO DE TINTA P/ IMPRESSORA CANON IP 1300 - COLOR CL41	49	Und.	79,00	3.871,00	Não	Não
TOTAL			9.388			394.486,60		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL			0			0,00		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			9.043			0,00		

Hidráulico, Elétrico e Refrigeração - Processo 44961/2012 – PE 24/13								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust. CATMAT	Item Sust. Edital
1	22306	LAMPADA FLUORESCENTE 23 W 127 V. / E-27. C/CERTIFICAÇÃO ISO/INMETRO.	422	Und.	11,00	4.642,00	Não	Não
2	22306	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA PL 15 W 127 V. / E-27. C/CERTIFICAÇÃO ISO/INMETRO	400	Und.	7,00	2.800,00	Não	Sim
3	22306	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA PL 20 W 127 V. / E-27. C/CERTIFICAÇÃO ISO/INMETRO.	1419	Und.	8,00	11.352,00	Não	Sim
4	22306	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA PL 40 W 127 V./ E-27. C/CERTIFICAÇÃO ISO/INMETRO	1208	Und.	30,00	36.240,00	Não	Sim
5	22322	LAMPADA INCANDESCENTE E-27 60 W. C/CERTIFICAÇÃO ISO/INMETRO	250	Und.	2,00	500,00	Não	Não
6	22306	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE 16 WATTS, SÉRIE 80 COM IRC>0,80)	270	Und.	12,00	3.240,00	Não	Não
7	22306	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA PL DE 7W/220V, / E-27, C/CERTIFICAÇÃO ISO 9002.	200	Und.	11,00	2.200,00	Não	Sim

8	22306	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE 16 WATTS, SÉRIE 80 COM IRC>0,80)	180	Und.	6,00	1.080,00	Não	Não
9	22306	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE 20 WATTS,SÉRIE 80 COM IRC>0,80)	1816	Und.	6,00	10.896,00	Não	Não
10	22306	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE 32 WATTS, SÉRIE 80 COM IRC>0,80)	3190	Und.	6,00	19.140,00	Não	Não
11	22306	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE 40 WATTS, SÉRIE 80 COM IRC>0,80)	3382	Und.	6,00	20.292,00	Não	Não
12	22306	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE HO 110 WATTS. C/CERTIFICAÇÃO ISO/INMETRO	600	Und.	29,00	17.400,00	Não	Não
13	109126	LAMPADA MISTA - MERCURIO / TUNGSTENIO-LÂMPADA MISTA DE 250W/220V, C/CERTIFICAÇÃO ISO 9002	90	Und.	22,00	1.980,00	Não	Não
14	22373	LAMPADA DE SÓDIO-LÂMPADA TUBULAR VAPOR DE SÓDIO DE 250W/220V, C/CERTIFICAÇÃO ISO 9002	160	Und.	26,00	4.160,00	Não	Não
15	22373	LAMPADA DE SÓDIO-LÂMPADA TUBULAR VAPOR DE SÓDIO DE 400W/220V, C/CERTIFICAÇÃO ISO 9002	243	Und.	28,00	6.804,00	Não	Não
16	64831	REATOR DE LAMPADA-REATOR PARA LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO 400 W/220 V EXTERNA. C/CERTIFICAÇÃO ISO/INMETRO	263	Und.	110,00	28.930,00	Não	Não
17	64831	REATOR DE LAMPADA-REATOR ELETRÔNICO SIMPLES ALTO FATOR DE POTÊNCIA 40 W 110/220 V. C/CERTIFICAÇÃO ISO/INMETRO	425	Und.	26,00	11.050,00	Não	Não
18	64831	REATOR DE LAMPADA-REATOR ELETRÔNICO SIMPLES ALTO FATOR DE POTÊNCIA 20 W 110/220 V. C/CERTIFICAÇÃO ISO/INMETRO	222	Und.	26,00	5.772,00	Não	Não
19	64831	REATOR DE LAMPADA-REATOR ELETRÔNICO BIVOLT COM ALTO FATOR DE POTÊNCIA (FP>0,9), PARA 2X16W, COM CERTIFICAÇÃO ISO 9002 E GARANTIA DE 5(CINCO) ANOS.	119	Und.	26,00	3.094,00	Não	Não
20	64831	REATOR DE LAMPADA-REATOR ELETRÔNICO BIVOLT COM ALTO FATOR DE POTÊNCIA (FP>0,9), PARA 2X20W, COM CERTIFICAÇÃO ISO 9002 E GARANTIA DE 5(CINCO) ANOS.	789	Und.	25,00	19.725,00	Não	Não
21	64831	REATOR DE LAMPADA-REATOR ELETRÔNICO BIVOLT COM ALTO FATOR DE POTÊNCIA (FP>0,9), PARA 2X32W, COM CERTIFICAÇÃO ISO 9002 E GARANTIA DE 5(CINCO) ANOS.	945	Und.	28,00	26.460,00	Não	Não
22	64831	REATOR DE LAMPADA - REATOR ELETRÔNICO BIVOLT COM ALTO FATOR DE POTÊNCIA (FP>0,9), PARA 2X40W, COM CERTIFICAÇÃO ISO 9002 E GARANTIA DE 5(CINCO) ANOS.	1764	Und.	26,00	45.864,00	Não	Não
23	64831	REATOR LÂMPADA, NOME REATOR DE LAMPADA-REATOR ELETRÔNICO UNIVOLT COM ALTO FATOR DE POTÊNCIA (FP>0,9), PARA 2X20W, COM CERTIFICAÇÃO ISO 9002 E GARANTIA DE 5(CINCO) ANOS.	215	Und.	25,00	5.375,00	Não	Não
24	64831	REATOR DE LAMPADA-REATOR ELETRÔNICO UNIVOLT COM ALTO FATOR DE POTÊNCIA (FP>0,9), PARA 2X32W, COM CERTIFICAÇÃO ISO 9002 E GARANTIA DE 5(CINCO) ANOS.	459	Und.	28,00	12.852,00	Não	Não
25	64831	REATOR DE LAMPADA-REATOR ELETRÔNICO UNIVOLT COM ALTO FATOR DE POTÊNCIA (FP>0,9), PARA 2X40W, COM CERTIFICAÇÃO ISO 9002 E GARANTIA DE 5(CINCO) ANOS.	230	Und.	28,00	6.440,00	Não	Não
26	64831	REATOR DE LAMPADA-REATOR ELETRÔNICO UNIVOLT COM ALTO FATOR DE POTÊNCIA (FP>0,9), PARA HO, COM CERTIFICAÇÃO ISO 9002 E GARANTIA DE 5(CINCO) ANOS.	312	Und.	40,00	12.480,00	Não	Não
27	67377	CALHA LÂMPADA FLUORESCENTE, NOME LAMPADA FLUORESCENTE - CALHA COMERCIAL TIPO F, DE SOBREPOR, PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X32W	300	Und.	15,00	4.500,00	Não	Não

28	67377	CALHA LÂMPADA FLUORESCENTE, NOME LAMPADA FLUORESCENTE - CALHA CALHA P/LAMPADA (LUMINARIA) FLUORESCENTE 1 X 40 W.	106	Und.	10,00	1.060,00	Não	Não
29	132624	PORTA-STARTER, NOME PORTA-STARTER-START PARA LÂMPADA DE 40 W 110/220 V	730	Und.	1,00	730,00	Não	Não
30	132624	START PARA LÂMPADA DE 20 W 110/220 V	542	Und.	1,00	542,00	Não	Não
31	150465	SUPORTE DE COMPRESSÃO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE - CJ. EM PAR	1795	CJ	3,00	5.385,00	Não	Não
32	150465	SUPORTE TIPO TOMADINHA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE	240	PÇ	1,00	240,00	Não	Não
33	22098	CONJUNTO DE EXTENSAO ELETRICA COMPLETO P-EXTENSAO ELETRICA TRIPOLAR COM 3 SAÍDAS E 5 METROS.	875	Und.	20,00	17.500,00	Não	Não
34	22098	CONJUNTO DE EXTENSAO ELETRICA COMPLETO P-FILTRO DE LINHA COM 6 SAÍDAS.	596	Und.	25,00	14.900,00	Não	Não
35	150870	ADAPTADOR PARA TOMADA NOVO/ ANTIGO	2000	Und.	6,00	12.000,00	Não	Não
36	150870	ADAPTADOR PARA TOMADA PADRÃO ANTIGO/ NOVO	2000	Und.	4,00	8.000,00	Não	Não
37	22721	FITA VEDA ROSCA-FITA VEDA ROSCA 18 MM X 50M	115	Und.	2,62	301,30	Não	Não
38	125016	LUVA PVC-LUVA DE CORRER PARA TUBOS PVC SOLDAVEL 20MM	20	Und.	2,02	40,40	Não	Não
39	125016	LUVA DE CORRER PARA TUBOS PVC SOLDAVEL 25MM	15	Und.	5,48	82,20	Não	Não
40	125016	LUVA DE PVC SOLDAVEL 20MM	45	Und.	0,51	22,95	Não	Não
41	125016	LUVA DE PVC SOLDAVEL 25MM	25	Und.	0,71	17,75	Não	Não
42	125016	LUVA DE PVC SOLDAVEL 32MM	15	Und.	1,83	27,45	Não	Não
43	150473	TORNEIRA CROMADA EM METAL PARA LAVATÓRIO	175	Und.	10,80	1.890,00	Não	Não
44	150473	TORNEIRA CROMADA EM METAL - TORNEIRA DE METAL PARA PIA	154	Und.	15,90	2.448,60	Não	Não
45	150473	TORNEIRA CROMADA EM METAL PARA USO GERAL	107	Und.	12,35	1.321,45	Não	Não
46	258317	ASSENTO VASO SANITÁRIO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCA	442	Und.	9,80	4.331,60	Não	Não
47	51926	POLO DE LIGACAO, NOME POLO DE LIGACAO-LIGAÇÃO "ENGATE" FLEXÍVEL L = 40CM	42	Und.	1,59	66,78	Não	Não
48	150368	VÁLVULA, NOME VÁLVULA-VALVULA DE ESCOAMENTO PARA LAVATÓRIO COM LADRÃO DE METAL	25	Und.	6,40	160,00	Não	Não
49	150368	VÁLVULA, NOME VÁLVULA-VALVULA DE ESCOAMENTO PARA LAVATÓRIO SEM LADRÃO DE METAL	30	Und.	8,05	241,50	Não	Não
50	35165	EQUIPAMENTO DE REFRIGERACAO-COLMÉIA POOL - LIMPADOR NEUTRO INDUSTRIAL, BIODEGRADÁVEL PARA LIMPEZA DE ÁLETAS, COLMÉIAS E SERPENTINAS DOS SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO.	4	Litro	29,15	116,60	Não	Sim
51	6319	AR CONDICIONADO - COMPRESSOR, NOME AR CONDICIONADO - COMPRESSOR-COMPRESSOR 7,5 TR, 220V, MOD. HITACHI	0	Und.	#####	0,00	Não	Não
52	6319	AR CONDICIONADO - COMPRESSOR, NOME AR CONDICIONADO - COMPRESSOR-COMPRESSOR 10 TR, 220V, MOD. HITACHI	0	Und.	#####	0,00	Não	Não
53	133329	PECA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVO, NOME PECA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVOCOMPRESSOR ROTATIVO, 220W DE 7000 BTUS	0	Und.	349,95	0,00	Não	Não
54	133329	PECA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVO, NOME PECA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVOCOMPRESSOR ROTATIVO, 220W DE 10000 BTUS	2	Und.	349,97	699,94	Não	Não
55	133329	PECA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVO, NOME PECA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVOCOMPRESSOR ROTATIVO, 220W DE 12000 BTUS	24	Und.	449,95	10.798,80	Não	Não

56	133329	PEÇA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVO, NOME PEÇA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVO COMPRESSOR ROTATIVO, 220W DE 18000 BTUS	25	Und.	589,90	14.747,50	Não	Não
57	133329	PEÇA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVO, NOME PEÇA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVO COMPRESSOR ROTATIVO, 220W DE 21000 BTUS	10	Und.	509,98	5.099,80	Não	Não
58	133329	PEÇA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVO, NOME PEÇA/COMPONENTE - COMPRESSOR ROTATIVO COMPRESSOR ROTATIVO, 220W DE 30000 BTUS	11	Und.	849,95	9.349,45	Não	Não
62	23396	DUCHA HIGIÊNICA, NOME DUCHA HIGIENICA-DUCHA HIGIÊNICA COM GATILHO E FLEXÍVEL DE 1,2M (MÍNIMO), ENCAIXE E SUPORTE PARA FIXAÇÃO	140	Und.	22,90	3.206,00	Não	Não
63	10090	CADEADO, NOME CADEADO-CADEADO PEQUENO EM LATÃO MACIÇO, HASTE DE AÇO TEMPERADO, DUAS CHAVES - LARGURA 20MM	323	Und.	5,50	1.776,50	Não	Não
64	10090	CADEADO, NOME CADEADO-CADEADO PEQUENO EM LATÃO MACIÇO, HASTE DE AÇO TEMPERADO, DUAS CHAVES - LARGURA 40MM	455	Und.	11,31	5.146,05	Não	Não
65	10090	CADEADO, NOME CADEADO-CADEADO PEQUENO EM LATÃO MACIÇO, HASTE DE AÇO TEMPERADO, DUAS CHAVES - LARGURA 60MM	396	Und.	27,95	11.068,20	Não	Não
66	10146	MOLA PORTA, NOME MOLA DE PORTA-MOLA PARA PORTA - MOLA AÉREA, HIDRÁULICA, AUTOMÁTICA, DE ALUMÍNIO COMO CAPACIDADE PARA PORTAS DE 70 KG - ABERTURA PARA DIREITA E PARA A ESQUERDA O BRAÇO DESACOPLÁVEL E AJUSTÁVEL - ACOMPANHA GABARITO DE MONTAGEM'	92	Und.	68,00	6.256,00	Não	Não
67	21806	PILHA, NOME PILHA-PILHA ALCALINA AAA - PALITO - CARTELA COM 4 UNIDADES	2000	Und.	4,50	9.000,00	Não	Não
68	21806	PILHA, NOME PILHA-PILHA ALCALINA AA - PEQUENA - CARTELA COM 4 UNIDADES	1798	Und.	5,30	9.529,40	Não	Não
TOTAL			35.247			483.371,22		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL			3.231			52.708,60		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			3.973			0,00		

Água, Café e Açúcar - Processo 44960/2012 – PE 15/13								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust. CATMAT	Item Sust. Edital
2	295332	AÇÚCAR, TIPO REFINADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRANCO	15749	Quilograma	1,99	31.340,51	Não	Não
3	9725	CAFÉ MOÍDO EM EMBALAGEM DE 250G	6682	Quilograma	9,29	62.075,78	Não	Não
4	68721	GARRAFÃO PARA AGUA MINERAL	757	Und.	11,99	9.076,43	Não	Não
5	9873	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - COPO 200ML	4040	Und.	0,28	1.131,20	Não	Não
6	9873	ÁGUA MINERAL, GRANADA 300ML	6770	Und.	0,45	3.046,50	Não	Não
7	237590	COADOR DESCARTÁVEL CAFÉ, MATERIAL PAPEL, TAMANHO 103	1166	Cx. 40 und.	2,10	2.448,60	Não	Não

TOTAL	35.164	109.119,02
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL	0	0,00
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT	0	0,00
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO	0	0,00

Periféricos de Informática - Processo 44962/2012 – PE 38/13								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust. CATMAT	Item Sust. Edital
1	139343	Disco rígido de 500 GB - Serial ATA: Velocidade de Rotação: 7200 rpm; Interface: SATA II (3 Gb/s); 16Mb Buffer; Deve vir acompanhado com cabo SATA.	293	Und.	158,00	46.294,00	Não	Não
2	139343	Disco rígido de 1 TB - Serial ATA: Velocidade de Rotação: 7200 rpm; Interface: SATA II (3 Gb/s); 16Mb Buffer; Deve vir acompanhado com cabo SATA.	299	Und.	234,00	69.966,00	Não	Não
3	139343	Disco rígido de 2 TB - Serial ATA: Velocidade de Rotação: 7200 rpm; Interface: SATA III (6 Gb/s); 64Mb Buffer; Deve vir acompanhado com cabo SATA.	150	Und.	308,00	46.200,00	Não	Não
4	139343	Disco rígido Externo 1TB conexão USB 2.0, Compatível com PC e Mac com as seguintes características: Taxa de transferência USB 2.0: 480 Mbits/s (máx.); Compatível com PC e Mac; Funciona com o Windows 2000/XP/Vista/7 e Mac OS X 10.4.8 ou superior; Interface de conexão USB 2.0. Acessórios inclusos: Cabo USB 2.0., Adaptador AC, Manuais/guia de instalação	100	Und.	244,00	24.400,00	Não	Não
5	139343	Fonte de alimentação SFX para gabinetes SFF com potência real de 300 w e eficiência igual ou superior a 80%. Com certificação 80 plus.	221	Und.	81,00	17.901,00	Não	Sim
6	139343	Fonte de energia ATX (ATX12V v2.2) - compatível com placa mãe Pentium 4. Conector de saída ATX12V 24 PINOS - Potência: 450W Real, eficiência 80% e certificação 80 plus; Tensão para 110/220V (Seleção Automática; Ventoinha de no mínimo 12cm na parte inferior, com grelha e controle automático de velocidade. Conectores: 4 x SATA; 1 x ATX20/24; 1 x PCI Express; Acessórios: Parafusos, Abraçadeiras, cabos com malha de proteção, Cabo de energia, Manual do usuário.	229	Und.	131,00	29.999,00	Não	Sim
7	139343	Fonte ATX12V - compatível com placa mãe para processadores INTEL e AMD; Potência: 600 WATTS Real eficiência 80% e certificação 80 plus; Tensão para 110/ 220V (Seleção Automática); Ventoinha de no mínimo 12cm na parte inferior, com grelha e controle automático de velocidade. - Conectores: Conectores: 4 x SATA; 1 x ATX20/24; 1 x PCI Express; Acessórios: Parafusos, Abraçadeiras, cabos com malha de proteção, Cabo de energia, Manual do usuário.	285	Und.	233,00	66.405,00	Não	Sim
8	139343	Teclado ABNT2 USB com teclas de atalho multimídia	1000	Und.	14,40	14.400,00	Não	Não
9	139343	Mouse óptico PS/2 C/ SCROLL: Tipo: óptico; Conector PS2; Teclas: 2 (duas) ou 3 (três) teclas e botão de rolagem; Deve acompanhar suporte antiestático (mouse pad), confeccionado com borracha aderente na parte inferior e tecido ou material sintético equivalente na parte superior.	400	Und.	7,80	3.120,00	Não	Não

10	139343	Mouse óptico USB C/ SCROLL: Tipo: óptico; Conector: USB; Teclas: 2 (duas) ou 3 (três) teclas e botão de rolagem,-Deve acompanhar suporte antiestático (mouse pad), confeccionado com borracha aderente na parte inferior e tecido ou material sintético equivalente na parte superior.	800	Und.	8,30	6.640,00	Não	Não
11	139343	MINI MOUSE USB C/ SCROLL: Tipo: óptico; Conector: USB; Teclas: 2 (duas) ou 3 (três) teclas e botão de rolagem,-Deve acompanhar suporte antiestático (mouse pad), confeccionado com borracha aderente na parte inferior e tecido ou material sintético equivalente na parte superior.	400	Und.	10,20	4.080,00	Não	Não
12	139343	Pente de memória DDR2- 667 de 1GB - Módulo com capacidade de 1GB, DDR2 - Frequência de 667MHz	158	Und.	44,98	7.106,84	Não	Não
13	139343	Pente de memória DDR2- 800 de 2 GB - Módulo com capacidade de 2GB, DDR2 - Frquência de 800MHz	300	Und.	78,98	23.694,00	Não	Não
14	139343	Pente de memória DDR3- 1066 de 2 GB - Módulo com capacidade de 2GB, DDR3 - Frequência de 1066MHz	283	Und.	58,98	16.691,34	Não	Não
15	139343	Pente de memória DDR3- 1333 de 2 GB - Módulo com capacidade de 2GB, DDR3 -Frequência de 1333MHz	400	Und.	58,98	23.592,00	Não	Não
16	139343	Placa de rede PCI 10/100/1000 MBps	299	Und.	28,00	8.372,00	Não	Não
17	139343	Placa de vídeo - 512 MB de memória de vídeo - Interface PCI-E	71	Und.	104,90	7.447,90	Não	Não
18	139343	Placa de vídeo - 1024 MB de memória de vídeo - interface PCI-E	250	Und.	104,90	26.225,00	Não	Não
19	139343	Filtro de linha (tipo régua): 6 tomadas padrão novo conforme Norma NBR 14136; Proteção contra sobrecargas; Comprimento cabo de força igual ou superior 1,20m Com plugue padrão novo; Seção nominal do condutor do cabo de força: 3 X 0,75 MM²; Corrente máxima: 10 A; Tensão de entrada 127V ~ 1.270 W - 220V ~ 2.200 W, Deve possuir Sistema de Fixação.	400	Und.	17,20	6.880,00	Não	Não
20	139343	Pen Drive DE 8.0 GB Interface padrão USB 2.0 compatível com USB 1.1, Capacidade 8.0 Gigabyte; Sistemas Operacionais suportados: Windows XP, Vista/7, Linux Kernel 2.4 ou superior; sem utilização de pilhas ou baterias; Sistema Plug and Play, Velocidade superior a 6 MB/segundo.	1000	Und.	16,90	16.900,00	Não	Sim
21	139343	Cabo de rede RJ45 com conectores Categoria 5e, certificado pelo abricante, homologado pela ANATEL - Tam. 2,5 metros, azul.	700	Und.	6,65	4.655,00	Não	Não
22	139343	Bateria alcalina 9v, Material: dióxido de manganês.	300	Und.	5,70	1.710,00	Não	Não
TOTAL			8.338			472.679,08		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL			735			114.305,00		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			0			0,00		

Equipamentos de Informática - Processo 15096 – PE 80/2013								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust. CATMAT	Item Sust. Edital
1	150566	MICROCOMPUTADOR, NOME MICROCOMPUTADOR - Microcomputador - Estação de trabalho avançada 1 (sem sist. operacional): Processador com 04 (quatro) núcleos reais de processamento ou superior; Memória RAM DDR3-1333MHz ou superior, com no mínimo 8 (oito) Gigabytes, Placa de vídeo off board (dedicada), Disco rígido de 1TB, Monitor de vídeo de 23 , teclado, mouse, garantia on site de 48 (quarenta e oito) meses. Demais especificações conforme edital e seus anexos.	287	Und.	3125,00	896.875,00	Não	Sim
2	150566	MICROCOMPUTADOR, NOME MICROCOMPUTADOR - Microcomputador - Estação de trabalho avançada 2 (com sist. Operacional): Processador com 04 (quatro) núcleos reais de processamento ou superior; Memória RAM DDR3-1333MHz ou superior, com no mínimo 8 (oito) Gigabytes, Placa de vídeo off board (dedicada), Disco rígido de 1TB, Monitor de vídeo de 23 , teclado, mouse, sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional 64 bits ou versão superior, garantia on site de 48 (quarenta e oito) meses. Demais especificações conforme edital e seus anexos.	400	Und.	3508,00	1.403.200,00	Não	Sim
3	150566	MICROCOMPUTADOR, NOME MICROCOMPUTADOR - Microcomputador - Estação de trabalho básica 1 (sem sist. Operacional): Processador com 04 (quatro) núcleos reais de processamento ou superior; Memória RAM DDR3-1333MHz ou superior, com no mínimo 4 (quatro) Gigabytes, Placa de vídeo off board (dedicada), Disco rígido de 500 Gigabytes, Monitor de vídeo de 19 , teclado, mouse, garantia on site de 48 (quarenta e oito) meses. Demais especificações conforme edital e seus anexos.	24	Und.	2821,00	67.704,00	Não	Sim
4	150566	MICROCOMPUTADOR, NOME MICROCOMPUTADOR - Microcomputador - Estação de trabalho básica 2 (com sist. Operacional): Processador com 04 (quatro) núcleos reais de processamento ou superior; Memória RAM DDR3-1333MHz ou superior, com no mínimo 4 (quatro) Gigabytes, Placa de vídeo off board (dedicada), Disco rígido de 500 Gigabytes, Monitor de vídeo de 19 , teclado, mouse, sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional 64 bits ou versão superior, garantia on site de 48 (quarenta e oito) meses. Demais especificações conforme edital e seus anexos.	359	Und.	3193,00	1.146.287,00	Não	Sim
5	98191	MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK, NOME MICROCOMPUTADOR PESSOAL TIPO NOTEBOOK - Notebook - Perfil avançado: Processador de 04 (quatro) núcleos reais de processamento ou superior, memória RAM DDR3-1333 MHz ou superior, com 8 (oito) Gigabytes, disco rígido de 500 (quinhentos) Gigabytes, Tela Plana com tamanho de 13,3 a 14,6 polegadas, em LED, Sistema Operacional Windows 7 Enterprise Edition 64 bits ou versão superior, garantia on site de 36 (trinta e seis) meses. Demais especificações conforme edital e seus anexos.	228	Und.	3500,00	798.000,00	Não	Sim
6	98191	MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK, NOME MICROCOMPUTADOR PESSOAL TIPO NOTEBOOK - Notebook - Perfil básico: Processador de 02 (dois) núcleos reais de processamento ou superior, memória RAM DDR3-1333 MHz ou superior, com 04 (quatro) Gigabytes, disco rígido de 500 (quinhentos) Gigabytes, Tela Plana com tamanho de 13,3 a 14,6 polegadas, em LED, Sistema Operacional Windows 7 Enterprise Edition 64 bits ou versão superior, garantia on site de 36 (trinta e seis) meses. Demais especificações conforme edital e seus anexos.	44	Und.	3397,02	149.468,88	Não	Sim

7	13218	IMPRESSORA LASER, NOME IMPRESSORA - LASER - Impressora laser (ou led) monocromática: Velocidade de 30 PPM (páginas por minuto) em modo rascunho, resolução de 1200x1200 DPI, Memória de 64MB, Duas bandejas de alimentação com capacidade total para 500 folhas, Ciclo mensal de 30.000 páginas, garantia on site de 24 meses. Demais especificações conforme edital e seus anexos.	28	Und.	1080,00	30.240,00	Não	Sim
8	127906	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, NOME IMPRESSORA MULTIFUNCAO - Impressora multifuncional laser monocromática: Impressão Laser, Velocidade de 15 ppm (normal), Bandeja de entrada de papel para 150 folhas, resolução em preto de 600 DPI, memória 32MB. Copiadora: Volume de cópia de 5.000 cópias/mês, bandeja de saída de 50 folhas, alimentador automático de papel para 20 folhas, Velocidade de cópia de 15 ppm, escaneamento em cores ou em preto e branco, resolução óptica 600 x 600 DPI, Interface de comunicação USB 2.0 de rede padrão Ethernet 10/100, garantia on site de 24 meses. Demais especificações conforme edital e seus anexos.	300	Und.	1090,00	327.000,00	Não	Não
9	13218	IMPRESSORA LASER, NOME IMPRESSORA - LASER - Impressora laser colorida: velocidade de 10 ppm no modo monocromático e de 8 ppm no modo colorido, Resolução de 600 x 600 dpi, memória de 96 MB, bandeja para 200 folhas na entrada e 100 folhas na saída, frente e verso manual ou automático, porta de comunicação USB 2.0 e rede Ethernet 10/100, ciclo mensal de 30.000 páginas, garantia on site de 24 meses. Demais especificações conforme edital e seus anexos.	40	Und.	1300,00	52.000,00	Não	Sim
10		CANCELADO NA ACEITAÇÃO	0	Und.		0,00	x	x
11		CANCELADO NA ACEITAÇÃO	0	Und.		0,00	x	x
12		CANCELADO NA ACEITAÇÃO	0	Und.		0,00	x	x
13		CANCELADO NA ACEITAÇÃO	0	Und.		0,00	x	x
14		CANCELADO NA ACEITAÇÃO	0	Und.		0,00	x	x
15	98191	MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK, NOME MICROCOMPUTADOR PESSOAL TIPO NOTEBOOK - Macbook Air de 11 Polegadas: Intel Core i5 dual core de 1,3GHz, 4GB LPDDR3 1600MHz, 256GB de armazenamento em flash, Teclado (US) + Manual do Usuário(Português), Adaptador de Thunderbolt para Gigabit Ethernet, Adaptador Mini DisplayPort para VGA, garantia de 12 meses + 12 meses (garantia estendida). Demais especificações conforme edital e seus anexos.	5	Und.	4800,00	24.000,00	Não	Sim
16	98191	MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK, NOME MICROCOMPUTADOR PESSOAL TIPO NOTEBOOK - Macbook AIR de 13 Polegadas: Intel Core i5 dual core de 1,3GHz, 4GB LPDDR3 1600MHz, 256GB de armazenamento em flash, Teclado (US) + Manual do Usuário(Português), Adaptador de Thunderbolt para Gigabit Ethernet, Adaptador Mini DisplayPort para VGA, garantia de 12 meses + 12 meses (garantia estendida). Demais especificações conforme edital e seus anexos.	13	Und.	5300,00	68.900,00	Não	Sim
17	98191	MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK, NOME MICROCOMPUTADOR PESSOAL TIPO NOTEBOOK - Macbook PRO de 13 Polegadas: Intel Core i5 dual core de 2,5GHz, DDR3 4GB 1600MHz, Drive serial ATA de 500GB, SuperDrive 8x (DVD R DL/DVD RW/CD-RW), Adaptador Mini DisplayPort para VGA, Teclado da Apple (US) + Manual do Usuário (Português), garantia de 12 meses + 12 meses (garantia estendida). Demais especificações conforme edital e seus anexos.	17	Und.	4600,00	78.200,00	Não	Sim

18	66338	COMPUTADOR, NOME COMPUTADOR - IMAC 21.5 Polegadas: Intel Core i5, de quatro núcleos, 2,9GHz, 8GB DDR3, 1600MHz 2x4GB, Drive Serial ATA de 1TB, NVIDIA GeForce GT 650M com 512MB de memória GDDR5, Apple Magic Mouse, Teclado sem fio da Apple (US) + Manual do Usuário (Português), garantia de 12 meses + 12 meses (garantia estendida). Demais especificações conforme edital e seus anexos.	3	Und.	6400,00	19.200,00	Não	Sim
19	66338	COMPUTADOR, NOME COMPUTADOR - IMAC 27 Polegadas: Intel Core i5, de quatro núcleos, 3,2GHz, 8GB DDR3, 1600MHz 2x4GB, Drive Serial ATA de 1TB, NVIDIA GeForce GTX 675MX com 1GB de memória GDDR5, Apple Magic Mouse, Teclado sem fio da Apple (US) + Manual do Usuário (Português), garantia de 12 meses + 12 meses (garantia estendida). Demais especificações conforme edital e seus anexos.	13	Und.	7999,99	103.999,87	Não	Sim
20	150922	TABLET, NOME TABLET - Tablet 64GB: Tela de 9 a 10 polegadas, resolução de 2048 x 1536, capacidade de 64GB, processador: 1 Ghz, conectividade: Wi-Fi (802.11a/b/g/n; 802.11n em 2,4GHz e 5GHz), Tecnologia ueetooth 4.0, garantia de 12 meses + 12 meses (garantia estendida). Demais especificações conforme edital e seus anexos.	34	Und.	1835,00	62.390,00	Não	Não
TOTAL			1.795			5.227.464,75		
TOTAL SUSTENTÁVEIS - EDITAL			1.461			4.900.464,75		
TOTAL SUSTENTÁVEIS - CATMAT			0			0,00		

Refrigeração - Processo 1526/2012 – PE 06/12								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust. CATMAT	Item Sust. Edital
1	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 9.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 9.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: A Consumo Maximo: 18 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Condensadora: vertical Gás refrigerante: R410. Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 1 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	68	Und.	1.450,00	98.600,00	Não	Sim
2	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 9.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 9.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: A Gás refrigerante: R410. Consumo Maximo: 18 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Condensadora: vertical Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 1 anos para as demais peças. Central sem instalação.	22	Und.	1.080,00	23.760,00	Não	Sim

3	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 12.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 12.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: A Consumo Maximo: 24 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Condensadora: vertical Gás refrigerante: R410. Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	147	Und.	1.720,00	252.840,00	Não	Sim
4	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 12.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 12.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: A Consumo Maximo: 24 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Condensadora: vertical Gás refrigerante: R410. Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças Central sem instalação.	40	Und.	1.220,00	48.800,00	Não	Sim
5	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 18.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 18.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: A Freqüência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Consumo Maximo: 33 kwh/mês Gás refrigerante: R410. Condensadora: vertical Gás refrigerante: R410. Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	108	Und.	2.400,00	259.200,00	Não	Sim
6	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 18.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 18.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: A Freqüência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Gás refrigerante: R410. Consumo Maximo: 33 kwh/mês Gás refrigerante: R410. Condensadora:vertical Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central sem instalação.	30	Und.	1.990,00	59.700,00	Não	Sim
7	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 22.000/24.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 22.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: A Consumo Maximo: 47 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Condensadora:vertical Gás refrigerante: R410. Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 1 ano para as demais peças. Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	108	Und.	2.800,00	302.400,00	Não	Sim
8	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 22.000/24.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 22.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: A Consumo Maximo: 47 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Condensadora:vertical Gás refrigerante: R410. Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 1 ano para as demais peças. Central sem instalação.	56	Und.	2.400,00	134.400,00	Não	Sim

9	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 30.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 30.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: C Consumo Maximo: 66 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Gás refrigerante: R22. Condensadora:horizontal Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	76	Und.	3.090,00	234.840,00	Não	Sim
10	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 30.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 30.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: C Consumo Maximo: 66 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa. Gás refrigerante: R22. Condensadora:horizontal Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central sem instalação.	45	Und.	2.590,00	116.550,00	Não	Sim
11	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 36.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 36.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: C Consumo Maximo: 79 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: scroll. Gás refrigerante: R410. Condensadora: vertical Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	16	Und.	5.199,00	83.184,00	Não	Sim
12	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 36.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 36.000Btus. Tensão: 220 V Monofásico. Classe: C Consumo Maximo: 79 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: scroll. Gás refrigerante: R410. Condensadora: vertical Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central sem instalação.	7	Und.	4.690,00	32.830,00	Não	Sim
13	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 48.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 48.000Btus. Classe: B Tensão: 220 V trifásico Consumo Maximo: 99 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: scroll. Gás refrigerante: R410. Condensadora: vertical Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	21	Und.	5.990,00	125.790,00	Não	Sim
14	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 48.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 48.000Btus. Tensão: 220 V trifásico Classe: B Consumo Maximo: 99 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: scroll. Gás refrigerante: R410. Condensadora: vertical Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central sem instalação.	4	Und.	5.350,00	21.400,00	Não	Sim
15	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 60.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 58.000Btus. Tensão: 220 V trifásico Classe: C Consumo Maximo: 128 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: scroll. Gás refrigerante: R410. Condensadora: vertical Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	15	Und.	7.400,00	111.000,00	Não	Sim

16	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 60.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 58.000Btus. Tensão: 220 V trifásico Classe: C Consumo Maximo: 128 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: scroll. Gás refrigerante: R410. Condensadora: vertical Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central sem instalação.	1	Und.	6.950,00	6.950,00	Não	Sim
17	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 24.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade: 24.000 Btus Tensão: 220 V Monofásico Classe: C Consumo Maximo: 53 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa Gás refrigerante: R22 Controle remoto sem fio com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável. Garantia: 5 anos para o compressor e 01 anos para as demais peças. Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	14	Und.	4.600,00	64.400,00	Não	Sim
18	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 24.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade: 24.000 Btus Tensão: 220 V Monofásico Classe: C Consumo Maximo: 53 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa Gás refrigerante: R22 Controle remoto sem fio com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável. Garantia: 5 anos para o compressor e 01 anos para as demais peças. Central sem instalação.	2	Und.	4.300,00	8.600,00	Não	Sim
19	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 36.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade: 36.000 Btus Tensão: 220 V Monofásico Classe: C Consumo Maximo: 76 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: scroll Gás refrigerante: R22 Controle remoto sem fio com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável. Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	25	Und.	6.850,00	171.250,00	Não	Sim
20	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 36.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade: 36.000 Btus Tensão: 220 V Monofásico Classe: C Consumo Maximo: 76 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa Gás refrigerante: R22 Controle remoto sem fio com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável. Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central sem instalação.	0	Und.	6.100,00	0,00	Não	Sim
21	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 48.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade: 48.000 Btus Tensão: 220 V trifásico Classe: C Consumo Maximo: 102 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa Gás refrigerante: R22 Controle remoto sem fio com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável. Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	4	Und.	8.480,00	33.920,00	Não	Sim
22	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 48.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade: 48.000 Btus Tensão: 220 V trifásico Classe: C Consumo Maximo: 102 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Compressor: Rotação Fixa Gás refrigerante: R22 Controle remoto sem fio com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Filtro de ar de tela anti-pó lavável. Garantia: 5 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças. Central sem instalação.	0	Und.	7.616,67	0,00	Não	Sim

23	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 9.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 9.000Btus. Classe: A Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 14 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 1 ano para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	1	Und.	2.200,00	2.200,00	Não	Sim
24	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 9.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 9.000Btus. Classe: A Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 14 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 1 ano para as demais peças Central sem instalação.	1	Und.	1.800,00	1.800,00	Não	Sim
25	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 12.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 12.000Btus. Classe: A Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 20 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. Gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 2 anos para as demais peças. Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	3	Und.	2.400,00	7.200,00	Não	Sim
26	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 12.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 12.000Btus. Classe: A Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 20 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. Gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 2 anos para as demais peças. Central sem instalação.	0	Und.	1.990,00	0,00	Não	Sim
27	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 18.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 18.000Btus. Classe: A Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 34 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compresso: Rotação Variável. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	2	Und.	3.300,00	6.600,00	Não	Sim
28	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 18.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 18.000Btus. Classe: A Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 34 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compresso: Rotação Variável. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central sem instalação.	0	Und.	3.000,00	0,00	Não	Sim
29	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 24.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 24.000Btus. Classe: A Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 46 kwh/mês Freqüência: 60 Hz. gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	19	Und.	4.200,00	79.800,00	Não	Sim

30	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT HI WALL (PAREDE) DE 24.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 24.000Btus. Classe: A Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 46 kwh/mês Frequência: 60 Hz. gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: rotação Variável. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central sem instalação.	0	Und.	3.700,00	0,00	Não	Sim
31	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 32.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 32.000Btus. Classe: B Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 62 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Gás: R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	0	Und.	8.600,00	0,00	Não	Sim
32	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 32.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 32.000Btus. Classe: B Tensão: 220 V Monofásico. Consumo Maximo: 62 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Gás: R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central sem instalação.	0	Und.	7.900,00	0,00	Não	Sim
33	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 48.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 48.000Btus. Classe: B Tensão: 380 V trifásico Consumo Maximo: 99 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	0	Und.	10.916,67	0,00	Não	Sim
34	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT PISO TETO DE 48.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 48.000Btus. Classe: B Tensão: 380 V trifásico Consumo Maximo: 99 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável. Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central sem instalação.	0	Und.	10.183,33	0,00	Não	Sim
35	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 32.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 32.000Btus. Classe: B Tensão: 220 V trifásico Consumo Maximo: 66 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	0	Und.	8.616,67	0,00	Não	Sim
36	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 32.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 32.000Btus. Classe: B Tensão: 220 V trifásico Consumo Maximo: 66 kwh/mês Frequência: 60 Hz. gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros. Central sem instalação.	0	Und.	12.213,33	0,00	Não	Sim

37	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 42.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 42.000Btus. Classe: B Tensão: 220 V trifásico Consumo Maximo: 97 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros.	0	Und.	14.733,33	0,00	Não	Sim
38	99201	CENTRAL DE AR TIPO SPLIT CASSETE DE 42.000 BTU s. Versão: Frio Capacidade mínima: 42.000Btus. Classe: B Tensão: 220 V trifásico Consumo Maximo: 97 kwh/mês Frequência: 60 Hz. Gás :R410 Controle remoto: Sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede. Compressor: Rotação Variável Filtro de ar de tela anti-pó lavável Garantia: 5 anos para o compressor e 02 anos para as demais peças Central instalada somente em Belém Distancia na unidade evaporadora/unidade condensadora: De 5 a 15 metros. Central sem instalação	5	Und.	13.883,33	69.416,65	Não	Sim
39	99201	CONDICIONADOR DE AR DE 10.000 BTUS - COMPRESSOR ROTATIVO - 220V - ACIONAMENTO MECÂNICO RENOVACÃO DE AR CICLO FRIO CLASSE: A	30	Und.	850,00	25.500,00	Não	Sim
40	99201	CONDICIONADOR DE AR DE 18.000 BTUS - COMPRESSOR ROTATIVO - 220V - ACIONAMENTO MECÂNICO RENOVACÃO DE AR CICLO FRIO CLASSE: A	120	Und.	1.420,00	170.400,00	Não	Sim
41	99201	CONDICIONADOR DE AR DE 30.000 BTUS - COMPRESSOR ROTATIVO - 220V - ACIONAMENTO MECÂNICO RENOVACÃO DE AR CICLO FRIO CLASSE: B	22	Und.	2.490,00	54.780,00	Não	Sim
42	99201	BEBEDOURO ELÉTRICO GARRAFÃO, MATERIAL AÇO, TIPO ELÉTRICO DE MESA, CAPACIDADE 20 L, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 2,7 L/H, SAÍDA ÁGUA NATURAL E GELADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 TORNEIRAS, MEDIADAS APROX.IMADAS: COMPRIMENTO 400 MM, LARGURA 305 MM, PROFUNDIDADE 330 MM	40	Und.	350,12	14.004,80	Não	Não
43	99201	BEBEDOURO ELÉTRICO ÁGUA GARRAFÃO, MATERIAL AÇO, TIPO ELÉTRICO DE COLUNA, ACABAMENTO EXTERNO PINTURA EPOXI PÓ, CAPACIDADE 20 L, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 3 L/H, SAÍDA ÁGUA NATURAL E GELADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 TORNEIRAS; MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 960 MM, LARGURA 305 MM, PROFUNDIDADE 330 MM	40	Und.	382,06	15.282,40	Não	Não
44	99201	BEBEDOURO ELÉTRICO DE PRESSÃO C/ DUAS TORNEIRAS - 110/220 - ACABAMENTO EXTERNO PINTURA EM EPOXI, ALTURA 95 CM, LARGURA 37 CM, PROFUNDIDADE 27 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 02 SAÍDAS ÁGUA GELADA	40	Und.	441,18	17.647,20	Não	Não
45	99201	FREEZER HORIZONTAL, 300 L (CAPACIDADE LÍQUIDA TOTAL), 110 V - COR BRANCA - UMA TAMPA	1	Und.	1.232,83	1.232,83	Não	Não
46	99201	FREEZER HORIZONTAL, 420 L (CAPACIDADE LÍQUIDA TOTAL), 127V - COR BRANCA - DUAS TAMPAS	3	Und.	1.269,36	3.808,08	Não	Não
47	99201	FREEZER VERTICAL - 250 L (CAPACIDADE LÍQUIDA TOTAL) - 127V BRANCO	2	Und.	1.782,67	3.565,34	Não	Não
48	99201	REFRIGERADOR DOMESTICO TIPO FRIGOBAR, 120 L (CAPACIDADE LÍQUIDA TOTAL), 110 V, COM CONGELADOR COR BRANCA	20	Und.	682,86	13.657,20	Não	Não
49	99201	REFRIGERADOR DOMÉSTICO, 300 L (CAPACIDADE LÍQUIDA TOTAL), 110 V, COM CONGELADOR, COR BRANCA	10	Und.	978,58	9.785,80	Não	Não

50	99201	REFRIGERADOR DOMÉSTICO, 440 L (CAPACIDADE LÍQUIDA TOTAL), 110 V, DUAS PORTAS (REFRIGERADOR E CONGELADOR, COR BRANCA	14	Und.	1.378,57	19.299,98	Não	Não
51	15415	VENTILADOR, TIPO COLUNA, POTÊNCIA MOTOR 1/4 HP, VELOCIDADE MÍNIMA 150 RPM, VELOCIDADE MÁXIMA 1.400 RPM, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CROMADO, DIÂMETRO 60 CM C/ CONTROLE DE VELOCIDADE (3 ROTAÇÕES)	26	Und.	132,57	3.446,82	Não	Não
52	15415	VENTILADOR DE MESA, C/ 50 CM METÁLICO - 110V - C/ CONTROLE DE VELOCIDADE (3 ROTAÇÕES)	1	Und.	101,75	101,75	Não	Não
53	15415	VENTILADOR DE PAREDE, C/ 60 CM METÁLICO - 110V C/ CONTROLE DE VELOCIDADE (3 ROTAÇÕES)	20	Und.	100,74	2.014,80	Não	Não
54	15415	VENTILADOR DE TETO C/ 3 PALHETAS METÁLICAS C/ 100 CM DE DIÂMETRO (MÍNIMO) - 110V C/ CONTROLE DE VELOCIDADE (3 ROTAÇÕES)	94	Und.	66,62	6.262,28	Não	Não
TOTAL			1.323			2.718.219,93		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL			1.012			2.608.110,65		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			0			0,00		

Eletrônicos- Processo 44959/12 – PE 23/13								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust. CATMAT	Item Sust. Edital
1	150562	APARELHO FAC-SÍMILE, NOME APARELHO FAC-SÍMILE - APARELHO DE FAX Aparelho de fax Bobina de papel 30m (bobina inicial - 10m) Pannel e visor em português - Função cópia Transmissão programada - Relatório operacional Data e hora - Programação da sua identificação Identificação do remetente Discagem tom/pulso (programação) Tamanho do documento 216 x 600mm Largura de impressão 208 mm Velocidade de transmissão 15 seg. por página Alimentador de documentos até 10 páginas Tipo de impressão: impressão térmica Memória agenda: 100 números - Recepção: 28 pág Potência 127v ac, 60hz - Manual de Instruções em Português	29	Und.	330,00	9.570,00	Não	Não
2	150716	TELEFONE SEM FIO, NOME TELEFONE SEM FIO - TELEFONE DE MESA 17 TECLAS Telefone com fio - Teclas grandes - Amplificação de áudio 3 teclas programáveis para discagem de emergência (mínimo) 10 memórias para discagem rápida Viva-voz Controle de volume para monofone e viva-voz Controle de volume da campainha Tecla Redial para rediscagem - Agenda Display de Cristal Líquido na Base - TECLA REDISCAR (REDIAL) Manual de Instruções em Português	357	Und.	75,00	26.775,00	Não	Não

3	150716	TELEFONE SEM FIO, NOME TELEFONE SEM FIO -TELEFONE SEM FIO Telefone com Secretária Eletrônica Viva-Voz Digital - Display e Teclado Iluminado Agenda alfanumérica - Identificador de Chamadas Ramais Adicionais: Até 3 ramais adicionais (mínimo) Autonomia da bateria em Standby: até 5 dias (mínimo) Autonomia da bateria em Conversação: até 10 horas Baterias de NiMH - fornecida com o aparelho Ajuste do Volume: 5 níveis de recepção Tecla Mute , com música de espera Pausa - Tecla Flash - TECLA REDISCAR (REDIAL) Manual de Instruções em Português	155	Und.	144,00	22.320,00	Não	Não
4	121576	GRAVADOR SOM, NOME GRAVADOR / REGRAVADOR - CD ROM - RÁDIO GRAVADOR Com entrada USB e Cd-Player - Potência de 100w PMPO - Bivolt - C/ Alça Reproduz Mp3 Manual de Instruções em Português	19	Und.	199,00	3.781,00	Não	Não
5	150107	APARELHO DVD, NOME APARELHO DVD - APARELHO BLU RAY Reproduz BD-ROM, BD-RE, BD-R, DVD-R, DVD-RW (modo vídeo), CD-RW/CD-R, AVCHD e Audio CD; Formato de vídeo em MPEG-2, VC-1, AVC, MPEG-4, H.264; MP3 playback, avi playback, DivX Playback, DivX3.11, DivX4.x, DivX5.x, JPEG playback; Saída de áudio analógica 2 canais Saída Vídeo Componente; Saída vídeo composto Saída HDMI 1.3; Saída de áudio digital óptica Acompanhado de Cabo de áudio e vídeo e Cabo HDMI - Manual de Instruções em Português	32	Und.	320,00	10.240,00	Não	Não
6	343533	GRAMPEADOR, MATERIAL AÇO, TIPO MESA, CAPACIDADE 100 FL, TAMANHO GRAMPO 210	107	Und.	45,00	4.815,00	Não	Não
7	265942	NUMERADOR, MATERIAL METAL, MATERIAL EMPUNHADOR METAL E PLÁSTICO RESISTENTE, FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO, QUANTIDADE DÍGITOS 6 UN, ALTURA ALGARISMOS 5 MM, REPETIÇÃO NUMÉRICA 12 UM	20	Und.	175,00	3.500,00	Não	Não
8	193590	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS, NOME EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROF - PERFURADOR DE PAPEL GRANDE VOLUME De mesa com acionamento manual (2 furos) - possibilidade de perfuração formato retrato ou paisagem, compartimento para os pedaços de papel resultantes da perfuração Capacidade: até 60 folhas 75m/g - - produzido em aço e duralumínio - régua posicionadora - na cor preta. Padrão GRAMPLINE genial ge-60 grande ou similar	50	Und.	90,00	4.500,00	Não	Não
9	150717	CALCULADORA ELETRÔNICA, NOME CALCULADORA ELETRÔNICA - MÁQUINA DE CALCULAR ELETRÔNICA C/ Display De 12 Dígitos Sem Impressão - Operações: 4 Básicas, Raiz Quadrada, Percentual, Média Aritimética, Arredondamento, Acumulação	37	Und.	15,76	583,12	Não	Não
10	150717	CALCULADORA ELETRÔNICA, NOME CALCULADORA ELETRÔNICA - MÁQUINA DE CALCULAR ELETRÔNICA C/ display de 14 dígitos, impressão em bobina de papel operações: 4 básicas, raiz quadrada, percentual, média aritmética, arredondamento, acumulação	1	Und.	340,95	340,95	Não	Não
11	29718	TELEVISOR, NOME TELEVISOR / TELEVISAO / TV-TELEVISOR COLORIDO TELA DE LED 26-28' WIDE (Configurações mínimas): Tipo de TV: LED. - Resolução: Full HD - 1920x1080p. - Formato da tela: widescreen (16:9) - Entrada HDMI -Entrada PC - Recursos de áudio: ajustes de áudio: balanço/agudo/graves - MUTE - Contraste: 4.000.000:1 - Relógio - Sleep timer Estéreo - SAP ZOOM - Com conversor integrado Manual de Instruções em Português	6	Und.	925,00	5.550,00	Não	Não

12	29718	TELEVISOR, NOME TELEVISOR / TELEVISAO / TV-TELEVISOR COLORIDO TELA DE LED 32-36" WIDE (Configurações mínimas): Tipo de TV: LED. - Resolução: Full HD - 1920x1080p. - Formato da tela: widescreen (16:9) - Entrada HDMI -Entrada PC - Recursos de áudio: ajustes de áudio: balanço/agudo/graves - MUTE - Contraste: 4.000.000:1 - Relógio - Sleep timer Estéreo - SAP ZOOM - Com conversor integrado Manual de Instruções em Português	15	Und.	1290,00	19.350,00	Não	Não
13	29718	TELEVISOR, NOME TELEVISOR / TELEVISAO / TV-TELEVISOR COLORIDO TELA DE LED 40-42" (Configurações mínimas): Tipo de TV: LED. - Resolução: Full HD - 1920x1080p. - Formato da tela: widescreen (16:9) - Entrada HDMI -Entrada PC - Recursos de áudio: ajustes de áudio: balanço/agudo/graves - MUTE - Contraste: 4.000.000:1 - Relógio - Sleep timer Estéreo - SAP ZOOM - Com conversor integrado Manual de Instruções em Português	30	Und.	2050,00	61.500,00	Não	Não
14	29718	TELEVISOR, NOME TELEVISOR / TELEVISAO / TV-TELEVISOR COLORIDO TELA DE LED 50-56" WIDE (Configurações mínimas): Tipo de TV: LED. - Resolução: Full HD - 1920x1080p. - Formato da tela: widescreen (16:9) - Entrada HDMI -Entrada PC - Recursos de áudio: ajustes de áudio: balanço/agudo/graves - MUTE - Contraste: 4.000.000:1 - Relógio - Sleep timer Estéreo - SAP ZOOM - Com conversor integrado Manual de Instruções em Português	19	Und.	3425,00	65.075,00	Não	Não
15	28096	FOGÃO GÁS, NOME FOGAO A GAS TIPO DOMESTICO - FOGÃO DOMÉSTICO PORTÁTIL A GÁS COM 02 BOCAS - Tampa e mesa de aço com pintura eletrostática - Injetor de gás horizontal - Forno com visor e vidro temperado - Puxador do forno distanciado em PVC - Corpo de aço com pintura eletrostática - Pés tubulares cromados - Acompanha relógio e mangueira	1	Und.	279,00	279,00	Não	Não
16	28096	FOGÃO GÁS, NOME FOGAO A GAS TIPO DOMESTICO - FOGÃO DOMÉSTICO A GÁS COM 04 BOCAS - Tampa de vidro com puxador - Vidro total panorâmico na porta do forno - Acendimento elétrico automático total (110v) - Mesa sobreposta em aço inox - Espalhadores esmaltados - Puxador do forno em aço superdistanciado - 1 grade com duas posições - Válvula de segurança no forno - Injetor de gás horizontal - Forno Autolimpante - Acompanha relógio e mangueira	10	Und.	498,00	4.980,00	Não	Não
17	34703	FORNO MICROONDAS, NOME FORNO DE MICROONDAS PARA COZINHA - FORNO DE MICROONDAS CAP. 27 LITROS Com Prato Giratório - 110v	18	Und.	460,00	8.280,00	Não	Não
18	34703	FORNO MICROONDAS, NOME FORNO DE MICROONDAS PARA COZINHA - FORNO DE MICROONDAS CAP. 38 LITROS Com Prato Giratório - 110v	16	Und.	707,00	11.312,00	Não	Não
19	27693	CAFETEIRA ELÉTRICA, NOME CAFETEIRA ELETRICA - DOMESTICA / INDUSTR - CAFETEIRA ELÉTRICA Com capacidade p/ 20 xícaras c/ timer prog. 24 horas - jarra de vidro - 110v. Manual de Instruções em Português	43	Und.	199,90	8.595,70	Não	Não
20	27693	CAFETEIRA ELÉTRICA, NOME CAFETEIRA ELETRICA - DOMESTICA / INDUSTR - CAFETEIRA EXPRESSA Bico de vapor para leite e/ou cappuccino Reservatório de água transparente e removível Bandeja de escoamento removível para facilitar a limpeza 2 filtros em aço inoxidável para 1 ou 2 xícaras e suporte do filtro Botão liga/desliga - Pressão: 15 bar Capacidade do reservatório de água (L) 1,1 Manual de Instruções em Português	10	Und.	348,99	3.489,90	Não	Não
21		CANCELADO NA ACEITAÇÃO	0	Und.		0,00	x	x
22		CANCELADO NA ACEITAÇÃO	0	Und.		0,00	x	x
23		CANCELADO NA ACEITAÇÃO	0	Und.		0,00	x	x

24	26557	TELA PROJEÇÃO, NOME TELA DE PROJECAO-TELA DE PROJEÇÃO Tela Retrátil de Projeção sem Tripé de 2 x 2 m, enrolamento automático, tecido tipo Matte White	26	Und.	247,00	6.422,00	Não	Não
25	26557	TELA PROJEÇÃO, NOME TELA DE PROJECAO - TELA DE PROJEÇÃO Tela Retrátil de Projeção com Tripé de 2 x 2 m, enrolamento automático, tecido tipo Matte White	31	Und.	388,00	12.028,00	Não	Não
26	64777	LUZ EMERGÊNCIA, NOME EQUIPAMENTO / APARELHO - ILUMINACAO EMER-LUZ DE EMERGÊNCIA 30 leds de alto brilho. potência: 1,5 w. - Autonomia de até 12 horas. bivolt (110/220) automático. Medidas Aproximadas: 21 x 7,4 x 5,2 cm.	190	Und.	31,00	5.890,00	Não	Não
27	89001	ESCADA EXTENSÍVEL, NOME ESCADA EXTENSIVEL DE FIBRA DE VIDRO-ESCADA DE ALUMÍNIO C/ 5 DEGRAUS Material: alumínio - Quantidade de degraus: 5 Tapete e pás antiderrapantes em plástico injetado Peso Máximo do produto: 5 kg. - Peso suportado: 120 kg. Dimensões aproximadas: Aberta (L x A x P): 43 x 92 x 76 cm.	11	Und.	91,88	1.010,68	Não	Não
28	89001	ESCADA EXTENSÍVEL, NOME ESCADA EXTENSIVEL DE FIBRA DE VIDRO-ESCADA DE ALUMÍNIO C/ 7 DEGRAUS Material: alumínio - Quantidade de degraus: 7 Tapete e pás antiderrapantes em plástico injetado Peso Máximo do produto: 6 kg. - Peso suportado: 120 kg. Dimensões aproximadas: Aberta (L x A x P): 46 x 135 x 99 cm;	30	Und.	118,69	3.560,70	Não	Não
29	150675	PROJETOR MULTIMÍDIA, NOME PROJETOR MULTIMÍDIA - PROJETOR DE MULTIMÍDIA DATA SHOW Projetor com tecnologia LCD ou DLP com recurso de busca automática do sinal de entrada; Lâmpada com potência mínima de 190W, com duração mínima de 4.000 horas em modo comum e 6.000 horas em modo de economia de energia; Luminosidade: mínima de 2500 lumens ANSI; Resolução real de imagem mínima: SVGA (800 x600 dpi). Compatível com os padrões VGA (640x480dpi), XGA (1024 x768 dpi), SXGA e HDTV (1080p/1080i/720p/576p/576i/480p/480i). Taxa Contraste de imagem: 13000:1 - Reprodução de cores: 1 bilhão de cores. ACESSÓRIOS: Controle remoto - Cabo de força - Cabo para conexão ao microcomputador (padrão PC) Cabo HDMI Mala para Transporte.	300	Und.	1668,71	500.613,00	Não	Não
TOTAL			1.563			804.361,05		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL			0			0,00		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			0			0,00		

Mobiliário - Processo 044382/2012 – PE 09/13								
Item	Código	Descrição do Item	Quant.	Unid. de medida	Preço (R\$)	Valor Total R\$	Item Sust. CATMAT	Item Sust. Edital
1	197110	ARMÁRIO ALTO 02 PORTAS, 04 PRATELEIRAS. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	36	Und.	1.650,00	59.400,00	Não	Sim
2	197110	ARMÁRIO BAIXO 02 PORTAS C/ 01 PRATELEIRAS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	31	Und.	980,00	30.380,00	Não	Sim
3	197110	ARMÁRIO ALTO SEMI-ABERTO MIXTO PORTAS PEQUENAS COM 1 PRATELEIRA NA PARTE SUPERIOR E DUAS NA PARTE INFERIOR E COM DUAS PORTAS NA PARTE INFERIOR. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	7	Und.	1.620,00	11.340,00	Não	Sim
4	197110	ARMÁRIO ALTO 02 PORTAS, 06 PRATELEIRAS. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	83	Und.	2.237,00	185.671,00	Não	Sim
5	197110	MESA RETA MEDINDO 1,60X0,80X0,74MTRS . O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	6	Und.	840,00	5.040,00	Não	Sim
6	197110	MESA RETA MEDINDO 1,40X0,70X0,74MTRS . O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	10	Und.	750,00	7.500,00	Não	Sim
7	197110	MESA RETA MEDINDO 1,20X0,70X0,74MTRS . O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	30	Und.	680,00	20.400,00	Não	Sim
8	197110	MESA RETA MEDINDO 1,00X0,70X0,74MTRS . O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	175	Und.	610,00	106.750,00	Não	Sim
9	197110	MESA RETA MEDINDO 0,80X0,60X0,74MTRS . O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	33	Und.	529,00	17.457,00	Não	Sim
10	197110	MESA P/REUNIÃO RETANGULAR MEDINDO 3,60X1,10X0,74MTRS. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	33	Und.	2.720,00	89.760,00	Não	Sim
11	197110	MESA DE REUNIÃO REDONDA DIAMETRO DE 1,10MTRS. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	29	Und.	724,00	20.996,00	Não	Sim
12	197110	MESA SEMI-OVAL DE REUNIÃO MEDINDO 2,00X1,00X0,74MTRS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	7	Und.	1.639,00	11.473,00	Não	Sim
13	197110	MESA DELTA 1,60 X 1,60 X 0,74MTRS, NA COR OVO. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	1.390,00	4.170,00	Não	Sim
14	197110	MESA ORGÂNICA DELTA 1,40 X 1,40 X 0,74MTRS NA COR OVO. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	51	Und.	1.197,00	61.047,00	Não	Sim
15	197110	ESTAÇÃO DE TRABALHO 01 LUGAR MED.1,20 X 1,20 X 0,74MTRS: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	34	Und.	1.130,00	38.420,00	Não	Sim
16	197110	DIVISOR DE MESA RETAS MEDINDO 1,00X 0,42 MTRS:O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	57	Und.	273,00	15.561,00	Não	Sim
17	197110	DIVISOR DE MESA PARA RETAS E ESTAÇÕES ORGANICAS MEDINDO 1,20X 0,42 MTRS: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	5	Und.	330,00	1.650,00	Não	Sim
20	197110	CONEXÃO EM LAMINADO MELAMINICO BP 90°. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	31	Und.	360,00	11.160,00	Não	Sim
21	197110	GAVETEIRO VOLANTE COM 3 GAVETAS: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	69	Und.	760,00	52.440,00	Não	Sim
22	197110	GAVETEIRO VOLANTE COM 4 GAVETAS: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	27	Und.	910,00	24.570,00	Não	Sim
23	197110	ARQUIVO MESA PARA PASTA SUSPensa DESCRICÃO TÉCNICA O RESTANTE CONFORME O EDITAL	1	Und.	1.510,00	1.510,00	Não	Sim
24	197110	GAVETEIRO MESA C/04 GAVETAS: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	12	Und.	966,00	11.592,00	Não	Sim
25	197110	GAVETEIRO FIXO C/02 GAVETAS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	26	Und.	530,00	13.780,00	Não	Sim
26	197110	GAVETEIRO FIXO C/03 GAVETAS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	19	Und.	661,00	12.559,00	Não	Sim
29	197110	MESA DE TRABALHO EXECUTIVA MEDINDO 2200X900X740MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	6	Und.	1.820,00	10.920,00	Não	Sim

30	197110	MESA DE TRABALHO EXECUTIVA MEDINDO 1800X800X740MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	9	Und.	1.645,00	14.805,00	Não	Sim
31	197110	MESA AUXILIAR DE TRABALHO EXECUTIVA MEDINDO 1400X700X740MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	18	Und.	1.370,00	24.660,00	Não	Sim
32	197110	MESA AUXILIAR 900X600X740MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	21	Und.	680,00	14.280,00	Não	Sim
33	197110	MESA EXECUTIVA MEDINDO 1400X600X740MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	34	Und.	1.000,00	34.000,00	Não	Sim
36	197110	ARMARIO EXECUTIVO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	30	Und.	6.300,00	189.000,00	Não	Sim
37	197110	ARMARIO EXECUTIVO (DIREITO OU ESQUERDO) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	7	Und.	2.140,00	14.980,00	Não	Sim
38	197110	MESA DE CENTRO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	480,00	1.440,00	Não	Sim
39	197110	MESA DE CANTO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	10	Und.	395,00	3.950,00	Não	Sim
40	197110	SUPORTE PARA CPU: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	38	Und.	274,00	10.412,00	Não	Sim
42	197110	MESA DE REUNIÃO QUADRADA MEDIDNDO 900X900X740MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL	5	Und.	627,00	3.135,00	Não	Sim
43	197110	MESA MULTIPLO TRAPEZOIDAL MEDIDNDO 1400X700X740MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	24	Und.	640,00	15.360,00	Não	Sim
44	197110	BALCÃO ALTO CURVO 2200X800MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	8	Und.	2.510,00	20.080,00	Não	Sim
45	197110	BALCÃO ALTO RETO 1800X800MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	4	Und.	1.950,00	7.800,00	Não	Sim
46	197110	ESTAÇÃO LINEAR 3600X1400X740MM O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	33	Und.	5.880,00	194.040,00	Não	Sim
47	197110	ESTAÇÃO TELEMARKETING O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	14	Und.	2.800,00	39.200,00	Não	Sim
48	197110	SUPORTE PARA PASTA SUSPensa O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	195	Und.	174,00	33.930,00	Não	Sim
49	197110	POLTRONA PRESIDENTE COM APOIO DE CABEÇA TELADO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	7	Und.	3.480,00	24.360,00	Não	Sim
50	197110	POLTRONA PRESIDENTE COM APOIO DE CABEÇA INJETADO O RESTANTE CONFORME O EDITAL	19	Und.	1.470,00	27.930,00	Não	Sim
51	197110	POLTRONA TIPO INTERLOCUTOR ESPALDAR MÉDIO. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	117	Und.	651,00	76.167,00	Não	Sim
52	197110	POLTRONA TIPO DIRETOR COM BASE SINCRONIZADA. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	223	Und.	1.190,00	265.370,00	Não	Sim
53	197110	CADEIRA ESTOFADA FIXA QUATRO PÉS EM TECIDO SEM BRAÇO: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	392	Und.	410,00	160.720,00	Não	Sim
54	197110	CADEIRA TIPO EXECUTIVA ESTOFADA GIRATÓRIA COM BRAÇOS TIPO REGULÁVEL O RESTANTE CONFORME O EDITAL	344	Und.	880,00	302.720,00	Não	Sim
55	197110	CADEIRA TIPO EXECUTIVA ESTOFADA GIRATÓRIA SEM BRAÇOS: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	9	Und.	655,00	5.895,00	Não	Sim
56	197110	POLTRONA FIXA INTERLOCUTOR ESTOFADA TIPO DIRETOR COM BRAÇOS: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	120	Und.	640,00	76.800,00	Não	Sim
57	197110	POLTRONA C/RODÍZIO ESTOFADA TIPO DIRETOR, C/ BRAÇOS C/RELAX: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	116	Und.	1.163,00	134.908,00	Não	Sim
58	197110	POLTRONA COM ESPALDAR ALTO C/RODÍZIO ESTOFADA TIPO PRESIDENTE, C/ BRAÇOS:O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	1.370,00	2.740,00	Não	Sim

59	197110	CADEIRA INJETADA FIXA COM BRAÇOS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	158	Und.	348,00	54.984,00	Não	Sim
60	197110	CONJUNTO DE POLTRONAS P/ SALA DE ESPERA C/ 03 LUGARES COM BRAÇOS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	41	Und.	2.213,00	90.733,00	Não	Sim
63	197110	LONGARINA DE 3 LUGARES COM BRAÇOS COM ENCOSTO EM TELA FLEXÍVEL. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	5	Und.	1.750,00	8.750,00	Não	Sim
64	197110	CADEIRA EXECUTIVA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E ENCOSTO TELADO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	155	Und.	753,00	116.715,00	Não	Sim
66	197110	SOFÁ DE 01 LUGAR O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	25	Und.	1.382,00	34.550,00	Não	Sim
67	197110	SOFÁ DE 02 LUGARES O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	8	Und.	2.116,00	16.928,00	Não	Sim
68	197110	SOFA DE 3 LUGARES COM BRAÇOS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	9	Und.	2.500,00	22.500,00	Não	Sim
69	197110	CADEIRA CAIXA COM BRAÇOS REGULÁVEIS E APOIO PARA PÉS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	106	Und.	1.250,00	132.500,00	Não	Sim
73	197110	Poltrona tipo presidente: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	5.400,00	5.400,00	Não	Sim
74	197110	POLTRONA FIXA COM BRAÇOS ASSENTO E ENCOSTO EM TELA: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	8	Und.	2.930,00	23.440,00	Não	Sim
76	197110	POLTRONA AUDITÓRIO REBATÍVEL C/PRANCHETA EMBUTIDA. Poltrona completamente desmontável. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	90	Und.	2.790,00	251.100,00	Não	Sim
78	197110	CADEIRA INJETADA COM PRANCHETA. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1197	Und.	352,00	421.344,00	Não	Sim
79	197110	ARMÁRIO DE AÇO COM 02 PORTAS 4 PRATELEIRAS REGULÁVEIS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	156	Und.	850,00	132.600,00	Não	Sim
80	197110	ARQUIVO DE AÇO PARA PASTA SUSPensa O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	68	Und.	780,00	53.040,00	Não	Sim
81	197110	ESTANTE DE AÇO Estante de aço com 05 prateleiras com reforço o restante conforme o edital.	162	Und.	323,00	52.326,00	Não	Sim
82	197110	ARMARIO GUARDA ROUPA C/16 VÃOS - ARMÁRIO TIPO GUARDA ROUPA COM 16 VÃOS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	36	Und.	1.180,00	42.480,00	Não	Sim
83	197110	ARMÁRIO TIPO GUARDA ROUPA COM 08 VÃOS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	17	Und.	752,00	12.784,00	Não	Sim
85	197110	MAPOTECAS EM AÇO COM 5 GAVETAS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	2.918,00	5.836,00	Não	Sim
86	197110	ARQUIVO TIPO FICHÁRIO EM AÇO COM 7 GAVETAS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	1.245,00	2.490,00	Não	Sim
87	197110	BIBLIOCANTOS EM CHAPA DE AÇO CONFECCIONADO EM CHAPA 18 O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	809	Und.	10,00	8.090,00	Não	Sim
88	197110	CAIXA BIBLIOGRAFICA O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	60	Und.	45,00	2.700,00	Não	Sim
89	197110	ESTANTE PARA BIBLIOTECA FACE DUPLA COM 6 PRATELEIRAS EM CADA LADO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	10	Und.	1.147,00	11.470,00	Não	Sim
90	197110	ESTANTE PARA BIBLIOTECA FACE SIMPLES COM 6 PRATELEIRAS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	24	Und.	657,00	15.768,00	Não	Sim
91	197110	ESTANTE PARA PERIÓDICOS,REVISTAS ,DUPLA ,EM CHAPA DE AÇO COM 06 PRATELEIRAS EM CADA LADO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	1.709,00	5.127,00	Não	Sim

92	197110	ESTANTE PARA PERIÓDICOS,REVISTAS ETC ,SIMPLES ,EM CHAPA DE AÇO COM 06 PRATELEIRAS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	8	Und.	990,00	7.920,00	Não	Sim
93	197110	ARMARIO AM AÇO PARA PASTA AZ ,COM DUAS PORTAS DE ABRIR O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	5	Und.	1.840,00	9.200,00	Não	Sim
94	197110	APOIO PARA PÉS REGULÁVEL O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	60	Und.	179,00	10.740,00	Não	Sim
95	197110	MESA EM LAMINADO MELAMINICO 25MM, RACK 3 PLANOS PARA MICRO E IMPRESSORA LAMINADO EM BP DE BAIXA PRESSÃO(BP), NA COR CINZA, TECLADO RETRÁTIL-SUPORTE P/ MONITOR / IMPRESSORA / CPU O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	36	Und.	1.090,00	39.240,00	Não	Sim
98	197110	MESA EM L CORTE ERGONÔMICO (1400x1400x600x600x740MM): O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	1.132,10	1.132,10	Não	Sim
100	197110	MESA EM L CORTE ERGONÔMICO (1600x1600x600x600x740MM) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	1.175,00	2.350,00	Não	Sim
102	197110	MESA RETA BASE METALICA (1000X600X740MM) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	424,80	424,80	Não	Sim
103	197110	MESA RETA BASE METALICA (1200X600X740MM): O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	452,20	904,40	Não	Sim
104	197110	MESA RETA BASE METALICA (1400X600X740MM) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	37	Und.	535,80	19.824,60	Não	Sim
105	197110	MESA DE REUNIÃO REDONDA (1200X740MM) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	6	Und.	648,00	3.888,00	Não	Sim
106	197110	MESA REUNIÃO MODULADA MEDINDO 100M ² O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	570,00	1.710,00	Não	Sim
107	197110	GAVETEIRO VOLANTE 4 GAVETAS(335X500X650MM) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	6	Und.	590,00	3.540,00	Não	Sim
113	197110	ARMARIO BAIXO 2 PORTAS(900X500X740MM) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	735,00	2.205,00	Não	Sim
124	197110	PAINEL DIVISOR MED. 1400X350 O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	179,00	179,00	Não	Sim
127	197110	MESA AUTO PORTANTE , MED (1200X600X740MM) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	12	Und.	1.223,30	14.679,60	Não	Sim
128	197110	MESA AUTO PORTANTE , MED (1400X600X740MM) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	1.272,20	2.544,40	Não	Sim
131	197110	MESA COM FORMATO ERGONÔMICO (1600X2000X740MM) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	2.133,90	4.267,80	Não	Sim
132	197110	ESTAÇÃO DE TRABALHO (1200X1200) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	9	Und.	1.604,40	14.439,60	Não	Sim
133	197110	MÓDULO DIVISÓRIA CEGO COM BANDEIRA O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3,2	Und.	427,50	1.368,00	Não	Sim
137	197110	POLTRONA PRESIDENTE COM ENCOSTO DE CABEÇA O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	11	Und.	1.734,40	19.078,40	Não	Sim
141	197110	CADEIRA GIRATÓRIA ESPALDAR MEDIO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	21	Und.	935,46	19.644,66	Não	Sim
142	197110	CADEIRA GIRATÓRIA ESPALDAR BAIXO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	70	Und.	718,97	50.327,90	Não	Sim
143	197110	CADEIRA FIXA Assento interno em madeira compensada multi-lâminas (7 lâminas com 1,5 mm cada) moldada com pressão anatomicamente a quente O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	23	Und.	548,97	12.626,31	Não	Sim
144	197110	CADEIRAS PARA CAIXAS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	8	Und.	676,48	5.411,84	Não	Sim
145	197110	CADEIRA FIXA: Cadeira empilhável com ampla aplicação em ambientes coletivos, seu estilo próprio e a angulação do assento e encosto propiciam grande conforto sem perder a leveza e a versatilidade. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	30	Und.	600,00	18.000,00	Não	Sim
148	197110	LONGARINA DE 03 LUGARES ESPALDAR MÉDIO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	4	Und.	1.229,04	4.916,16	Não	Sim

150	197110	SOFA 02 LUGARES COURO ECOLOGICO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	4.100,00	4.100,00	Não	Sim
155	197110	CADEIRA COM BASE TRAPEZOIDAL, COM ENCOSTO DE ESPALDAR MÉDIO, PRANCHETA ESQUERDA E GRADE PORTA LIVRO. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	168	Und.	196,00	32.928,00	Não	Sim
156	197110	POLTRONA OPERATIVA COM BRAÇOS, REVESTIMENTO EM TECIDO, COURVIM E CREPE.	108	Und.	490,77	53.003,16	Não	Sim
161	197110	Poltrona giratória, espaldar alto com apoio de cabeça e braços O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	2.400,00	4.800,00	Não	Sim
163	197110	Poltrona giratória, espaldar médio e braços. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	18	Und.	1.650,00	29.700,00	Não	Sim
164	197110	Cadeira giratória, espaldar baixo e braços. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	17	Und.	680,00	11.560,00	Não	Sim
172	197110	Cadeira giratória, com braços. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	36	Und.	890,00	32.040,00	Não	Sim
173	197110	Poltrona giratória, reclinável, espaldar alto com braços. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	10	Und.	1.020,00	10.200,00	Não	Sim
174	197110	Cadeira interlocutor, fixa, com braços e encosto telado. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	4	Und.	890,00	3.560,00	Não	Sim
176	197110	Poltrona giratória com espaldar baixo. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	12	Und.	870,00	10.440,00	Não	Sim
177	197110	Poltrona giratória espaldar baixo encosto telado. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	985,00	1.970,00	Não	Sim
178	197110	Poltrona giratória com espaldar baixo, assento e encosto em espuma injetada. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	1.170,00	1.170,00	Não	Sim
179	197110	Poltrona giratória espaldar alto com braços. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	10	Und.	890,00	8.900,00	Não	Sim
180	197110	Poltrona giratória, espaldar médio com braços. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	28	Und.	860,00	24.080,00	Não	Sim
181	197110	Cadeira giratória, espaldar baixo tipo digitador com braços. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	17	Und.	770,00	13.090,00	Não	Sim
182	197110	Cadeira giratória alta, espaldar baixo tipo caixa com apóia pés. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	25	Und.	526,00	13.150,00	Não	Sim
183	197110	Cadeira giratória, espaldar baixo, tipo secretária com braços. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	64	Und.	520,00	33.280,00	Não	Sim
184	197110	Poltrona interlocutor, fixa, com braços. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	13	Und.	558,00	7.254,00	Não	Sim
185	197110	Cadeira interlocutor, fixa, sem braços. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	74	Und.	355,00	26.270,00	Não	Sim
186	197110	Longarina de poltronas com 03 lugares com braços. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	45	Und.	1.384,00	62.280,00	Não	Sim
188	197110	Cadeira estofada 4 pés, empilhável, sem braços. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	148	Und.	317,00	46.916,00	Não	Sim
190	197110	Cadeira estofada 4 pés com prancheta fixa. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	122	Und.	428,00	52.216,00	Não	Sim
191	197110	Cadeira estofada 4 pés com prancheta escamoteável. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	44	Und.	455,00	20.020,00	Não	Sim
195	197110	Sofá com 03 lugares com braços. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	2.900,00	2.900,00	Não	Sim
196	197110	Sofá com 02 lugares com braços. Medidas: (toler. +- 5%) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	2.290,00	6.870,00	Não	Sim
214	197110	Armário alto 02 portas com 06 prateleiras O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	9	Und.	1.400,00	12.600,00	Não	Sim

215	197110	Armário alto 02 portas e prateleiras O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	8	Und.	990,00	7.920,00	Não	Sim
216	197110	Armário alto tipo estante O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	4	Und.	1.100,00	4.400,00	Não	Sim
218	197110	Armário baixo 2 portas c/ prateleira prof. 600Mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	23	Und.	640,00	14.720,00	Não	Sim
219	197110	Gaveteiro volante 04 gavetas. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	7	Und.	682,00	4.774,00	Não	Sim
220	197110	Gaveteiro volante 04 gavetas com almofada sobre tampo. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	760,00	2.280,00	Não	Sim
222	197110	Gaveteiro suspenso, com 02 gavetas preso ao tampo de mesa. O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	13	Und.	310,00	4.030,00	Não	Sim
223	197110	Suporte para pastas suspensas em aço O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	8	Und.	212,00	1.696,00	Não	Sim
224	197110	Suporte para CPU vertical O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	8	Und.	99,00	792,00	Não	Sim
225	197110	Mesa retangular, medindo 1600x600x735mm (LxPxH) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	17	Und.	592,00	10.064,00	Não	Sim
226	197110	Mesa retangular, medindo 1400x600x735mm (LxPxH) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	570,00	570,00	Não	Sim
227	197110	Mesa retangular, medindo 1200x600x735mm (LxPxH) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	11	Und.	550,00	6.050,00	Não	Sim
228	197110	Mesa retangular, medindo 1000x600x735mm (LxPxH) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	12	Und.	540,00	6.480,00	Não	Sim
231	197110	Mesa angular em L com península medindo 1800x2100x735mm (LxPxH) O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	1.415,00	2.830,00	Não	Sim
233	197110	Mesa angular formato de L medindo 1600x1600x735mm (L1xL2xH) com saídas de 600mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	1.100,00	3.300,00	Não	Sim
234	197110	Mesa angular formato de L medindo 1400x1400x735mm (L1xL2xH) com saídas de 600mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	16	Und.	990,00	15.840,00	Não	Sim
235	197110	Mesa angular formato de L medindo 1200x1200x735mm (L1xL2xH) com saídas de 600mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	950,00	2.850,00	Não	Sim
236	197110	Mesa de reunião componível semi oval ou retangular O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	1.200,00	1.200,00	Não	Sim
238	197110	Mesa para reunião oval O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	1.550,00	1.550,00	Não	Sim
239	197110	Mesa para reunião, tampo em formato redondo, com 1200mm de diâmetro O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	750,00	1.500,00	Não	Sim
244	197110	SUPORTE ARTICULADO PARA PÉS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	380,00	380,00	Não	Sim
250	197110	GAVETEIRO VOLANTE COM 03 GAVETAS O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	18	Und.	696,00	12.528,00	Não	Sim
251	197110	MESA CORNER (1200x1200) x (600x600) x 740mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	55	Und.	1.128,00	62.040,00	Não	Sim
256	197110	MESA RETA 1200 x 600 x 740mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	26	Und.	678,00	17.628,00	Não	Sim
257	197110	MESA RETA 1600 x 800 x 740mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	835,00	1.670,00	Não	Sim
258	197110	MESA REUNIÃO CIRCULAR 1200mm x 740mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	775,00	2.325,00	Não	Sim
259	197110	MESA REUNIÃO OVAL 2000 x 1100 x 740mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	1.379,00	2.758,00	Não	Sim
261	197110	CARTEIRA ESCOLAR - O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1383	Und.	278,00	384.474,00	Não	Sim
262	197110	CARTEIRA TRAPEZOIDAL C/ SUPORTE P/ LIVROS E PRANCHETA FIXA O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	298,00	596,00	Não	Sim
266	197110	ARMÁRIO CREDENZA 2200X500X740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	4.164,00	8.328,00	Não	Sim
271	197110	APOIO PARA PÉS: O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	177,00	177,00	Não	Sim
272	197110	CADEIRA ESPALDAR ALTO GIRATÓRIA A GÁS COM BRAÇO COM REGULAGEM DO ENCOSTO COM VACUN FORMING O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	17	Und.	1.034,00	17.578,00	Não	Sim

273	197110	CADEIRA ESPALDAR BAIXO FIXA COM BRAÇO COM VACUN FORMING O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	13	Und.	511,00	6.643,00	Não	Sim
276	197110	POLTRONA ESPALDAR MÉDIO GIRATÓRIA A GÁS COM BRAÇO COM VACUN FORMING O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	998,00	2.994,00	Não	Sim
277	197110	CADEIRA FIXA COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	232	Und.	212,00	49.184,00	Não	Sim
280	197110	LONGARINA EM AÇO 03 LUGARES BASE EM ALUMINIO FUNDIDO O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	16	Und.	4.412,00	70.592,00	Não	Sim
284	197110	POLTRONA FIXA ESPALDAR MÉDIO COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	50	Und.	799,00	39.950,00	Não	Sim
285	197110	SOFANETE 02 LUGARES COM PÉ POLIURETANO - CONCHA ÚNICA - O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	2.339,00	4.678,00	Não	Sim
287	197110	Armário Alto Dimensões: Largura Profundidade Altura 800 mm 500 mm 1600 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	48	Und.	1.440,00	69.120,00	Não	Sim
288	197110	Armário alto Semi Aberto. Dimensões: Largura Profundidade Altura 800 mm 500 mm 1600 mmTampo superior e mediano O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	7	Und.	1.368,00	9.576,00	Não	Sim
289	197110	Armário médio. Dimensões: Largura Profundidade Altura 800 mm 500 mm 1000 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	1	Und.	1.084,00	1.084,00	Não	Sim
290	197110	Armário baixo. Dimensões: Largura Profundidade Altura 800 mm 500 mm 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	469	Und.	850,00	398.650,00	Não	Sim
291	197110	Mesa Auxiliar. Dimensões: Largura Profundidade Altura 600 mm 600 mm 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	30	Und.	513,00	15.390,00	Não	Sim
292	197110	Mesas de Trabalho Retas. Dimensões: Largura Profundidade Altura 1800 mm 600 a 750 mm 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	14	Und.	990,00	13.860,00	Não	Sim
294	197110	Mesas de Trabalho Retas. Dimensões: Largura Profundidade Altura 1400 mm 600 a 750 mm 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	117	Und.	820,00	95.940,00	Não	Sim
295	197110	Mesas de Trabalho Retas. Dimensões: Largura Profundidade Altura 1200 mm 600 a 750 mm 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	600	Und.	770,00	462.000,00	Não	Sim
296	197110	Mesas de Trabalho Retas. Dimensões: Largura Profundidade Altura 1000 mm 600 a 750 mm 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	44	Und.	710,00	31.240,00	Não	Sim
297	197110	Mesas de Trabalho Retas. Dimensões: Largura Profundidade Altura 800 mm 600 a 750 mm 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	17	Und.	680,00	11.560,00	Não	Sim
300	197110	Mesas Trabalho angulares tipo delta. Dimensões: Largura Profundidade Altura 1400 x 1400 mm x 600 a 750 mm x 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	55	Und.	1.315,00	72.325,00	Não	Sim
302	197110	Mesas de atendimento Angulares. Dimensões: Largura Profundidade Altura 1600 x 1750 mm x 600 a 750 mm x 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	3	Und.	1.668,00	5.004,00	Não	Sim
308	197110	Mesa de reunião oval. Dimensões: Largura Profundidade Altura 2400 mm 1100 mm 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	2	Und.	1.300,00	2.600,00	Não	Sim

309	197110	Mesa de reunião redonda. Dimensões: Largura Profundidade Altura Ø 1250 mm - 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	9	Und.	711,00	6.399,00	Não	Sim
310	197110	Gaveteiro Suspenso com duas gavetas. Dimensões: Largura Profundidade Altura 400 mm 440 mm 278 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	8	Und.	306,00	2.448,00	Não	Sim
312	197110	Gaveteiro volante com três gavetas. Dimensões: Largura Profundidade Altura 400 mm 470 mm 587 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	382	Und.	672,00	256.704,00	Não	Sim
313	197110	Gaveteiro volante com quatro gavetas. Dimensões: Largura Profundidade Altura 400 mm 470 mm 692 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	400	Und.	800,00	320.000,00	Não	Sim
314	197110	PEÇA MOBÍLIA, NOME MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO	52	Und.	800,00	41.600,00	Não	Sim
315	197110	Mesa de reunião retangular. Dimensões: Largura Profundidade Altura 2000 mm 1100 mm 740 mm O RESTANTE CONFORME O EDITAL.	131	Und.	1.192,00	156.152,00	Não	Sim
TOTAL			11.483			7.592.763,73		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – EDITAL			11.483			7.592.763,73		
TOTAL SUSTENTÁVEIS – CATMAT			0			0,00		
TOTAL DE PRODUTOS PASSÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO			0			0,00		

APÊNDICE C - Análise comparativa dos preços

Item	Código CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM ADQUIRIDO ATUALMENTE	Licitação	Quant.	Preço (R\$)	Marca	DESCRIÇÃO DO ITEM SUSTENTÁVEL	Código CATMAT	Licitação	Quant.	Preço (R\$)	Marca	Quant. de empresas particip.
1	231948	COPO DESCARTÁVEL - COPOS PLÁSTICO "PP" 180 ML PARA ÁGUA, PARA ACONDICIONAMENTO INCLUSIVE DE BEBIDAS QUENTES, SUPORTANDO CALOR DE ATPE 100°C. PRODUTO NORMALIZADO (ABNT 14.865)	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	100.000 (Centena)	2,20	FC	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL AMIDO DE MILHO (ÁCIDO POLIÁTICO), CAPACIDADE 180, APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO E BIODEGRADÁVEL	407921	Pregão 07/2014 - Embrapa CPAF - Roraima	2.120 (Centena)	1,71	FC	17
2	377254	COPO DESCARTÁVEL - COPOS PLÁSTICO "PP" 50 ML PARA CAFÉ, PARA ACONDICIONAMENTO INCLUSIVE DE BEBIDAS QUENTES, SUPORTANDO CALOR DE ATPE 100°C. PRODUTO NORMALIZADO (ABNT 14.865)	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	70.000 (Centena)	0,98	FC	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL BAGAÇO DE CANA, CAPACIDADE 50, APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO E BIODEGRADÁVEL	409926	Pregão 57/2013 - Universidade Federal Rural da Amazônia	4.000 (Centena)	0,89	Bonoplast	21

3	965	PAPEL P/ IMPRESSÃO TAM. A-4 - 75G - PAPEL ALCALINO A4 ALTA ALVURA; FORMATO A4 210 X 297MM; GRAMATURA 75 G/M2;	Pregão 20/2013 Vigência 06/08/13 A 05/08/2014	100.000 (Resma)	9,57	One / Suzano	PAPEL A4, MATERIAL PAPEL RECICLADO, COMPRIMENTO 297, LARGURA 210, APLICAÇÃO IMPRESSORA JATO TINTA, GRAMATURA 75, COR BRANCA	301873	Pregão 60/2013 - Universida de Federal Rural da Amazônia	40.00 (Resma)	10,40	Chamex	17
							PAPEL A4, MATERIAL PAPEL RECICLADO, GRAMATURA 75, COR PALHA CLARA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 70% APARAS PRÉ-CONSUMO, MÍNIMO 30% PÓS-CONSUMO		Pregão 10/2013 - Ministério da Saúde / Distrito Sanit. Esp. Indígena - Interior Sul	3.000 (Resma)	8,88	Chamex Eco	16
4	139343	TONER P / IMPRESSORA HP LASER 1010 /1012 / 1015 / 1018 / 1020 / 1022 / 3015 / 3020 / 3050 / 3055 / M1005 2.000 PÁGINAS - Q2612A	Pregão 28/3013 - Vigência 03/10/2013 A 02/10/2014	4.000 (Und)	28,43	HP	CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP, REFERÊNCIA CARTUCHO Q2612A, REFERÊNCIA IMPRESSORA LASERJET 1010, TIPO CARTUCHO RECICLADO, COR TINTA PRETA	283325	Pregão 07/2013 - UTFPR - Campus Sudoeste Pato Branco	70 (Und)	15,00	Bestec	39

5	139343	CARTUCHO HP 600, 660 A 697 - PRETO	Pregão 29/2013 Vigência 05/09/2013 A 04/09/2014	70 (Und)	75,00	HP	CARTUCHO TINTA IMPRESSORA HP, REFERÊNCIA CARTUCHO HP 51629-A, REFERÊNCIA IMPRESSORA DESKJET 600/600C660C/670C/680C/69 0C/692C/693C/695C, TIPO CARTUCHO RECICLADO, COR TINTA PRETA, CAPACIDADE 40	230825	Pregão 03/2014 - Comando da Marinha / Escola de Aprendize s Marinheir os de SC	30 (Und)	46,60	HP	23
6	293368	CANETA ESFEROG. AZUL ESCRITA GROSSA. MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA GROSSA, COR TINTA AZUL, CARACTERÍSTI CAS ADICIONAIS CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE C/ RESPIRADOURO DE 1	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	70.000 (Und)	0,45	BIC	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL, QUANTIDADE CARGAS 1, MATERIAL PONTA ESFERA DE TUNGSTÊNIO, COR TINTA AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO CILÍNDRICO COR AZUL/RETRÁTIL/PERSON ALIZADA	405278	Pregão 9/2013 - Secretaria Executiva do Estado da Fazenda PA	10.000 (Und.)	0,45	Bic	9

7	338120	CANETA MARCA-TEXTO - JOGO C/ 6 CORES - EM ESTOJO PLÁSTICO TRANSPARENTE	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	6.000 (Jogo com 6 cores)	1,00	F. CASTEL	CANETA MARCA-TEXTO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, TIPO PONTA FACETADA, COR AMARELA, TIPO NÃO RECARREGÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRAÇO 1 A 4 MM / FLUORESCENTE	413172	Pregão 9/2013 - Secretaria Executiva do Estado da Fazenda PA	3.000 (Und.)	0,50	Jocar	9
8	150881	ENVELOPE BRANCO OFÍCIO - TAM. 114X229 TIMBRADO COM O LOGOTIPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. 63 G/M2.	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	25.000 (Und.)	0,09	Celucart	ENVELOPE, MATERIAL PAPEL RECICLADO, GRAMATURA 90, COMPRIMENTO 230, COR BRANCA, LARGURA 115	390560	Pregão 9/2013 - Secretaria Executiva do Estado da Fazenda PA	18.000 (Und.)	0,09	Scity	9
9	150881	ENVELOPE KRAFT TAM. 242X336 - MEDIO - TIMBRADO COM O LOGOTIPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. 80 G/M2	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	120.000 (Und.)	0,11	Celucart	ENVELOPE, MATERIAL PAPEL RECICLADO, GRAMATURA 90, TIPO SACO COMUM, COMPRIMENTO 340, COR NATURAL, LARGURA 240, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 TIMBRADO	390560	Pregão 18/2013 - Ministério do Meio Ambiente	40.000 (Und.)	0,22	Turbo	12
10	240962	APAGADOR P/ QUADRO MAGNÉTICO - CORPO PLÁSTICO OU ACRÍLICO	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	10.000 (Und.)	2,40	Japan	APAGADOR QUADRO BRANCO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO RECICLADO, COMPRIMENTO 15,50, LARGURA 5, ALTURA 3,30	425330	Pregão 18/2013 - Ministério do Meio Ambiente	50 (Und.)	2,50	BRW	5

11	150632	CAIXA ARQUIVO DE PAPELÃO UND EM PAPELÃO DUPLEX, CONFECCIONADA COM CARTÃO TIPO MICRONDULADO RÍGIDO DE 3MM DE ESPESSURA, MIOLO DURO, COM DUPLO REVESTIMENTO EM CARTÃO KRAFT, COM GRAMATURA DE 250GR, SEM IMPRESSÃO NEHUMA (LISA), SEM TIMBRE NENHUM, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: - 37CM DE PROFUNDIDADE (CUMPRIMENTO)- 25CM DE ALTURA- 14CM DE LARGURA (37 X 25 X 14). SOMENTE COM OS FUROS NAS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO.	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	30.000 (Und.)	5,90	Caviglia	CAIXA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO RECICLADO, DIMENSÕES 360 X 140 X 240, COR PARDA	275514	Pregão 18/2013 - Ministério do Meio Ambiente	4.000 (Und.)	1,09	MM Embalagens	7
12	1023	CARTOLINA COR BRANCA - 500X660MM - 150G	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	15.000 (Und.)	0,26	Alloform	CARTOLINA, MATERIAL CELULOSE RECICLADA, GRAMATURA 150, COMPRIMENTO 660, LARGURA 500, COR NATURAL	391443	Pregão 34/2013 - I Comando Aereo Regional	6.000 (Und.)	0,30	Mix Paper	11

13	150596	CLASSIFICADOR EM CARTAO COM FERRAGEM	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	15.000 (Und.)	0,64	Sulton	CLASSIFICADOR, MATERIAL PAPELÃO RECICLADO, COMPRIMENTO 200, LARGURA 275, CAPACIDADE 200, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FERRAGEM METÁLICA	389266	Pregão 23/2012 - Comando do Exército	2.000 (Und.)	0,80	Extra	3
14	150596	PASTA SUSPENSÃO P/ ARQUIVO - PASTA ARQUIVO, CARTÃO KRAFT SUSPENSÃO, 360MM, 235MM, CASTANHA, COM ACETATO, ETIQUETA BRANCA, GRAMPO TRILHO PLÁSTICO 210 G/M2, ARQUIVO DE DOCUMENTO	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	15.000 (Und.)	0,73	Frama	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PAPELÃO RECICLADO, TIPO SUSPENSÃO PENDULAR, LARGURA 240, ALTURA 360, COR NATURAL, GRAMATURA 350, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3 VISOR / HASTE PLÁSTICA / ETIQUETA	389269	Pregão 48/2013 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região	800 (Und.)	0,50	Frama	11
							PASTA ARQUIVO, MATERIAL POLIETILENO RECICLADO, TIPO L, LARGURA 240, ALTURA 340, COR INCOLOR		Pregão 34/2013 - I Comando Aereo Regional				

15	201129	CORRETIVO LIQUIDO A BASE D'ÁGUA - 18 ML	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	5.000 (Und.)	0,55	MAXXI	CORRETIVO LÍQUIDO, MATERIAL BASE D'ÁGUA - SECAGEM RÁPIDA, APLICAÇÃO PAPEL RECICLADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO, LAVÁVEL, INODORO	394475	Pregão 01/2013 - IBAMA - Superintendencia Estadual/P E	120 (Und.)	0,59	Arco Iris	14
16	400	ETIQUETA AUTO ADESIVA - ETIQUETA GOM. P/ JATO TINTA 33,9X101,6 - CAIXA COM 25 FOLHAS-(350 ETIQUETAS)	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	2.500 (Und.)	4,90	Polifix	ETIQUETA ADESIVA, MATERIAL PAPEL RECICLADO, COMPRIMENTO 101,60, FORMATO CARTA, LARGURA 1 33,90	388429	Pregão 18/2013 - Ministério do Meio Ambiente	50 (Und.)	13,99	Link Etiquetas	9
17	272348	LAPIS PRETO N. 2 HB - REVESTIDO EM MADEIRA C/ NO MÍNIMO 17CM DE COMP., DIÂMETRO DE 0,8 CM	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	50.000 (Und.)	0,12	Multicolor	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO POLIESTIRENO RECICLADO, DUREZA CARGA HB, MATERIAL CARGA GRAFITE Nº 2	409001	Pregão 31/2013 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região	1.296 (Und.)	0,09	LeoLeo	18
18	150058	LIVRO DE PROTOCOLO C/ 100 FLS - CAPA DURA	SRP 25/2013 - Processo 044966/2012 - 27/08/13 A 26/08/2014	1.500 (Und.)	4,25	S. Domingos	LIVRO PROTOCOLO, QUANTIDADE FOLHAS 100, COMPRIMENTO 210, LARGURA 150, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NUMERADAS SEQUENCIALMENTE, MATERIAL CAPA PAPEL RECICLADO, GRAMATURA FOLHAS 56, MATERIAL FOLHAS PAPEL RECICLADO	389781	Pregão 07/2013 - Minist. da Agricul., Pecuaria. e Abastacimento	100 (Und.)	3,48	Megalife	7

19	33189	REGUA PLASTICA DE 30 CM - TRANSPARENTE	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	6.000 (Und.)	0,35	Waleu	RÉGUA COMUM, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, COMPRIMENTO 30, GRADUAÇÃO MILIMETRADA	406522	Pregão 48/2013 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região	250 (Und.)	0,35	Waleu	12
20	114502	ESPIRAL DE 12MM NA COR PRETA.	Pregão 25/2013 Vigência 27/08/13 A 26/08/2014	1.000 (Und.)	0,05	CIMEP	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO RECICLADO, DIÂMETRO 12, COMPRIMENTO 330, COR PRETA	425310	Pregão 18/2013 - Ministério do Meio Ambiente	2.000 (Und.)	0,05	TL	5
21	137057	PANO DE PRATO BRANCO, LAVÁVEL, DURÁVEL, ABSORVENTE 60 X 40 CM - 1ª QUALIDADE	P.E 51/2012 Vigência 27/05/2013 A 26/05/2014	360	1,70	Artex	PANO PRATO, MATERIAL ESPONJA VEGETAL, COMPRIMENTO 60, LARGURA 33, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABSORVENTE/LAVÁVEL E BIODEGRADÁVEL	229372	Pregão 22/2013 - Serviço Florestal Brasileiro	72	1,47	Alplas text	5
22	150725	SACO P/ LIXO (100LT.) - PACT C/ 5 UNID.	P.E 51/2012 Vigência 27/05/2013 A 26/05/2014	640	2,14	Brasileirinho	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 100, LARGURA 75, ALTURA 105, APLICAÇÃO COLETA DE LIXO, MATERIAL PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL	403318	Pregão 11/2013 - Inst. Fed. De Educ., Cienc e Tec. Farroupilha	2.000 (Und.)	1,05	Plastsul	16

23	21806	PILHA, NOME PILHA-PILHA ALCALINA AAA - PALITO - CARTELA COM 4 UNIDADES	PE 24/2013 - 21/08/2013 a 20/08/2014	2.000 (Cartela 4 und.)	4,50	Brasfort	PILHA, TAMANHO PALITO, MODELO AAA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NÃO CONTÉM MERCÚRIO E CÁDMIO, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5	403984	Pregão 23/2013 - Universida de Federal do Rio de Janeiro	390 (Und.)	0,92	Elgin	19
----	-------	---	--	------------------------------	------	----------	--	--------	---	------------	------	-------	----

ANEXOS

ANEXO A – Indicadores sugeridos na IN nº 10/2012 SLTI/MP

Quadro 1 - Indicadores sugeridos na IN nº 10/2012 SLTI/MP

Tema	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
MATERIAIS DE CONSUMO	Consumo mensal de papel branco (branqueado)	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas	Mensal e anual
	Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 200 ml utilizados	Mensal e anual
ENERGIA ELÉTRICA	Consumo de energia elétrica per capita	Quantidade de kwh consumidos / total de servidores	Mensal e anual
	Gasto com energia pela área	R\$ / área total	Mensal e anual
ÁGUA ESGOTO	Gasto com água per capita	Valor da fatura em reais (R\$) / pessoal total	Mensal e anual
COLETA SELETIVA	Total de material reciclável destinado às cooperativas	Kg de papel + Kg de papelão + Kg de plástico+ Kg de plástico destinados à reciclagem	Mensal e anual
QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida/ total de servidores da instituição) x 100	Anual
TELEFONIA FIXA / MÓVEL	Gasto por linha	R\$ / linhas	Mensal e anual
VIGILÂNCIA	Valor inicial do Posto	Valor total anual do contrato/ nº postos	Anual
LIMPEZA	Gasto de limpeza pela área	R\$ / área interna	Anual

Fonte: Adaptado de Brasil (2012)

ANEXO B - Benefícios de logística sustentável em órgãos públicos

Quadro 2- Exemplo de benefícios de ações sustentáveis em órgãos públicos

Órgão público	Ação	Consequência	Benefícios
STJ Superior Tribunal de Justiça	Substituição do atestado médico em papel por sistema digitalizado	Redução do consumo de papel	- Redução dos gastos com papel; - Redução do impacto ambiental gerado pelo consumo de papel.
Jardim Botânico do Rio de Janeiro + 9 instituições	Pregão eletrônico para compra sustentável, compartilhada entre diferentes órgãos da administração federal	Aquisição de bens em maior escala	- Economia de 50% em relação aos preços de mercado; - Sinalização para o mercado do interesse do poder público em produtos com critérios socioambientais, aumentando sua oferta.
Estado de Minas Gerais	Substituição do asfalto comum pelo de borracha obtido a partir de pneus usados	Reciclagem de produtos descartados no meio ambiente	- Redução do impacto ambiental pelo descarte dos pneus usados; - Durabilidade 30% maior do que o asfalto comum; - Economia de R\$ 100 milhões entre 2007-2011; - Replicação da ação sustentável em todo o Estado, com a regulamentação da lei.
Secretaria do Verde e Meio Ambiente da cidade de São Paulo	Substituição de copos de plástico descartáveis por copos de papel	Menor tempo de decomposição dos resíduos	- Menor impacto ambiental; - Com maior demanda, os copos de papel, antes mais caros, passaram a ter preços mais competitivos.

Fonte: Relatório de Diretrizes aos Planos de Logística Sustentáveis (BRASIL, 2013c)

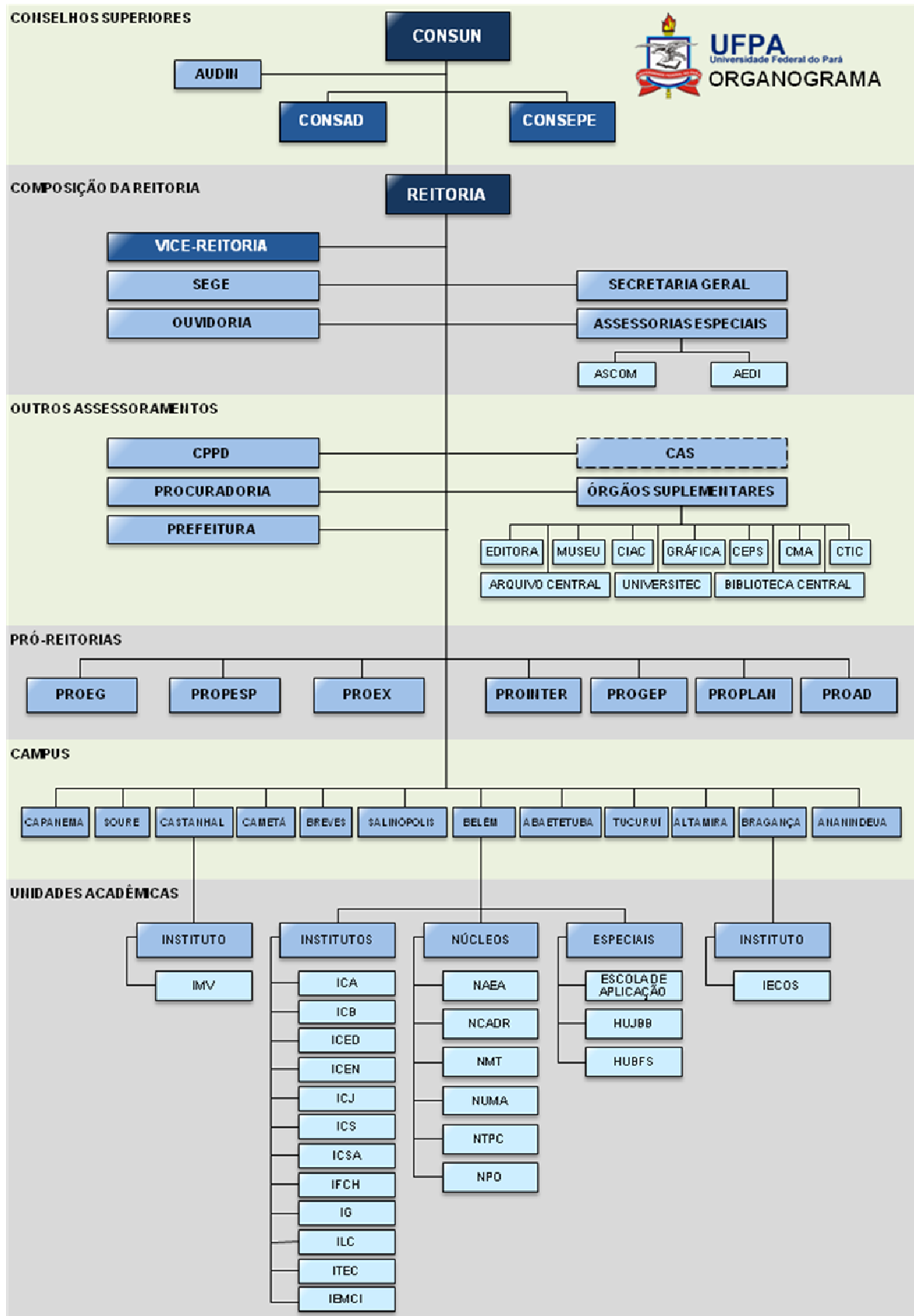
ANEXO C – Roteiro para elaboração do PLS

Quadro 3- Roteiro para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável

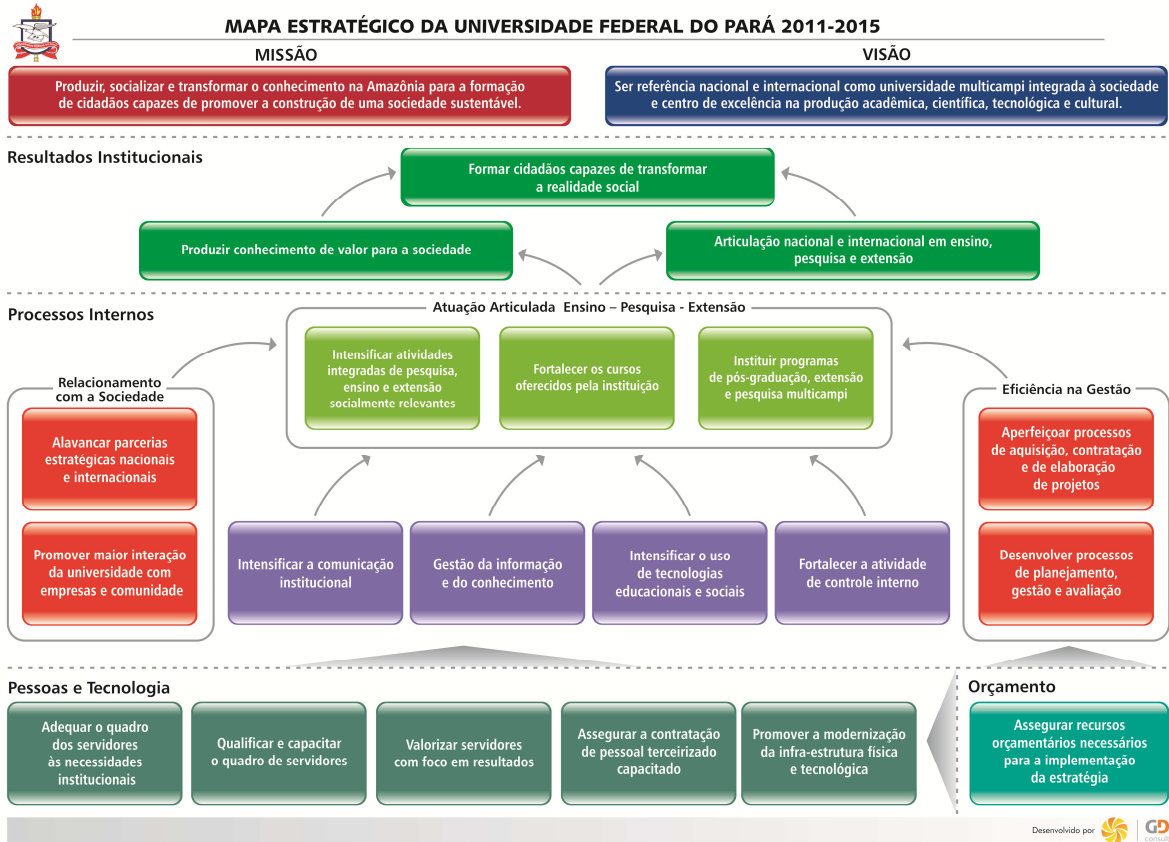
ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DO PLS
1.PREPARAÇÃO
A) IDENTIFICAÇÃO DA COMISSÃO GESTORA
B) INSTITUIR POR PORTARIA A COMISSÃO GESTORA
2.DIAGNÓSTICO/MEDIÇÃO
A) ELABORAR O INVENTÁRIO DE BENS – CENÁRIO ATUAL
B) IDENTIFICAR SIMILARES DE MENOR IMPACTO
C) IDENTIFICAR PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EXISTENTES .
3.ELABORAÇÃO DO PLANO
A) IDENTIFICAÇÃO DE ALTERNATIVAS
B) PLANOS DE AÇÃO
C) AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO
D) APÊNDICES E SUBMISSÃO
4.IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
A) PUBLICAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA
B) ENCAMINHAMENTO DO PLS PARA DIVULGAÇÃO
C) EXECUÇÃO DO PLS
5.MONITORAMENTO DO PLS
A) AVALIAR OS RESULTADOS
B) CHECK-LIST DE EXPERIÊNCIAS.
6.VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO
A) REVISÃO DO PLS

Fonte: Roteiro para Elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentáveis – PLS (MP, 2014)

ANEXO D – Organograma da UFPA



ANEXO E - Mapa estratégico da UFPA



ANEXO F – Quadro gestão ambiental – Portaria TCU N°90/2014

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto n° 5.940/2006?		
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto n° 7.746/2012?		
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6° da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			

Fonte: Portaria 90/2014 (TCU, 2014)